ISSN 2237-5929

SimFIP 2017

SIMPÓSIO DE PESQUISA CIENTÍFICA DAS FIPMoc

ANAIS

FIPMOC
FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS

ANAIS SIMFIP

SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc

JUNHO 2017

ANAIS SIMFIP
SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc
Número 07 – Junho 2017

DIRETORA EXECUTIVA
Profa. Ms. Maria de Fátima Turano

DIRETOR FINANCEIRO
Prof. Ms. Eliziário Pereira de Rezende

DIRETOR ACADÊMICO
Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

DIRETORA DE ENSINO E TECNOLOGIA
Profa. Dra. Thaís Cristina Figueiredo Rego

DIRETORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Profa. Ms. Rosina Maria Turano Mota

DIRETOR DO CAMPUS
Prof. Clinton Xavier Rocha

DIRETORA DE MAKETING
Profa. Letícia Turano Trindade

DIRETOR DE EXPANSÃO
Prof. Rafael Silva Gontijo

DIRETOR JURÍDICO
Prof. Élio Soares Ribeiro

COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Antônio Caldeira Prates

CORREÇÃO LINGUÍSTICA
de responsabilidade dos autores

CAPA
Ilimitada Propaganda e Marketing

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

COMISSÃO ORGANIZADORA
Antônio Carlos Moreira da Costa Júnior
Antônio Prates Caldeira
Cynara Silde Mesquita Veloso
Diogo Fabiano Ferreira
Dorothéa Schmidt França
Ernestina Dourado S. C. Machado
João Carneiro Netto
José Osmane Lopes Junior
Letícia Turano Trindade
Mariana Barreto Mees
Pablo Perón de Paula
Raquel Barbosa de Aquino
Ramon Alves de Oliveira

SUMÁRIO

A ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV): UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BIO-PSICO-SOCIAL 16

A ANÁLISE DO CRIME: UMA EXPLICAÇÃO DAS TENSÕES ESTRUTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE 16

A APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL 17

A ATIVIDADE LABORATIVA DOS COLABORADORES DE TRÊS SUPERMERCADOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG: A SATISFAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO 17

A BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO EM RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PRESO 18

A CULTURA DA SENTENÇA 18

A CULTURA DO ESTUPRO E SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA 19

A DIFICULDADE DA REEDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 19

A DIGNIDADE HUMANA ASSEGURADA AOS DETENTOS PELA OBRIGAÇÃO DE FAZER 20

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 20

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE.. 21

DIREITO 21

A EFETIVIDADE DO DIREITO A MORADIA 22

A EFICÁCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 23

A ESPECIFICIDADE DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO ... 23

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 24

A INFLUÊNCIA DO RELEVO NA ESCOLHA DO TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO 24

A FORMA QUE O RELEVO PODE INFLUÊNCIAR NA ESCOLHA DO TERRENO A SER CONSTRUÍDO DETERMINADO EMPREENDIMENTO 25

A IMPORTÂNCIA DA NEGATIVAÇÃO DE DEVEDORES COMO MÉTODO DE CONTROLE DE INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO 25

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DO CIENTISTA JURÍDICO 26

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURIDICA. 26

A IMPORTÂNCIA DO CONTRAVENTAMENTO EM EDIFICAÇÕES 27

A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS PARA OS PACIENTES ONCOLÓGICOS 27

A INCORREÇÃO CONCEITUAL ACERCA DA PEDOFILIA 28

A INFLUÊNCIA DO PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA NO DIREITO BRASILEIRO 28

A INFLUÊNCIA DO RELEVO NA ESCOLHA DO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO UM EMPREENDIMENTO 29

A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO PARA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PRESO 29

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA 30

A MEDIAÇÃO E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA 31

A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 32

A OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 32

A ORIGEM DO DIREITO E SUAS FONTES 33

A PETIÇÃO INICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 33

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA 34

A PROPORCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE DESCAMINHO E FURTO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS 34

A PSICOLOGIA JURÍDICA NO DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE 35

A PSICOLOGIA JURÍDICA NO SERVIÇO-ESCOLA: UMA POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO 36

A PUNIBILIDADE DOS PSICOPATAS NO ATUAL SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 36

A REDUÇÃO DO TEMPO DE JEJUM PRÉ-OPERATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PACIENTE 37

A REPERCUSSÃO DO CONHECIMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA POR LEIGOS NO AUXILIO INICIAL A VITIMA 38

A SUPERVISÃO NOS ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES EM PSICOTERAPIAS: IMPASSES E RELEVÂNCIA ACADÊMICA 38

A UTILIZAÇÃO DA FIBRA DE COCO E DO POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) COMO ISOLANTES TERMO-ACÚSTICOS EM TIJOLOS CERÂMICOS 39

A UTILIZAÇÃO DE MICROGERADORES EM EDIFICAÇÕES DO NORTE DE MINAS GERAIS 40

ABORTO A PARTIR DA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA SOCIAL 40

ABSENTEÍSMO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM MONTES CLAROS-MG 41

ACESSO À JUSTIÇA E CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAS CÍVEIS EM MONTES CLAROS 41

ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL NO ADULTO JOVEM: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS 42

***ACINETOBACTER BAUMANNII* E SEU RISCO PARA OS PACIENTES HOSPITALIZADOS COM TRAQUEOSTOMIA PRÉVIA** 43

ALVENARIA SUSTENTÁVEL: BIOMIMÉTICA DO CUPINZEIRO 43

AMPUTAÇÃO EM DIABÉTICOS TIPO 2: PREVALÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS 44

ANÁLISE DA CORROSÃO EM ESTRUTURAS MÉTALICAS E SEUS MÉTODOS PREVENTIVOS 45

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO VENTO EM EDIFICAÇÕES 45

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO VENTO EM GALPÕES INDUSTRIAIS 46

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE CÂNCER GÁSTRICO NA CIDADE DE MONTES CLAROS NO PERÍODO DE 2007 A 2015 46

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS NA INDÚSTRIA 47

ANÁLISE DO AUMENTO DE NÚMERO DE POÇOS ARTESIANOS SITUADOS EM MONTES CLAROS EM DECORRÊNCIA DA CRISE HÍDRICA 47

ANÁLISE DOS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NO JUÍZADO ESPECIAL 48

ANÁLISE ESTRUTURAL DO CHASSI DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE PELO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS 49

APLICAÇÃO DA BIOMECÂNICA DA MÃO HUMANA EM UM MANIPULADOR ROBÓTICO 49

APLICAÇÃO DE MANUTENÇÃO CENTRADA NA CONFIABILIDADE PARA AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE UMA MÀQUINA DE EMBALAGEM 50

APLICAÇÃO DE OSM NO GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE 51

ARQUITETURA ESCOLAR 51

ARQUITETURA MEDIEVAL, UMA RELAÇÃO CONTEMPORÂNEA 52

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL:UMA EDIFICAÇÃO POSSÍVEL 52

AS FORMAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO NA ÓPTICA DO COGUMELO DO CONFLITO 53

AS GARANTIAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À PRIVACIDADE DOS DADOS FISCAIS E BANCÁRIOS. 54

AS MEDIDAS DE INTERNAÇÃO E O CENTRO SOCIOEDUCATIVO NOSSA SENHORA APARECIDA – CESENSA 54

ASSÉDIO SEXUAL E MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO 55

AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA RESIDENCIAL CONTROLADA POR MEIO DO ARDUINO 56

AVALIAÇÃO BIOMECÂNICA PARA MELHORA DO RENDIMENTO E PREVENÇÃO DE LESÕES 56

AVALIAÇÃO DO PERFIL FUNCIONAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN POR MEIO DO INVENTÁRIO DE AVALIAÇÃO PEDIÁTRICA DE INCAPACIDADE (PEDI) 57

ABSENTEÍSMO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM MONTES CLAROS-MG 58

BENEFICIAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONCRETO ENDURECIDO 58

BRAÇO ROBÓTICO COLABORATIVO 59

CADEIRA DE RODAS AUTÔNOMA 60

CARREGADOR DE CELULAR EÓLICO PARA MOTOCICLISTAS 60

CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL 61

CHASSI ESTRUTURAL PARA CARRO DA FÓRMULA FIP 61

CLIMATÉRIO E SUAS CORRELAÇÕES COM A OSTEOPOROSE: PRINCÍPIOS FISIO-PATOLÓGICOS E PREVENTIVOS. 62

CLÍNICA DO CONTEMPORÂNEO: AS COMPULSÕES MASCULINAS E O HORROR À CASTRAÇÃO 63

COMÉRCIO ELETRÔNICO: A VISÃO DOS USUÁRIOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR 63

COMO A IDENTIDADE DE GÊNERO VEM SENDO TRATADA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO 64

CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURÍDICA 64

CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURÍDICA 65

CONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E OS DIREITOS DO NASCITURO: ANÁLISE DO HABEAS CORPUS n.° 124306 65

CONTRATO DE SEGURO DE VIDA 66

CORREDOR VERDE, UMA IDEIA NECESSÁRIA 66

CORROSÃO DO AÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL 67

CRIME DE ABORTO EM UMA PERSPECTIVA ÉTICA E MORAL 67

CRIMES VIRTUAIS 68

CRIMES VIRTUAIS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO DIREITO PENAL. 69

CULTURA DO ESTUPRO: EXISTE UM PERFIL PARA O ESTUPRADOR? 69

DA DEMOCRACIA RACIAL À AÇÃO AFIRMATIVA: BREVE REFLEXÃO 70

DANO MORAL 70

DEFESA DO RÉU: INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 71

DELIMITAÇÃO DO USO DE UM SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOTÉRMICA DE ENERGIA COM UM MOTOR STIRLING 72

DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PJE NA VARA CRIMINAL 72

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE REDES NEURAIS NA ANÁLISE DE VIBRAÇÕES 73

DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES/AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO..... 74

DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO 74

DIMENSÃO ÉTICA NA PRÁTICA ABORTIVA 75

DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA CORTA- FOGO PARA VEÍCULOS DA FÓRMULA SAE..... 75

DIREITO AO TRABALHO EM RELAÇÃO AO APENADO 76

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS DIREITOS HUMANOS...... 76

DIREITO DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO APENADO 77

DIREITOS DA PERSONALIDADE: UM ESTUDO DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA ALTERAÇÃO DO NOME DO TRANSSEXUAL 78

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO PRESO E INTERNADO..... 78

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA GERAÇÃO 79

DISTONIA FOCAL: CÃ IBRA DO ESCRIVÃO E DISTONIA DO MÚSICO..... 79

EFEITOS CORPORAIS GERADOS PELO TRANSPORTE DE MOCHILAS..... 80

EFEITOS DE DIFERENTES TIPOS DE ALONGAMENTOS DOS ÍSQUIOS TIBIAIS SOBRE A FORÇA E ATIVIDADE ELETROMIOGRÁFICA DOS MÚSCULOS DO QUADRÍCEPS 80

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS..... 81

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS 81

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO..... 82

EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA COM FILHO MENOR DE IDADE, 2010..... 83

EFICÁCIA SOCIAL DOS DIREITOS SOCIAIS 83

EMPREENDEDORES E SEUS DESAFIOS – UM ESTUDO NO SEGMENTO DO COMÉRCIO DE SUPERMERCADOS NOS MUNICÍPIOS DE BRASÍLIA DE MINAS E SÃO FRANCISCO 84

EPIDEMIOLOGIA DAS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS EM MINAS GERAIS 84

ESCOLHA DO SISTEMA DE FREIOS PARA UM CARRO FÓRMULA SAE 85

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL EM MONTES CLAROS-MG 86

ESTRUTURA DAS SENTENÇAS JUDICIAIS 86

ESTUDO DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ATENDIMENTO DOS CLIENTES DE UMA EMPRESA PNEUMÁTICA DE MONTES CLAROS – MG ... 87

ESTUDO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS DE UMA PIZZARIA 88

ESTUDO DE BOMBA DE DESLOCAMENTO POSITIVO: BOMBA DE ENGRENAGEM 88

ESTUDO DE CASO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO SEGMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 89

ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR UNIVERSITÁRIO DE UMA I.E.S. LOCALIZADA EM MONTES CLAROS / MG . 89

ESTUDO DO USO DO MARKETING DE SERVIÇOS DOS BARES E LANCHONETES DA CIDADE DE MONTES CLAROS DIRECINADOS AO PÚBLICO ACADÊMICO 90

ESTUDO DOS FENÔMENOS DO SOLO ARENOSO NAS FUNDAÇÕES 91

ESTUDO DOS PROCESSOS DE CONFORMAÇÃO MECÂNICA POR MEIO DO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS 91

ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO MARKETING SOBRE AS CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS DECISÕES DE COMPRA 92

ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MARKETING INSTITUCIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG 92

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 93

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS BRASILEIROS 93

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS SOCIAS 94

EXPLOTAÇÃO NO FUNDO DO MAR 94

FATORES QUE INFLUENCIAM A CORROSÃO EM PONTES METÁLICAS NA PRESENÇA DE MEIO AQUOSO COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE NaCl 95

FATORES QUE LEVAM AS MULHERES BRASILEIRAS, VÍTIMAS DO CRIME DE ESTUPRO, A NÃO DENUNCIAREM SEUS AGRESSORES. 96

FERRAMENTA DE BASE TECNOLÓGICA COMO SOLUÇÃO DE RECURSOS NO CEPEAGE. 96

FITOMINERAÇÃO 97

FUNDAÇÕES EM SOLOS ROCHOSOS 98

GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS FIP-MOC 98

HEMORRAGIA SUBARACNÓIDEA POR RUPTURA DE ANEURISMA CEREBRAL: DIAGNÓSTICO E PROPEDÊUTICAS NA FASE AGUDA 99

IMPORTÂNCIA DA COLONOSCOPIA PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE AFECÇÕES COLO-RETAIS: RELATO DE CASO DE PACIENTE JOVEM DIAGNOSTICADA COM ADENOMA VILOSO 99

IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DO CALENDÁRIO VACINAL INFANTO-JUVENIL ATUALIZADO 100

IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DO CIENTISTA JURÍDICO 100

INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA EM MINAS GERAIS DE 2008 A 2016 101

INFLUÊNCIA DO GÁS DE PROTEÇÃO E DA TENSÃO DE SOLDAGEM NA REGULARIDADE DA TRANSFERÊNCIA POR CURTO-CIRCUITO NA SOLDAGEM MIG/MAG DE AÇO CARBONO 102

INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DA GRADE CURRICULAR MÉDICA NA QUALIDADE DE VIDA DOS ACADÊMICOS 102

INSUFICIÊNCIA CARDÍACA EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA 103

INTER-RELAÇÃO DO USO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS E UMA MAIOR INCIDENCIA DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM IDOSOS 104

INTERRELAÇÃO DOS EFEITOS BENÉFICOS DO CONSUMO DE LEITE MATERNO EM COMPARAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DE LEITES INDUSTRIAIS. 105

INTERRELAÇÃO ENTRE FATORES DE RISCO CARDIOVASCULAR E MULHERES CLIMATÉRICAS 105

LEI MARIA DA PENHA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE SUAS INOVAÇÕES 106

LEITO GERIATRICO 107

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE TERMOELÉTRICOS 107

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NA COLETA DE LEITE: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE MONTES CLAROS/MG 108

MAIO AMARELO: CAMPANHA EDUCATIVA VISANDO A CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO TRÂNSITO 108

MANIPULADOR PNEUMÁTICO CONTROLADO POR APLICATIVO 109

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: ANÁLISE DOS CASOS APRESENTADOS NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DAS FIPMOC DE 2015 A 2017 110

MEDIAÇÃO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O NPJ DAS FIPMoc E A DELEGACIA ESPECIALIZADA DE MONTES CLAROS 110

MÓDULO IRRIGADOR PARA CULTIVO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS – GARDEN 111

MORTALIDADE POR DOENÇAS ISQUÊMICAS DO CORAÇÃO: UMA ANÁLISE NACIONAL 112

MUDANÇA DE GÊNERO NO REGISTRO CIVIL DO TRANSEXUAL À LUZ DA CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.739/RS 113

MULTIPARENTALIDADE 113

NEOPLASIAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES EM MINAS GERAIS 114

NOVAS TECNOLOGIAS DE MÍDIA E TENDÊNCIAS NO MUNDO ATUAL 114

O AGIR COMUNICATIVO HABERMASIANO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA COMBINAÇÃO NECESSÁRIA 115

O ATENDIMENTO À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 116

O CÂNCER INFANTIL E SUA INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO 117

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA A GARANTIA DE DIREITOS 118

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA 118

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES E AUDIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO 119

O DIREITO E SUAS FONTES 119

O MÉTODO APAC NO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE 120

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O SISTEMA PRISIONAL 120

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA 121

O PAPEL DA MEDIAÇÃO NO DIREITO PENAL 121

O PAPEL DO ADVOGADO NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO. 122

O PROCESSO DE CORROSÃO NO AÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL 123

O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO 123

O TRABALHO DO APENADO E A RESSOCIALIZAÇÃO 124

O USO DA TECNOLOGIA DE FERRAMENTARIA RÁPIDA NA FABRICAÇÃO DE MATRIZES 124

O USO DO MOTOR STIRLING AUTOMATIZADO NA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE 125

OBESIDADE INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DO PAPEL NUTRICIONAL PARA A PREVENÇÃO 125

OS ALIMENTOS GRAVÍDICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 126

OS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 126

OS DIREITOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA 127

OS DIREITOS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 128

OS EFEITOS CAUSADOS PELO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM EMPRESAS DO SEGMENTO FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DE MINAS – MG 128

PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E AS RELAÇÕES PRIVADAS 129

PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E AS RELAÇÕES PRIVADAS ÀLUZ DA PRINCIPIOLOGIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 129

PAPEL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 130

PERFIL E ESTRATÉGIAS DE VENDAS DOS FEIRANTES DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO NORTE DE MINAS – CEANORTE 130

PETIÇÃO INICIAL: ESTRUTURA, DESDOBRAMENTOS E A CONSEQUENTE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO 131

PIEZOELETRICIDADE PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA 132

PLANTA FOTO-TERMO-VOLTAICA EM SENTIDO ARBÓREO 132

PODER DE INVESTIGAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 133

POLITICAS ECONÔMICAS E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 133

POLÍTICAS ECONÔMICAS E DIREITOS SOCIAIS 134

POLÍTICAS PÚBLICAS ECONÔMICAS 134

POLÍTICAS PÚBLICAS ECONÔMICAS 135

POLITICAS PUBLICAS ECONÔMICAS E DIREITOS SOCIAIS 135

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO CONTEXTO RELACIONAL DE ADOLESCENTES 136

PRECISAMOS FALAR SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO 136

PRESENTEÍSMO: O CASO DE UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS, MG 136

PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E MULTA 137

PREVENÇÃO DE LITÍASE URINÁRIA A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DO ESTUDO METABÓLICO DO CÁLCULO E DA TERAPIA DE REPOSIÇÃO DE CITRATOS 137

PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA AOS INIMPUTÁVEIS E O PAI-PJ COMO MEDIDA ALTERNATIVA DE PENALIZAÇÃO 138

PROCESSAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ENTULHOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICIPIO DE MONTES CLAROS 139

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS (RH): ANÁLISE DE UMA EMPRESA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM MONTES CLAROS/ MG 139

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E SEPARAÇÃO DE CORES 140

PROFISSIONAIS DO DIREITO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO ... 140

PROGRAMA 5S IMPLANTADO NO SETOR DE MANUTENÇÃO DE UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: APLICAÇÃO EM UM CARRINHO DE FERRAMENTAS 141

PROJETO 3D DE MODELOS EMBRIOLÓGICOS PARA USO DIDÁTICO 141

PROJETO DE MANGAS DE EIXO PARA UM VEÍCULO DE COMPETIÇÃO FÓRMULA 142

PROJETO DE UM REDUTOR DE VELOCIDADES PARA FINS ACADÊMICOS 143

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE LESÕES ESPORTIVAS: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA ESPORTIVA 143

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO CRIME DE ESTUPRO 144

PSICANÁLISE/PSICOLOGIA E LITERATURA: A QUESTÃO DA LINGUAGEM NO TEXTO LITERÁRIO 144

PSICOLOGIA E IMPUTABILIDADE PENAL 145

PSICOLOGIA E MASCULINIDADES: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS PSICÓLOGOS 145

QUARTZO – INFORMAÇÕES E APLICABILIDADE 146

RECONHECIMENTO DA DUPLA PATERNIDADE, É POSSÍVEL? 147

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL 147

REFLEXOS DA IDENTIDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO 148

REGIÕES DE KARST 149

RELAÇÃO ENTRE DISTÚRBIO DO SONO COM ANSIEDADE E ESTRESSE EM ADOLESCENTES E ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 149

RELAÇÃO ENTRE MARCANTES CONFLITOS E O SURGIMENTO DOS DIREITOS..... 150

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA O BACHAREL EM DIREITO SE TORNAR ADVOGADO 150

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA SE TORNAR ADVOGADO 151

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA UM BACHAREL EM DIREITO SE TORNAR ADVOGADO 151

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL 152

REQUISITOS PARA SE TORNAR ADVOGADO 152

RESSECÇÃO DO MELANOMA CUTÂNEO 153

REVISÃO SOBRE A TUBERCULOSE, ASPECTOS CLÍNICOS E SEU DIAGNÓSTICO 153

SAÚDE DA MULHER, CIRURGIA OBSTÉTRICA E ASSISTÊNCIA AO PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA 154

SEMIOLOGIA GINECOLÓGICA: A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO AO BIO-PSICO-SOCIAL DA PACIENTE DENTRO E FORA DOS CONTEXTOS MÉDICOS. 155

SENSOR DE FREQUÊNCIA CARDÍACA APLICADO A INTERNET DAS COISAS 155

SILENCIAMENTO DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO..... 156

SIMULAÇÃO DISCRETA UTILIZANDO O SOFTWARE ARENA – TEORIA DAS FILAS 156

SIMULAÇÃO MECÂNICA PARA PREVENÇÃO DE RISCOS NA PRODUÇÃO DA ESTEIRA TRANSPORTADORA AUTOMATIZADA..... 157

SÍNDROME DE BURNOUT EM ACADÊMICOS DO ÚLTIMO ANO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA..... 157

SINOVECTOMIA ARTROSCÓPICA PARA ALÍVIO DA DOR E DIAGNÓSTICO DA CONDROMATOSE SINOVIAL DO COTOVELO..... 158

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 159

SUSCETIBILIDADE GENÉTICA À DOENÇA DE ALZHEIMER..... 160

TEORIAS ACERCA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE DO NASCITURO..... 161

TERRAS RARAS: ECONOMIA DE RECICLAGEM E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS MINERAIS..... 162

TIPOS DE SOLDA UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ORTOPÉDICAS PERMANENTES 162

TRABALHO VOLUNTÁRIO AO SERVIÇO DA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO FILIADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE..... 163

TRANSPORTADOR AUTÔNOMO 164

TRANSPORTADOR HOSPITALAR AUTÔNOMO 164

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA 165

TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS PROVENIENTES DE PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO DO ESTAGIÁRIO NAS EMPRESAS DA REGIÃO DE MONTES CLAROS..... 165

TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO EM FACE DO PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS..... 166

TURBINAS REVERSÍVEIS PARA CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (BFT) 166

VERIFICAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA COMARCA DE MONTES CLAROS. 167

A ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV): UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BIO-PSICO-SOCIAL

COSTA, David Silveira[1]; CORDEIRO, Kléria Nayara Gusmão[1]; LUCENA, Lorena Maria Cruz[1]; COTRIM, Matheus Mendes[1]; DE FREITAS, Rodrigo Mendes[1]; PEREIRA, Virna Borém Valle[1]; FRANÇA, Dorothea Schmidt[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A alergia a proteína do leite de vaca (APVL) tem-se tornado cada vez mais evidente na população, sendo a alergia alimentar mais frequente entre crianças, afetando aproximadamente 5% desses indivíduos. **Objetivo:** Elucidar o conhecimento a respeito da APVL de modo a contribuir com a qualidade de vida dos portadores, bem como informar sobre a prevalência, diagnóstico e tratamento. **Método:** O seguinte trabalho possui caráter bibliográfico e transversal à respeito da APLV. Salientou-se a busca e a sistematização de informações enquadradas nos objetivos da pesquisa como análise patológica, fatores associados, epidemiologia, causas, prevenção, tratamento e diagnóstico da doença. Foram utilizadas 43 referências, sendo que destas, 10 foram selecionadas e, dentre elas, 05 são artigos científicos, sendo 02 na língua inglesa, 02 monografias de acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria e com a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, 02 livros, sendo um de cunho pedagógico e outro de caráter informativo: "Pediatria ambulatorial" do Ennio Leão e "Guia do Bebê e da Criança com Alergia ao Leite de Vaca", de Renata Pinoti Alves e 01 manual da Organização Mundial da Saúde. **Resultados:** Desenvolveu-se uma cartilha explicativa a fim de orientar a importância do cuidado com as crianças. Primariamente, enfatizou-se a diferença entre intolerância à lactose e APLV, e, em seguida, foram sugeridas receitas apropriadas aos alérgicos finalizando com recomendações sobre o cuidado com essas crianças. **Conclusão:** Considerando o intuito do trabalho desenvolvido e a recepção do mesmo por parte do público alvo, foi perceptível que a população, de forma geral, possui muitas dúvidas sobre como lidar com a alergia à proteína do leite de vaca. Desta forma, auxiliou-se quanto ao conhecimento acerca da APLV, por meio de uma cartilha.

Palavras-chave: APLV. Orientações à APLV. Fatores associados à APLV.

A ANÁLISE DO CRIME: UMA EXPLICAÇÃO DAS TENSÕES ESTRUTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

MAGALHÃES, Mayara Veloso Reis1; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes2
1Discente do curso de Direito das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Teoria Funcionalista explica que o desvio e o crime são originados através de fatores exteriores em relação ao indivíduo em consequência das tensões estruturais e da falta de regulação social, fazendo o mesmo utilizar de meios ilícitos para atingir seus objetivos. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo geral analisar o crime na perspectiva da desestrutura social, tendo em vista os teóricos Émile Durkheim e Robert Merton. **Método:** Trata-se de um estudo baseado em pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. **Resultados:** É observável que em virtude das atuais transformações econômicas, políticas e culturais, a regulação social tem demonstrado ineficácia na configuração da ordem social brasileira. Neste sentido, a criminalidade pode ser explicada pela teoria funcionalista, que sustenta que o indivíduo tenha uma predisposição ao desvio em tempos de grandes transformações sociais. De acordo com Durkheim, o desvio e o crime são uma anomia que ajudam a regularizar e estabelecer limites na sociedade. Contudo, Merton afirma que o desvio e o crime são provenientes da pressão que o indivíduo sente sempre que as normas entram em conflito com a realidade social. **Conclusão:** Sendo assim, conclui-se que a tensão social sobre o indivíduo poderá induzi-lo à prática de comportamentos desviantes e posteriormente ao crime. Todavia, ajuda a fazer a manutenção entre o certo e o errado, estabelecendo limites entre os demais. Apesar disso têm-se em vista uma população que busca a regularização e consequentemente a harmonia social. Ademais, a paz social através da diminuição da criminalidade torna-se urgente e necessária, uma vez que essa teoria nos ajuda a compreender uma das gêneses do crime.

Palavras- chave: Tensões estruturais. Desvio e crime. Teoria funcionalista.

A APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL

VELEDA, Denize da Silva; SANTOS, Antônio Renan Almeida dos
FIPMoc

Introdução: O trabalhador rural, negligenciado no passado pelas políticas públicas de inclusão social, é hoje considerado um dos pilares da agricultura familiar no Brasil. Trata-se, portanto, de um cidadão detentor de direitos sociais como a aposentadoria, que lhe garante condições dignas de sobrevivência no campo. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo discutir a aposentadoria por idade do trabalhador rural. Nesse sentido, realiza, inicialmente, uma discussão sobre os aspectos gerais inerentes à Previdência Social no Brasil, perpassando pela aposentadoria no contexto previdenciário até a abordagem atual e as perspectivas da aposentadoria rural. **Método:** Para tanto, emprega o método dedutivo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório. **Resultados:** Mostra que o benefício concedido ao trabalhador rural em virtude da sua aposentadoria por idade representa uma contribuição em termos econômicos e sociais. Conclui que a aposentadoria especial destinada ao trabalhador rural garante uma fonte de renda ao beneficiário e a seus dependentes, além de minimizar a pobreza e a exclusão social dessa parcela da população.

Palavras-chave: Aposentadoria por idade. Benefícios Previdenciários.

A ATIVIDADE LABORATIVA DOS COLABORADORES DE TRÊS SUPERMERCADOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG: A SATISFAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO

SILVA, Maria Dangiel Rodrigues[1]; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes2
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O setor varejista supermercadista apresenta evidência na capitalização nacional, sendo uma das maiores e mais importantes redes do segmento alimentício. Ao possibilitar a geração de empregos e renda, constitui, no município de Montes Claros, grande destaque na economia local. Compreendendo que a satisfação do trabalhador dentro do ambiente de trabalho pode ser fonte de crescimento e desenvolvimento econômico, social e pessoal, faz-se indispensável mudança de procedimento e adequação às novas exigências do mercado consumidor. **Objetivo:** o presente estudo objetiva analisar a satisfação da qualidade de vida no trabalho dos colaboradores das redes de supermercados localizados no município de Montes Claros/MG. **Método:** Empregou-se, para o desenvolvimento desta, analise, o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico documental, além de pesquisa do tipo de estudo de caso, descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. **Resultados:** Verificou-se que os colaboradores dos supermercados em análise encontram-se, em maioria, insatisfeitos. Ademais, contatou-se a necessidade de melhores oportunidade de crescimento, progresso em oportunidades de treinamento e aprendizagem, maior autonomia aos colaboradores, especialmente relacionados à qualificação, valorização do desempenho e oferecimento de melhoramentos que propiciem alternativas de melhoria na qualidade de vida no ambiente laboral. **Conclusão:** Ressalta-se que a qualidade de vida no trabalho afeta a satisfação, sendo necessária ênfase a programas que garantam o bem-estar e a saúde do colaborador, o que coadunará com a realização das atividades diárias com maior eficiência e produtividade.

Palavras-chave: Supermercados. Satisfação. Gestão de Pessoas. Qualidade de Vida no Trabalho. Montes Claros/MG.

A BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO EM RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PRESO[1]

BRITO, Clovis Dias1; CAMPOS, Sandd Lopes Oliveira1; PEREIRA, Roberto César 1; VELOSO, Wandirene Saraiva1; SILVA, Leandro Luciano2.
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A análise da situação do sistema prisional brasileiro e da repercussão do preso são temas cada vez mais urgentes, tendo em vista a crescente onda de tentativas de fugas e rebeliões nos sistema penitenciário brasileiro. **Objetivo**: Este trabalho buscou verificar se os direitos fundamentais do preso assegurados pela Constituição Federal de 1988 têm sido observados pela legislação vigente e sua eficácia no tocante à ressocialização. **Metodologia:** A pesquisa será qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica. **Resultados**: Não há que se falar em Estado Democrático de Direito sem se observar o respeito e às garantias fundamentais inerentes à pessoa humana. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura ao apenado o exercício de todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, incluindo o respeito à integridade física e moral, garantindo a dignidade do preso e outros direitos voltados à busca pela ressocialização. Para isso, prevê a LEP (Lei de Execução Penal), a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, que objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se esta ao egresso. Percebe-se que a legislação tenta, de um lado, garantir a dignidade e a humanidade da execução da pena, tornando expressa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos, e, de outro, assegurar as condições para a sua reintegração social. Observa-se ainda que, conforme relatórios de visitas realizados, pelo IPEA e pelo Tribunal de Justiça em diversos estados brasileiros, esse ideal de reintegração social do preso ainda é um desafio. De acordo com os relatórios para que o objetivo da ressocialização se concretize faz-se necessário a abertura de um processo de comunicação e interação entre prisão e sociedade, pois as políticas públicas voltadas para essa finalidade não surtem os efeitos esperados. Ora esbarram na falta de acompanhamento aos egressos do sistema carcerário, ora na má administração dos recursos destinados a esse fim. Em contrapartida, algumas entidades do terceiro setor, com êxito vêm desenvolvendo projetos sociais voltados a ressocialização. **Conclusão**: Pode-se concluir que, sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, busca-se o respeito e a garantia da efetivação dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana. Esta realidade faz-se presente ao se analisar o texto constitucional. Todavia, no tocante aos direitos dos presos, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei d Execução Penal, percebe-se uma realidade inversa tendo em vista que tais direitos são violados constantemente. Verifica-se ainda que a finalidade precípua da pena, qual seja, a recuperação e reinserção social do apenado, é ineficaz. As políticas públicas são ínfimas e quando existem não dão o suporte necessário ao egresso, ocasionando assim a reincidência.

Palavras-chave: Ressocialização. Direitos. Fundamentais. Preso.

A CULTURA DA SENTENÇA

DIAS, Beatriz Ferreira[1]; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro[1]; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de[1]; LIMA, Paula Pinheiro[1]; SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos[1].
GABRICH, Lara Maia Silva[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A cultura da sentença consiste na crença de que somente o Poder Judiciário tem eficácia na resolução de conflitos, isto é, apenas o juiz diante de uma sentença pode solucionar o litígio, desconsiderando, assim, as demais formas de resolução. **Objetivo:** Analisar a cultura da sentença frente à crise do Poder Judiciário. **Métodos:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em doutrinas e materiais disponibilizados em sala de aula. **Resultados:** A cultura da sentença provoca a crise no Poder Judiciário, visto que se trata de um processo histórico em que os litigantes recorrem à jurisdição como forma primordial de resolução de conflito, havendo assim uma

[11] Resultados parciais das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Interdisciplinar **"Sistema Penitenciário e Direitos Humanos"** em execução pela Disciplina de Direito Constitucional II, Curso de Direito das FIP-Moc.

interpretação restritiva do acesso à justiça. Essa procura incessante pela jurisdição acarreta na morosidade processual, uma vez que há uma desproporção entre a alta demanda de processos em detrimento do número de magistrados competentes. Anteriormente ao Novo Código de Processo Civil (NCPC/2015), havia uma menor procura pelas outras modalidades para resolução do conflito, decorrente da cultura da sentença, o que configura no abarrotamento dos processos. Hodiernamente, o NCPC/2015 dispõe que determinados litígios devem passar primeira e obrigatoriamente pelo método extrajudicial, sendo uma forma alternativa e célere de promover desempenho do Poder Judiciário de forma justa. **Conclusão:** Conclui-se que a cultura da sentença prejudica a eficácia do Poder Judiciário, já que métodos extrajudiciais são capazes de desafogá-lo. Sugere-se a promoção de políticas públicas por parte do Estado, a fim de viabilizar o incentivo a população no tocante à utilização destes meios.

Palavras-chave: Cultura da sentença. Morosidade processual. Poder Judiciário. Formas extrajudiciais.

A CULTURA DO ESTUPRO E SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

SILVA, Maria Eduarda Andrade e
FIPMoc

Introdução: O crime de estupro é previsto no artigo 213 do Código Penal, é caracterizado como hediondo. Trata-se de um crime violento em que vítima se observa em uma situação de vulnerabilidade física e psicológica. **Objetivo:** Busca-se neste trabalho verificar as consequências do crime de estupro para as vítimas e a recepção do crime na sociedade brasileira. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas na doutrina especializada, jurisprudêncial, e em artigos acadêmicos que tratam do tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo. **Resultados**: Os resultados obtidos nesta pesquisa mostraram que as mulheres são as maiores vítimas deste crime, além disso, os estupradores em sua maioria fazem parte do círculo social em que a pessoa se encontra podendo ser seu pai, marido, namorado, vizinho ou amigo da família. Por medo da retaliação social que pode sofrer algumas mulheres optam pela não denunciação de seu ofensor sofrendo as agressões por anos sem o conhecimento das autoridades competentes. A criminologia feminista tem auxiliado nas pesquisas aumentando o grau de consciência quanto aos crimes femininos tornando a sociedade mais consciente sobre o estupro. **Conclusão**: Conclui-se portanto, que a chamada "cultura machista" é um dos principais motivos para o crime. O estupro é resultado de uma associação masculina com o poder, domínio e força. Na maioria das vezes não se resulta de um desejo carnal irresistível, mas de uma associação entre a masculinidade e o poder. (GIDDENS,2005).

Palavras-chave: Estupro. Dignidade da pessoa humana. Machismo

REFERÊNCIAS:

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

A DIFICULDADE DA REEDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

ARAÚJO, Matheus Barbosa de[1]; CASTRO, Rafael Parrela de Almeida[1]; VERSIANE, Matheus Martins[1]; VELOSO, Pedro Felipe Souto[1]; VELOSO, Roilan Franco[1]; SILVA, Leandro Luciano da[2].
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc. 2Docente do curso de Direito FIPMoc

Introdução: O Brasil tem passado por vários problemas carcerários, fazendo com que o poder público e a sociedade reflitam sobre a atual política de execução penal, emergindo críticas e questionamentos sobre a necessidade de repensar esta política carcerária, que, na prática, privilegia o encarceramento. Um dos temas de destaque neste cenário tem se pautado na ressocialização do apenado, que ganha importância com políticas de promoção à educação no sistema carcerário, como proposta de ressocialização. **Objetivo:** Identificar condições de atendimento ao Direito à Educação do Preso. **Método:** A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Utilizou-se como fonte de pesquisa o Relatório de Inspeção em Estabelecimento Penais em Minas Gerais, realizado pelo conselho Nacional de política Criminal, entre os dias 25 e 26 de abril de 2013. **Resultado:** Conforme a Lei de Execução Penal é importante que a assistência educacional seja fornecida ao condenado e que o ajude a retornar de volta à sociedade no intuito deu ma nova convivência social, onde os mesmo não pratiquem crimes e tenha uma vida de forma singela, desta forma uma inspeção foi realizada em quatro estabelecimentos prisionais do

Estado de Minas Gerais, nas cidades de Betim, São Joaquim de Bicas, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, durante as inspeções verificam-se que o índice de assistência à educação nos estabelecimentos prisionais se encontra não é satisfatório visto que, apenas em Belo Horizonte no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto ha uma regularidade em relação à educação dos detentos, 96 ensino fundamental, 38 ensino médio e 41 profissionalizante. Nos outros três estabelecimentos as salas de aulas estão sendo utilizada como celas, por conta da demanda de superlotação das penitenciarias, e os condenados não têm a assistência necessária para se profissionalizar e resgatar o convívio satisfatório em sociedade. **Conclusão:** Apesar da iniciativa do Estado em promover o acesso à educação, a efetividade deste direito tem sido prejudicada em razão de fatores relacionados à superlotação, deficiência da estrutura dos estabelecimentos prisionais. É importante destacar que estes dados estão localizados no estado de Minas Gerais, conforme relatório de Inspeção, porém aponta para a necessidade de se identificar o problema em outros estados, no sentido de conhecer efetivamente o estado da arte, demandada para outras pesquisas.

Palavras-chave: Dignidade. Educação. Sistema Carcerário.

A DIGNIDADE HUMANA ASSEGURADA AOS DETENTOS PELA OBRIGAÇÃO DE FAZER

ANJOS, Cassia Mirene Pereira dos1; CARVALHO, Mércia Pereira de1; OLIVEIRA, Isabella Gonçalves de1; PINA, Neila Renata Silva1; PIRES, Tatiana Drumond1; CARVALHO, Fagner Campos2.
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Estado é responsável pela guarda e segurança das pessoas submetidas ao encarceramento, sendo seu dever mantê-las em condições com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei, devendo ser tratadas com a mesma dignidade e respeito que os demais. A pena é privativa de liberdade e não significa que seus direitos devam ser negligenciados. **Objetivo**: Analisar a possibilidade de o Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer no sistema prisional para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana aos detentos. **Método**: A pesquisa realizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em leis, doutrinas, na revista eletrônica Jus Navigandi e julgados do Supremo Tribunal Federal. **Resultados**: O Estado falha em garantir aos presos o cumprimento de suas penas de forma digna, com respeito aos direitos que lhes são inerentes. O quadro de total falência do sistema carcerário brasileiro permite que sejam violados os direitos humanos e aviltada a dignidade da pessoa humana. São constantes os relatos de superlotação, condições mínimas de higiene e saúde, estrutura precária, rebeliões, abusos físicos ou morais. Esse caos evidente compromete o caráter ressocializador da pena, não contribuindo para a diminuição da criminalidade, ocasionando o seu aumento. Quando a Administração Pública não consegue cumprir com seu dever de proteção, tendo como premissa a centralidade da dignidade da pessoa humana no sistema constitucional, é permitido a intervenção judicial para que seu conteúdo mínimo seja assegurado. Cumpre esclarecer que aos juízes só é lícito intervir quando provocados e evidenciado um "não fazer" por parte das autoridades estatais que ocasione iminente e grave risco aos direitos dos jurisdicionados. **Conclusão**: Conclui-se que, diante da inércia dos outros órgãos estatais em garantir a plena realização das normas constitucionais e a efetivação dos direitos fundamentais, é lícito que o Poder Judiciário imponha a obrigação de fazer visando dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana para assegurar aos detentos o respeito à integridade física e moral.

Palavras-chave: Obrigação de fazer. Dignidade Humana. Sistema Prisional.

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

AZEVEDO, Tulio de Seixas[1]; BARBOSA, Caio Santos[1]; FERRARO, Lucas Vinícius Silva Rodrigues[1]; SILVA, Saulo Santos Ferreira[1]; TOSI, Rafael Rabelo[1]; VIEIRA, Gabriel Ritchelly Gomes[1]; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas[2]
[1]Discente do curso de Direito das FIPMoc; [2]Docente do curso de Direito das FIPMoc

Introdução: O presente trabalho versa acerca do artigo 6º da Magna Carta Brasileira de 1988, expondo a efetiva subsistência dos direitos sociais, tendo em vista a garantia, aos indivíduos, de condições necessárias para a sua sobrevivência digna, o que consiste em pressupostos essenciais para o exercício da cidadania. Nesse contexto, ressalta-se a fundamentalidade do estudo da sistematização dos direitos sociais, a fim de dar subsídios à discussão acerca de sua efetiva proteção e realização. **Objetivo:** A presente pesquisa objetiva analisar os entraves que impossibilitam a efetiva e concreta instituição dos direitos sociais no

Estado Democrático de Direito brasileiro. **Método:** Devido à natureza do estudo em questão, o procedimento metodológico empregado, próprio da pesquisa jurídica, foi realizado de maneira descritiva e com caráter qualitativo, traduzindo-se em leitura, análise e interpretação dos dados obtidos em investigação de documentos e revisão bibliográfica de livros e artigos científicos elaborados no período de 2006 a 2014. **Resultados:** Com a finalidade de disponibilizar condições basilares para o efetivo usufruto das liberdades fundamentais, os direitos sociais, intrínsecos à categoria de direitos fundamentais de segunda dimensão, encontram-se amplamente tutelados pela nova ordem constitucional, integrando o núcleo normativo do Estado Democrático de Direito, estritamente comprometido com a promoção da justiça social. Não obstante, a efetividade destes direitos prestacionais é sujeita à disponibilidade de recursos públicos suscetíveis de serem utilizados para esse fim, em razão do seu vínculo com a conjuntura econômica do Estado. Isto posto, foram formuladas as teorias da reserva do possível e do mínimo existencial, concepções usadas para justificar a inércia do Estado em relação à promoção dos direitos sociais, ficando estes, postergados em relação às prioridades traçadas pelo Poder Público. **Conclusão:**Infere-se que, com a consagração do Estado Democrático de Direito no ordenamento jurídico brasileiro, os direitos sociais passaram a merecer uma tutela máxima e efetiva, impondo-se ao Poder Público, a obrigação de promover a efetividade dos direitos sociais e de neutralizar as adversidades e desigualdades econômicas geradas na sociedade. Depreende-se, portanto, que a obrigação de garantir o exercício pleno da cidadania e a preservação da dignidade humana representa a principal tarefa do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual atribuir efetividade aos direitos sociais se revela como um dos maiores desafios do Poder Público.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Efetivação. Dignidade da pessoa humana. Estado Democrático de Direito

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Dayse Coelho De. A Fundamentalidade dos Direitos Sociais no Estado Democrático de Direito. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 31, jul. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3237>. Acesso em: maio 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Vademecum**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

SILVA, Saulo Santos Ferreira[1]; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas[2]
[1]Discente do curso de Direito das FIPMoc; [2]Docente do curso de Direito das FIPMoc

Introdução: O presente trabalho trata sobre o artigo 6º da Magna Carta Brasileira, o qual expõe os direitos sociais que visam assegurar o mínimo de dignidade para o cidadão brasileiro, tais como: O direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. A efetividade dos mesmos se mostram de suma relevância, em virtude dos graves índices de desigualdade e miserabilidade em nosso país. **Objetivo:** Esta pesquisa tem o intuito de analisar os empecilhos os quais impedem os direitos sociais de serem concretizados de fato. **Método:** Utilizar-se-á o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico acerca do tema. **Resultados:** A partir da bibliografia estudada, comprovamos dificuldades de cunho financeiro, normativo e político. Examinando-se o primeiro, devemos salientar a necessidade de dotação orçamentária para a execução de direitos prestacionais, pois para sua concretude há um gasto público. Neste contexto, há de se observar um binômio que compreende de um lado a razoabilidade da pretensão e a existência de disponibilidade financeira do Estado, de tal modo que, comprovada, efetivamente, a incapacidade econômica deste, não será plausível exigir a imediata efetivação do direito em questão. Já a adversidade normativa, evidencia que tais normas fazem o uso de conceitos indeterminados, expondo princípios a serem cumpridos pelo Estado na busca da realização do bem-estar social. Contudo, essa indeterminação foi por muito tempo o grande problema da efetivação desses direitos, sendo essa característica vaga utilizada como desculpa pelos governantes para não as colocar em prática. Ademais, o princípio da separação dos poderes é o argumento de ordem política utilizado

como impedimento a judicialização dos direitos fundamentais sociais. Significa dizer que o Poder Judiciário não pode interferir nas decisões políticas do Poder Executivo, caracterizando assim, invasão de atribuições constitucionais. Ainda existe o agravante da corrupção e a má gestão, que se encontram entranhadas em nossa cultura, desviando importantes recursos, que por muitas das vezes são escassos. **Conclusão:** Muitos são os obstáculos a serem enfrentados no momento em que ocorre a judicialização de direitos fundamentais sociais, existindo uma verdadeira discussão doutrinária e jurisprudencial a respeito do assunto. No entanto, os mesmos possuem natureza de direitos constitucionais fundamentais, é um poder-dever do Judiciário o controle de atos administrativos que violem esses direitos, sendo este controle o verdadeiro equilíbrio de uma República Democrática, onde um poder controla o outro para se evitar o arbítrio.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Efetivação. Dignidade da pessoa humana. Estado Democrático de Direito

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.** São Paulo: Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito. v.7, n.7, p.9-35, 2010.

ALMEIDA, Dayse Coelho De. A Fundamentalidade dos Direitos Sociais no Estado Democrático de Direito. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 31, jul 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3237>. Acesso em maio 2017.

A EFETIVIDADE DO DIREITO A MORADIA

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro[1]; ROCHA, Jéssica Millene Alves Martins[1]; SANTANA, Maria Luiza Ribeiro[1]; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo[1]; MAGALHÃES, Stéfani Santos[1]; BALEEIRO, TEIXEIRA, Regina Celia Fernandes[2].

[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Os direitos sociais são os direitos fundamentais de segunda geração e estão positivados na nossa atual Constituição. Os mesmos buscam uma maneira de atender as necessidades daqueles menos favorecidos e trazer uma maior igualdade a esse indivíduo no meio social. O direito a moradia, é um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 que visa à garantia de uma vida digna aos cidadãos brasileiros. **Objetivo:** O estudo buscou identificar a eficácia social do direito à moradia, sendo um dos direitos sociais. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa de campo, bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em visitações feitas a moradores de rua e a condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida. Também buscamos informações nas bases de dados online e legislações. **Resultados:** Por estar previsto na Constituição é dever do Estado garantir o direito à moradia de forma digna, além de toda uma estruturação da casa, este direito engloba características como saneamento básico aos moradores, fácil acesso ao transporte, alimentação, saúde, a todos os residentes do lar. O problema da falta de moradia está relacionado há um longo processo histórico, devido a uma política que beneficiava as classes dominantes. Uma das formas de garantia é a realização de políticas públicas, um exemplo desta, elaborada pelo Estado ligada ao direito a moradia é o programa Minha Casa, Minha Vida. Em visitações realizadas a beneficiados deste programa e a moradores de rua podemos perceber que embora o Estado Brasileiro tenha criado essa política, ela não é capaz de atender toda a população e o Estado não consegue efetivar esse direito de forma total. **Conclusão:** Além da violação dos direitos e privar determinada parcela da população de uma moradia digna e melhores condições de vida, a não efetivação do mesmo resulta na questão psicológica desses cidadãos e em práticas de violência. Em suma, deve haver maior responsabilidade por parte do poder público de forma a criar conjuntos de medidas urgentes que garantam o direito a moradia.

Palavras-chave: Efetivacão. Direito a moradia. Fontes. Amparo.

A EFICÁCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

DIAS, Beatriz Ferreira[1]; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro[1]; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de[1]; LIMA, Paula Pinheiro[1]; SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos[1].
VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O princípio do devido processo legal possui o condão de assegurar a todos o direito a um processo completo, com todas as etapas previstas em lei e garantias constitucionais, tornando o processo mais justo e garantindo outros princípios decorrentes do mesmo (CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, 2014). **Objetivos:** Analisar a observância do princípio do devido processo legal na Audiência de Instrução e Julgamento (AIJ). **Métodos:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório, bibliográfico, documental com análise da legislação pertinente. Além de pesquisa de campo por meio da técnica de pesquisa observacional realizada no Fórum de Montes Claros. **Resultados:** A AIJ, como o próprio nome induz, possui o objetivo de produzir provas e julgar, além de proteger os direitos acerca do devido processo legal. Para que a AIJ ocorra de forma justa e igualitária, faz-se necessário a observância do devido processo legal, bem como dos princípios constitucionais decorrentes do mesmo, principalmente do contraditório, da isonomia e da ampla defesa. Caracterizam-se, respectivamente, pelo direito de contestar e se defender, pela posição de simétrica paridade entre as partes e, por fim, pela utilização de todos meios legais para se defender. Dessa forma, se observados na AIJ, visam assegurar a eficácia do processo, bem como as garantias fundamentais. **Conclusão:** Conclui-se que o devido processo legal é uma garantia inerente a todos os cidadãos, que se faz importante perante a AIJ para comprovação das garantias e direitos judiciais. Relacionam-se por serem imprescindíveis ao exercício da jurisdição e, assim, se identificado o devido processo legal na AIJ, verifica-se a eficácia do processo.

Palavras-chave: Audiência de Instrução e Julgamento. Devido Processo Legal. Princípios Constitucionais.

REFERÊNCIAS:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

A ESPECIFICIDADE DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

GUERRA, Pedro Victor Antunes[1]; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes[2]
1 Bacharel em Direito pelas FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A prova é tema de grande importância no trato doutrinário do processo. Em especial, no Processo do Trabalho, esta se reveste de caracteres especiais que merecerem ser devidamente indicados. **Objetivo:** Objetiva a presente pesquisa analisar o instituto do ônus da prova no processo trabalhista, apresentando pontos relevantes e o seu reflexo na seara do Direito Processual Civil. **Método:** Para tanto, utilizou-se neste desenvolvimento, o método dedutivo, através do procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultados:** Observou-se que o tratamento do ônus da prova, na seara específica do Processo do Trabalho, ocorre de maneira mais dinâmica, conforme o fluxo da carga probatória, podendo ocorrer, muitas vezes, a sua inversão. Ademais, destaca-se que a influência principiológica se faz mais presente do que na seara processual civil, motivado por certo anacronismo e lacunosidade da CLT. **Conclusão:** A análise do instituto do ônus da prova, inserido no contexto de um processo trabalhista, revelou características próprias, tendo como fim a busca da justiça e a satisfação das partes litigantes, segundo a verdade constatada durante a instrução processual.

Palavras-chave: Ônus da prova. Processo do Trabalho. Provas. Instrução Processual

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de[1]; BORBOREMA, Marina Rego[1]; SILVA, Rodrigo Silveira e[1]; ALMEIDA, Sara Pereira de [1]; BASTOS, Carlos Frederico Queiroz[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Os direitos sociais, garantidos na Constituição de 1988, nos artigos 6° ao 11°, procuram garantir a todos os cidadãos brasileiros, condições mínimas e dignas de vida. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a evolução histórica dos direitos sociais no Brasil. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. **Resultados:** No final do século XVIII, início do século XIX, com a era das maquinas, a ascensão do capitalismo e o advento das indústrias, grande parcela da população rural migrou para os grandes centros urbanos, ocasionando cidades com superpopulações e sem infraestrutura para acomodação e vivencia de todos, onde o principal enfoque era a busca pelo enriquecimento e o lucro. As condições dignas de trabalho foram deixadas de lado, proletariados trabalhavam sobre circunstâncias insalubres e desumanas, com cargas horárias abusivas, salários que não satisfaziam as condições básicas de um cidadão, o que acarretava na necessidade de trabalho infantil para compor a renda familiar, além da mecanização da força de trabalho humana. Esses foram alguns, dentre outros fatores, que geraram a insatisfação da massa, que baseados em princípios da Revolução Francesa e na declaração dos direitos do homem e do cidadão, começaram revoltas como o Cartismo, e o Ludismo que buscavam a inclusão de direitos que proporcionavam a dignidade básica do ser humano. **Conclusão:** Concluiu-se que os direitos sociais tiveram uma evolução histórica com o passar dos anos, todavia, desde seu princípio, até hoje, busca igualar as disparidades sociais e econômicas que divergem a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Evolução Histórica. Direitos Fundamentais.

A INFLUÊNCIA DO RELEVO NA ESCOLHA DO TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO

ARAÚJO, Daniel Botelho[1]; DUARTE, Caio Giovanny dos Santos Alkmim[1]; FERNANDES, Danielle Ângela Pereira[1]; FREIRE, Alberto Jonatas de Sousa[1]; MATOS, Breno Rodrigues de[1]; SANTOS, Gustavo Henrique[1]; SOUZA, Daniela Lima[1]; QUEIROZ, Érica K. Ramos[2].
Discente das FIPMOC[1]. Docente das FIPMOC[2].

Introdução: A construção civil está em constante avanço e enfrenta desafios todos os dias para seu desenvolvimento, é importante saber classificar e aplicar vários artifícios técnicos na superação dos mesmos. Problemas comuns são as patologias e desabamentos causados pela falta de implementação do muro de arrimo. **Objetivos:** Analisar a forma que o relevo pode influenciar na escolha do terreno a ser construído determinado empreendimento. **Metodologia:** Realizou-se pesquisas bibliográficas, de campo para levantamentos topográficos e laboratorial por meio de testes que permitiram avaliar um SPDA (Sistemas de Proteção Descargas Atmosféricas) tendo em vista suas influencias na edificação. **Resultados**: o relevo é avaliado topograficamente, na marcação dos elementos do projeto no terreno, mostrando os lugares onde deve ser feita terraplanagem e a delimitação de espaços a serem construídos. Também, foram encontradas soluções que apresentam segurança para o terreno com um relevo que não favorece a obra como os muros de arrimo resistentes aos empuxos que evitam acidentes como deslizamentos de terra. E o modelo eletrogeométrico que posiciona adequadamente captores de raios que tem maior incidência em determinados relevos o que proporcionará mais segurança aos moradores do determinado local. **Conclusão:** O softwares Topograph, Autocad e TCP-MDT facilitaram no desenvolvimento do projeto arquitetônico, o levantamento planialtimétrico é de suma relevância para adequar o projeto ao relevo permitindo a construção de um empreendimento seguro independente do relevo do terreno onde estará localizado.

Palavras-chave: Relevo. SPDA. Softwares. Arrimo. Planialtimétrico. Terreno.

A FORMA QUE O RELEVO PODE INFLUÊNCIAR NA ESCOLHA DO TERRENO A SER CONSTRUÍDO DETERMINADO EMPREENDIMENTO

SOUTO, Luiz Henrique Vieira1; FILHO, Marcus Vinícius Crispim1; RODRIGUES, Mafriny Melo1; MONTEIRO, Maria Cecília Martins1; REIS, QUEIROZ, ÉRICA K. Ramos2
1Discentes das FIPMOC, 2Docente das FIPMOC

Introdução: O relevo, por vezes referido como topografia, diz respeito as feições da superfície terrestre e é descrito em termos de diferença de altitude, inclinação e posição na paisagem, ou seja, quanto a configuração do terreno esta tanto pode apressar como retardar o trabalho da forças climáticas. **Objetivos:** Analisar a forma que o relevo pode influenciar na definição do terreno a ser construído determinado empreendimento, já que as estruturas podem sofrer alguns tipos de modificações levando em conta o relevo. **Metodologia:** de caráter exploratório e descritivo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e laboratorial**. Resultados:** A forma do terreno é extremamente importante, já que terrenos irregulares podem oferecer excelentes oportunidades para criar uma casa impressionante, podendo oferecer a oportunidade para impor presença com terrenos largos e oferecendo a oportunidade de criar espaços de jardim fantásticos com terrenos mais profundos. **Conclusão:** Foi realizada a construção de uma maquete apresentando alternativas para a construção em terrenos desnivelados. Também, foram pesquisados alguns softwares disponíveis para terraplanagem de terrenos.

Palavras-chave: Relevo. Softwares. Altitude. Terraplanagem.

A IMPORTÂNCIA DA NEGATIVAÇÃO DE DEVEDORES COMO MÉTODO DE CONTROLE DE INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

SILVEIRA, Gilcélia Alves De Souza1; SANTOS, Cláudia Luciana Tolentino Santos2
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O fenômeno da globalização trouxe consigo uma série de efeitos para os mercados e é caracterizado pelo processo de desenvolvimento do país como um todo. Um dos efeitos negativos desse processo é o aumento da inadimplência, que, a cada dia que passa, é mais significativo e vem exigindo das empresas a adoção de estratégias que controlem o problema e proporcionem melhores resultados financeiros para as organizações em geral. **Objetivo:** Nesse contexto, o presente estudo teve por objetivo geral verificar a eficácia da "negativação" de devedores no controle de inadimplência de organizações vinculadas a uma empresa de prestação de serviços de proteção ao crédito, localizada na cidade de Montes Claros/MG, no ano de 2014. **Método:** Para tanto, realizou-se um estudo de caso, precedido de pesquisa bibliográfica e fundamentado em pesquisa documental, cujos objetos de pesquisa foram documentos cedidos pela empresa pesquisada. **Conclusão:** A pesquisa revela, dentre outros fatores, questões relativas à carteira de clientes da empresa, tais como os ramos de atividade atendidos e qual sua representatividade geral. Foram apresentadas, ainda, as formas de negociação junto aos clientes "negativados" e o índice de eficácia do processo de negativação da empresa. Em termos de conclusão, foi possível constatar que a negativação de devedores se constitui ferramenta de suma importância no controle de inadimplência e sucesso de qualquer negócio. No que tange à eficácia da negativação, a apresentação de 70% de sucesso no período estudado comprova o quanto o método é válido. Além disso, apurou-se uma taxa efetiva de inadimplência, de apenas 2,5%, referente aos clientes de Montes Claros.

Palavras-chave: Proteção ao crédito. Inadimplência. Negativação de devedores.

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DO CIENTISTA JURÍDICO

BARRETO, Andrey Renato Lima[1]; DAMACENO, Áthila Victor Ponciano[1]; ALMEIDA, Fábio Henrique Santos[1]; MACEDO, Leandro Felipe Peixoto[1]; BORBOREMA, Pedro Henrique Sales[1]; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes[2].
[1]Discente das FIP-Moc; [2]Docente das FIP-Moc.

Introdução: Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o intuito de apresentar a importância da Sociologia na formação do cientista jurídico assim como a relação entre o Direito e a Sociologia enquanto ciência, com uma correlação ao cotidiano do cientista jurídico enquanto ser social, dando a ele uma visão imparcial e ampla das relações recorrentes e adequações sofridas ao longo do tempo**. Objetivo:** O presente estudo tem como principal intuito fazer-se compreender a importância e a contribuição da Sociologia na formação do cientista jurídico e ao Direito enquanto ciência em constante transformação. **Metodologia:** Através de leituras recorrentes e pesquisas de autores clássicos pôde-se conhecer a grande influência da sociologia no direito moderno bem como na visão do cientista jurídico, uma vez que, complementado com ideias originais extraiu-se um fim satisfatoriamente amplo para obtenção de conhecimento e argumentos plausíveis. **Resultado:** Resultou-se no entendimento da visão sociológica e jurídica em âmbito social e a importância da junção das mesmas para formar um profissional do Direito, evidenciando que sem a reciprocidade de complementação não se pode obter um cientista jurídico por excelência. **Conclusão:** Concluiu-se que o entendimento do profissional do Direito quanto a sociologia e sua importância para formação plena de um cidadão e/ou cientista jurídico, é impreterivelmente alicerce para condução plena do Direito como ciência e da Sociologia do Direito, para que assim a atuação do profissional do direito vá em consonância com as adequações que a sociedade propõe ao longo de sua evolução.

Palavras-chave: Importância da Introdução à Sociologia. Sociologia do Direito. Cientista Jurídico.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURIDICA.

COSTA, Andressa Graycielle de Jesus[1]; SILVA, Annyelle Fernanda Rosa[1]; BARRETO, Karolina Duarte[1]; ALENCAR, Victor Soares[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Apesar de todas as diferenças que dificultam o diálogo entre profissionais de cada área, entretanto, a relação entre Direito e Economia pode ser visualizada em diversas questões, uma vez que os sistemas jurídicos ocasionam reflexos nos fatores que determinam o desempenho econômico e, assim, quanto aos temas que possuem efeitos socioeconômicos, mostra-se oportuna a abordagem multidisciplinar, a qual propicia a eficiência econômica e o desenvolvimento social. **Objetivo:** O presente estudo se propôs mostrar a importância da relação entre direito e economia, sendo que as normas jurídicas molduram o campo de análise da economia. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido empregou-se o procedimento exploratório, bibliográfico e pesquisa qualitativa. **Resultado:** Verificou-se que o Direito e a Economia detêm importantes papéis a serem cumpridos e constituem partes integrantes do processo de desenvolvimento nacional. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 170 que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, e no artigo 193 ao estabelecer que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Consoante exposto nos artigos 170 e 193 da Constituição da República, a justiça social insere-se na ordem econômica e na ordem social, de modo que o Direito e a Economia detêm importantes papéis a serem cumpridos e se complementam para a concretização do desenvolvimento nacional. **Conclusão:** Conclui-se que apesar das conhecidas diferenças entre as disciplinas, o Direito e a Economia relacionam-se em diversos pontos, como, por exemplo, quanto aos custos do processo litigioso, responsabilidade civil, direitos de propriedade e direitos contratuais. Além disso, diante da globalização e da consequente concorrência no mercado internacional, as disciplinas encontram-se em crescente interação. Espera-se o contínuo aprimoramento da análise econômica do Direito, com a assimilação de conceitos econômicos pela teoria jurídica, bem como

incentivando o movimento que integra o Direito e a Economia em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Relação entre direito e economia. Ordem social.

A IMPORTÂNCIA DO CONTRAVENTAMENTO EM EDIFICAÇÕES

SOARES, Aline Santos[1]; BARROSO, Ágata Cristien G.[1]; COSTA, Claudio Manuel T.[1]; FREITAS, Tatianny Xavier de[1]; BENVINDO, Caroline Leite[1]; BECHELENI, Yasmim Soledade[1]; SANTOS, João Victor[1]; QUEIROZ, Érica Karine R.[2].
1Discente do 3° Período de Engenharia Civil das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: Ocomportamento do fluido vento deve ser observado levando em consideração que este pode admitir diversas formas e efeitos, ocasionando diversos danos às estruturas, tornando-se necessário o uso de sistemas de contraventamnto. **Objetivo:Analisar deslocamentos laterais evidenciando a importância do contraventamento** frente à perspectiva de elaboração de projetos que garantam a estabilidade e conforto.**Método:**Através de pesquisas técnicas-científicas como pesquisa bibliográfica, de campo de caráter exploratório e experimental. A coleta de dados foi em artigos na literatura, para tal realizou- se uma busca na base de dados do Google Acadêmico, e na biblioteca das FIPMoc. Na pesquisa de campo realizou-se teste experimental com a simulação de um edifício em estruturas metálicas construído com o auxílio do Kit Estrutural de Mola, que é um modelo físico interativo que simula o comportamento das estruturas. Para analise da verificação da segurança estrutural, deverá ser desenvolvido um Sistema Linear de Matrizes através do método de Decomposição de Cholesk. Pretende-se ainda calcular a força resultante do vento que atuante sobre a estrutura através do uso de um dinamômetro que será acoplado ao protótipo, e este será exposto ao Túnel de Vento disponível no CEPEAGE (Centro de Práticas em Engenharia, Arquitetura e Gestão). **Resultados:** Observou-se que no protótipo sem o contraventamento as forças do vento que incidem sobre as estruturas atuaram causando grandes deslocamentos laterais. Já em estruturas metálicas contraventadas as estruturas, permaneceram inertes. Após o ensaio com o Túnel de Vento e a resolução do Sistema Linear acredita-se que a será possível associar alguns conceitos expostos ao longo da pesquisa para uma situação mais próxima da realidade. **Conclusão:** Esta pesquisa além de obter resultados positivos no quesito verificar a importância de sistemas de contraventamentos em barras de X (Cruz de Santo André) em edificações metálicas, também descreve o quão é indispensável realizar a análise estrutural e a otimização destes sistemas, visto que otimizados são indispensáveis no projeto garantindo execução segura, redução de acidentes, minimizando os custos e consequentemente gerando menor impacto ambiental.

Palavras-chave: Contraventamento. Estruturas. Metálica. Vento.

A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS PARA OS PACIENTES ONCOLÓGICOS

ALVES, Brenda Liery Ribeiro1;VIANA,Lais Mendes2; ROCHA, Josiane Santos Brant3
1-2 Discentes do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras. 3- Docente do curso de medicina das Faculdades Integradas Pitágoras.

Introdução: O câncer é caracterizado pelo desenvolvimento anormal de células que possuem capacidade de invasão, gerando metástases em vários tecidos e órgãos do corpo. Essa doença tem apresentado um aumento de sua incidência, principalmente devido às mudanças demográfica, resultando em um aumento da expectativa de vida. Considerada um problema de saúde pública e com potencial de mortalidade, é de fundamental importância para esses pacientes oncológicos uma assistência multiprofissional e integral que enfatize a pessoa e não a doença. Nessa perspectiva ressaltam-se os cuidados paliativos como essencial para o cotidiano desses pacientes e suas famílias, oferecendo melhorias em âmbitos biopsicossociais e qualidade de vida.**Objetivo**: Objetivou-se conhecer os princípios dos cuidados paliativos e sua relação na perspectiva de vida do paciente oncológico, bem como os desafios de sua implementação na atenção primária. **Método:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através de periódicos disponíveis na integra, publicados nos últimos sete anos e disponíveis no banco de dados da SciELO. Sendo incluídos os artigos que correlacionavam cuidados paliativos e melhoria da qualidade de vida do paciente oncológico. **Resultados**: Foi percebida que a abordagem paliativa é a opção terapêutica preferencial, em quadros em que o câncer encontra-se em um estágio avançado ou evolui para essa condição durante o tratamento. Segundo a Organização Mundial da Saúde, cuidados paliativos são definidos como uma assistência multiprofissional a fim de melhorar a qualidade de vida do paciente que enfrenta uma

doença terminal e de seus familiares, através da prevenção e alivio de sofrimento, detecção precoce, avaliação do paciente e tratamento da dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais. Permitindo que em âmbitos da oncologia, uma visão de morte como processo natural, além de suporte para o paciente viver mais ativamente. A atenção primária a saúde exerce um papel fundamental nos cuidados do fim da vida, destacando a Estratégia da Saúde da Família (ESF), devido a essa proximidade com os cuidados prestados ao paciente e seus familiares, além do estabelecimento da confiança e cuidado humanizado. Entretanto, há algumas dificuldades para desempenhar esses cuidados em domicilio como, por exemplo: falta de preparo especifico dos profissionais e de materiais que nem sempre estão presentes na rede básica, falta de profissionais nos fins de semana e feriados, falta de informações ao paciente e família a respeito da doença no momento da alta hospitalar, despreparo dos profissionais para lidar com a situação de morte iminente, dentre outros. Outro ponto a destacar é a negligência dos profissionais de saúde com os cuidadores daquele paciente. Essas pessoas sofrem de uma grande sobrecarga física, emocional, social, material, financeira, principalmente quando o tempo de cuidado é prolongado e a doença se encontra no estágio avançado. **Conclusão:** Dessa forma, os cuidados paliativos são de fundamental importância na assistência aos pacientes oncológicos, bem como de seus familiares dando um suporte contínuo e integral para enfrentar os desafios dessa doença.

Palavras-chave: Cuidados paliativos. Atenção Primária. Câncer.

A INCORREÇÃO CONCEITUAL ACERCA DA PEDOFILIA

OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de[1]; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes[2];
TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes[2], TORRES, Vânia[2].
1Bolsista de Iniciação Científica PROBIC-FAPEMIG e discente das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: Diverso do que é sabido pelo senso comum, a pedofilia não é crime. Esta consiste em um transtorno sexual, em que o indivíduo possui propensão sexual por crianças e adolescentes, independente do gênero, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). **Objetivo:** O estudo objetivou analisar a incorreção conceitual dada ao termo pedofilia. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, empregando-se o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Há um equívoco ao afirmar que a pedofilia é crime, visto que, geralmente, confunde-se esta com o estupro de vulnerável. O estupro de vulnerável consiste em uma forma de violência sexual em que o autor se encontra em uma posição superior e de poder sobre a vítima. A pedofilia, por se tratar de um transtorno sexual, necessita de diagnóstico clínico, no qual o pedófilo só é considerado criminoso quando exterioriza sua lascívia sexual. O estupro de vulnerável, a satisfação de lascívia, o aliciamento de menores, entre outros, estão previstos como crime no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante disso, observa-se que há a possibilidade de o pedófilo não ser agressor, mantendo seu desejo interno, bem como aqueles que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes podem não ser considerados pedófilos. **Conclusão:** Conclui-se que a definição adequada do termo pedofilia é de suma relevância, uma vez que esta, comumente, remete a prática de atos sexuais contra crianças e adolescentes e não a doença mental. Com tal elucidação a sociedade estará mais hábil e amparada de futuras violações.

Palavras-chave: Pedofilia. Incorreção Conceitual. Transtorno Sexual.

A INFLUÊNCIA DO PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA NO DIREITO BRASILEIRO

DIAS, Beatriz Ferreira[1]; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro[1]; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de[1]; LIMA, Paula Pinheiro[1]; SANTOS, SkarlathyLorrany Adriano dos[1].
LOYOLA, Ana Flávia[2].
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: O Pacto de São José da Costa Rica (PSJCR) foi assinado na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, na Costa Rica em 1969, entrando em vigor em 1978. No Brasil, o PSJCR foi trazido pelo Decreto nº 678 de 1992 relacionando-se com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), no que tange às garantias e direitos fundamentais (PARAIZO, 2011). **Objetivo:** O estudo buscou analisar o Pacto de São José da Costa Rica à luz do ordenamento jurídico brasileiro. **Métodos:** Utilizou-se a abordagem qualitativa com procedimento exploratório e bibliográfico. **Resultados:** O parágrafo 2º do artigo 5º da CRFB/88 afirma que a partir do momento que o país se torna signatário, seja

de um Pacto ou Convenção, o conteúdo passa a integrar o seu ordenamento jurídico. Dessa forma, o Pacto robusteceu o rol de direitos humanos, ao passo que prevê direitos e garantias fundamentais que são inerentes ao ser humano. O Pacto possui elementos que protegem os direitos essenciais, que se relacionam com o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 5º do mesmo. No tocante as garantias judiciais, o artigo 8º do Pacto assegura os direitos mínimos que o indivíduo possui no litígio, o que remete aos princípios constitucionais da isonomia, do contraditório e da ampla defesa. **Conclusão:** Conclui-se que o Pacto, assim como a CRFB/88, tem como principal meta assegurar os direitos fundamentais, assim como os signatários do PSJCR possuem o dever de efetivar os direitos humanos, as garantias judiciais e proporcionar a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Pacto São José da Costa Rica. Direito Humanos. Dignidade da Pessoa Humana.

Referências:

PARAIZO, Vanessa Antônia. A corte interamericana de direitos humanos e o ordenamento jurídico brasileiro à luz do Pacto São José da Costa Rica. Pará de Minas: FAPAM, 2011. PRINCÍPIO do devido processo legal. In: **Direito Net**, jul. 2014.

A INFLUÊNCIA DO RELEVO NA ESCOLHA DO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO UM EMPREENDIMENTO

LIMA, José Michael Camargos[1]; NEVES, Leon de Cássio[1]; COELHO, Luana de Fátima Rodrigues[1]; ABREU, Lucas Almeida[1]; BOAVENTURA, Luiz Eduardo de Almeida[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos[2].

[1] Discentes das Fipmoc; [2] Docente das Fipmoc

Introdução: O relevo se constitui no maior dos desafios enfrentados pela engenharia civil na elaboração e execução dos mais variados projetos. Desta forma, utilizar o relevo a seu favor tem sido a busca incessante do projetista civil, e saber analisar a influência do relevo do terreno nas diversas áreas do projeto irá determinar o sucesso do empreendimento, pois gera impactos diretos no custo, na arquitetura e design do projeto e, finalmente, o relevo determina se um empreendimento tem ou não viabilidade econômica. Enfim para se ter o melhor projeto, com custos viáveis e, principalmente, que atenda à demanda do cliente final, faz-se necessário um profundo estudo das interferências da distribuição planialtimétrica do terreno para definição da melhor solução a ser projetada. **Objetivos:** Analisar de que forma o relevo pode influenciar na escolha do terreno a ser construído determinado empreendimento. **Metodologia:** Essa pesquisa foi exploratória com abordagem qualitativa, realizada através de levantamentos bibliográficos e de campo; entrevistas com profissionais da área; visitas ao CEPEAGE; empresas. No laboratório, testou-se a transferência de forças para se confirmar a distribuição das cargas em aulas práticas, também testou-se os efeitos da proteção elétrica dos corpos através do efeito periférico da eletricidade**. Resultados:** A pesquisa demonstrou que o relevo tem influência em todas as áreas do projeto de engenharia, ou seja, desde a proteção contra descargas atmosféricas até a caída de águas pluviais e de esgoto o relevo irá determinar a melhor solução e definirá o custo da obra, além disso, deve compor a harmonia e apresentação do projeto. **Conclusão:** Nesta pesquisa, pode-se observar a importância do relevo para a definição da melhor solução de engenharia para a escolha de um terreno para desenvolvimento de um projeto, bem como se pode ter o relevo como aliado para redução de custos e ampliação da viabilidade econômica do empreendimento.

Palavras-chave: Relevo. Projeto. Impacto

A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO PARA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PRESO

DIAS, Gabriel[1]; SILVA, Gabriela[1]; FREITAS, Jéssica[1]; PAOLIELLO, Letícia[1]; PARAGUASSÚ, Pablo[1] LEAL, Rodrigo[2].

1Discentes do curso de Direito das FIPMoc. 2Docente do curso de Direito das FIPMOC.

Introdução: No sistema prisional ocorre a execução penal, que se trata do cumprimento da sanção pelo condenado quando este se encontra encarcerado e, a partir de então, passa a ter seus direitos previstos na Lei de Execução Penal, nº 7.210/84 (LEP), que protege sua integridade física e moral, assegurando dignidade juntamente com seus direitos fundamentais, que são inerentes à pessoa humana. Entretanto, as cadeias brasileiras se encontram falidas, em situação precária, não conseguindo, portando, assegurar os direitos dos presos e internados. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs a analisar à possibilidade de o Poder

Judiciário impor à Administração Pública a execução imediata de providências pertinentes a direitos fundamentais de pessoas que se encontram em custodia sob o comando estatal, em razão de responsabilidade criminal. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e sobre os procedimentos técnicos de coleta de dados a pesquisa será bibliográfica. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. **Resultado:** O Estado tem o dever de privar a liberdade daqueles que vão contra o que está disposto na lei, tendo, portanto, obrigação de proteger os direitos fundamentais daqueles que estão sob sua custodia. De acordo com a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, "a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade". Porém, observou-se no sistema prisional brasileiro uma carência relacionada às assistências previstas em lei, que fazem com que os direitos fundamentais sejam garantidos e respeitados, visto que, há a superlotação de celas precárias e insalubres que ferem até mesmo o princípio da dignidade da pessoa humana dos que estão ali presentes, em razão de responsabilidade criminal. A Administração Pública muita das vezes, também sofre de carência na questão de garantir assistências para a demanda populacional, fazendo com que seja possível a imposição do Poder Judiciário, sem haver ferimento do princípio da divisão dos poderes, haja vista que, se faz necessário para a garantia dos direitos fundamentais, cumprindo a sua função de implementar os resultados objetivados pelo Estado Social. **Conclusão:** Concluiu-se que é certa a imposição do Poder Judiciário no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais dos reclusos, nas determinadas situações em que a Administração Pública não consegue a efetivação destes mesmos direitos.

Palavras-chave: Sistema Prisional Brasileiro. Poder Judiciário. Direitos Fundamentais.

REFERENCIAS

BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

ALKIMIM, Renata Wanderley[1]; OLIVEIRA, Paulo Henrique[1]; SOARES, Luiz Fernando Alkimim[1]; SOARES, Solange de Fátima[1]; DIAS, Rodrigo Dantas[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: A mediação é entendida como um método de resolução de disputas, baseado na consensualidade, em que as próprias partes apresentam soluções para o seu conflito. Também é entendida como espaço de acesso à cidadania, como processo no qual a participação, a escuta mútua, a responsabilização e o empoderamento dos mediandos para o conhecimento de direitos humanos-fundamentais é possível. **Objetivos:** O presente trabalho se propõe a analisar a prática da mediação voltada à democracia, prática esta marcada pela participação dos envolvidos, exercício da cidadania e empoderamento para a conquista de direitos fundamentais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Nesta acepção, tendo como foco a mediação como um meio de exercer a cidadania e o fortalecer os vínculos individuais e coletivos, a mediação valoriza o diálogo e a escuta, democratiza a justiça e estimula o cidadão a ser participativo nas decisões que o envolve. A Mediação é utilizada quando há vínculo anterior, como em disputas familiares ou divórcio, e a função do mediador é ser neutro e imparcial, facilitando o diálogo entre as partes. O mediador aqui não decide, quem decide são as partes. Ele apenas as convida para refletirem sobre o problema e buscarem juntas soluções razoáveis para o impasse. Com a participação das partes na decisão dos processos, o próprio Poder Judiciário e seu sistema judicial incutem certa independência em seus usuários, favorecendo a participação dos cidadãos na tomada de decisão acerca de seus conflitos, e estimula a liberdade e colaboração no processo de solução que dirá de quem é o direito. No contexto de crise do Poder Judiciário, a mediação passou a ser vista como um método prático, célere e barato para a resolução de disputas, sendo sem dúvida uma inovação política e social emergente da gestão de conflitos. **Conclusão:** Entende-se que a mediação dentro da democracia tem o papel de criar e recriar laços onde estes não existem mais e estimular a participação e a responsabilização dos envolvidos, e não simplesmente buscar a solução para os conflitos, propondo uma forma de humanizar as relações. Sendo assim, a participação dos envolvidos no processo de mediação se dá com o acesso à informação e ao conhecimento, pois é preciso conhecer os meios de se obter o acesso à justiça, uma vez que no contexto brasileiro, parcela da população sofre com as limitações de acesso à informação, não sabendo a melhor forma de se solucionar uma demanda ou mesmo como decidir conscientemente sobre suas questões. Deste modo, o papel do mediador para garantir a democratização é de suma importância, pois será ele que suprirá

as partes sobre essa falta de conhecimento técnico e da compreensão da situação conflituosa, assegurando as partes uma participação mais ativa e consciente.

Palavras-chave: Mediação. Soluções de conflitos. Cidadania

A MEDIAÇÃO E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

SANTOS, Izabel das Virgens[1]; MARTINS, Gutenberg Gonçalves[2]; FREIRE, Thiago Vitor Ramos[3]; LOPES, Vera Tatiana de Alencar Mariano [4]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[5].
[1]Discente da Unimontes; [2] Discente da Unimontes; [3] Discente da Unimontes; [4]Discente da Unimontes; [5]Docente das FIPMoc.
*Pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa "Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros" da Universidade Estadual de Montes Claros.

Introdução: A sociedade tem se esforçado para reduzir os conflitos e a violência, em todos os âmbitos em que se manifestem, porém esses problemas ainda subsistem. A mediação pode ser uma oportunidade de transformar tais conflitos em mudança e crescimento dos indivíduos, através do diálogo e do reencontro interpessoal, por intermédio de "um terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia" **(**Lei nº. 13.140/2015, art.1º, parágrafo único). Cabe ao mediador estimular os mediandos a exteriorizarem seus sentimentos, a fim de encontrar o que causou a divergência. Isso contribui para uma nova visão sobre o conflito e, consequentemente, possibilita a sua resolução. (CACHAPUZ, 2004). A ferramenta que possibilita essa estratégia é a chamada Comunicação Não Violenta (CNV). **Objetivo:** Pretende-se com este trabalho, abordar aspectos teóricos que norteiam a mediação e a prática da mesma com o uso da CNV, para a produção da boa comunicação entre as partes**. Métodos:** Este resumo foi produzido através de pesquisas bibliográficas em livros e artigos, com técnicas de análises sistemática pertinentes ao tema, além do estudo da Lei de Mediação (Lei nº. 13.140/2015) e do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). **Resultados:** Desenvolvida pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg, a Comunicação Não Violenta funda-se em habilidades de linguagem e comunicação que intensificam a capacidade das partes se manterem calmas e conscientes, mesmo diante de situações adversas. Ao se fazer uso dessa forma de comunicação, a pessoa é motivada a revisar a maneira como se expressa e ouve os outros e, a partir daí, passar a se expressar com clareza e honestidade. Concedendo, simultaneamente, ao outro uma atenção respeitosa e empática. (ROSENBERG, 2006). Dessa forma, a CNV é reconhecida por ser capaz de inspirar ações compassivas e solidárias, isto é, compreender o sofrimento do outro e colocar-se em seu lugar, o que leva mediadores, em todo o mundo, a usufruir desse método, nas mais diversas modalidades de mediação. O principal objetivo da mediação é a (re) conexão do diálogo entre as pessoas envolvidas em um conflito a fim de buscar soluções. No entanto, durante esse procedimento, as emoções estarão sempre presentes de forma que o mediador deve fazer o uso dos princípios da CNV, facilitando o diálogo e o sucesso do encontro. (NUNES, 2016). **Conclusão:** Conclui-se que, a mediação é um procedimento cabível em diversos conflitos que ocorrem no cotidiano e, cumulada com a CNV, é capaz de promover a pacificação das relações estremecidas por divergências e encontrar uma forma de atender às necessidades das partes.

Palavras-chave: Conflito. Mediação. Comunicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso: 24 de março de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Lei de Mediação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso: 23 de março de 2017.

CACHAPUZ. Rozane da Rosa. **Mediação nos conflitos e direito de família**. Curitiba: Juruá, 2004.

NUNES. Antonio Carlos Ozório. **Manual de Mediação: guia prático para conciliadores**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

ROSENBERG. Marshall. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG. Marshall. e VILELA. Mário (tradução).

A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

ALVES, Iara Ravena de Oliveira; ANDRADE, Bruna Caroline Dias de; CORDEIRO, Ana Paula Pimenta; SANTOS, Anne Sarmento Cândido; SOUSA, Marcileide Alves de.[1]
VELOSO, Cynara Silde Mesquita.[2]
[1]Discentes do Curso de Direito da Unimontes; [2] Docente Doutora do Curso de Direito da Unimontes.

Introdução: A mediação tem sido incentivada cada vez no ordenamento jurídico brasileiro através do Novo Código de Processo Civil de 2015, que a regulamentou na estrutura do processo, sendo necessária assim a realização de audiência de mediação em todas as ações, desde que haja interesse dos litigantes. Podendo também ser solicitada pelas partes de um conflito sem estarem vinculadas a uma ação judicial. Objetivo: O presente estudo discutiu questões gerais do instituto da mediação, que se apresenta como uma modalidade autônoma de solução de conflitos propenso à maior autonomia de vontade das partes. **Método:** Para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se um método de abordagem indutivo. Foi empregado, como método de procedimento, o monográfico, e, como técnica de pesquisa, a bibliográfica. **Resultados:** A superlotação do Judiciário pelo número excessivo de processos criou a necessidade de composição de litígios por meios alternativos, assegurando assim a obrigatoriedade de tentativa de mediação no curso processual. O mediador deverá ainda ter capacitação obrigatória para exercer a função, devendo atuar com imparcialidade, sendo facilitador do diálogo entre as partes. A dimensão jurídico-contenciosa, à qual o advogado está acostumado, cede espaço à composição de maneira aberta. Frisa-se que, se apenas uma das partes estiver acompanhado por procurador, em prol do equilíbrio na paridade de armas, deve o mediador interromper a sessão e marcar outra, para que a mediação não seja maculada. **Conclusão:** Constatou-se, a partir do presente trabalho, que a mediação se mostra como a forma mais diligente de se resolver os conflitos dotados de maior complexidade, e que versem sobre direitos passíveis de composição consensual. Todavia, para que mediação obtenha resultados, os indivíduos envolvidos devem ceder em parte, trabalhando os próprios interesses e sentimentos pessoais, o que justifica a disposição de que o acompanhamento das sessões deverá ser feito por profissionais capacitados. A mediação representa um avanço à medida em que possui efetiva capacidade de composição e possibilita a redução do número de processos para sentenças judiciais, podendo, inclusive, ser aplicadas as tecnologias de mídias sócias para realização da mediação.

Palavras-chave: Mediação; Novo Código de Processo Civil; Resolução 125 do CNJ.

A OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

BORGES, Maria Clara Veloso[1]; QUINTILIANO, Mariana Cavalcante[1]; VIANA, Rodrigo Gomes Rodrigues[1]; Ó, Thayná Dias Ferreira do[1]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2]; TORRES, Vânia[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O devido processo legal é um princípio que garante um julgamento justo e sem arbitrariedades, subordinando o poder do Estado aos princípios que norteiam um processo. Observou-se nas audiências de instrução e julgamento, garantindo o respeito a todas as etapas previstas para um processo e que a decisão judicial venha a ser fundamentada. **Objetivo:** Analisar a observância do devido processo legal nas audiências de instrução e julgamento, buscando entender as etapas e princípios que os norteiam. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. Os dados foram obtidos em doutrinas e artigos disponibilizados pelos professores, bem como aqueles dispostos na internet. **Resultados:** O devido processo legal tem como objetivo garantir um julgamento justo, valendo-se de outros princípios, como o do contraditório, isonomia e ampla defesa, os quais proporcionam às partes condições igualitárias de defender seus interesses em um processo, garantindo por fim que, um juiz não venha a proferir uma sentença arbitrária que desrespeite direitos fundamentais do ser humano. Constata-se que os princípios defendidos pelo devido processo legal são aplicados nas audiências de instrução e julgamento, pois estas visam produzir uma solução para determinado conflito, colocando as partes conflitantes em contraditório, em que irão defender seus interesses, valendo-se de amplas condições de se defender e isonomia de prazos, visualizando, dessa forma, a igualdade no âmbito processual. **Conclusão**: Concluiu-se que o devido processo legal, por se tratar de um princípio garantidor de um julgamento justo, deve ser tratado com o

devido respeito, observando todas suas garantias. Não podendo suprimir, portanto, as audiências de instrução e julgamento, uma vez que é por meio destas que os direitos assegurados por ele serão proporcionados às partes conflitantes.
Palavras-chave: Devido Processo Legal. Audiência de Instrução e Julgamento. Contraditório. Isonomia. Ampla Defesa.

A ORIGEM DO DIREITO E SUAS FONTES

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro[1]; ROCHA, Jéssica Millene Alves Martins[1]; SANTANA, Maria Luiza Ribeiro[1]; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo[1]; MAGALHÃES, Stéfani Santos[1]; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Derivado do latim *directum*, do verbo *dirigere* que significa dirigir, ordenar, endireitar, o Direito é o conjunto de normas que regem uma sociedade, com o objetivo de atingir a justiça e a paz. **Objetivo:** O estudo buscou identificar a origem do direito e suas fontes. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas localizadas na biblioteca das FIPMoc, em dados eletrônicos online, legislações e doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** As fontes são os meios pelo qual o direito se manifesta no ordenamento jurídico. Elas são divididas em dois tipos: fontes materiais, que são as instituições ou grupos sociais que operam as normas; e fontes formais, que busca amparo em fontes distintas para garantir a solução dos conflitos, e introduzem no ordenamento novas formas jurídicas. Atualmente há dois sistemas de direito vigentes, o Common Law e o Civil Law. Enquanto o primeiro se baseia no direito costumeiro, sempre colocada em paralelo com a jurisprudência; o segundo é baseado no direito escrito, ou seja, o direito positivado. No Brasil o sistema vigente é o Civil Law, sendo que a fonte maior é a Constituição Federal de 1988. Nessa última, o direito busca respaldo na Constituição, ou seja, na lei maior do país, que são as normas ou o conjunto de normas jurídicas impostas a população. Entretanto, há circunstâncias onde ocorre a ausência da norma, e são nessas situações que as fontes subsidiárias do direito atuam. São elas a jurisprudência, o costume, a doutrina, a analogia e os princípios gerais de direito. Tais fontes são essências ao interprete ou operador de direito como forma de resolução dos processos. Vale ressaltar que a utilização dessas fontes subsidiárias do direito requer um estudo específico e metódico do caso para a excelência em sua aplicação. O fundamento em tais leis subsidiárias são de extrema importância, pois quando a lei for omissa o juiz tem por obrigação decidir sobre o caso com base nessas fontes. **Conclusão**: A origem do direito e suas fontes existentes são de valor e importância imensuráveis pois constituem amparo legal e garantia de interpretação de todo e qualquer caso com base em dispositivos legais, cuja finalidade é a solução adequada do caso concreto.

Palavras-chave: Origem. Direito. Fontes. Amparo.

A PETIÇÃO INICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

NOGUEIRA, Eustáquio Tadeu[1]; PEREIRA, Diego da Silva[2];
DE JESUS, George Vitor Freitas[3]; DE ALMEIDA, Ricardo Batista[4];
CARDOSO, Roberta Alves Rocha[5]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita.
[1-5]Discentes das UNIMONTES; [6]Docente da UNIMONTES

Introdução: A petição inicial constitui o primeiro requerimento formulado pelo autor, no qual exterioriza ao Estado-juiz o exercício do seu direito de ação, determinando a tutela jurisdicional pleiteada. **Objetivo:** Com o presente trabalho, pretende-se averiguar os principais aspectos relativos à petição inicial, peça processual de extrema importância, por representar o modo de buscar a efetividade dos direitos garantidos legalmente, bem como analisar as exigências formais de tal peça, sua estrutura e as mudanças ocorridas com a vigência do novo Código de Processo Civil. **Método:** O método utilizado é o hipotético-indutivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, por meio da utilização de materiais já publicados no ramo do Direito Processual Civil em livros, com consulta à legislação e a obras adequadas à mesma, utilizando-se também de exemplos associados à prática forense. **Resultados:** A peça processual em estudo deve observar requisitos específicos para ser válida, quais sejam: o juízo a que é dirigida; a qualificação das partes; o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; o pedido; o valor da causa; as provas e a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação, sendo analisados especificamente cada um

desses requisitos, além de outras exigências implícitas a serem preenchidas pela petição inicial. O estudo da petição inicial também envolve a possibilidade de tutela provisória, denunciação da lide, desconsideração da personalidade jurídica e recolhimento das custas e das despesas de plano. **Conclusão:** Verifica-se no novo Código, entre outras mudanças, a preocupação na solução consensual dos conflitos - o que se comprova pela exigência de que o autor opte pela realização da audiência de conciliação logo na petição inicial - bem como quanto à possibilidade de o autor da ação sanar os vícios apresentados em sua peça inicial, não ocorrendo o indeferimento imediato da mesma.

Palavras-chave: Petição. Inicial. Requisitos. Ação.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA

OLIVEIRA, Paula Reis[1]; ROTA Jr., César[2]
1Discente das FIPMoc; 2Psicólogo, Doutor em Educação (FAE/UFMG), docente das FIPMoc

Introdução: O consultório particular, em que o psicólogo atende, na maioria das vezes, individualmente, domina o imaginário leigo sobre a prática profissional do psicólogo. Hoje, tal prática ultrapassa os limites das quatro paredes do consultório, tanto no âmbito privado quanto público, e encontram-se psicólogos atuando, a partir de referenciais teórico-metodológicos diversos, em vários campos.**Objetivo:** Compreender as Representações Sociais (RS) dos acadêmicos de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, ingressantes (primeiro e segundo períodos) e concluintes (décimo período) do curso, visando estabelecer uma comparação entre as considerações destes sobre a prática profissional do psicólogo. **Método:** A metodologia foi ancorada na teoria das representações sociais e permitiu, através de procedimentos padronizados, a preservação dos depoimentos sem, contudo, reduzi-los à quantidade. As RS resultam das interações sociais e retratam a realidade sociocultural, as crenças dos sujeitos sociais acerca da realidade vivida. A preservação dos dados, da confiabilidade e anonimato dos indivíduos pesquisados foram prioridades nesta pesquisa, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio e transcritas, com alunos do primeiro, segundo e décimo períodos do curso de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. **Resultados:** Emergiram uma multiplicidade de motivos para a escolha do curso, como uma busca pessoal, ajuda aos outros, convívio com familiares que apresentavam ou apresentam demandas psicológicas de alguma ordem, a influência de uma pessoa importante e até mesmo vocação e desejo divino. Apesar das razões expostas aparecem frágeis e, até certo ponto, ingênuas, também se nota, nos discursos, novos olhares acerca da interpretação e percepção de fenômenos sociais. Em relação à prática do profissional psicólogo, constatou-se que os acadêmicos registraram em seus discursos que o fazer do psicólogo implicaria essencialmente em uma relação interindividual de ajuda ao outro ou a si próprio, confirmando uma RS comum sobre o tema, sem muita profundidade teórica. Os elementos que emergem dos discursos dos entrevistados demonstram que a maioria desses apresentam um amadurecimento em relação ao campo de atuação do profissional psicólogo. A questão sobre a prática nos fazem pensar que a proporção dos estudantes que têm dificuldades de precisar o que vêm a ser o trabalho do psicólogo, mesmo após os anos de formação acadêmica, é bem significativa. **Conclusão:** Na análise realizada, quando comparados os períodos iniciais ao período final, conclui-se que os acadêmicos dos anos finais apresentam um amadurecimento para a atuação do profissional psicólogo em relação aos calouros, mas ainda estão impregnados de RS que permearam suas escolhas pelo curso e que, nos parece, poderão definir sua atuação profissional.

Palavras-chave: Representações Sociais. Prática profissional. Formação em psicologia.

A PROPORCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE DESCAMINHO E FURTO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS

AZEVEDO, Rafael Prates; CAMPOLINA, Pedro Soares Barbosa
FIPMOC.

Introdução: A título de contextualização, Greco (2014) indica que o crime é todo aquele fato típico, ilícito e culpável, consonante à teoria tripartite do delito. Conforme a teoria mencionada, para caracterizar um crime, é necessário o preenchimento de todos os elementos, sendo que a inocorrência destes inexistirá o crime. O primeiro ponto de análise de um crime é a tipicidade, sendo que esta subdivide-se em formal e material ou conglobante. O princípio da insignificância propõe a proporcionalidade entre um crime

cometido e a punição dada pelo Estado. Tal princípio é abordado na tipicidade material, e esta é conceituada como a violação relevante a um bem jurídico tutelado pelo Direito. No que se refere ao crime de descaminho, é sabido que este está tipificado no artigo 334 do Código Penal e consiste em iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar a proporção na aplicabilidade do princípio da insignificância no crime de descaminho e furto pelos Tribunais Superiores brasileiros. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com abordagem exploratória. Para a coleta de dados utilizou-se doutrinas, artigos científicos, bem como jurisprudências. **Resultados:** Conforme o Supremo Tribunal Federal, para aplicação do princípio da insignificância devem ser observados 4 (quatro) requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica provocada. Sabe-se que, comumente, quem pratica o crime tipificado no artigo 334 do Código Penal varia entre classe média e classe alta, isto é, possuindo melhores condições financeiras. A pena existente no caput do artigo é de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, sendo equivalente ao do crime de furto (artigo 155, caput, do Código Penal), que é praticado, abrangentemente, por pessoas menos favorecidas. Geralmente, a tendência para aplicação do princípio estudado é que ocorra em crimes patrimoniais, sendo que, nestes casos, o STF já afastou a aplicação do princípio da bagatela quando a "res" alcançasse o valor de R$ 500,00. Observou-se que existe uma divergência entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal no que tange ao valor para a aplicação do princípio no crime de descaminho. Sendo que para o STF o parâmetro utilizado para é de até R$ 20.000,00, e para o STJ até R$ 10.000,00. Ademais, ressalta-se que para a aplicação do princípio referido ambos os tribunais entendem que não se aplica em se tratando de continuidade delitiva. **Conclusão:** Conclui-se que há uma desproporção nos valores estipulados por cada tribunal nos crimes de descaminho e furto, na aplicação do princípio da insignificância, em que se privilegia uma classe mais nobre e discrimina, excessivamente, a parte menos favorecida.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Proporção na aplicabilidade. Tribunais Superiores.

REFERÊNCIA:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal Parte Geral**. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

A PSICOLOGIA JURÍDICA NO DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

BRAGA, Lara Mayra Mendes Braga[1]; BRUGGER, Dayanne Carvalho[1]; SILVA, Janine Thaís Caldeira [1]; AGUIAR, João Carlos[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Tendo em vista a atuação dos psicólogos nas Varas da Infância e Juventude com o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições, ou seja, abrigamento, as discussões das medidas de proteção e as medidas socioeducativas mais coerentes com a situação da criança e do adolescente e principalmente a adoção tornam-se tema bastante abordado na Infância e Juventude. **Objetivo:** O presente estudo teve como proposta a reflexão sobre as medidas aplicadas às crianças e adolescentes lhes garantindo a sua dignidade que muitas vezes tornara-se violada em decorrência de não possuir um apoio familiar, ou por abandono durante a infância. **Metodologia**: Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório onde foram utilizados artigos, monografias pertinentes ao tema. **Resultados:** Atualmente a adoção é a medida mais favorável e aplicável como medida socioeducativa. Geralmente a adoção ocorre entre duas partes que se unem por laços de sofrimento, ou seja, de um lado uma criança rejeitada e abandonada, e do outro uma família que se encontra diante de uma impossibilidade de gerar um filho. Entretanto diante dos fatores apresentados o acompanhamento do psicólogo é de suma importância, para que possa lhes proporcionar um suporte, uma orientação durante o processo de adoção. Percebe-se a guarda e a tutela como temas muito abordados na Vara da Criança. A guarda consiste em um ato de amparo encarregada pela pessoa de proteger. No entanto a pessoa é designada judicialmente a realizar atos de assistência, educação. A tutela pode ser conceituada como um poder conferido a um tutor capaz de reger a pessoa de um incapaz e administrar seus bens; o tutor substitui os pais na sua falta por qualquer motivo. Em se tratando de guarda e tutela o psicólogo jurídico deve analisar a motivação do requerente, deverá investigar as condições materiais e emocionais das pessoas que requerer a guarda ou a tutela, como também observar a convivência daquela criança nesse ambiente familiar. **Conclusão:** Diante dos aspectos apresentados percebe-se que a atuação do psicólogo na Vara da Infância e Juventude é essencial - a intervenção técnica do profissional ético e capacitado, se mostra extremamente relevante para o destino final do processo, atuando em questões relevantes que fogem à

esfera do direito, trazendo resultados para o futuro da criança, do jovem e da família. Vale ressaltar que o profissional é decisivo para alcance daquilo que exige a Constituição e o ECA garantindo uma vida digna e feliz para as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Vara da Criança e do Adolescente. Adoção. Tutela. Infância e Juventude.

REFERÊNCIA:

MAIA, Camila Yamaoka Mariz. A psicologia Jurídica na infância e juventude .**IESP faculdades**. Cabedelo, PB. 2015. Disponível em:<http://www.iesp.edu.br/newsite/assets/2012/11/2.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

A PSICOLOGIA JURÍDICA NO SERVIÇO-ESCOLA: UMA POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO

ANDRADE, Erika Noah Oliveira[1]; AGUIAR, Isabela Ruas[1]; SILVA, Carlos André Moreira da[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Este trabalho consiste numa comunicação de resultados parciais de um Projeto Multidisciplinar do curso de Psicologia, 7º período, turno matutino. Trata-se de uma investigação sobre os estágios profissionalizantes do serviço-escola das FIPMoc, NASPP (Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes), especificamente daqueles em Psicologia Jurídica. **Objetivo:** Comunicar os resultados parciais concernentes ao Projeto Multidisciplinar. **Método:** Foi utilizado da revisão bibliográfica, que consiste no levantamento de referências relacionadas ao tema da pesquisa. Buscou-se por artigos sobre clínica-escola, Psicologia Jurídica e Defensoria da Mulher. Além disso, foi realizada uma entrevista não estruturada focalizada com a supervisora do estágio de Psicologia Jurídica do NASPP em sala de aula conduzida pelos próprios acadêmicos do curso de Psicologia. Neste tipo de entrevista, através de uma conversa informal, são feitas perguntas abertas ao sujeito entrevistado tendo em vista o tema investigado. **Resultados:** Dentre os estágios oferecidos no NASPP, a Psicologia Jurídica compõe uma das possibilidades de estágio profissionalizante. Sua atuação se volta para a Defensoria da Mulher e a Mediação de Conflitos. Possui carga-horária de 80 horas e supervisão semanal. Para ingressar neste estágio, o acadêmico, além de estar cursando o nono período, que é o momento da graduação em que se tem contato com a disciplina de Psicologia Jurídica, deverá tentar uma prova tendo em vista o limite de vagas do estágio. Na Defensoria da Mulher, o atendimento é feito com as mulheres que sofrem de violência pelos parceiros. Dessa forma, o estágio se volta preferencialmente às acadêmicas devido à fragilidade com que se encontram essas mulheres que buscam pelo serviço. Entretanto, na Mediação de Conflitos, que visa a conciliação de um determinado conflito, não há este rigor, podendo qualquer acadêmico aprovado no estágio de Psicologia Jurídica atuar nesta área.Em relação às supervisões, elas visam a discussão de casos, indicação de textos e atenção às dificuldades dos acadêmicos encontradas no estágio. **Conclusão:** O serviço-escola, como uma possibilidade de aplicação dos conhecimentos teóricos vistos em sala e de oferta de atendimento gratuito à comunidade, faz-se importante no processo de formação do futuro profissional de Psicologia. Assim, como um dos estágios profissionalizantes, a Psicologia Jurídica é uma oportunidade para aqueles acadêmicos que desejam atuar neste campo de interlocução entre a Psicologia e o Direito. Faz-se importante, nesta área, um olhar amplo para as questões sociais, principalmente no que diz respeito às relações de gênero envolvidas na violência contra a mulher.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Clínica-Escola. Estágios Profissionalizantes.

A PUNIBILIDADE DOS PSICOPATAS NO ATUAL SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

SANTOS, Milena Siqueira[1]. ASSIS, Ana Paula.[2]
1Discente das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: O presente trabalho consiste no estudo da punibilidade dos psicopatas no atual sistema jurídico brasileiro. **Objetivo:** O estudo objetivou analisar a punibilidade dos psicopatas no atual sistema jurídico brasileiro. **Método:** Para seu desenvolvimento, foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, mediante o método de abordagem dedutivo e de procedimento monográfico. **Resultados:** Verificou-se com o estudo que os psicopatas não poderiam ser considerados inimputáveis como previsto artigo 26, caput, do Código Penal brasileiro - CPB, visto que tal artigo somente é aplicável ao agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da

ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Além disso, a psicopatia não consiste em doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, pois não provoca qualquer alteração na capacidade do agente. **Conclusão:** Desse modo, concluiu-se que a psicopatia representa verdadeiro desafio para Psicologia Jurídica e Forense, haja vista, a falta de conhecimento para diagnosticar e tratar os psicopatas. Além disso, observou-se haver divergência de entendimento quanto à punibilidade dos psicopatas, ocasionando dissonância nas consequências jurídico penais aplicadas ao agente.

Palavras-Chave: Doença mental. Psicopata. Imputabilidade Penal.

A REDUÇÃO DO TEMPO DE JEJUM PRÉ-OPERATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PACIENTE

BRAZ, Roberta Fernandes[1]; PINTO, Rafael Braz[2]; LOPES, Matheus Vilas Boas Vieira[3]; VAZ, Marina Brasileiro[4]; COTTA, Paula Corrêa[5]; FERREIRA, Adriana Inácia Paculdino[6].
[1,3,4,5]Discente no curso de Medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP MOC; [2]Médico graduado na Unimontes (2007), Residência em Anestesiologia pelo Hospital Professor Edgar Santos, Salvador – BA; [6] Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP MOC, Farmacêutica, Especialista em Farmácia Clínica e Farmácia Hospitalar, pelo Instituto Racine – SP, MBA em Gestão da Saúde pelo MBA.

Introdução: O jejum pré-operatório de líquidos e alimentos sólidos por períodos de oito a doze horas é recomendado por médicos cirurgiões e anestesistas objetivando o esvaziamento gástrico e evitando a broncoaspiração do paciente que fará cirurgia. Essa prática tem sido utilizada desde observações feitas por Mendelson em 1946, que estabeleceram correlação entre a alimentação e a aspiração pulmonar do conteúdo gástrico. Atualmente, busca-se uma maior satisfação do paciente sobre seu atendimento médico e/ou permanência em qualquer hospital, o que colabora com a sua recuperação pós-cirúrgica. O jejum prolongado gera insatisfação e ansiedade no pré-operatório. Estudos recentes demonstram que um regime liberal de jejum não aumenta o risco cirúrgico para os pacientes. **Objetivo:** Avaliar a redução do tempo de jejum pré-operatório e suas implicações nos pacientes. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, sendo um estudo secundário. Foram utilizados 06 artigos para elaboração desse estudo. **Resultados:** Em 2005, baseado no protocolo para cirurgias colorretais, Enhanced Recovery AfterSurgery (ERAS), o Hospital Universitário da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul deu início a um projeto denominado Aceleração da Recuperação Total Pós-Operatória (ACERTO). Esse projeto é composto por uma equipe multidisciplinar (anestesistas, cirurgiões, nutricionistas, enfermeiros e fisioterapeutas). O tempo de jejum para sólidos foi mantido, entretanto o jejum para líquidos reduziu para duas horas, quando esses pacientes recebem uma bebida que contém maltodextrina (200 mL de água contendo 12% de maltodextrina). Após esse projeto, outros médicos do país estão colocando em prática essa redução. Eles percebem uma redução da fome e da sede do paciente no pré-operatório, aumentando sua satisfação e reduzindo a ansiedade e a irritabilidade, melhorando a recuperação no pós-operatório. Além disso, pacientes submetidos à cirurgia de urgência e emergência com curto período de jejum, não apresentaram associação entre o tempo de jejum e as complicações, entre esses pacientes nenhum sofreu pneumonia aspirativa. Apenas casos de náuseas e vômitos foram relatados em 12% no pós-operatório, uma taxa menor do que a encontrada em pacientes com jejum de oito horas ou mais. A resistência à insulina é esperada no pós-operatório e é transitória (até três semanas). Diminuindo o tempo de jejum e ingerindo bebida com carboidratos até duas horas antes do procedimento, percebeu-se a redução da duração de resistência à insulina nesses pacientes e uma recuperação mais rápida ao trauma cirúrgico. **Conclusões:** Observa-se que a redução do tempo de jejum contribui com a satisfação do paciente tanto no pré quanto no pós-operatório, facilitando a sua recuperação, reduzindo a resistência à insulina, a ansiedade, a irritabilidade, já que o tempo de jejum de oito a doze horas, geralmente, é prolongado devido aos atrasos para início da operação. Essa redução é pouco utilizada no Brasil, mas a literatura mostra seus benefícios e a Associação Americana de Anestesiologistas (ASA) recomenda guardar jejum para alimentos líquidos sem resíduos (água, café) de, pelo menos, duas horas antes das intervenções. Sendo assim, essa proposta poderia ser amplamente utilizada no país através de uma equipe multidisciplinar garantindo maior satisfação e melhor recuperação dos pacientes.

Palavras-chave: Redução do jejum. Cirurgias. Pré-operatório. Satisfação.

A REPERCUSSÃO DO CONHECIMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA POR LEIGOS NO AUXILIO INICIAL A VITIMA

MAGALHÃES, Thiago Araújo[1]; CARDOSO, Rafael Rodrigues[2]; SOARES, Pedro Henrique Alves[2]; FILHO, Silvio Tibo Cardoso[2]; GOMES, Samuel Silva[2]; DIAS, Hugo Gonçalves[2]; GONÇALVES, Eduardo[3].
[1]Discente das FIPMoc; [2]Discente da UNIMONTES; [3]Docente das FIPMoc.

Introdução: O conhecimento em suporte básico de vida (SBV) possibilita que se aumente a capacidade de recuperação do paciente, atuando desta forma na sua sobrevida e na redução de sequelas. Saber o que fazer e, muito mais importante, o que não fazer poderá implicar a total recuperação de vítimas que se encontrem em situações que necessitam de auxílio inicial. **Objetivo:** Analisar a importância do conhecimento teórico/ prático em Suporte Básico de Vida por leigos e as suas implicações em situações emergenciais. **Métodos** Foram consultadas as bases de dados PubMed e SciELO com base nos descritores: primeiros socorros, ensino, urgência e foram selecionados 06 trabalhos. **Resultados:** As situações de emergência requerem medidas eficazes que necessitem do mínimo de tempo possível para serem adotadas e iniciadas. Por isso existe a necessidade eminente de orientação educacional ao público leigo, visando despertar mudanças comportamentais e noções básicas de primeiros socorros que possam contribuir para a redução dos acidentes, proporcionando conhecimentos suficientes para atuarem como agentes minimizadores de acidentes e situações emergenciais, diminuindo, assim, os agravos à saúde. Estudos de Leitão et al. (2008) apontam que de uma em cada três vítimas de PCR em ambiente extra-hospitalar, testemunhada, recebe ajuda de um espectador. Em outro estudo realizado por Fernandes et al. (2014), observou-se que após aulas teórico/ praticas dada a estudantes do ensino médio, o conhecimento e a aplicação das manobras de RCP se mostraram 60% mais eficazes. Isso se mostra importante porque de acordo com Silva et al. (2012) os leigos só sabem que precisam pressionar o peito da vítima, mas não sabem responder ou descrever as etapas da manobra de RCP. No Brasil indica-se o aumento progressivo de mortes por causas externas e muitas vezes falta de assistência inicial de qualidade, configurando assim como a terceira causa, precedida apenas por doenças cardiovasculares e neoplasias. A *American Heart Association* (AHA) relata que a simples atuação de um leigo que rapidamente reconhece uma PCR e chama por socorro especializado previne consideravelmente a mortalidade. **Conclusão:** em todos os estudos da área comprovou-se que a existência do conhecimento teórico/ pratico de Emergência e SBV para leigos é importante e afeta diretamente a sobrevida da vítima, servindo como estratégia de educação em saúde a ser adotada.

Palavras-chave: Suporte Básico de Vida, Conhecimento do SBV por leigos, Relevância dos primeiros socorros.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN HEART ASSOCIATION et al. 2005 American Heart Association (AHA) guidelines for cardiopulmonary resuscitation (CPR) and emergency cardiovascular care (ECC) of pediatric and neonatal patients: pediatric basic life support. **Pediatrics**, v. 117, n. 5, p. e989-e1004, 2006.

FERNANDES, José Maria Gonçalves et al. Ensino de Suporte Básico de Vida para Alunos de Escolas Pública e Privada do Ensino Médio. **Arq Bras Cardiol**, v. 102, n. 6, p. 593-601, 2014.

LEITÃO, Fernando Bueno Pereira et al. Prevenção e atendimento inicial do trauma e doenças cardiovasculares: um programa de ensino. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 4, p. 419-423, 2008.

SILVA, Priscilla Oliveira da et al. Os alunos do ensino médio e o conhecimento sobre o suporte básico de vida. **Rev. enferm. UERJ**, p. 621-624, 2012.

A SUPERVISÃO NOS ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES EM PSICOTERAPIAS: IMPASSES E RELEVÂNCIA ACADÊMICA

MEDEIROS, Gabriel Silva[1;] FREITAS, Vivian Grasielle P.[1]; SILVEIRA, Dilson P.[1] ALCANTARA Rômulo Garibalde da S. [1]; OLIVEIRA, Elisângela[1;] MENDONÇA, Andréa Guisóli[2];
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Este trabalho demarca as relevâncias e impasses da supervisão, para profissionais e alunos, presentes nos estágios das psicoterapias. Retoma-se, aqui, dados coletados na pesquisa realizada para a disciplina Projeto Interdisciplinar VII – curso de Psicologia –, em que se entrevistou os supervisores das práticas de psicoterapia de um serviço-escola de Montes Claros. A proposta da pesquisa é propiciar, ao acadêmico do sétimo período, conhecimentos prévios sobre os estágios profissionalizantes que cursará a seguir. Esta análise é resultado parcial da investigação empreendida a partir do Projeto. **Objetivo:** identificar a importância da supervisão no ensino-aprendizagem da clínica, balizando impasses e relevâncias emergentes no processo. **Método**: pesquisa exploratória, cujo intuito é gerar familiaridade com o tema. A abordagem foi qualitativa, que não se serve de instrumentos estatísticos como fundamentação da análise. Como procedimento técnico, trata-se de um estudo de campo, que propõe aprofundar o saber sobre uma realidade específica. Para coleta de dados, a entrevista semiestruturada, que parte de um foco apresentado pelo entrevistador, mas permite uma construção dialógica com o entrevistado. **Resultados:** Na referida instituição, as supervisões ocorrem com grupos de acadêmicos. Não obstante, tal não impede que haja encontros individuais entre supervisor e aluno. Um dos entrevistados afirmou que, caso note desempenho insatisfatório por parte de um estudante, irá procurá-lo separadamente, a fim de fomentar seu aperfeiçoamento. Outra situação, descrita como impasse, refere-se às vestes dos estagiários, que por vezes não condizem com a formalidade exigida pelo serviço-escola. Neste caso, o supervisor abordou o aluno e falou da importância em se cuidar da imagem num ambiente profissional. Vê-se, nessas duas vinhetas, alternarem atitudes pedagógicas e clínicas na atitude do entrevistado com seus supervisionandos. O fundamental desta interação está em que, a partir da mesma se constitui um futuro profissional, e certamente, os efeitos positivos deste crescimento serão colhidos por seus pacientes, atuais ou vindouros. Também foi relatado que os acadêmicos chegam no estágio com muita vontade de resolver o problema das pessoas, com "um desespero muito grande para poder fazer, para resolver". Na supervisão esses sentimentos serão acolhidos. Afirmou-se que o acadêmico precisa entender a importância "de ter calma, de ter tempo" e escutar sem essa urgência de resolver o problema. É no encontro com os outros – acadêmicos e supervisor – que o aluno poderá atingir níveis mais elaborados de reflexão sobre si mesmo e seus posicionamentos. Com isso, ele se capacitará, desenvolvendo atitude clínica capaz de oferecer uma prática psicológica criativa, crítica e não reduzida à pura aplicação de técnicas. **Conclusão:** a formação em psicoterapia passa por uma tripartite: supervisor, estagiário e paciente. As três são interinfluenciáveis, porque a qualidade do serviço ofertado ao cliente relaciona-se aos recursos teórico-metodológicos desenvolvidos pelo acadêmico. A transmissão de uma atitude clínica que seja ética e científica, mas que também preserva o que há de mais singular no aluno em formação, passa em muito pelo supervisor. Ademais, nota-se que que a supervisão concilia uma dimensão pedagógica, (ato de ensinar na formação) e outra clínica (compreende a escuta e acolhida do acadêmico).

Palavras-chave: Estágio. Psicoterapia. Supervisão.

A UTILIZAÇÃO DA FIBRA DE COCO E DO POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) COMO ISOLANTES TERMO-ACÚSTICOS EM TIJOLOS CERÂMICOS

BRITO, Igor Gomes de[1]; COSTA, Nathannyel Araújo[1]; LEITE, Jhonata Moreira[1]; ROCHA, Leandro Alves[1]; SILVA, Ricardo Pereira da[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos
1Discentes das FIPMoc; 2 Docente FIPMoc

Introdução: O conforto térmico e acústico é algo almejado pela maioria da população brasileira. Na região do Norte de Minas, presencia-se uma sensação térmica de muito calor e lugares com emissão de ruídos em altos níveis. Na construção civil, diante de contextos que exigem isolamento termo acústico, faz-se necessário conhecer materiais que resolvam tais necessidades. **Objetivo:** Analisar as possibilidades de vedações térmicas e acústicas em tijolos cerâmicos. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico e documental. A abordagem foi qualitativa, os objetivos metodológicos são exploratórios e explicativos. **Resultados:** Para implementação de compostos com propriedades de isolamento térmico e acústico foram propostos dois materiais como possibilidades de gerar isolamento térmico e acústico: o EPS e o coco. Este é um produto orgânico encontrado em grande disponibilidade nos lixos das ruas da cidade, apesar de ser descartado após o consumo, a sua fibra é bastante eficaz na redução de níveis sonoros, pois absorve as baixas frequências. O EPS é um material poroso, leve e apresenta propriedades favoráveis ao isolamento térmico. Também é de fácil acesso, pois é descartado irregularmente em grandes quantidades nas construções. **Conclusão:** Com os dados da pesquisa, pode se afirmar que o isolamento termo acústico é proporcionado por materiais porosos e com baixa condutividade elétrica, como, lã de rocha, lã de vidro, vermiculita, fibra de coco e EPS. Com a utilização, obtém-se menor gasto de energia e conforto termo

acústico, por isso, é necessária em construções tais como: residências, indústrias e comércios que são afetados pelo calor e ruídos em excesso. Ainda foi possível identificar que o uso sustentável de materiais como a fibra de coco e o EPS apresenta fácil instalação, baixo custo e proporcionam ótimo nível de conforto térmico e acústico. Porém, testes são necessários para confirmar a viabilidade do uso desses materiais como elementos de vedação termo acústica.

Palavras-chave: Isolamento térmico. Isolamento acústico. Vedação. Sustentabilidade.

A UTILIZAÇÃO DE MICROGERADORES EM EDIFICAÇÕES DO NORTE DE MINAS GERAIS

COSTA, Luís Eduardo Freitas Almeida[1]; GAMA,Marcelo Henrique Porto Silva Ribeiro[1]; MARTINS, Larissa Dias[1]; MENDES, Davi Feitosa[1]; MENDES, Tatiane Ferreira; SILVA, Emanuel Marcelo Mello; SOUZA, Lohanna Santos[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A sociedade de consumo gera maiores gastos energéticos. Visto isso, uma alternativa é a energia eólica que se apresenta como sendo uma fonte limpa e renovável. Para a captação dessa energia é necessário aerogeradores que são responsáveis pela conversão da energia eólica em energia elétrica. Uma iniciativa para minimizar o déficit energético é a instalação do gerador elétrico no topo das edificações capturando a energia necessária para o edifício. Em âmbito regional, de acordo com o Atlas da Energia Eólica de Minas Gerais, as cidades de Montes Claros, Janaúba e Grão Mogol estão entre as áreas mais promissoras para a exploração de energia eólica do estado. **Objetivo:** Analisar a aplicação do vento como fonte de energia nas edificações. **Método:** Esse estudo apresenta natureza dedutiva e indutiva, também objetivos metodológicos exploratórios e explicativos, de cunho qualitativo. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo realizada na Estação Meteorológica da Unimontes, além da utilização do Anemômetro para a medição da velocidade do vento em 4 regiões distintas de Montes Claros. **Resultados:** Os principais resultados desse estudo provam que as velocidades médias do vento anual em Janaúba e Grão Mogol estão acima de 7,5 m/s e a de Montes Claros está entre 7,00 e 8,00 m/s, a 75 metros de altura. As três cidades juntas consumiram no ano de 2008 mais de 543 GWh. De acordo com o centro de energia eólica para sistemas isolados pequenos são necessários em média 3,5 a 4,5 m/s para implantação de aerogeradores. **Conclusão:** O sistema energético supracitado possui benefícios econômicos e ambientais, uma vez que com a nova regulação da ANEEL permite-se a injeção de energia na rede em troca de créditos em kWh na conta de luz, além de que o sistema eólico possui uma vida útil de aproximadamente 25 anos, com baixa manutenção. Já os ganhos ambientais estão relacionados a eliminação da perda ocorrida na transmissão e distribuição da energia. Logo, pode-se concluir que a região do Norte de Minas, principalmente na Serra do Espinhaço, Vale do Rio Verde e a chapada do Rio São Francisco possuem viabilidade da implantação de microgeradores em edificações, já que estão em conformidade com as velocidades do vento médias mínimas necessárias para a sua instalação.

Palavras-chave: Microgeradores. Norte de Minas Gerais. Vento. Energia eólica.

ABORTO A PARTIR DA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA SOCIAL

SILVA, Gabriel Maia e1; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda1; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos2
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O estudo traz a visão criminológica sobre o aborto acerca das consequências que a tipificação ou descriminalização influenciam na sociedade. **Objetivo:** O objetivo do estudo foi verificar a influência da prática abortiva em uma sociedade. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análise de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo e Google Acadêmico, bem como consulta à legislação. **Resultados:** Estudos realizados em um lapso temporal em um país que se tinha a tipificação da conduta do aborto e anos seguintes descriminalizada, verificou-se que a redução da criminalidade nas décadas seguintes foi bruscamente diminuída. A principal causa da diminuição estaria no fato de que a legalização do aborto não deixaria pessoas nascerem em condições de pobreza e em ambientes desfavorecidos que instigariam o ser humano a cometer práticas delituosas. Além disso, verificou-se

também que casos de mulheres que procuram o Sistema Único de Saúde (SUS) para tratarem de complicações decorrentes do aborto são expressivos em locais em que há a criminalização da prática, e, em contra partida, países que permitem o aborto verifica-se uma diminuição de casos de bebês que são levados para a adoção, fazendo pensar que as mães que seguem com a gravidez querem realmente criar os seus filhos por vontade, não por uma obrigação imposta. **Conclusão:** Conclui-se que no âmbito criminológico da sociedade, o aborto vai além da vontade interna da mulher em praticar ou não a conduta abortiva. A sua decisão pode influenciar em questões sociais como: saúde, criminalidade e investimentos financeiros públicos, devendo então ser tratada com cautela, indo além da fria tipificação no Código Penal ou o respeito à liberdade individual assegurado pela Constituição Federal.

Palavras-chave: Aborto. Criminologia e aborto. Aborto e redução da criminalidade. Aborto e saúde pública.

ABSENTEÍSMO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM MONTES CLAROS-MG

RODRIGUES, Eduardo Fernando Zuba1; OLIVEIRA, Felipe Dias de1; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira2
1Discentes do curso de Administração das FIPMoc; 2Docente do curso de Administração das FIPMoc.

Introdução: O absenteísmo tornou-se uma ferramenta para medida das horas faltosas, e também como um indicador de que algo na empresa ou fora dela não está satisfazendo o trabalhador, levando-o a faltar ao trabalho. Ele indica ausências na jornada de trabalho, sejam faltas do dia ou em horas, durante a programação do tempo em que o trabalhador deveria estar produzindo. Esse fato tem exigido muito das organizações e de seus administradores uma vez que suas causas normalmente são ligadas a vários fatores, que vão desde as questões sociais, saúde, gestão de pessoas, entre outros problemas, tornando-se um, este tema complexo e difícil de ser gerenciado. **Objetivo**: Este estudo se propõe a analisar possíveis fatores contribuintes para os índices de elementos que comprovam o absenteísmo em empresa distribuidora de bebidas localizada na cidade de Montes Claros MG. **Método:** A pesquisa, de natureza exploratória utilizou uma abordagem quanti-qualitativa, envolveu entrevistas semiestruturadas e questionários com gerentes e colaboradores da organização em estudo. **Resultados:** Apurou-se que funcionários e gestores tem uma preocupação com o absenteísmo dentro da organização, os colaboradores entrevistados tem na figura do seu encarregado um líder, que transmite confiança e que há um bom relacionamento no ambiente de trabalho. Os resultados demonstram a questão do ambiente, seja o espaço físico como as condições de trabalhar como adequados, porém a maioria diz não receber treinamentos para aperfeiçoarem e os intervalos disponíveis, sejam de para o café ou almoço são insuficientes, seja salvo que a empresa adota o método de horário reduzido de almoço para compensarem em folga no sábado. As ausências tanto por questões de saúde quanto por questões pessoais devem ser analisadas pelos gestores que devem reavaliar os processos utilizados dentro da organização a fim de reduzir o percentual. **Conclusão:** Concluímos que os problemas do absenteísmo dos trabalhadores da organização analisada estão conectados diretamente à política salarial, falta de treinamentos, ou seja, incentivos, intervalos reduzidos do horário de almoço e com grande preocupação familiar e de saúde. A insatisfação salarial destaca-se como promotor do absenteísmo dentro das organizações, e foi sugerido aos responsáveis do setor Gestão de Pessoas rever, juntamente com seus colaboradores adequações cabíveis na realidade da empresa que possam satisfazer ambas as partes.

Palavras-chave: Absenteísmo. Gestão de pessoas. Organizações. Gerenciamento.

ACESSO À JUSTIÇA E CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAS CÍVEIS EM MONTES CLAROS

DIAS, Beatriz Ferreira[1]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2];
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

.

Introdução: O Estado possui o poder-dever de dizer o Direito e atua nos litígios que as partes não resolvem entre si, no Brasil, há uma cultura de que os conflitos serão resolvidos apenas após a sentença do juiz. Isso incide numa alta demanda ao Poder Judiciário, gerando morosidade e ineficácia. **Objetivo:** O presente projeto tem como objetivo investigar a contribuição da conciliação nos Juizados Especiais de Montes Claros para o efetivo acesso à justiça. **Método:** A pesquisa será quantitativa de cunho descritivo, realizada através de pesquisas bibliográfica e documental. **Resultados:** A conciliação é uma alternativa célere e de baixo

custo que visa à promoção do acesso à justiça de um modo eficaz a todos os cidadãos, é realizada judicialmente através dos Juizados Especiais Cíveis, abre portas às demandas de menor potencial ofensivo e às causas de menor valor pecuniário. Visa à informalidade, simplicidade, economia processual e a celeridade para que atenda a todas as camadas da população de modo a ampliar o acesso à justiça e desafogar o Poder Judiciário. Na prática, há uma alta demanda à conciliação, no entanto, o número de acordos realizados é insignificante, sendo a maioria das causas encaminhadas à tutela do juiz. De acordo dados do Juizado de Montes Claros, de janeiro a abril de 2017 foram realizadas 1.460 audiências de conciliação, das quais resultaram apenas 190 acordos. **Conclusão:** Concluiu-se que a conciliação promovida pelos Juizados Especiais Cíveis apesar de ter uma alta demanda, não é eficaz no que tange a efetiva conciliação entre as partes.

Palavras-chave: Conciliação. Acesso à justiça. Juizado Especial Cível. Montes Claros.

ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL NO ADULTO JOVEM: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; MAGALHÃES, Mariana Paranhos[1]; SILVEIRA, Daniel Costa[1]; ROCHA, Larissa Danielle Reis[1]; SOTERO, Rodrigo Fernando Torres Melo[1]; TEIXEIRA, Karina Cardoso[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Os acidentes vasculares cerebrais (AVC's) constituem um grande problema de saúde pública, uma vez que são responsáveis por um grande número de morte e de incapacidade física(OLIVEIRA, ANDRADE, 2001). Em adultos jovens são incomuns, variando entre 5 e 10% do total de AVC's. Entretanto, a morbimortalidade gerada pelo AVC na população jovem implica um enorme prejuízo social e econômico (BEJOY et al., 2014). **Objetivo**: Analisar a evolução do AVC na população jovem de Minas Gerais e descrever os fatores de risco, no período de 2008 a 2016. **Metodologia**: Trata-se de uma análise descritiva, com delineamento retrospectivo e transversal na coleta de dados e abordagem quantitativa destes. A fonte de dados foi o Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponível no DATASUS/ Ministério da Saúde. Os casos de AVC's foram investigados a partir das internações ocasionadas pela doença no respectivo período e sistema conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10. A amostra se compôs por 100% dos registros de AVC em indivíduos de 20 a 59 anos, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2016, com atenção especial aos dados epidemiológicos: idade, sexo e raça. Foram excluídos os casos em que as informações foram omitidas. Para diminuir a instabilidade das taxas, os dados foram tabulados por meio de estatística descritiva através do Pacote Estatístico SPSS 18.0. O estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa devido à característica aberta dos dados que impossibilita qualquer identificação dos sujeitos, conforme preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados**: Foram encontrados no período de estudo 166.270 casos de AVC's. Destes, 28% (46.696 casos) ocorreram em adultos jovens e foram utilizados no trabalho. Houve disposição crescente no número de doentes, sendo que entre 2008 e 2016 foi registrado aumento de 21,8% no número de adultos jovens acometidos. O sexo masculino foi responsável por 51,1% dos casos. Quanto à raça, 91,6% dos casos foram constituídos por indivíduos brancos, amarelos ou pardos, enquanto 8,3% foram constituídos por pessoas negras. Com relação à faixa etária, a ocorrência de AVC foi diretamente proporcional à idade, sendo que as pessoas entre 50-59 anos foram responsáveis por 56,9% dos acometimentos. A idade entre 20-29 anos representou a menor prevalência, caracterizando 3,8% dos casos e as idades entre 30-39 anos e 40-49 anos representaram 10,5% e 28,8%, respectivamente. O valor médio gasto com as internações foi de 1212,68 reais. A média de permanência da internação foi de 7,2 dias e a taxa de mortalidade média de 15,47. **Conclusão**: A análise do AVC no adulto jovem de Minas Gerais permitiu identificar que se trata de uma doença relevante, uma vez que correspondeu a 28% do total de doentes com o mesmo diagnóstico. Os resultados revelaram, ainda, a importância da criação de uma abordagem mais atenta para a doença, já que interfere diretamente na qualidade de vida da população e na economia do Estado.

Palavras-chave: AVC. Acidente vascular cerebral. Morbimortalidade.

REFERÊNCIAS:

BEJOT Y. et al. Trends in the incidence of ischaemic stroke in young adults between 1985 and 2011: the Dijon Stroke Registry. **J NeurolNeurosurgPsychiatry**.;85:509-13, 2014.

OLIVEIRA RMC, ANDRADE LAF. Acidente vascular cerebral. **Rev. Bras. Hipertensão** 8(3): 280-90, 2001.

ACINETOBACTER BAUMANNII E SEU RISCO PARA OS PACIENTES HOSPITALIZADOS COM TRAQUEOSTOMIA PRÉVIA

MURTA, Inah Araújo de Almeida[1]; PRINCE, Karina Andrade de[2]
1Discente do curso de medicina das FIPMoc; 2Docente do curso de medicina das FIPMoc

Introdução: *Acinetobacterbaumannii* (Ab) é um bacilo gram-negativo de importante representatividade no âmbito das infecções hospitalares. Faz parte do grupo de bactérias multirresistentes (MDR) presentes em quadros infecciosos em diversos países do mundo**.**No Brasil, desde 1996, Ab é responsável por surtos de infecção em unidades de terapia intensiva (UTI), reproduzindo um alto índice de mortalidade em pacientes hospitalizados, remetendo à existência de ligação entre a internação e a infecção por Ab. **Objetivo:** Avaliação do risco de infecção por *Acinetobacterbaumannii* em pacientes hospitalizados, submetido à traqueostomia previa. **Método:** Foi feito um estudo bibliográfico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. A partir disso, foram selecionados e analisados cinco artigos em inglês e português publicados nos últimos dez anos. **Resultados:** De acordo com os estudos bibliográficos pode-se apontar uma prevalência significativamente alta da infecção por Ab em pacientes internados em UTI, fator que contribui para baixa da imunidade, com realização prévia de traqueostomia, sendo portanto, a porta de entrada do bacilo contribuindo para a maior incidência pulmonar do quadro infeccioso (em mais de 50% dos casos), com sintomatologia evidente praticamente na totalidade dos casos, revelando ainda um morbimortalidade elevada em decorrência da septicemia de origem pulmonar cuja etiologia é o bacilo *Acinetobacterbaumannii*. É um quadro que muitas vezes se complica pela capacidade dos diversos fatores de virulência do micro-organismo e da facilidade de adquirir resistência à diversos antibióticos, restando como opções apenas fármacos com padrão de toxicidade elevada como a Polimixina B. Dessa forma, pode-se compreender a internação hospitalar como favorecedora da diminuição da eficácia do sistema imune, o que somado à outros fatores, como realização de procedimentos como traqueostomia, pode levar ao surgimento de um quadro de grande morbimortalidade gerado pelo Ab, que recentemente tem aumentado sua incidência nos hospitais brasileiros, contribuindo para o aumento dos índices de mortalidade hospitalar em UTI. **Conclusão:** Pode-se concluir, portanto, que a infecção causada pelo bacilo gram-negativo *Acinetobacterbaumannii* representa um problema de saúde pública que necessita de maior atenção e uma busca efetiva por métodos que possam diminuir a incidência de infecções por esse agente, tendo em vista seu poder de virulência e resistência, o que faz dele um agente temido nos ambientes hospitalares.

Palavras-chave: *Acinetobacterbaumannii*. Traqueostomia. UTI.

ALVENARIA SUSTENTÁVEL: BIOMIMÉTICA DO CUPINZEIRO

DANTAS, Bernardo Cangussu Silva Martins[1]; DANTAS, João Victor Cangussu Loiola Moreno[1]; XAVIER, Moacir Filho[1]; BATISTA, Matheus Silva[1]; AMARAL, Gabriela[1]; PINHEIRO, Welinton Santos[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
[1]Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC; [2]Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC

Introdução: O princípio da biomimética é utilizar a natureza como um exemplo e fonte de inspiração, e não de apropriação similar às práticas da biologia sintética. A natureza deve ser consultada, e não domesticada, reforçando a ideia da sustentabilidade. E tem sido usada em diversos ramos, como, por exemplo, na química, biologia, medicina, arquitetura, agricultura e no ramo de transportes. Os cupinzeiros têm sido chamados de maravilhas da engenharia, e por bons motivos. Essas estruturas impressionantes, feitas de terra e saliva, podem chegar a 6 metros de altura. Suas paredes de 45 centímetros de espessura são cozidas pelo sol até ficarem tão duras como concreto. Alguns cupinzeiros são construídos literalmente da noite para o dia. Com um sistema de correntes de convecção cuidadosamente ajustado, os cupinzeiros sugam o ar através da parte inferior dos montes, levando-o a galerias inferiores com paredes úmidas, para em seguida subir por um túnel, direto ao topo. Os cupins estão constantemente cavando novos túneis e fechando antigos, de forma a regular a temperatura (SILVA, 2011). **Objetivo:** Desenvolvimento de um sistema de refrigeração de uma casa convencional baseado em cupinzeiro. **Método:** Como amostra, foi

definido a elaboração do desenho arquitetônico no AutoCad da casa convencional, posteriormente a construção de uma maquete, sucedendo-se de uma amostra física para a conclusão do trabalho. **Resultados:** Com a utilização de materiais como tijolo, solo, cimento e fibras vegetais e uma construção embasada na morfologia do cupinzeiro, foi verificado ser possível construir casas convencionais com sustentabilidade e menor custo. A utilização do telhado verde é uma alternativa viável e sustentável, conseguindo reduzir até 3ºC em ambientes com temperaturas extremas. **Conclusão:** O trabalho desenvolvido possibilitou o estudo das estruturas biológicas e suas funções, a biomimética, onde foi possível aprender com a natureza possíveis soluções que podem ser aplicadas na construção civil. A estrutura desenvolvida no protótipo foi baseada nos estudos do cupinzeiro, buscando alcançar o mesmo sistema de arrefecimento do ar, tendo como principal característica a ventilação, além de se tratar de um imóvel ecológico e sustentável, tornando a engenharia mais sustentável.

Palavras-chave: Cupinzeiro. Biomimética. Sustentabilidade. Troca de Calor.

Referência:

SILVA, Ana Carolina. Século XXI cupinzeiro: estrutura e construção**. E-xacta**, 2011, p.75 - 85.

AMPUTAÇÃO EM DIABÉTICOS TIPO 2: PREVALÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; SOTERO, Rodrigo Fernando Torres Melo[1]; MAGALHÃES, Mariana Paranhos[1], SILVEIRA, Daniel Costa[1]; NEVES, Inácio Luiz Morais[1]; DANTAS, Sávio Alves[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A prevalência do diabetes mellitus tipo 2 (DM2) tem aumentado de maneira exponencial em muitos países, incluindo o Brasil (GUIMARÃES; TAKAYANAGUI, 2002). Trata-se de um grande problema de saúde para o país, uma vez que a doença está associada a um grande número de complicações, como doenças cardiovasculares, insuficiência renal e amputações de membros inferiores (SARTORELLI; FRANCO, 2003). **Objetivo**: Analisar a prevalência de amputação não-traumática de membros em pacientes diabéticos tipo 2 nas diferentes macrorregiões de saúde de Minas Gerais. **Metodologia**: Foi realizado estudo descritivo, transversal e retrospectivo utilizando dados do Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (HIPERDIA), do Ministério da Saúde. Primeiramente foi realizado levantamento das amputações de membros registrados no Estado de Minas Gerais, entre janeiro de 2008 e abril de 2013. Posteriormente os dados foram tabulados através do programa SPSS 18.0. Foram obtidas informações de gênero, faixa etária e residência dos pacientes. O estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa por analisar dados secundários. **Resultados**: Foram encontrados 36.635 registros de pacientes diabéticos tipo 2 no período analisado. Destes, 490 foram submetidos à amputação de membros. Ao se investigar a periodicidade das amputações nas diferentes macrorregiões de Saúde de Minas Gerais, foi identificado inconstância, segundo as seguintes porcentagens: Região Sul (21,9%); Centro-Sul (4,2%); Centro (11%); Região Oeste (4,3%); Leste (38,1%); Nordeste (0,8%); Triângulo Sul (6,5%); Triângulo Norte (6,3%); Região Norte (1,8%) e Sudeste (5,1%). As maiores presenças de amputações situaram-se entre os anos de 2002, 2003 e 2004, que juntos somaram 46,3% do total de procedimentos. Em relação ao gênero, houve maior prevalência de amputações no sexo masculino (56,9%) em todo o período analisado. Quanto à faixa etária, foi identificada maior predominância entre 40 e 64 anos, responsável por 71,4% do total de amputações. **Conclusão**: A análise da prevalência de amputações de membros em pacientes diabéticos tipo 2, no Estado de minas Gerais, permitiu identificar uma variação conforme o local de residência e a idade do doente. Percebe-se, com isso, que os fatores ambientais interferem diretamente no desfecho da doença, sendo necessária, portanto, a criação de medidas locais para diminuição dos fatores de risco que levam à amputação nesses indivíduos.

Palavras-chave: Diabetes. Amputação. Prevalência.

REFERÊNCIA:

GUIMARÃES F. P.M., TAKAYANAGUI A. M. M. Orientações recebidas do serviço de saúde por pacientes para o tratamento do portador de diabetes mellitus tipo 2. **Rev. Nutr., Campinas**, 15(1):37-44, 2002.

SARTORELLI D.S., FRANCO L.J. Tendências do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup.1):S29-S36, 2003.

ANÁLISE DA CORROSÃO EM ESTRUTURAS MÉTALICAS E SEUS MÉTODOS PREVENTIVOS

COSTA,Luís Eduardo Freitas Almeida[1]; GAMA,Marcelo Henrique Porto Silva Ribeiro[1]; MARTINS, Larissa Dias[1]; MENDES, Davi Feitosa[1]; MENDES, Tatiane Ferreira; SILVA,Emanuel Marcelo Mello[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: Desde o início do uso de estruturas metálicas como alternativa na construção civil, no século XVIII até os dias atuais, o aço tem possibilitado aos arquitetos, engenheiros e construtores, soluções arrojadas, eficientes e de alta qualidade. Revelando-se como uma alternativa viável para execução de projetos, uma vez que tal liga metálica pode estar presente como parte das obras ou como material principal. **Objetivo:** Analisar as propriedades das estruturas metálicas e buscar métodos preventivos contra a corrosão desse material. **Método:** Esse estudo apresenta natureza dedutiva e indutiva, também objetivos metodológicos exploratórios e explicativos, de cunho qualitativo. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo realizada no Rodoviário Líder, além de pesquisas laboratoriais através de teste de corrosão com e sem métodos preventivos, de tensão, de dureza e de cisalhamento. **Resultados:** Os principais resultados obtidos nos experimentos pode-se comprovar que a corrosão sofrida pelo aço varia de acordo com o meio que a estrutura metálica estiver submetido, podendo gerar diferentes tipos de gráficos de massa *vs* tempo, além de que experimentos com aço utilizando a proteção de Tinta *Spray* corroeram de 3 a 15 vezes menos do que as barras de aço desprotegidas, dependendo do meio que a barra foi imerso. Os testes também provaram as qualidades das propriedades contidas no aço. O teste de dureza com uma amostra de aço de dimensão de 3,1 mm, suportou uma força de 9,8N, já o ensaio de tração que tinha a sua amostra de 30 mm de comprimento por 0,6 mm de diâmetro conseguiu suportar uma força de 17,142N, também, o teste de cisalhamento da amostra com 6 mm de diâmetro inicial, suportou uma força de 15,7kN. **Conclusão:** O aço possui propriedades favoráveis que podem contribuir para a qualidade da obra, algumas dessas vantagens são: a elasticidade, a redução da carga nas fundações, possibilidade de grandes vãos, como também maior confiabilidade, entre outros. Sendo uma alternativa viável na execução de projetos, expandindo cada vez mais na área de construção civil.

Palavras-chave: Corrosão. Aço. Testes.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO VENTO EM EDIFICAÇÕES

PEREIRA, Raquel Gomes[1]; MENDES, Marcus Vinícius de Freitas[1]; LEDO, Walber Cruz Fagundes[1]; FELÍCIO, Christian Santos[1]; PRIMO, Rafael Custódio[1]; MONÇÃO, Gabriel Batista; QUEIROZ, Érica Karine Ramos[2]
1Discentes do curso de Engenharia Civil das FIPMOC, 2Docente do Curso de Engenharia Civil das FIPMOC.

Introdução: Os primeiros edifícios construídos, ainda no século XIX eram executados principalmente utilizando a alvenaria como material estrutural. Com o advento do desenvolvimento tecnológico e a industrialização, novos materiais, mais resistentes e eficazes foram desenvolvidos e assim, possibilitaram o surgimento de edifícios cada vez mais altos, os arranha-céus. De acordo com Santos (2003), esse fator tem gerado uma ampliação na construção de prédios mais flexíveis e com baixo amortecimento, sendo, portanto, mais susceptíveis a vibrações induzidas por ações dinâmicas ambientais, como o vento, que além de aumentar os esforços sobre a fachada do edifício, pode levar a oscilações e/ou torções, comprometendo a estabilidade da estrutura. Nesta perspectiva, o estudo da ação dinâmica do vento sobre edificações altas auxiliam principalmente no controle das vibrações provocadas por esse fator e norteiam a escolha de um sistema estrutural que seja resistente a esses esforços, contribuindo para o conforto e a segurança da estrutura. **Objetivo**: Este estudo tem como objetivo relacionar a influência do vento sobre as edificações com os parâmetros estabelecidos pela NBR 6123 (1988) que orienta o cálculo para estruturas submetidas a esse tipo de carga. **Método**: No que tange ao método de procedimento empregado, destacou-se o comparativo, de maneira que foram abordadas diferentes artigos e normas relacionadas ao tema. Já como técnicas de pesquisa, o presente estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva no qual foram feitas consultas a diversos artigos e livros e ainda material de cunho documental, como a NBR 6123, tida como base principal para este estudo. **Resultados**: Os artigos, livros e normas analisados evidenciam a importância da consideração do vento sobre edificações altas, já que este exerce grande carga

sobre a estrutura. Foi identificada eficácia das normas quando relacionadas a edificações com forma arquitetônica padrão, porém destacou-se a importância de ensaios em túnel de vento para aquelas com formas excêntricas. **Conclusão**: Concluiu-se que, o vento submete as edificações a cargas que podem comprometer a estrutura, de maneira que quanto mais alto e esbelto, mais propenso a esse tipo de influência o edifício se torna. Além de que, essas cargas geradas pelo vento estão diretamente ligadas com características especificas do local, como velocidade característica do vento, fatores topográficos do terreno e características da estrutura, como sua forma, dimensões e conceitos estatísticos.

Palavras-chave: Vento. Construção Civil. Edificações.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO VENTO EM GALPÕES INDUSTRIAIS

GONÇALVES, Danielle [1]; MEIRELES, Valéria [1]; OLIVEIRA, Débora W.[1]; ROCHA, Caio.[1]; VIANA, Ian[1]; VIANA, Lucas[1]; QUEIROZ, Erica Karine Ramos[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: As cargas de vento provocam nas estruturas efeitos de tensões, deformações, deslocamentos e as suas características de vibrações, tais como aceleração e velocidade. Com isso, a engenharia civil exige que as estruturas sejam funcionais e seguras. **Objetivo:** Analisar os efeitos do vento na construção civil com ênfase em galpões industriais. Ainda, é objetivo desta pesquisa propor métodos mais eficientes para o conforto térmico e melhoria na qualidade do ar trazendo benefícios a saúde. **Método:** Para tanto, usou-se pesquisa bibliográfica, quanto sua natureza indutiva e dedutiva, tendo caráter qualiquantitativa, exploratória e explicativa, como laboratorial nas dependências da Fip-Moc (Faculdades Integradas Pitágoras) e no CEPEAGE (Centro de Pesquisas de práticas de engenharia civil arquitetura e gestão) para executar os testes nos protótipos de galpões industriais, estudo de caso e experimentais. **Resultados:** Explorando as informações coletadas, com o teste do túnel de vento, pode-se afirmar fatores como força de sustentação e de arrasto, tombamento, como também frequências da amplitude de vibração e ressonância da estrutura do protótipo e consequentemente em galpões industriais. Como também, foram analisada a dinâmica dos fluídos computacionais para o alcance dos coeficientes de pressão nos galpões industriais. **Conclusão**: Nota-se que devido à necessidade de se obter conforto térmico no setor da construção civil, surgiram estratégias de ventilação natural com o uso de lanternins e exaustores. Observou-se com o programa Mat-lab é possível capturar a física do problema obtendo resultados proporcionais ao da norma ABNT NBR 6123 (1988). A partir dos testes feitos no túnel de vento, pode-se determinar como um dos fatores determinantes a forma do galpão, o qual influência diretamente na força exercida pelo vento nas estruturas dos galpões industriais. Por fim, esse estudo é de suma relevância porque o avanço dos tempos encaminha, cada vez mais, o avanço tecnológico na engenharia para a otimização dos impactos dos ventos nas edificações.

Palavras-chave: Vento. Galpões. Construção civil.

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE CÂNCER GÁSTRICO NA CIDADE DE MONTES CLAROS NO PERÍODO DE 2007 A 2015

GONÇALVES, Thaís Alves[1]; MÁRCICO, Mateus Mendes; PINHEIRO, Mayra Rodrigues; VIEIRA, Débora Ribeiro; PRINCE, Karina Andrade de[2]
[1] Discente do curso de Medicina das FIPMoc. [2] Docente do curso de Medicina das FIPMoc

Introdução: O Câncer gástrico é o crescimento anormal de células no órgão desse sistema digestivo e pode ocorrer em qualquer local de sua extensão. Grande parte ocorre na camada mucosa na forma de irregulares pequenas lesões com ulcerações. Os tumores se apresentam, predominantemente, na forma de três tipos histológicos: adenocarcinoma, linfoma, e leiomiossarcoma. O prognóstico do câncer é reservado, com baixas de sobrevivência quando avançado. Diante da gravidade desse caso, torna-se necessário a presença de pesquisas voltadas à diminuição da sua incidência e prevalência. **Objetivo:** Analisar a incidência e prevalência do câncer gástrico na cidade de Montes Claros- MG nos anos de 2007 a 2015. **Metodologia:** Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do SIH-SUS disponibilizados pelo DATASUS. Foram consideradas as variáveis gênero, faixa etária, raça, locais de atendimento e gastos públicos. **Resultados:** De acordo com os dados analisados no período de 2007 a 2015, o total de internações por câncer gástrico apresentou uma taxa ascendente a partir do ano de 2010. A incidência é foi bem maior entre os homens que entre as mulheres. Os maiores casos encontravam-se em pacientes com 50 anos ou mais. Quanto à raça,

percebeu-se maior prevalência em pacientes pardos. O hospital Dilson Godinho é o que mais interna pacientes portadores de câncer gástrico e o que teve um maior gasto. A grande maioria dos atendimentos ocorreu em regime privado; a maioria com caráter de urgência. O número de óbitos foi maior no ano de 2012, o ano de 2007 apresentou o menor índice. **Conclusão:** Ao analisar os dados da cidade de Montes Claros- MG percebe-se um notável aumento total no número de casos de câncer gástrico, bem como no número de internações, gastos e óbitos; levando a crer que grande parte dos casos são negligenciados tanto pelos médicos como pela ineficácia das políticas públicas.

Palavras-chave: Câncer Gástrico. Incidência. Prevalência.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS NA INDÚSTRIA

SANTOS, Naiara Joice dos[1]; SOUZA, Thamires Lima de[1]; TELLES, Hiury Geovane[1]; SILVA, Ana Flávia[1]; EVANGELISTA, Georgino Venerando Quintino[2]. [1]Discente do curso de Engenharia de Produção das FIPMOC; [2]Docente do curso de Engenharia de Produção das FIPMOC.

Introdução: O mundo, cada vez mais desenvolvido tecnologicamente tem, mais uma vez, a necessidade de revolucionar a forma como as pessoas interagem entre si e com os objetos do dia a dia. A partir dessa necessidade de integrar os objetos ao cotidiano das pessoas de modo que os sistemas se assumissem como parte do processo e não mais como ferramentas dos processos em que as pessoas se envolvem, foi concebido o conceito de "internet das coisas" que visa tornar os objetos mais eficientes e capazes de interagir com as pessoas, através da conectividade em rede. Essa capacidade tecnológica, adicionada às máquinas, vem ao encontro da necessidade das indústrias em reduzir custos e facilitar a tomada de decisões por parte dos gestores. **Objetivo**: Analisar, com base em engenharia econômica, a viabilidade e custos de implantação de tecnologias avançadas em uma empresa hipotética do ramo de reciclagem para que se enquadre no conceito de indústria 4.0. **Método**: Optou-se por coletar informações através de pesquisa bibliográfica exploratória e pelo método indutivo, no intuito de propiciar a compreensão da realidade contemporânea do ambiente industrial atual através de comparações ao advento da indústria 4.0. O trabalho se utilizará dos métodos matemáticos para calcular a viabilidade; contabilidade de custos, Sistemas de Custos, Analise Econômica, Vida Útil Econômica (VUE), Custo Anual de Operações (CAO), Análise Financeira, Fluxo de Caixa, Valor Presente Líquido (VPL), *Payback*, Taxa Interna de Retorno e Formas de Pagamento. **Resultados**: Com a implantação de tecnologias avançadas em uma empresa de reciclagem poder-se-á otimizar processos de coleta, separação e beneficiamento de materiais, propiciar melhor rendimento do maquinário e melhores condições de trabalho aos profissionais do setor. **Conclusão**: Através da coleta e análise dos dados, conclui-se, pois, viável a implantação de tecnologias avançadas em uma empresa de reciclagem dado que a inclusão desses recursos aceleraria os processos, o que impactaria positivamente a indústria de bens de consumo.

Palavras-chave: Viabilidade econômica. Engenharia Reversa. Indústria 4.0.

ANÁLISE DO AUMENTO DE NÚMERO DE POÇOS ARTESIANOS SITUADOS EM MONTES CLAROS EM DECORRÊNCIA DA CRISE HÍDRICA

FREITAS, Rebeca Alves Leal de[1]; CUNHA, Patric Patrese Lobo da[1]; LACERDA, Frederico Melo[2]; SILVA JÚNIOR, Areli Nogueira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A questão da falta de água é uma das problemáticas que tem merecido atenção especial no contexto internacional contemporâneo. Na cidade de Montes Claros, a fim de evitar que a água falte para toda população, o rodízio de abastecimento de água foi uma medida adotada e se tornou rotineira, fato esse ligado a falta de chuvas e desperdício. A água subterrânea é um recurso natural de muita importância visto que é um meio de abastecimento de água potável nas zonas rurais e urbanas, e o baixo custo de explotação, bem como a qualidade da água subterrânea, são os principais fatores que resultam na busca por furos de poços artesiano. No entanto, o uso da água de um poço artesiano não é irrestrito, todo o uso que altere o regime, quantidade ou qualidade da água dependem do aval do Poder Público mediante a outorga dos recursos hídricos. A utilização descontrolada dos recursos hídricos compromete a sustentabilidade ambiental e econômica de uma região. Por essa razão, o controle de tais atividades é de vital importância para preservação desse recurso**. Objetivo:** Correlacionar a falta de água em Montes Claros com o aumento

indiscriminado do número de poços artesianos na mesma cidade, impedindo a recarga natural dos poços. **Método:** Foi feito uma coleta de dados em órgãos públicos e sites eletrônicos que permitiu analisar o aumento de número de poços, bem como informações a respeito do consumo de água per capita e aumento populacional ligados também ao aumento do consumo de água, além da consulta de normas para classificação de poços e testes para determinar a qualidade da água. Dados que comprovam a degradação de córregos e das chuvas irregulares nos últimos anos também foram coletados. **Resultados:** Foi feito uma correlação do aumento populacional com o aumento do consumo, no entanto, pela crise hídrica, o abastecimento não é regular, mas, ainda sim, o consumo é alto, o que dificulta os reservatórios encherem. O número de poços artesianos também aumentou nos últimos anos, mas ainda há muitos ilegais e falta pessoal competente para lidar com tal situação, além de que mesmo com multas sendo aplicadas como penalidade, muitos não importam por violar o meio ambiente. **Conclusão:** O aumento populacional tem acarretado no aumento do consumo de água, no entanto, a falta de abastecimento pela companhia de saneamento faz com que muitas pessoas ao invés de economizar água, procure perfurar poços sem se importar se está degradando ou não o meio ambiente – por existir poços ilegais, e muitas das vezes não economizam a água desses poços, acreditando que ela não vai acabar, mas em uma situação de falta de chuvas faz com que não haja uma recarga eficiente e pode acarretar em prejuízos futuros.

Palavras-chave: Crise Hídrica. Poços Artesianos. Consumo de Água.

ANÁLISE DOS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NO JUÍZADO ESPECIAL

ARAÚJO, Valéria Santos1; RODRIGUES, Edmilson Araújo2
1Discente do Curso de Direito da FUNORTE; 2Professor Dr. Orientador de TCC da FUNORTE

Introdução: A Lei dos Juizados Especiais n. 9.099/1995 (JESP/1995) surgiu após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), tendo como inspiração a Lei n. 7.244/1984. Dessa forma, a susodita Lei n. 9.099/1995 foi criada como alternativa ao formalismo exacerbado e a morosidade do processo de conhecimento ordinário. Tendo o intento de patrocinar todos cidadãos de forma célere e efetiva na prestação jurisdicional. Sendo, portanto, orientada pelos princípios da simplicidade, oralidade, celeridade, informalidade, economia processual (SOCIE). Subsequentemente, entrou em vigor em 18 de março de 2016 o Novo Código de Processo Civil de 2015 (NCPC/2015) que trouxe diversos artigos que irão gerar reflexos no JESP/1995. Embora o JESP/1995 seja guiado pelos princípios SOCIE, não se pode negar que algumas disposições do NCPC/2015 impactarão profundamente na proposta dos Juizados Especiais de outrora. Esse fenômeno é o leito por onde a pesquisa tem o desiderato de desenvolver-se. **Objetivo:** Nesse diapasão, busca-se analisar as alterações trazidas pelo NCPC/2015, sua aplicabilidade e impactos sobre o JESP/1995 Cível à luz de seus princípios norteadores e do Art. 4º do NCPC/2015 com escólio no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF/88. **Método:** Para o fim a que se propõe, utilizou-se na pesquisa o procedimento bibliográfico, por meio de estudos sistêmicos em doutrinários, artigos científicos, legislação e jurisprudência atinente à matéria envolvendo a evolução histórica, os princípios orientadores e as influências e impactados contemplados no NCPC/2015 sobre o leito do JESP/1995 cível. **Resultado:** Sob esse umbral, percebeu-se a necessidade de novos estudos a respeito do tema, uma vez que, por se tratar de um assunto incipiente, ainda não existe jurisprudência uniforme nos tribunais, nem tampouco doutrinas que tratam detidamente dessa matéria com profundidade. **Conclusão:** Diante dessas circunstâncias, constatou-se que o NCPC/2015, só impactará diretamente o JESP/1995 quando houver expressa determinação. E, ademais, as normas subsidiárias lhe serão aplicadas tomando por base seus princípios orientadores.

Palavras-chave: Juizado Especial Cível. Novo Código de Processo Civil de 2015. Impactos. Simplicidade. Oralidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 7.244 de 7 de novembro de 1984, Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 9.099 de 26 de setembro de 1995, Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm> Acesso em: 19 maio. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 17 maio. 2016.

ANÁLISE ESTRUTURAL DO CHASSI DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE PELO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS

BARUFFI, Murilo Corradini[1]; COSTA, Robson[1]; DANIEL, Pablo[1]; FERNANDES, Vinicius[1]; GUEDES, Luan[1]; SANTOS, Kennedy de Jesus[2]; SOARES, Graciele dos Reis[1];
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Método dos Elementos Finitos (MEF) é bastante disseminado na prática de engenharia, sendo usado para avaliar diversos tipos de sistemas. Ele é constituído essencialmente por uma análise matemática computacional, realizada por meio de softwares, feita através da disposição de um meio contínuo em pequenos elementos, mantendo suas devidas propriedades. **Objetivo:** Analisar o chassi do veículo enquanto submetido a carregamentos impostos por regulamento, com o intuito de identificar possíveis falhas. **Método:** A realização desta análise procedeu-se por meio da ferramenta *SolidWorks* (software para modelamento de projetos em 3 dimensões), onde primeiramente foi definido a geometria fixa da estrutura, que posteriormente passou a ser submetida aos carregamentos em pontos específicos. Para finalizar definiu-se o tipo de malha à ser utilizada, sendo está um elemento fundamental. Depois disso foi feita a execução da análise. **Resultado:** Por meio da interpretação dos gráficos gerados pelo software baseada na obtenção de deslocamentos, deformações e tensões, e na avaliação do desempenho da estrutura através dos critérios de resistência, rigidez e fadiga, percebeu-se que a disposição dos tubos utilizados não apresentou falhas suportando os esforços dos carregamentos. **Conclusão:** A compreensão dos fundamentos do método em conjunto com o domínio do software, proporcionou base essencial para uma aplicação segura deste recurso no desenvolvimento e avaliação do projeto, sendo isto possível pela facilidade de obtenção e interpretação dos resultados fornecidos.

Palavras-chave: Análise estrutural. Elementos finitos. Fórmula SAE.

APLICAÇÃO DA BIOMECÂNICA DA MÃO HUMANA EM UM MANIPULADOR ROBÓTICO

NETO, Geraldo Luiz Souto[1]; JÚNIOR, José Osmane Lopes[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Através da análise do funcionamento e do movimento do corpo humano, ou de qualquer organismo é possível extrair informações úteis para o desenvolvimento de máquinas que executam tarefas que são repetitivas ou desgastantes. O presente trabalho trata mais especificamente de manipuladores com estrutura e funcionamento inspirados no braço humano. Assim como um humano, um braço robótico possui um cérebro, que corresponde ao controlador, onde são guardadas as instruções a serem seguidas. Este controlador tem a função de acionar os motores que movem o braço e o objeto a ser carregado e processar dados captados de sensores, que conferem a ele sensibilidade a estímulos externos. Dessa forma, a máquina pode tomar decisões. **Objetivo:** Pesquisar informações sobre a possibilidade de aplicar os estudos da mecânica dos movimentos da mão em um manipulador robótico com estrutura semelhante à do braço humano. **Método:** Foi realizado um estudo bibliográfico a respeito de métodos de controle, cinemática e projeto de manipuladores robóticos, de máquinas atropomórficas e estudos da biomecânica do corpo humano, em especial, o braço utilizando o Google Acadêmico, além de textos em livros disponíveis na biblioteca das FIPMoc. Os textos foram encontrados a partir da busca pelas palavras seguintes: manipulador robótico, cinemática inversa de manipuladores, biomecânica, sistemas de controle automático. No total foram selecionados 27 artigos. **Resultados:** Foi possível verificar nos artigos e dissertações encontrados que mão robóticas têm aplicação em diversas áreas como em laboratórios, indústrias e em próteses, e que o desenvolvimento de máquinas antropomórficas envolve muitas variáveis. Entretanto, apesar da

complexidade no desenvolvimento destes dispositivos, é possível aplicar modelos matemáticos e sistemas de controle ao manipulador, baseando-se na análise biomecânica de organismos. **Conclusão:** Ao analisar a execução de tarefas humanas por parte das máquinas permite concluir que quanto maior a semelhança da estrutura e do funcionamento destas com o comportamento humano, quando se é necessário cumprir um objetivo determinado, maior o êxito na conclusão. Considerando o fato de que um manipulador é composto de controlador, sensores e atuadores, o seu sistema de controle pode ser implementado por um sistema mecatrônico, que possibilita a autonomia e a tomada decisões a partir do feedback dos sensores, que são processados pelo controlador, que direciona os atuadores a partir do que foi programado. A programação é uma das partes mais importantes e é preciso buscar o melhor método para desenvolvê-la.

Palavras-chave: Manipulador. Biomecânica. Mecatrônica.

APLICAÇÃO DE MANUTENÇÃO CENTRADA NA CONFIABILIDADE PARA AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE UMA MÀQUINA DE EMBALAGEM

GOMES, Bruno Giordani Rocha[1]; SANTOS, Luiz Diogo Leal[1]; MAIA, Igor de Villefort[2]
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Ao longo dos últimos anos, grandes transformações ocorreram na indústria, tornando-as mais competitivas, forçando-as a buscar maior qualidade em seus produtos, certificar seus processos e disponibilizar maior tempo operacional de seus equipamentos. A Manutenção Centrada na Confiabilidade, MCC, é um processo utilizado para estabelecer quais ações devem ser tomadas no intuito de se assegurar que o ativo exerça a sua função, conforme definido pelos seus usuários, durante o maior tempo e com a maior confiabilidade possíveis, em seu período de vida útil. O presente trabalho se fundamentou na necessidade do setor de manutenção de uma indústria farmacêutica, onde um subsistema denominado estação de formação presente em uma máquina de embalagem apresentava desempenho abaixo do esperado pelos seus usuários, pois apresentava inúmeras falhas recorrentes ao longo do período operacional e comprometia de forma significativa seu tempo de disponibilidade. **Objetivo:** Aumentar por meio da metodologia da Manutenção Centrada na Confiabilidade a disponibilidade operacional do subsistema estação de formação da máquina de embalagem. **Método:** Para a elaboração deste trabalho, realizou-se a coleta de dados no software SAP, contendo o histórico de eventos de manutenção da máquina de embalagem no período de 17 meses. Em seguida, selecionou-se a equipe multifuncional que representasse toda forma de conhecimento técnico do subsistema em estudo. Logo após, seguiu-se uma sistemática para desenvolver um FMEA adaptado com as 7 perguntas da MCC sobre cada um dos itens em análise, buscando abordar funções e padrões de desempenho, formas de falha, causas das falhas, acontecimentos relacionados à cada falha e suas implicações, além de abordar precauções e medidas preventivas apropriadas. Para a seleção da tarefa adequada, usou-se o Diagrama de Decisão da MCC, que é responsável por classificar a influência de cada modo de falha, considerando o seu contexto operacional, ambiental, qualidade do produto/serviço ou até mesmo a manutenção, além de encontrar as tarefas mais viáveis para a prevenção e/ou contenção de tais modos de falha estudados neste trabalho. **Resultados:** Com a utilização do digrama de decisão da MCC, chegamos a um total de 31 ações que foram tomadas para aumentar a disponibilidade do equipamento, incluindo ações de manutenção baseada em condição, serviços preventivos, reprojetos e treinamentos. **Conclusão:** Durante a realização do projeto, notou-se que a empresa fazia uso excessivo da atividade de Manutenção Preventiva, sem considerar uma análise prévia para verificar se tal atividade periódica era a mais adequada para assegurar a confiabilidade do subsistema e a disponibilidade operacional do equipamento. Por mais que os dados coletados se apresentassem de maneira parcialmente confiável, o plano de manutenção reestruturado mostrou-se suficientemente apropriado para suprir a demanda que o setor de manutenção vivia, pois as tarefas de manutenção não eram aplicadas corretamente, o que consequentemente afetava o desempenho do equipamento. Com este trabalho, percebeu-se que nem sempre a aplicação da atividade de Manutenção Preventiva é a melhor opção para minimizar falhas, visto que seguindo a metodologia da MCC, verificou-se que em alguns casos outras técnicas de manutenção permitem levar a um melhor gerenciamento da manutenção do setor.

Palavras-chave: MCC. Confiabilidade. Disponibilidade.

APLICAÇÃO DE OSM NO GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE

COSTA, Robson Filho[1]; DANIEL, Pablo[1]; MEDEIROS, Vinícius Fernandes[1]; MORIKAWA, Fábio Ossame[1]; NUNES, Gustavo[1]; SILVA, Hiago[1]; OLIVEIRA, Helder Lopes[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O uso do OSM (Organização, Sistemas e Métodos) no desenvolvimento de veículos tem como função detalhar as etapas do processo a partir de circuitos de informação, definido custos, visando diminuir a quantidade de insumos para a construção do veículo. **Objetivo:** Aplicar as ferramentas de OSM no gerenciamento de uma equipe de desenvolvimento do veículo para a Fórmula SAE, de forma que todos os membros trabalhem com eficiência, harmonia e produtividade. **Método:** Para a realização do OSM foi-se utilizado as ferramentas de fluxograma, organograma matricial, organização inicial de equipe por *JobRotatio*n gerenciamento visual. **Resultados:** Para que não ocorra nenhum problema gerencial dentro do grupo, foi estabelecido uma hierarquia com divisão de trabalho matricial, onde a função é alocada para a equipe, de forma que esta realize a atividade conforme habilidades e competências afins. Já na organização inicial por *JobRotation* os membros puderam conhecer cada etapa dos processos. Com o fluxograma foi possível deixar claro a sequência de cada processo, o organograma matricial permitiu a realizações de tarefas temporárias aliadas a dinamicidade das estruturas dos projetos e produtos, e com o gerenciamento visual pode-se apontar metas de cada processo. **Conclusão:** Concluiu-se que o OSM pôde ser replicado com sucesso na situação, desde que dentro de uma estrutura organizada que lhe dê apoio logístico e financeiro. A implantação de uma cultura profissional administrativa alinhada a uma gestão organizacional proporcionou a equipe uma maior qualidade no processo de desenvolvimento do produto final garantindo um melhor nível de competitividade.

Palavras-chave: OSM. Gerenciamento. Fórmula SAE.

ARQUITETURA ESCOLAR

NEPOMUCENO, Larissa Fernanda G.1; MONÇÃO, Haila Michelly R.1; COSTA, Karoline R.1; ANCETO, Emily S.1; SILVEIRA, Áurea Viviane F.2
1Discentes das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A sustentabilidade está, direta ou indiretamente, ligada ao modo de se projetar, relacionando a construção do espaço e do ser, fazendo um paralelo entre arquitetura, educação e sustentabilidade. Dessa maneira há de se projetar uma escola que una esses conceitos. Tendo o âmbito escolar como uma de suas funções instigar o pensamento e criar consciência, este pode induzir aos alunos o pensamento de preservação ambiental, implementando o ideal sustentável. **Objetivo:** Compreender a relação arquitetura x educação x sustentabilidade bem como as soluções projetuais para o edifício escolar. **Metodologia:** Para essa pesquisa a metodologia compreende em análises bibliográficas em como conceber um edifício institucional educacional. Estudos referentes aos impactos causados no meio, na sociedade circundante, estabelecendo o melhor tipo de estrutura, material, logística de disposição dos espaços. **Resultados:** Embasado nas informações adquiridas sobre a área que o empreendimento será locado, na parte sul do bairro Ibituruna, percebeu-se déficits no desenvolvimento quanto a infraestrutura, em seus aspectos básicos para comportar e atender o complexo escolar e seus moradores. Dessa forma foi implementado uma praça, com ideal de bosque, inserida próxima a escola que tem como objetivo trazer para perto a vivência da população com a natureza. Também foram implantados postes de iluminação pública com placas solares, assemelhando-se a pétalas de uma flor. A região contará com um ponto de apoio policial, instalado em um terreno que possui visão panorâmica tanto da escola, avenidas de acesso e capela, sendo essa um atrativo para convivência social. A concepção deste projeto escolar sustentável, baseado na arquitetura orgânica, formas abstratas da natureza e nas análises projetuais produzidos. Terá em sua estrutura o uso do concreto armado nos elementos estruturais (lajes, vigas, pilares e fundação). Uso de pele de vidro nas fachadas dos prédios, para obter iluminação natural, diminuindo os gastos com energia. Mascaramento na fachada oeste do segundo prédio barrando a incidência solar durante a dia. Além de telhado verde, uso de piso intertravado na área de circulação externa, viabilizando a absorção e infiltração da água e retém o calor. **Conclusão:** Por tanto nota-se que o estudo e aplicação da sustentabilidade numa instituição escolar, em sentido amplo, se fazem cada vez mais importante, por ajudar na formação do caráter de seus alunos, que em seu caminho acadêmico constituíra a consciência ambiental, deste modo colaborando na formação ou melhoramento do meio e, também, a vida em sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar. Sustentabilidade.

ARQUITETURA MEDIEVAL, UMA RELAÇÃO CONTEMPORÂNEA

QUEIROZ, Frederico Mendes1; SILVA, Thelly Jesilene Vieira1; BICALHO, Elisa Santana2
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A arquitetura medieval foi desenvolvida durante o período da Idade Média, ou seja, entre os séculos V e XV. Segundo Fazio (2011), as obras arquitetônicas desta época, expressam características como: temas religiosos, arte monumental, grande espessura de paredes, pouca iluminação interior. Posteriormente, acrescenta-se a luz colorida dos vitrais e a predominância de verticalidade nas construções, características do Gótico. Infere-se que o medievo é marcado por edificações como igrejas, catedrais, basílicas, mosteiros e os castelos feudais. Para Lopes (2003), a arte da época é centrada no conhecimento, uma vez que a produção deste se dava por meio dos clérigos em seus mosteiros e esses utilizavam da arquitetura medieval para transmitir os ensinamentos cristãos. Segundo Proença (2000), os elementos construtivos, presentes nas construções do período em questão optavam pelo simbolismo do formato de cruz e possuíam um único portal de entrada. O interior era pouco ornado e havia a presença do uso de abóbadas e arcos de volta-perfeita, além do uso predominante da pedra mármore. **Objetivos:** Construir um centro de tradições inspirados nos elementos arquitetônicos do período Medieval relacionando-o com a contemporaneidade. **Metodologia:** O estudo realizado consiste em uma pesquisa bibliográfica, produzida com base em livros, artigos científicos e sites, de abordagem qualitativa e exploratória, pois se levará em conta o estudo histórico/sociológico e a análise argumentativa dos dados, sendo utilizados para a coleta das informações, artigos, livros, e sites. **Resultados:** Após o estudo das características arquitetônicas medievais e tendo como base a Basílica de Santa Sofia que, por sua vez, possui um grande detalhe arquitetônico: uma cúpula sobre uma planta quadrada. Identificou-se que diversos elementos medievais influenciam nas construções atuais, como exemplo: a ogiva gótica, os vitrais, a abóboda, os arcos tanto o de berço como o de aresta e o tímpano. Neste sentido, projetou-se um Centro de Tradições voltado para a cultura norte-mineira, tomando como conceito as fitas das festas de agosto expressas em formas curvas e elementos que relacionam o conceito ao tema medieval do projeto. Tendo como principal material o concreto pré-moldado, pela ampla variedade de formas que ele permite, inclusive os detalhes do período supracitado. **Conclusão:** O presente estudo nos possibilitou conhecer mais a respeito da nossa área de atuação enquanto futuros arquitetos, uma vez que exploramos um conceito fundamental no desenvolvimento da arquitetura, o medieval, mediante isto, acredita-se que tal pesquisa proporcionou a efetiva relação da teoria com a prática.

Palavras-chave: Arquitetura Medieval. Igrejas. Centro de Tradições.

REFERENCIAS:

FAZIO, Michael. **A história da arquitetura mundial.** 3.ed. Porto Alegre: Amgh, 2011.

PROENÇA, Graça. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2000.

LOPES, Hugo. Os mosteiros medievais como edifícios de saber. A conquista do território pela implantação de conhecimento desde o século X ao século XII - O caso português como ilustração paradigmática. **Millenium**, 2003. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium27/20.htm> Acesso em: 29 out. 2016.

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL:UMA EDIFICAÇÃO POSSÍVEL

PEREIRA1, André Luís Rodrigues; QUEIROZ1, Frederico Mendes; RIBEIRO1, Marcelo Costa; RAMOS1, Karla de Morais; SILVA[1], Thelly Jesilene Vieira; TEIXEIRA1, George Rodrigues; BICALHO, Elisa Santana2;
1Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; 2Professora das FIPMoc

Introdução: Vários estudiosos buscam um conceito que abranja o universo que há dentro do que pode vir a ser sustentável. A ECO 92, conferência internacional das nações unidas sobre o clima, aqueceu as discussões e deu visibilidade para o tema. Na Rio+20, evento ocorrido em 2012 no Rio de Janeiro, essas preocupações entraram novamente na pauta. Essas iniciativas são importantes pois incentivam a criação de iniciativas que propor uma nova forma de produzir, morar, consumir e viver. Na construção civil o foco

temático é buscar minimizar cada vez mais o impacto negativo nos âmbitos ecológico, social e econômico, eixos estabelecidos por Bill e Keeler (2010) por um consumo mais assertivo. Foi sob a luz destas premissas que se foi elaborado o projeto no bairro Ibituruna, pois ainda que não existam práticas com zero impacto no meio, há soluções sustentáveis que refletem a preocupação socioambiental da sociedade do século XXI, (FREIRE.; BERALDO, 2013) visto a necessidade de se preservar o ambiente para o desenvolvimento das futuras gerações. **Objetivos:** compreender a sustentabilidade e aplicá-la ao projeto de uma edificação a ser localizada no Ibituruna, um bairro com um bom IDH, na cidade de Montes Claros. Ele é marcado pela disparidade econômica posta em evidencia quando comparado com a maioria dos bairros do perímetro urbano (LEITE; BATISTA; CLEMENTE, 2010) O intuito ao final é o de criar um modelo base para os projetos residenciais envolvendo o tema proposto. **Metodologia:** A presente pesquisa é de cunho qualitativo uma vez que explora o estudo histórico/sociológico e a análise argumentativa dos dados; utiliza-se do método exploratório, pois levanta as informações necessárias acerca do tema proposto, sustentabilidade, para a elaboração de um projeto final. Usa o método indutivo, que se justifica por permitir a elaboração de uma proposta a ser apresentada, a partir dos conhecimentos adquiridos e do programa de necessidades exposto pelos clientes. **Resultados:** Percebe-se que a junção entre o estudo teórico dos elementos que compõe um projeto sustentável e a posterior vivência destes ideais na forma do projeto de uma residência localizada em um bairro "nobre" da cidade de Montes Claros possibilita entender de forma mais profunda e realista como ocorre o processo de concepção de uma edificação apta a atender as demandas da contemporaneidade**. Conclusão:** A partir de um estudo cuidadoso sobre as esferas do pensamento sustentável se pode entender como manifestá-lo na construção civil se atentando não só a questão ecológica, mas também as partes sociais, de como tal empreendimento impactam no meio; e na parte econômica; tornando o projeto viável de acordo com as necessidades do indivíduo para qual se edifica.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Edificação. Conceito viável.

REFERÊNCIAS:

BILL, Burke. KEELER, Marian. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010

FREIRE, W. J; BERALDO, A. L. **Tecnologia e Materiais Alternativos de Construção.** São Paulo: Unicamp, 2013.

LEITE, M. E.; BATISTA, R. P.; CLEMENTE, C. M. S. Segregação espontânea na cidade de Montes Claros/Mg: uma análise auxiliada pelo sensoriamento remoto. **Revista eletrônica do curso de Geografia.** Jataí – GO. N. 15. p,123-127. jul/dez. 2010.

AS FORMAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO NA ÓPTICA DO COGUMELO DO CONFLITO

DIAS, Beatriz Ferreira[1]; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro[1]; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de[1]; LIMA, Paula Pinheiro[1]; SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos[1].
GABRICH, Lara Maia Silva[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: A autocomposição é uma forma de resolução consensual de conflitos, em que é solucionado pelas partes por meio da mediação, conciliação ou negociação. Sob esta óptica, o cogumelo do conflito é uma concepção tridimensional que envolve as principais perspectivas do conflito: necessidade, emoção e comunicação (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014). **Objetivo:** Analisar as formas de autocomposição à luz do cogumelo do conflito. **Metodologia:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em doutrinas e materiais disponibilizados em sala de aula. **Resultados:** O conflito se dá a partir da divergência de interesses e necessidades entre os indivíduos. Isto remete ao cogumelo do conflito, uma vez que as necessidades, que integram sua raiz, são primordiais para todos e, quando incompatíveis, compõe o conflito. Já as emoções decorrem das necessidades que dificultam a resolução de conflito, tornando-o negativo. E, por fim, no ápice do cogumelo, encontra-se a comunicação que, pela sua falta ou não, contribui para a origem do conflito, bem como para sua solução. A comunicação é um elemento essencial para a composição do conflito para resolvê-lo de forma positiva. Diante disso, o cogumelo do conflito relaciona-se com a autocomposição, por esta consistir em uma forma facilitadora de resolução das perspectivas supracitadas, por meio da mediação, conciliação ou negociação. **Conclusão:** Conclui-se que tanto as formas de autocomposição quanto o cogumelo do conflito, ensejam a pacificação social por atenderem as partes frente ao conflito, em que essas possuem

autonomia para tomarem decisões convenientes e satisfatórias que constituem a dinâmica do cogumelo do conflito.

Palavras-chave: Conflito. Formas de autocomposição. Cogumelo do conflito. Resolução de conflito.

REFERÊNCIA:
CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

AS GARANTIAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À PRIVACIDADE DOS DADOS FISCAIS E BANCÁRIOS.

ALKIMIM, Renata Wanderley1; OLIVEIRA, Paulo Henrique[1]; SOARES, Solange de Fátima[1].
DIAS, Rodrigo Dantas[2].
Discentes das FIPMoc[1]. Docente das FIPMoc[2].

Introdução: Com a evolução das relações econômicas e sociais, tornou-se evidente a necessidade de proteção jurídica do direito à intimidade do cidadão, com foco no sigilo das informações e os mecanismos legais para sua proteção. O sigilo bancário e fiscal pode ser afastado em situações especialíssimas pelo Judiciário, enquanto o acesso a tais informações pelo Fisco não configura possibilidade de "quebra" de tal garantia. O acesso pelo Fisco, independentemente de autorização judicial é garantido pelo STF que entende existir simples transferência de dados e obrigação de manutenção do sigilo, reconhecendo legitimidade do Estado em acessar e receber os dados. **Objetivo**: Neste sentido, a presente pesquisa visa verificar até que ponto a legislação brasileira garante a privacidade dos dados fiscais e bancários. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da "analise de conteúdos". **Resultados**: Neste contexto, ressalta-se que está assegurado o direito à intimidade e ao sigilo de informações, tais direitos estão amparados na lei Complementar nº 105/01 e na Constituição Federal, é garantido como medida de segurança. A divulgação de dados que clientes tenham confiado a instituições financeiras, bem como a de dados que tenham sido obtidos pelo agente fiscal no exercício de suas atribuições, não expõem a sua vida privada. Dentro do sistema jurídico o sigilo bancário e fiscal, apesar de sua grande importância como desdobramento da proteção ao direito de intimidade, não tem caráter absoluto, característica que nenhum direito tem. **Conclusão**: Conclui-se, portanto há uma ponderação dos princípios a serem aplicados no direito ao sigilo bancário e fiscal que deve ser analisada sob o caso concreto, aplicando um e afastando outro. Como regra maior a garantia do sigilo bancário e fiscal está assegurado na Constituição Federal no art.5º, inciso XIII. A Lei Complementar 105/2001 veio regular o acesso do FISCO aos dados bancários sem configurar quebra do sigilo garantido constitucionalmente.

Palavras-chave: Direito à privacidade. Limites legais. Sigilo bancário e fiscal.

AS MEDIDAS DE INTERNAÇÃO E O CENTRO SOCIOEDUCATIVO NOSSA SENHORA APARECIDA – CESENSA

ANJOS, Cassia Mirene Pereira dos[1]; CARVALHO, Mércia Pereira de[1]; OLIVEIRA, Isabella Gonçalves de[1]; PINA, Neila Renata Silva[1]; PIRES, Tatiana Drumond[1]. SILVA, Lindon Johnson Dias da[2].
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: A aplicação das medidas socioeducativas representa a intervenção estatal, focada na problemática da conduta desviante e antissocial, sem, contudo, deixar-se de observar os direitos que são garantidos aos adolescentes, face à condição de pessoas em desenvolvimento que dependem, material e emocionalmente, do mundo adulto. **Objetivo:** Analisar a atuação do Centro Socioeducativo Nossa Senhora Aparecida (CESENSA), localizado no bairro Distrito Industrial em Montes Claros/MG. **Metodologia:** A pesquisa realizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em leis (Estatuto da Criança e do Adolescente / ECA - Lei Federal 8.069/90, doutrinas e nas revistas eletrônicas Jusbrasil e SciELO. **Resultados:** O centro está ligado à Secretaria de Estado de Defesa Social e atende 80 adolescentes (internação e internação provisória). Atua com uma proposta pedagógica para o adolescente em conflito com a lei, resgate de autoestima e preparação para a convivência familiar e comunitária. Desenvolve diversas atividades relacionadas à arte, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e ainda oferece a continuidade do processo de escolarização desde o ensino fundamental até o médio, ocupando assim a

maior parte do tempo dos acautelados, em cumprimento do que dispõe o ECA, em seu art. 124, XI. São ministrados cursos profissionalizantes de horticultura e padaria, atividades artísticas como oficinas de música, dentre outras. O tempo máximo de permanência no Centro é de três anos, conforme estabelece o ECA. A aplicação da medida nem sempre corresponde ao delito praticado, mas depende da discricionariedade do julgador (pautada nas avaliações de multiprofissionais que vão de psicólogos à pedagogos) que pode determinar medidas distintas para atos infracionais idênticos, levando-se em consideração o risco social a que o adolescente sujeita se, a periculosidade do menor e o grau de desestruturação no qual se encontrava inserido. Nessa aplicação, são observados aspectos objetivos (ato infracional praticado, circunstâncias, agravantes genéricas) bem como os aspectos subjetivos (reincidência, personalidade do agente, antecedentes, histórico familiar, razões que o levaram a cometer tal ato). No Centro há regras que, se descumpridas, sujeitam os acautelados a punições como o isolamento por tempo determinado. Para os mais bem comportados são oferecidos a alguns benefícios de forma a incentivar o bom comportamento e incitar valores morais, estimulando o retorno do convívio social. O acompanhamento da equipe multiprofissional permite uma avaliação quase que diária de cada adolescente, contribuindo para a recuperação destes, bem como a manutenção das condições a que jovem está submetido, a fim de prepará-lo para a realidade que enfrentará ao término do cumprimento da medida socioeducativa. **Conclusão:** Conclui-se que o CESENSA segue todas as exigências do art. 92/ ECA que regulamenta as entidades de atendimento ao adolescente. Respeitando dessa forma, três princípios fundamentais que orientarão as medidas socioeducativas de internação, quais sejam: o princípio da Brevidade; o princípio da Excepcionalidade e o princípio do Respeito. De tal modo, tem-se que a medida de internação somente deve ser aplicada em casos excepcionais, quando as demais formas de tentar recuperar o adolescente infrator se mostrarem ineficazes, ou seja, as medidas de internação serão sempre a *ultimaratio*,(última medida).

Palavras-chave: ECA. CESENSA. Menor infrator.

ASSÉDIO SEXUAL E MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

SOARES, Elen Batista[1]; MEDEIROS, Viviane Fernandes[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A condição hierárquica do ambiente de trabalho abre espaço para abusos de todas as espécies, entre eles o assédio sexual e moral que, apesar de diferentes, acabam por vezes se sucedendo. **Objetivo**: Analisar a relação entre assédio sexual e moral no ambiente de trabalho abordando a distinção entre os termos e as consequências jurídicas oriundas do fato. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e bibliográfica utilizando-se de legislação, jurisprudências e doutrinas pertinentes. **Resultados:** O assédio sexual está tipificado no art. 216-A do Código Penal e se caracteriza por gestos ou palavras com conotação sexual sem reciprocidade por parte do assediado, não necessita de repetição para ser configurar o crime nem que haja relação hierárquica ou distinção entre os sexos do assediado e assediador. O assédio moral, por sua vez, é uma conduta repetitiva que tem por característica o abuso por parte do superior hierárquico que expõe o trabalhador a situações humilhantes e vexatórias, abalando a saúde física e mental do empregado. A comprovação do assédio dá ensejo ao ressarcimento por danos morais. Os arts. 927, 932 inciso III e 942 do Código Civil, com força nos arts. 8º e 9º da CLT, atribuem responsabilidade solidária às pessoas físicas e jurídicas responsáveis por esse tipo de conduta ilícita no ambiente de trabalho. A partir da análise de julgados foi possível observar que o assédio sexual praticado reiteradamente dá abertura à configuração do assédio moral, uma vez que a insistência do assediador expõe o assediado a situações humilhantes que abalam o psicológico e comprometem seu rendimento. **Conclusão**: Conclui-se através deste estudo que situações de assédio sexual em relações de trabalho, quando da resistência da vítima, podem evoluir para situações de assédio moral e que, diferentemente do assédio sexual, o assédio moral não recebeu a devida atenção do ordenamento jurídico, apenas se configurando como crime devido às consequências de sua prática, não do ato em si, e no que diz respeito aos danos morais, os tribunais não são receptivos, pois as provas necessárias são de difícil obtenção e os requisitos para quantificação da indenização são inúmeros.

Palavras-chave: Assédio. Sexual. Moral. Trabalho.

AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA RESIDENCIAL CONTROLADA POR MEIO DO ARDUINO

CRUZ, Cleyton Avelino Fagundes da1; LIMA, Lucas Freire1; SILVA, Dáckson Gomes da1; LIMA, Leonardo Nascimento1; SILVA, Leomax Junio Ribeiro1; LIMA, Michael Eduardo Bicalho de1; LEITE, Ramon Risério Dourado2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Nos dias atuais, a automação vem tomando conta da vida humana, tanto nas indústrias como nas residências. O que faz essa tecnologia ser cada vez mais utilizada é o conforto e a segurança que ela proporciona. Ao agir de acordo com a programação e a leitura dos sensores e diversos componentes instalados ao circuito, essa tecnologia pode ser aplicada de diversas formas. Uma forma de automação, principalmente no âmbito residencial, pode ser obtida usando o Arduino. Ele é um micro controlador em que se pode conectar diversos sensores e controles, tais como controles de portão para abertura automática, sensores de presença para acendimento de lâmpadas, módulo chip GSM para realizar ligações e outros diversos recursos. De acordo com os dispositivos conectados a ele, é desenvolvido o código de programação para o funcionamento do sistema automatizado. **Objetivo:** realizar o monitoramento e a automação de diversos pontos e aparelhos da casa. **Métodos:** Após a pesquisa bibliográfica em artigos publicados em congressos nacionais de energia e tecnologia, foi decidido que será instalado sensores de presença controles infravermelhos e realizado a leitura com o Arduino UNO. Devido ao baixo custo e a facilidade serão utilizados os sensores de presença Hc- Sr501. Quando uma pessoa entrar num cômodo, o sensor deverá informar ao Arduino e uma lâmpada será acionada. Caso se use esse sistema automatizado para a área de segurança, em vez de acionar a lâmpada, o relé pode acionar uma sirene ou um leitor de chip shield SIM-900 para realizar ligações. De acordo com a necessidade poderá se desenvolver o circuito e a linguagem de programação. **Resultados:** Redução do consumo energético residencial em lâmpadas a longo prazo e aumento da segurança e conforto nas residências. **Conclusões:** A partir do uso de técnicas de automação e equipamentos de baixo custo é possível realizar medidas para segurança e conforto nas residências reduzindo também o consumo de lâmpadas.

Palavras-chave: Segurança residencial. Arduíno. Automação. Sensores de presença. Domótica.

REFERÊNCIAS:

DE ARAÚJO, Ícaro Bezerra Queiroz; SOUTO, Vidal Filipe; JUNIOR, Ademar Gonçalves da Costa. **Desenvolvimento de um protótipo de automação predial/residencial utilizando a plataforma de prototipagem eletrônica arduino.** CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÂO EM ENGENHARIA. Belém, setembro. 2012. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2012/artigos/103723.pdf >. Acesso em: 04 mai, 2016.

LINS, Vitor; MOURA, Waldson. **Domótica**: Automação residencial. UNIBRATEC. Recife-PE. Disponível em: http://www.unibratec.edu.br/tecnologus/wp-content/uploads/2010/12/lins_moura.pdf. Acesso em: 26 de fevereiro de 2017.

WORTMEYER, Charles; FREITAS, Fernando; CARDOSO, Líuam. **Automação residencial**: Tecnologias visando o conforto, a economia, a praticidade e a segurança do usuário. In: II SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT'2005). Rio de Janeiro, out. 2005. Disponível em: < http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/256_SEGET%20-%20Automacao%20Residencial.pdf >. Acesso em: 04 de maio, 2016.

AVALIAÇÃO BIOMECÂNICA PARA MELHORA DO RENDIMENTO E PREVENÇÃO DE LESÕES

XAVIER-ROCHA, Túlio Brandão[1]
1 Docente das FIPMoc

Introdução: Biomecânica é o estudo do corpo humano com base nos preceitos da mecânica Newtoniana. É dividida, basicamente, na cinemática, em que o movimento é estudado sem considerar as forças que o causaram, e na cinética, em que são abordadas as forças atuantes durante o repouso ou movimento. Como a eficiência e longevidade dos sistemas mecânicos podem ser determinadas com base nas relações

existentes entre seus componentes e nas forças a que estão sujeitos, a avaliação biomecânica, tanto do sujeito quanto da tarefa a ser executada, é uma ferramenta importante para a melhora do rendimento e prevenção de lesões. **Objetivo:** Verificar os objetivos e métodos de análise biomecânica empregados na avaliação de atletas. **Método:** Trata-se de estudo bibliográfico, qualitativo, de caráter exploratório. Foi realizada buscas de artigos no Google Acadêmico, do período de 2012 a 2017, utilizando os termos "avaliação biomecânica" em combinação com as palavras "atleta", "rendimento", "lesão", e considerando apenas as primeiras quatro páginas para cada busca. Estas foram realizadas entre os dias 1 e 21 de maio de 2017. **Resultados:** Foram encontrados 45 estudos sobre o tema, incluindo teses, dissertações e artigos de revistas. Também foi verificado o interesse pelo tema em diversas áreas como fisioterapia, educação física, e engenharias mecânica, elétrica e produção. Dos 45 estudos encontrados, 18 tratavam da avaliação biomecânica para fins de rendimento, seja esportivo ou funcional; 16 deles focavam no aspecto de prevenção; sete estudos tratavam sobre reabilitação; e quatro sobre análise de próteses. Os métodos de avaliação mais empregados foram a cinemetria, eletromiografia, dinamometria, incluindo plataformas de força, e fotogrametria. Análises matemáticas também foram empregadas. Em poucos estudos foram utilizados mais de um método. **Conclusão:** A análise biomecânica é uma ferramenta importante tanto para prevenção de lesões e melhora do rendimento no movimento, seja na prática esportiva, no trabalho, reabilitação e na utilização de dispositivos protéticos. Foi verificado que os dois aspectos estão relacionado, pois, na maioria das vezes, ao melhorar o rendimento, previne-se lesões, e vice versa. Os métodos de avaliação, em sua maioria, são simples e de baixo custo, e permitem ao profissional uma análise detalhada do movimento. Verifica-se, portanto, a importância da avaliação biomecânica para que o gesto esportivo ou laboral seja executado de forma segura e eficiente.

Palavras-chave: Avaliação biomecânica. Rendimento. Lesões.

AVALIAÇÃO DO PERFIL FUNCIONAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN POR MEIO DO INVENTÁRIO DE AVALIAÇÃO PEDIÁTRICA DE INCAPACIDADE (PEDI)

LEÃO, João Victor Nobre[1]; MOTA, Rhayssa Soares[1]; AGUIAR, Fernanda Nunes[1]; PRINCE, Karina Andrade de[2].

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc.

Introdução: A Síndrome de Down (SD) é uma condição genética frequente, possui caráter não progressivo e é determinada pela trissomia do cromossomo 21. O indivíduo possui alterações físicas, orgânicas e mentais bem definidas, o que permite a realização de uma análise das crianças através do inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI). **Objetivo:** Objetivou-se realizar uma análise dos dados presentes na bibliografia referentes a crianças com SD e sua relação com o PEDI. **Método:** Foram selecionados previamente 16 trabalhos dispostos nas bases de dados SCIELO, LILACS e BVS, e posteriormente 5 desses foram selecionados para a revisão literária por serem mais relevantes, e consequente foi realizado o desenvolvimento da pesquisa. **Resultado:** O PEDI é um método de análise do perfil funcional de crianças tomando por base três níveis: autocuidado, mobilidade e função social. Esses níveis são analisados em três momentos, o primeiro consiste em avaliar a habilidade da criança de desempenhar atividades de situações cotidianas, o segundo momento compete à necessidade ou não de interferências do avaliador, já o terceiro, informa as modificações realizadas pela criança para que a atividade proposta seja cumprida corretamente. As crianças com SD possuem principalmente déficit no que compete à mobilidade, apesar de esta possuir uma origem desconhecida, se é a partir de um real retardo no desenvolvimento motor ou uma possível superproteção dos pais que culmina no prejuízo deste. Crianças com SD também possuem usualmente prejuízo na área de função social, relacionado à resolução de problemas, interação com terceiros, uso funcional da comunicação e outros, que podem ser explicados pelas próprias características da SD, que caracteristicamente gera para o indivíduo limitações na linguagem e cognição podendo assim haver um prejuízo da interação social. Quanto ao autocuidado, a maioria das crianças estudadas apresentou-se dentro ou próximas do intervalo de normalidade, o que indica a boa ação da criança nesse campo, entretanto isso pode ser considerado um falso-positivo, visto que pela ausência de paciência dos pais ou cuidadores ou meramente por pouco tempo destes, acaba havendo uma privação quanto própria criança experimentar novas oportunidades motoras, de forma que aqueles acabam fazendo eles mesmos as ações necessárias para o autocuidado. **Conclusão**: A partir dos dados analisados, conclui-se que as principais limitações no desempenho funcional de atividades cotidianas manifestaram-se quanto à mobilidade e função social, enquanto o autocuidado apresentou melhor desempenho, apesar das dúvidas

quando a fidedignidade deste último. Dessa forma, os prejuízos da SD podem ser amenizados, por exemplo, a partir de estimulação da integração social, bem como a estimulação neuropsicomotora.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Pediatria. Autocuidado. Mobilidade. Função social.

ABSENTEÍSMO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM MONTES CLAROS-MG

RODRIGUES, Eduardo Fernando Zuba1; OLIVEIRA, Felipe Dias de1; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira2
1 Discentes do curso de Administração das FIPMoc. 2Docente do curso de Administração das FIPMoc.

Introdução: O absenteísmo tornou-se uma ferramenta para medida das horas faltosas, e também como um indicador de que algo na empresa ou fora dela não está satisfazendo o trabalhador, levando-o a faltar ao trabalho. Ele indica ausências na jornada de trabalho, sejam faltas do dia ou em horas, durante a programação do tempo em que o trabalhador deveria estar produzindo. Esse fato tem exigido muito das organizações e de seus administradores uma vez que suas causas normalmente são ligadas a vários fatores, que vão desde as questões sociais, saúde, gestão de pessoas, entre outros problemas, tornando-se um, este tema complexo e difícil de ser gerenciado. **Objetivo**: Este estudo se propõe a analisar possíveis fatores contribuintes para os índices de elementos que comprovam o absenteísmo em empresa distribuidora de bebidas localizada na cidade de Montes Claros MG. **Método:** A pesquisa, de natureza exploratória utilizou uma abordagem quanti-qualitativa, envolveu entrevistas semiestruturadas e questionários com gerentes e colaboradores da organização em estudo. **Resultados:** Apurou-se que funcionários e gestores tem uma preocupação com o absenteísmo dentro da organização, os colaboradores entrevistados tem na figura do seu encarregado um líder, que transmite confiança e que há um bom relacionamento no ambiente de trabalho. Os resultados demonstram a questão do ambiente, seja o espaço físico como as condições de trabalhar como adequados, porém a maioria diz não receber treinamentos para aperfeiçoarem e os intervalos disponíveis, sejam de para o café ou almoço são insuficientes, seja salvo que a empresa adota o método de horário reduzido de almoço para compensarem em folga no sábado. As ausências tanto por questões de saúde quanto por questões pessoais devem ser analisadas pelos gestores que devem reavaliar os processos utilizados dentro da organização a fim de reduzir o percentual. **Conclusão:** Concluímos que os problemas do absenteísmo dos trabalhadores da organização analisada estão conectados diretamente à política salarial, falta de treinamentos, ou seja, incentivos, intervalos reduzidos do horário de almoço e com grande preocupação familiar e de saúde. A insatisfação salarial destaca-se como promotor do absenteísmo dentro das organizações, e foi sugerido aos responsáveis do setor Gestão de Pessoas rever, juntamente com seus colaboradores adequações cabíveis na realidade da empresa que possam satisfazer ambas as partes.

Palavras-chave: Absenteísmo. Gestão de pessoas. Organizações. Gerenciamento.

BENEFICIAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONCRETO ENDURECIDO

COSTA, Raquel Albuquerque Leal1; FERNANDES, Isabella Lima1; NEIVA, Daniel Santos1; RUAS, Bruna Luiza Alves1; SOUZA, Bethânia Francisca de1; PEREIRA, Sheila Cristina Martins2
1Discentes da Unimontes; 2Docente da Unimontes

Introdução: Oaproveitamento dos resíduos de concreto além de diminuir impactosambientais identificados pela exploração de recursos naturais e a degradação depossíveis áreas pela disposição final, gera benefícios economicos e ambientais relacionados a extração e transporte de matérias primas, ereferentes à destinação final de resíduos. Devido à homogeneidade dos resíduos de concreto, a reciclagem pode ocorrer através de processos simplificados sem a necessidade de etapas de separação de materiais característica da reciclagem de resíduos da construção civil (BUTTLER, 2007). **Objetivo:** Caracterizar o beneficiamento de resíduos de concreto endurecido a partir da técnica da britagem. **Método:** Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos científicos, dissertações, teses e da legislação brasileira referentes ao beneficiamento de resíduos de concreto de maneira a se atingir o do objetivo proposto. **Resultados:** A reutilização de resíduos de concreto endurecido ocorre basicamente como agregados em novas misturas ou para confecção de sub-base e base de pavimentação (BUTTLER, 2003). Dessa maneira, o processo de britagem enquadra-se como alternativa de transformação deste material para esse devido fim. Os sistemas de britagem são constituídos basicamente por dispositivos de condução, separação granulométrica e

transporte denominados alimentadores, peneiras e grelhas, e as correias, respectivamente (BALLISTA, 2003). O agregado final do processo de britagem tem sua granulometria e a forma diretamente determinados pelo tipo dobritador utilizado e pelas propriedades dos resíduos de concreto. Sendo que os meios de britagem mais empregados parareciclagem de resíduos da construção civil utilizam britadores de impacto ecompressão (BALLISTA, 2003). Em análise as propriedades dos agregados de concreto,McNeil&Kang (2013) identificaram que geralmente a densidade do agregado reciclado de concreto émenor do que de agregados naturais possuindo também maiores porosidade eabsorção de água. Além disso, a granulometria e quantidade de finos que podeminterferir negativamente nas propriedades de concreto. A trabalhabilidade diminui okafcom o aumento dos agregados reciclados devido aquantidade de finos.Outro fator que interfere nas propriedades doagregado é a resistência doconcreto original. Agregados de concretos de alta resistência tem baixa absorçãode água e desempenho similar aos concretos convencionais (MCNEIL& KANG, 2013). **Conclusão:** No Brasil, a legislação sobre reutilização de agregados de concreto encontra-se restrita a aplicações sem fins estruturais. A partir da literatura analisada verificou-se que a reutilização dos resíduos de concreto com agregados da construção civil mostra-se como alternativa com importantes benefícios econômicos e ambientais para tanto, é necessário análise das propriedades do material de origem dos resíduos e das proporções de substituição destes materiais para as novas aplicações.

Palavras-chave: Concreto Endurecido. Construção Civil. Resíduos.

REFERÊNCIAS:

BALLISTA, L. P. Z. **Avaliação de algumas propriedades de concretos estruturais com agregados graúdos reciclados modificados com látex estireno-butadieno.** 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-13112015- 142759/pt-br.php>. Acesso em: 11 mai. 2017.

BUTTLER, A. M. **Concreto com agregados graúdos reciclados de concreto – Influência da idade de reciclagem nas propriedades dos agregados e concretos reciclados**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-06082003- 172935/pt-br.php>. Acesso em: 11 mai. 2017.

BUTTLER, A. M. **Uso de agregados reciclados de concreto em blocos de alvenaria estrutural**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Estruturas) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2003. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-16102007- 111106/pt-br.php.Acesso em: 11 mai. 2017.

MCNEIL, K.; KANG, T.H.K. **Recycled Concrete Aggregates: A Review. InternationalJournal of Concrete Structures and Materials,** v.7, n.1, mar. 2013, p 61–69.Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40069-013- 0032-5>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRAÇO ROBÓTICO COLABORATIVO

RAMOS, Stephanie Emanuelly Muniz[1]; ROCHA, Vitor Brandão Xavier[1]; SAMPAIO, Huberth Vladimir De Souza[1]; SANTOS, Davidson Silva[1]; SILVEIRA, Priscila Rayane Rocha[1]; SOUZA, Pedro Henrique Batista De[1]; REGO, Thaís Cristina Figueiredo[2].
[1]Discentes em Engenharia Mecatrônica das FIPMoc.[2]Docente das FIPMoc

Introdução: O desenvolvimento da tecnologia e a automação dos processos aprimorou os serviços e as atividades humanas nas áreas da saúde, indústria, construção civil, dentre outros. Serviços esses que antes eram realizados manualmente, agora são substituídos por máquinas e robôs. Deste modo, houve a necessidade da inserção da robótica colaborativa onde o compartilhamento de informações é feito em tempo real entre os robôs, para garantir a realização de determinada tarefa. **Objetivos:** Projetar um braço robótico colaborativo para proporcionar maior eficiência na automação e na produtividade do Sistema de Separação de Materiais. **Metodologia:** Foi realizado um esboço do braço robótico a ser produzido, utilizando o software *SolidWorks*, baseando-se em modelos já conhecidos nos meios industriais e acadêmicos. **Resultados:** Atentando-se ao melhor atendimento para o projeto conjunto, arquitetou-se um braço de três

juntas, dessas, uma rotacional e duas prismáticas, contando também com um eletroímã como efetuador e três motores de passo para realizarem movimentos precisos de cada eixo. **Conclusão:** O manipulador em questão apesar de ser simples, foi pensado especificamente para o conjunto do sistema, e por tanto, funcionará com uma maior eficiência, fluidez e precisão para as tarefas demandadas.

Palavras-chave: Braço Robótico. Robótica Colaborativa. Manipulador. Eletroímã. SolidWorks.

CADEIRA DE RODAS AUTÔNOMA

BERALDO, Bárbara Oliveira[1]; RAMOS, Stephanie Emanuelly Muniz[1]; ROCHA, Vitor Brandão Xavier[1]; SANTOS, Davidson Silva[1]; COSME, Edmar Alves[2].
[1]Discentes em Engenharia Mecatrônica das FipMoc. [2]Docente das FipMoc.

Introdução: As dificuldades de locomoção de pessoas com deficiências motoras são inúmeras, já que além dos problemas físicos existem ainda a falta de equipamentos e tecnologias que permitam a mobilidade dessas pessoas. Portanto, a navegação autônoma e a robótica móvel, bem como a elaboração de um sistema inteligente poderá atender as demandas de mobilidade para que, por exemplo, uma cadeira de rodas opere sem a intervenção humana. **Objetivo geral:** Desenvolver um protótipo de uma cadeira de rodas autônoma que auxilie pacientes debilitados em hospitais, a partir de um sistema automatizado independente, de navegação autônoma e robótica móvel. **Metodologia**: Desenvolveu-se uma pesquisa experimental, tendo em vista a realização de testes em *softwares* como o Arduíno, Minitab, Geogebra e Solid Works. Também foram utilizados os *data sheets* de cada componente que descreveram as aplicações eletrônicas na cadeira de rodas autônoma. **Resultados:** Foi desenvolvido uma cadeira de rodas autônoma com motores 12v que foram acoplados ao eixo das rodas para a locomoção do protótipo, além de sensores ultrassônicos, que trabalharam enviando sinais ao sistema comunicando a existência de obstáculos para eu a cadeira desvie deles. Os ultrassônicos também trabalharam no direcionamento e automação do sistema. Similarmente os sensores de presença detectaram qualquer possível movimento que sucedesse a frente do percurso da cadeira.Ademais, as pontes H foram utilizadas para o controle de corrente e sentido de rotação do eixo das rodas (locomoção frente/ré) e o arduínomega recebeu a programação em linguagem C do sistema para a execução do controle autônomo. **Conclusão**: A cadeira de rodas autônoma pode ser útil em várias aplicações, tais como o auxílio na mobilidade independente para pessoas com deficiência de locomoção dentro de hospitais, visando evitar a demora nas demandas de auxiliares e enfermeiros para a condução do paciente na cadeira.

Palavras-chave: Cadeira de rodas. Navegação autônoma. Automação.

CARREGADOR DE CELULAR EÓLICO PARA MOTOCICLISTAS

DIAS, João Victor Aguiar [1]; FERREIRA, Marcos Felipe Dias [2]; SANTOS , Maxwell Gomes [1] ; SILVA, José Wagner Pimenta [1]; SILVA , Tiago Santos; VELOSO, Samuel Santos; SILVA, Paulo Ricardo Durães [3].
1 Discente do Curso de Engenharia Elétrica das Faculdades Santo Agostinho; 2 Discente do Curso de Engenharia Elétrica das FIPMoc; 3 Docente das Faculdades Santo Agostinho.

Introdução: A energia eólica vem sendo utilizada como meio alternativo e sustentável para a geração de energia elétrica, pois pode ser gerada em toda parte do mundo, portanto suas aplicações são inúmeras e está em constante transformação. Atualmente, uma parcela significativa da população mundial utiliza componentes eletroeletrônicos, como celulares, para várias aplicações, na forma de comunicação, lazer, trabalho entre outras atividades rotineiras. Devido a isso surgiu à necessidade de buscar soluções para manter esses componentes sempre alimentados, um exemplo seria os celulares que necessitam estar sempre carregados por serem essenciais no dia-a-dia. Independentemente do local onde o usuário se encontrar, seja em centros urbanos, zonas rurais, parques, florestas ou até mesmo em áreas remotas, sempre pretendemos fornecer energia para equipamentos de pequeno porte de até 5V. O protótipo em questão, busca otimizar, de maneira efetiva, diversas atividades do usuário enquanto utiliza a motocicleta. **Objetivos:** Elaborar protótipo de carregador para celular, movido a energia eólica para motociclistas, de maneira sustentável. Será utilizado motor e gerador de corrente continua de até 20V para uma melhor eficiência. **Métodos:** Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a aplicação de dados provenientes de softwares para realização do esquema do circuito elétrico. Nesse contexto, fez-se o uso do software de simulação PROTEUS para o diagrama do circuito elétrico. Foram empregadas ferramentas como: alicate, multímetro, ferro de solda,

Protoboard e componentes eletrônicos como: fios, motor elétrico EM-529 RS445PA14233R utilizado em Impressora Epson T23 /t24 /tx105 /tx115, além de capacitores, resistor, diodo, indutor, LED, USB fêmea e reguladores de tensão 7809 e 5V USB. **Resultados:** Após as aferições realizadas, constatou-se que, a partir de 10 km/h gera uma diferença de potencial elétrico (tensão) suficiente para começar a carregar o celular. A partir de 40 km/h obtém-se uma corrente elétrica aproximada de 0.3 A, o que levaria cerca de 6 horas para carregar o celular com a bateria totalmente descarregada. **Conclusões:** Conclui-se, que o protótipo atendeu aos objetivos, proporcionando uma maior comodidade e praticidade aos motociclistas. Atingiu os resultados de maneira sustentável e eficiente.

Palavras-chave: Engenharia Elétrica. Energias Renováveis. Carregador de Celular eólico para motociclistas. Sustentabilidade.

CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL

CHAVES, Pollyana Ruas de Aquino[1]; LEÃO, SaulloGulith Neves de Souza[1]; LIMA, IzabelaAiesca Alves Lima[1]; OLIVEIRA, Guilherme Pereira de[1]; SILVA JÚNIOR, Leonardo Jaias; CAMPOS, Fagner[2].
[1]Discentes das FIPMoc. [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: As uniões homoafetivas são atos lícitos e que dizem respeito à vida particular de cada pessoa, sendo assim o Estado e o Direito devem respeitar as diversidade e criar meios para superar o preconceito e a discriminação (BARROSO, 2011). **Objetivo geral:** O presente estudo se propõe a analisar a Identidade de Gênero. **Objetivo específico:** Analisar a legitimidade, forma e validade do casamento realizado entre pessoas do mesmo sexo nos dias atuais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir da análise de textos científicos, doutrinas e notícias do meio eletrônico. **Resultados:** Nas relações entre pessoas do mesmo sexo, verifica-se ausência de regulamentação especifica, seja em legislação constitucional, quanto infraconstitucional. Entretanto, a esfera judicial tem garantido o progresso sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o Supremo Tribunal Federal, baseado no princípio da afetividade, igualdade e dignidade da pessoa humana, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, através da ADPF 132. Ademais, em 14 de maio de 2013, a Resolução nº 175, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, proíbe os cartórios de contestar a celebração de casamento civil ou a conversão da união estável oriundo de relações homoafetivas, disposto isso a interpretação jurisprudencial afastou a diversidade de sexos como requisito para a existência do casamento civil. **Conclusão:** Conclui-se que o casamento entre pessoas do mesmo sexo existe através de resolução, que garantiu a essas uniões uma validade e formalidade civil, podendo os envolvidos sofrerem efeitos jurídicos. No entanto ainda existe a carência de uma lei que regulamente com efetividade a união homoafetiva.

Palavras-chave: União homoafetiva. Casamento. União Estável. Discriminação.

REFERÊNCIA:

BARROSO, Luís Roberto. **Diferentes, mas iguais:** o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. Disponível em**:**
<http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/242/235>. Acesso: 07 set. 2016

CHASSI ESTRUTURAL PARA CARRO DA FÓRMULA FIP

ALVES, Félix Silva[1]; ALMEIDA, Luiz Gustavo Silva[1]; MEDEIROS, Roberto da Paixão[1]; SOUZA, Tales Antônio Nunes[1]; RIBEIRO, Wilhan Jaks Ferreira[1]; SANTOS, Willian Mendes[1]; MALVEIRA, Bruno[2];
1Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O trabalho apresentado desenvolve o chassi estrutural para a competição Fórmula Fip, onde o mesmo possibilita a fabricação inicial de um carro que esteja apto para competir, atendendo todas as normas vigentes do regulamento, tendo como resultado um chassi de alta performance, com a capacidade de receber todas as peças e acessórios indispensáveis para a construção do carro para competição. A Fórmula fip é uma competição para o desenvolvimento de um protótipo, onde os estudantes devem projetar, fabricar e competir com carros de corrida do tipo fórmula. **Objetivo:** Projetar e construir um chassi que

possibilite a criação de um carro para competir na Fórmula Fip. **Método:** O desenvolvimento desse projeto se deu através da coleta de dados que chegaram a um determinado resultado, juntamente com pesquisas bibliográficas que foram indispensáveis para o desenvolvimento de todos os cálculos e medições realizadas. O projeto foi elaborado através do auxílio do software (solid Works), utilizando a ferramenta simulation, apresentando análises estáticas da estrutura e esforços aplicados no chassi, com estes resultados norteadores pôde-se escolher os materiais (tubos metálicos trefilados e metalon), que foram necessários para a construção do protótipo. Os tubos escolhidos foram de aço 1020. Sendo de tamanhos diferentes para proporcionar redução de peso e custo na fabricação do chassi. Sendo das seguintes dimensões: Tubo trefilado 21,33 mm x 2,76 mm, 26,67 mm x 2,87 mm, 33,4 mm x 3,37 mm e metalon 30 mm x 30 mm x 2 mm. No processo de montagem foi utilizado corte, dobra para modelagem, soldagem do tipo tig e acabamento, todos estes processos de fabricação estão disponíveis no centro de práticas das Fipmoc, (Cepeage). O motivo da escolha da solda tig se deu devido este processo proporcionar cordões de solda de ótima qualidade. Sendo a mais adequada para unir metais de pequena espessura e para fazer cordões em componentes com grande sensibilidade ao calor. **Resultados:** Ao final de todas as etapas do planejamento foi obtido um chassi de alta performance, com a capacidade de receber todas as peças e acessórios indispensáveis para a construção do carro fórmula, atendendo todas as normas contidas no regulamento, estando apto para a realização das provas da competição. **Conclusão:** Através do estudo realizado foi possível concluir que para projetar o chassi do tipo fórmula, são indispensáveis ferramentas tais como: softwares de análises estruturais e máquinas do segmento metalomecânica para o processo de fabricação. Após obter o sólido isométrico dentro das normas requeridas, pode-se iniciar a construção física do chassi. O chassi obtido atendeu todas as expectativas esperadas desenvolvidas ao longo do projeto. Com embasamentos no presente trabalho, acadêmicos estarão inicialmente norteados para começar pesquisas e desenvolver chassis do segmento Fórmula Fip.

Palavras-chave: Chassi. Estrutura. Fórmula FIP.

CLIMATÉRIO E SUAS CORRELAÇÕES COM A OSTEOPOROSE: PRINCÍPIOS FISIO-PATOLÓGICOS E PREVENTIVOS.

LEÃO, João Victor Nobre[1]; MOTA, Rhayssa Soares[1]; AGUIAR, Fernanda Nunes[1]; PRINCE, Karina Andrade de[2].

1 Discentes do curso de medicina das FIPMoc. 2 Docente do curso de medicina das FIPMoc.

Introdução: O climatério é uma condição inadiável que traz consigo importantes modificações corporais em variados locais e aspectos. Uma das modificações mais importantes e relevantes é a alteração da formação da matriz óssea, que pode culminar na osteoporose, doença muito frequente em mulheres climatéricas. **Objetivo:** Visa-se analisar os diferentes fatores fisiopatológicos desencadeantes da osteoporose no climatério. **Metodologia:** Foram selecionados previamente 14 trabalhos dispostos nas bases de dados LILACS e BVS, e posteriormente 6 desses foram selecionados para a revisão literária devido sua relevância e correlação com a pesquisa. **Resultados:** O climatério é um período de tempo que surge com sintomas, tais quais calores súbitos no tórax e face, chamados fogachos, diminuição da libido, queda na produção de mucos vaginais que culminam em dispareunia e outros, estendendo-se até a senilidade, que corresponde aos 65 anos de idade. Dentro desse período ocorre à menopausa, que é a última menstruação, que decorre de um diagnóstico retrospectivo, isto é, a última menstruação com pelo menos 12 meses seguidos de amenorreia. Fisiologicamente, o climatério possui alterações endócrinas, principalmente as quedas dos níveis de estrogênio e progesterona e aumento, principalmente no início do climatério, dos níveis de FSH e LH. A osteoporose nesse contexto relaciona-se principalmente com a queda dos níveis de estrogênio. Esse hormônio ovariano promove um equilíbrio da ação de osteoblastos e osteoclastos, de forma que a matriz óssea se mantém íntegra. Vale ressaltar que os osteoblastos promovem a fixação de íons, principalmente de cálcio, na matriz óssea enquanto os osteoclastos promovem a retirada desses íons dessa matriz. Fisiologicamente, a integração entre essas duas células promove um equilíbrio entre a síntese e destruição de matriz óssea, mantendo níveis adequados de íons cálcio circulantes e uma matriz óssea forte e íntegra. O estrogênio age nos osteoblastos, estimulando a sua ação, dessa forma, com o climatério e consequente queda dos níveis desse hormônio há uma espécie de supressão da ação dessas células, havendo então uma ação desproporcional de osteoclastos, ou seja, a matriz óssea é parcialmente desintegrada, e não há um mecanismo de fixação de íons cálcio nessa. Dessa forma, o osso torna-se progressivamente mais frágil, encontrando-se assim mais suscetível a fraturas. Para prevenir essa doença pode-se utilizar suplementação de cálcio e vitamina D, principalmente após os 50 anos, além de uma dieta balanceada, e

também a Terapia de Reposição Hormonal (TRH), que ao repor os níveis estrogênicos volta a haver o equilíbrio de ação entre osteoblastos e osteoclastos. No caso de mulheres com contraindicações ao uso de TRH pode-se recorrer ao uso de fitoestrogênios, vale ainda ressaltar que a reposição hormonal alivia outros sintomas climatéricos, como redução dos fogachos e melhora dos quadros de perda de libido e dispareunia. **Conclusão:** A osteoporose em mulheres climatéricas decorre da integração de fatores endócrinos e sua regulação por hormônios sexuais que fisiologicamente ocorre nessa fase da vida. Para evitar essa condição existem diferentes formas de ação e terapias que podem ser utilizadas, sendo que um sucesso nesse campo melhora a qualidade de vida da mulher em diversos âmbitos.

Palavras-chave: Climatério. Osteoporose. Ginecologia. Fisiopatologia. Prevenção.

CLÍNICA DO CONTEMPORÂNEO: AS COMPULSÕES MASCULINAS E O HORROR À CASTRAÇÃO

MEDEIROS, Gabriel Silva[1]; MENDONÇA, Andréa Guisóli[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Este trabalho é desdobramento de um estudo de caso apresentado para o I Colóquio da Escola Brasileira de Psicanálise – seção MG – em Montes Claros, que se debruça sobre *Shame* (2011), filme que aborda as problemáticas da adição ao sexo, à pornografia, e da compulsão à masturbação. O protagonista, Brandon, sustenta o ato sexual com uma mulher apenas se esta funcionar como objeto depreciado de seu gozo, encarnado na *camgirl* ou da prostituta. A obra abre caminho para uma reflexão que interpela o sujeito pós-moderno, problematizando a atual configuração do laço social e seus efeitos nas relações entre homens e mulheres. Em psicanálise, os sintomas falados nos consultórios serão entendidos como decorrências do mundo globalizado, marcado pela tecnocracia, pelo consumo e pelo individualismo democrático. **Objetivo:** aprofundar aspectos teóricos do caso, mapeando clinicamente algumas das configurações sintomáticas experimentadas pelos homens atualmente. **Método:** estudo de caso para a organização do caso clínico a partir do filme. Para os fins teóricos, revisão e articulação de literatura psicanalítica que trata do masculino e das compulsões. **Resultados:** segundo Lacan, é mais fácil para o homem enfrentar um rival que se haver com uma mulher. Enquanto uma verdade sobre o complexo de castração, isso diz respeito ao encontro desarmônico entre os sexos. O comportamento sexual humano está adornado por semblantes – aparências, exibições que tentam dar conta desse impasse. Trata-se, no caso, de parecer um homem para uma mulher. Mas a diferença entre o masculino e o feminino só é possível pelo falo, que significará o homem enquanto tal. É por meio do falo que o ato sexuado poderá acontecer. Neste, uma mulher será, para o homem, a hora da verdade. Ela atestará se o significante fálico está apto a significar o lugar masculino. Entra em cena a castração, sendo esse o motivo de os prazeres físicos veicularem grande mal-estar para o sujeito. Pode-se pensar, aí, a compulsão e a adição como possíveis respostas de um sujeito que vacila diante da falta. A pornografia, por exemplo, planetariamente difundida, está acessível a poucos cliques. Há, de imediato, fantasias filmadas de toda ordem. O homem estabelece aí um gozo autístico, anulando assim a possibilidade de qualquer comunidade íntima com o Outro. Na adição sexual, ver-se-á uma busca imperativa de satisfação; arriscada, em encontros desprotegidos e anônimos. As compulsões e adições têm objetos acessíveis a qualquer momento, por meio dos quais o sujeito encontra uma satisfação autoerótica. Desse modo, ele não tem de se haver com a diferença sexual e com a falta que o constitui. **Conclusão:** a clínica das adições mostra, na contemporaneidade, a infinidade de objetos que podem caracterizá-la. Os dramas de Brandon permitem apreender que, como o enlace do adicto com sua droga, as relações entre homens e mulheres podem também se intoxicar. A pulsão está, decerto, aberta a todo tipo de saída possível.

Palavras-chave: Psicanálise. Masculino. Compulsões.

COMÉRCIO ELETRÔNICO: A VISÃO DOS USUÁRIOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

SILVA, Danilo Nobre1; VIEIRA, Vilmar Lima1; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira2.
1Discente do curso de Administração das FIPMoc. 2Docente do Curso de Administração das FipMoc.

Introdução: Mediante o crescimento da utilização da internet, a possibilidade de um comércio eletrônico se abriu para um mercado que exige cada vez melhores formas de se desenvolver. Dessa forma, o *e-commerce* obteve seu espaço entre as pessoas e as empresas, facilitando a comunicação e interação dos usuários. **Objetivo:** O presente estudo busca identificar os principais fatores motivadores da compra via

comércio eletrônico por acadêmicos do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior – IES. **Método:** Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela abordagem descritiva exploratória, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado aplicados aos estudantes do curso de Administração de uma IES, localizada na cidade de Montes Claros-MG. **Resultados:** Verificou-se 34% dos entrevistados afirmam que os preços é o principal motivo para comprar na *internet*, seguido pela maior oferta e variedade de produtos com 29,3% e comodidade com 25,5% das preferências. Sobre os veículos publicitários mais efetivos, 49,5% dos entrevistados dizem reagir melhor com propagandas via redes sociais, o que demonstra uma preferência pela conectividade entre as pessoas, a possibilidade de compartilhamento das informações e a liberdade de pesquisa por preferências e opiniões de consumidores, sendo eles conhecidos ou não. Apesar desse ambiente rápido e dinâmico da internet, 50,4% responderam que suas compras na internet já sofreram atrasos na entrega. 69,3% dos respondentes afirmaram considerar os serviços do *e-commerce* como bom e 29,7% como excelente. **Conclusão:** As empresas que aderem ao meio comercial eletrônico têm como principal foco aumentar sua clientela, vendas, negociações dentre outras, buscando crescimento tanto na quantidade de clientes quanto na extensão territorial. Os resultados da pesquisa mostram os preços e ofertas dos produtos como maior vantagem no comércio eletrônico, enquanto que a falta de agilidade nos *sites* e os erros logísticos se caracterizam como os maiores pontos negativos para os consumidores. Com isso é percebido a necessidade de desenvolver boas condições de uso tanto para quem oferecem quanto para quem recebe o serviço eletrônico, assim, ambas as partes podem ficar satisfeitas com este recurso que tende evoluir ainda mais.

Palavras-chave: Comércio Eletrônico. *Internet. C*onsumidor de Instituição de Ensino Superior.

COMO A IDENTIDADE DE GÊNERO VEM SENDO TRATADA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

CHAVES, Pollyana Ruas de Aquino[1]; LEÃO, Saullo Gulith Neves de Souza[1]; LIMA, Izabela Aiesca Alves[1]; OLIVEIRA, Guilherme Pereira de[1]; SILVA JÚNIOR, Leonardo Jaias; LOPES, Luiz Roberto[2].
[1]Discentes das FIPMoc. [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: O mercado de trabalho sempre foi um ambiente predominantemente masculino. No entanto, após as mulheres conquistarem a inserção feminina, estas passam por dificuldades, como assédios e diferenças salariais, independente de sua formação profissional. **Objetivo geral:** O presente estudo se propõe a analisar a identidade de gênero. **Objetivo específico:** Analisar a questão da diversidade de gênero nas relações trabalhistas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir da análise de textos científicos, doutrinas e notícias do meio eletrônico. **Resultados:** Com o desenvolvimento da pesquisa pode-se ter como resultado que ainda há desigualdade nas relações de trabalho, o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução. **Conclusão:** Concluiu-se que o gênero ainda influencia no mercado de trabalho, uma vez que quase não se pondera a formação acadêmica para a remuneração, às vezes, o fato de a pessoa ser do sexo feminino é consequência para haver salários que não condizem com a formação profissional, mesmo sendo mais bem instruída do que os homens do mesmo local de serviço, muitas ganham relativamente menos, ainda que com a mesma atividade laboral.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Relações de Trabalho. Desigualdade Salarial.

CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURÍDICA

GOMES, Ana Paula Vieira1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; FERNANDES, Gláucia Rejanny Teixeira1; XAVIER, Lucas Samuel de Souza1; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A economia centraliza-se na alocação de recursos produtivos escassos para satisfazer as necessidades infinitas da sociedade. É ciência social que observa de que forma a sociedade decide aplicar recursos produtivos limitados na produção de bens e serviços, para distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com o objetivo de atender as necessidades humanas. **Objetivo:** O estudo busca reconhecer a importância do conhecimento econômico na área jurídica. **Método:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultados:** Consoante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) a justiça social insere-se na ordem econômica e na ordem social, de modo que o Direito e a Economia detêm importantes papéis

a serem cumpridos e se complementam para a concretização do desenvolvimento nacional. A área jurídica aliada do conhecimento econômico, procura solucionar problemas de coordenação, estabilidade e eficiência na sociedade. O conhecimento de institutos econômicos e do funcionamento dos mercados também é importante para a aproximação das normas jurídicas à realidade econômica. Tal conhecimento assume relevância quando considerado que o ordenamento jurídico exerce influência sobre o comportamento dos agentes econômicos. A produção e a circulação das riquezas são dependentes de normas jurídicas, todos os ramos da ciência jurídica mantêm pontos de contato com a economia (Direito Constitucional, Comercial, Civil, Administrativo, Penal, do Trabalho, Financeiro, Internacional etc.), visto que os problemas resolvidos pela área jurídica, na maioria das vezes, acabam numa solução financeira, exemplos: Indenização, multa, etc. **Conclusão**: É de suma importância para que haja crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável no país, normas jurídicas aliadas do estudo econômico da sociedade que as abrangem.

Palavras-chave: Área Jurídica. Conhecimento econômico. Necessidades humanas. Recursos produtivos.

CONHECIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA JURÍDICA

SILVA, Gabriel Maia e[1]; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda[1]; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: O Direito e a Economia andam interligados para agir de forma eficiente no mercado, com o Direito regulamentando a economia. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi verificar a importância do conhecimento econômico na área jurídica, ou seja, relação entre o Direito e a Economia. **Metodologia:** Para que esse objetivo fosse atingido foram realizadas pesquisas bibliográficas com caráter explorativo e qualitativo a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google acadêmico e doutrinas. **Resultados:** Verificou-se que umas das principais relações entre Direito e Economia se encontra no âmbito do consumidor, com leis para proteger o consumidor do abuso econômico, que se encontra nos termos dos artigos 5°, XXXII e 170, V da Constituição Cidadã. Desta forma, o conhecimento do código de defesa do consumidor se torna de suma importância para conhecer os direitos que o indivíduo possui dentro da economia, podendo reivindicar esses direitos através do PROCON, e com isso, sendo protegido. Constatou-se, que uma importante preocupação econômica se torna uma justiça social, justamente pelo fato de proteger o consumidor contra abusos econômicos. Com uma grande disputa econômica, muita das vezes esse direito do consumidor não é respeitado, mas a partir da Constituição Federal de 1988 surgiram mudanças expressivas, garantindo com maior qualidade esse direito. O artigo 170 da Constituição Federal do Brasil, além de proteger o consumidor, também dá vantagem e limita as empresas, onde as concede a Livre iniciativa econômica a todos, mas desde que seja lícito, independentemente de autorização de órgãos públicos, gerando uma livre concorrência que é regulamentada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que tem como objetivo zelar pela livre concorrência por meio de esclarecimento público sobre as formas de infração à ordem econômica e decidir questões relativas às mesmas infrações. Partindo desta égide, conclui-se que o Direito e Economia são inseparáveis, pelo fato de manter uma ordem social e política através de leis favoráveis aos dois lados, tanto para o consumidor quanto para as empresas, e através de órgãos públicos para aconselhamento geral. **Conclusão:** Sendo assim, como considerações finais, percebe-se que é indispensável para que haja um bom andamento da economia o adentramento ao campo do Direito, principalmente tratando-se de assuntos como externalidades, legislação antitruste e repressão ao abuso do poder econômico e ainda as leis de proteção ao consumidor.

Palavras-chave: Direito. Economia. Consumidor. Constituição Federal.

CONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E OS DIREITOS DO NASCITURO: ANÁLISE DO HABEAS CORPUS n.° 124306

PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes1; SOUSA, Bianca Guimarães Teixeira2
1Docente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc

Introdução: Em recente decisão, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal afastou a prisão preventiva pela suposta prática do crime de aborto com o consentimento da gestante no julgamento do *Habeas Corpus* n.° 124306. Na análise da questão, destacou-se a necessidade de exame da

constitucionalidade da criminalização do aborto. **Objetivo**: Objetiva a presente pesquisa analisar a constitucionalidade da criminalização do aborto e os direitos do nascituro frente aos direitos fundamentais da mulher, **alvitradas no argumento do** *Habeas Corpus* n.° 124306. **Metodologia:** Empregou-se, para o desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultado:** Verificou-se que a proteção ao nascituro, apesar de evidentemente relevante, foi relativizada, compreendendo-se que a interrupção da gestação nos três primeiros meses coaduna com os direitos sexuais e reprodutivos, com a autonomia da mulher, além de salvaguardar a sua integridade física e psíquica, alicerçados na fundamentação teórica do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Conclusão:** Apesar do Princípio da Dignidade Humana possuir realce ímpar na decisão do processo de ponderação entre situações de conflito, fundamental se faz que se estabeleçam garantias a necessária evolução da proteção dos direitos fundamentais, não somente do nascituro, como também da mulher gestante.

Palavras-chave: *Habeas Corpus* n. ° 124306. Descriminalização do Aborto. Constitucionalidade. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Autonomia da Mulher. Dignidade da Pessoa Humana. Ponderação.

CONTRATO DE SEGURO DE VIDA

SILVEIRA, Letícia Gabrielle B.[1]; MEDEIROS, Viviane Fernandes[2.]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O contrato de seguro de vida é regido pelo princípio da boa-fé e por sua vez ele é determinado por um termo de validade. Ressalta-se que, durante o período de vigência, o indivíduo ficará resguardado e os seus beneficiários e permanecerão protegidos financeiramente em caso de ocorrência inesperadas por um dos eventos cobertos (Falecimento, doença, acidente, incapacidade, perda de renda, desemprego). (DINIZ, 2003) **Objetivo**: Verificar a importância do contrato de seguro de vida de LothurJano e os beneficiários do conto literário. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagens qualitativas, com base em artigo científico encontrado em site Jus Navegandi e Doutrinas avistadas na biblioteca das FIPMoc. Após a pesquisa foi feito uma revisão de literatura esclarecendo o papel do contrato de seguro de vida do conto Aldabrice. **Resultados:** Foi possível analisar os princípios inerentes ao contrato de seguro vida do conto literário e o ônus da Sara Jano e Madalena Lunar. **Conclusão**: Destarte ao que foi dito, o contrato de seguro de vida é assegurado pelos princípios da boa-fé, consensualismo e Obrigatoriedade dos contratos. Dessa forma, será assegurado o que foi expresso no contrato.

Palavras-chave: Contratos. Seguros. Princípios. Literatura.

REFERÊNCIA:

DINIZ, Maria Helena. **Tratado Teórico e Prático dos Contratos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CORREDOR VERDE, UMA IDEIA NECESSÁRIA

QUEIROZ, Frederico Mendes1; MAGALHÃES, Carlos Henrique Pires2
1Discentes das FIPMoc e pesquisador pela Fapemig; 2Mestre em Ecologia e docente das FIPMOC

Introdução: Mediante a necessidade de se reduzir as altas temperaturas da cidade de Montes Claros e pensando no conforto ambiental, o corredor verde proposto no entorno da avenida José Corrêa Machado é de suma importância devido possibilitar aos moradores da cidade um local mais agradável a suas caminhadas, passeios e até mesmo um ambiente confortável em termos de temperatura, o corredor verde também possibilitará a preservação das arvores do local de estudo além de propor sua manutenção. Gouvêa (2008) salienta que a vegetação, em particular a arbórea, tem papel fundamental na melhoria da performance dos espaços urbanos em climas tropicais, mais do que isso, se constitui, na maioria das regiões do planeta, num dos poucos conceitos humanos universais em termos de qualidade urbana. Vale ressaltar que segundo o Arquiteto Urbanista, Farr (2013) em seu livro intitulado Urbanismo Sustentável, os corredores verdes são necessários para a manutenção de uma cidade, segundo este, os ambientes verdes são convidativos e auxiliam no bem estar da população, Farr salienta também que em cidades onde as construções não buscam esse conforto ambiental, as pessoas tendem a ser mais sedentárias, gerando complicações em sua saúde, tal conhecimento auxilia a compreender como é importante trabalhar com a temática em questão. **Objetivo:** Analisar a possibilidade de recuperação, preservação e manutenção e enriquecimento da vegetação no entorno da avenida José Corrêa Machado por meio de um corredor verde

contribuindo para com a qualidade de vida da população Montesclarense. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa que tem uma abordagem qualitativa exploratória, pois se levará em conta o estudo histórico/sociológico e a análise argumentativa dos dados, sendo utilizados para a coleta das informações, artigos, livros e sites, infere-se também que é uma pesquisa documental visto ter colhido informações sobre a arborização do entorno da avenida supracitada em órgãos como o Secretária Municipal de Meio Ambiente e o Instituto Estadual de Florestas. **Resultado:** Após o estudo observou-se que a temática proposta auxiliaria no processo de conforto urbano da cidade, levando os moradores a uma vida mais saudável e ativa, soma-se a esse fato a diminuição da temperatura da respectiva cidade, caso o projeto fosse adotado em diversas partes da mesma, vale ressaltar que a pesquisa continua em andamento e seus resultados ainda são parciais. **Conclusão:** O presente estudo possibilitou agregar conhecimento sobre a arquitetura como auxiliadora em conforto urbano, tema pouco explorado, além de permitir um diálogo acerca da qualidade de vida na cidade supracitada e como melhorá-la, seja preservando, recuperando e tomando as devidas medidas quanto a sua manutenção.

Palavras-chave: Conforto Ambiental. Corredor Verde. Preservação.

REFERÊNCIAS:

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano.** São Paulo: Nobel, 2008.

CORROSÃO DO AÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

BRITO, Igor Gomes de1; FONSECA, Natanael Alves1; LIMA, Stephane Abigail Gonçalves1; OLIVEIRA, Saulo Ornelas[1]; SANTOS, Gabriel Oliveira[1]; SANTOS, Saymon Pepson dos[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos2
1Discentes das FIPMoc; 2 Docente FIPMoc

Introdução: O aço é um metal bastante utilizado na construção civil devido a todas as suas propriedades físicas, possibilitando uma maior eficácia em relação aos outros tipos de materiais presentes nas construções. Além dos seus grandes benefícios, o aço possui um grande maleficio comprometedor de diversas construção já elaboradas, denominado de corrosão. **Objetivo**: Analisar a corrosão causada por processos químicos que atuam sobre o material do aço onde, após o contato do aço com o oxigênio e a agua, o aço tende a perder elétrons, iniciando o processo de corrosão causando a deterioração da superfície do aço. **Método:** Para isso, realizou-se estudos do caráter indutivo e dedutivo, exploratório e explicativa, com abordagem quali-quantitativo. Trata-se, também, de uma pesquisa bibliográfica, documental, laboratorial com a realização de testes de tração e cisalhamento. **Resultados:** Foram realizados experimentos em laboratório para verificar as taxas de variação da tração do aço antes e depois de ser exposto em diferentes meios em que o aço possa sofrer a corrosão, obtendo dados quantitativos com uma diferença de tração suportada por cada corpo de prova antes e depois do processo corrosivo. **Conclusão**: Com base em todas as qualidades do aço e também sobre esse grande problema que é a corrosão, vê-se a necessidade de calcular todas as diferenças entre uma peça metálica de aço na sua forma original e também de peças deformadas que sofreram algum tipo de corrosão, possibilitando a compreensão de que após a corrosão, o aço perde muito elementos de suas propriedades físicas, impossibilitando uma boa elasticidade principalmente. Com base nisso, diversos tipos de soluções são colocados em prática, com a intenção de que o aço não aceite a corrosão e continue com todas as suas propriedades físicas originais.

Palavras-chave: Corrosão. Construção civil. Propriedades do aço. Meios corrosivos.

CRIME DE ABORTO EM UMA PERSPECTIVA ÉTICA E MORAL

SILVA, Gabriel Maia e1; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda1; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O estudo traz uma abordagem ética sobre o aborto, que detém do tratamento de questões práticas da sociedade. **Objetivo:** Objetiva transformar tais questões em problemas éticos a serem resolvidos, levando a uma discursão entre o individual e o coletivo, desde que tenham condições de defender e justificar aquilo que fazem. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com

abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir da análise contida no livro "Ética Prática. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002" do autor Peter Singer. **Resultados:** Surgem dois movimentos acerca do aborto, os conservadores, que são contra, e os liberais, que são a favor. Ambos não possuem argumentação suficiente para desmantelar o outro, é uma discussão que, possui dois lados, e por isso, fica difícil concorrer apenas para um, uma vez que, o feto possui direitos, assim como a gestante. A discussão sobre o aborto é se possui vítima ou não, para os conservadores o feto é a vítima, já os liberais, negam o fato do feto ser uma vítima. É possível que afirmem que um ser só é vítima e possui interesses, e o feto não possui nenhum. Os valores contemporâneos sociais, deve se adaptar ao momento vivido deixando de lado questões individualistas e olhando para um bem social maior, esboçando uma aceitação social e apoio psicológico as mulheres que praticam o aborto, que buscam uma tentativa de amenizar a dor física e psicológica por diversos fatores. A abordagem ética sobre esse assunto surge para tentar exteriorizar o fato social para o coletivo, explicitando a dor e sofrimento para uma maior compreensão e aceitação dessas pessoas no meio social, com uma tentativa de estabelecer felicidade para ambos os lados. **Conclusão:** A partir do estudo feito, infere-se que na perspectiva ética há divergências entre ser contra ou a favor do aborto, sendo assim inexistente uma justificativa plausível acerca do tema. Além disso, são apontadas vertentes da ética, sendo elas a relativista e a subjetiva (mesmo ficando na imparcialidade), aonde se chega à conclusão que a ética é individual voltada para o coletivo, além de ser autônoma (indivíduo interferindo socialmente para um bem coletivo) e universal (aplicada a todos).

Palavras-chave: Ética. Aborto. Movimentos. Direitos.

CRIMES VIRTUAIS

GOMES, Samuel Yan Couto Gonçalves[1]; SOUZA, Robson Alexandre[2]
Discente das FIPMoc[1], Docente das FIPMoc[2]

Introdução: O combate aos crimes virtuais é um tema de analise complexa, uma vez que a sua ocorrência se liga a uma área nova no direito. Diante de tal evidência se faz necessário o estudo do assunto, tendo em vista as contribuições e os desafios do Direito Penal no combate a esses crimes. **Objetivo:** Busca-se, assim, uma contribuição cientifica-jurídica e social a fim de melhorar o ordenamento das sociedades. **Metodologia:** Adotou-se o método dedutivo. Artigos, doutrinas, leis, sumulas e textos on-line foram ponderados com o propósito de encontrar respostas. **Resultados:** É bastante comum a associação do espaço virtual a um território sem lei e sem punição, já que condutas típicas praticadas ali, encontram-se sem regulamentação em sua maior parte. No arcabouço normativo brasileiro, as condutas criminosas praticadas no ciberespaço são tratadas por analogias, vez que não se encontram encampadas de forma especifica. Não rara às vezes, projetos que versam sobre crimes virtuais transformam-se em leis ordinárias, a exemplos: PL n° 2.793/2011, que se transformou na lei ordinária 12.737/2012, "Lei Carolina Dieckman"; PL n° 84/1999 hoje lei ordinária 12.735/2012. A importância desses projetos e leis é ímpar; entretanto, são mínimos em relação à diversidade de crimes encontrados no meio eletrônico. Tais medidas não são suficientes para reprimir as práticas dos infratores cibernéticos. Existem crimes específicos, que surgiram com o advento do computador e da internet, que a legislação penal ainda não prevê. É evidente a necessidade de um acompanhamento real entre direito e tecnologia, sendo necessária a criação de leis mais incisivas. É cogente notar que as leis geram impunidade, nesse campo, pelas dificuldades de se identificar o delinquente. Os infratores, também, possuem tecnologia de ponta, ficando muitas vezes no anonimato, dificultado o trabalho da justiça. Faz-se necessária uma repressão com equipamentos e profissionais à altura dos criminosos, que se aperfeiçoam a cada dia. **Conclusão:** Assim, as contribuições e desafios do Direito Penal no combate aos crimes virtuais parecem ser mais bem desenhados com o passar do tempo, tendo em vista que o nosso código é datado de 1940. Constantes complementações têm sido feitas contribuindo para o combate ao crime. Diuturnamente novos desafios surgem - os criminosos se aprimoram e cada vez mais trocam o "revólver pelo *mouse*". Portanto, é necessário aprimorar não só as leis, mas também desenvolver um eficaz aparelhamento dos mecanismos estatais especializados.

Palavras-chave: Crimes virtuais. Direito penal online. Desafios e contribuições.

CRIMES VIRTUAIS: CONTRIBUIÇÔES E DESAFIOS DO DIREITO PENAL.

ALMEIDA FILHO, Carlos Cézar[1]; OLIVEIRA, Paulo Henrique[1]; ALKIMIM, Renata Wanderley[1]; SOARES, Solange de Fátima[1]; SOUZA, Robson Alexandre de[2].
Discentes das FIPMoc[1]; Docente das FIPMoc[2].

Introdução: A Internet, como expoente do ramo da tecnologia da informação, representa um grande conglomerado de informações e é responsável pela diminuição dos limites da comunicação e pela definição de novos comportamentos sociais. Concomitantemente às benesses proporcionadas pela Internet, decorrem também novos desafios à ciência do Direito, principalmente no que concerne sua utilização como meio para o cometimento de crimes. **Objetivo**: Neste sentido, a presente pesquisa visa analisar as contribuições e desafios do direito penal no combate aos crimes virtuais. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da "analise de conteúdos". **Resultados**: O Direito Penal possui as ferramentas necessárias ao combate dos crimes cibernéticos, uma vez que cerca de 95% dos delitos cometidos eletronicamente já estão tipificados no Código Penal Brasileiro e os outros 5% para os quais faltaria enquadramento jurídico, abrangem transgressões que só existem no mundo virtual, como a distribuição de vírus eletrônico. Diante desta nova realidade, através de uma interpretação extensiva do Direito Penal pode-se afirmar que não é necessária a edição de lei específica (muito embora a Lei 12.737/2012 tenha criado algumas figuras penais), todavia, a edição de lei instrumental específica tem o condão de adaptar-se ao meio social objetivando regrar as relações com ferramentas modernas para persecução penal. **Conclusão**: Conclui-se, que, o Direito Penal na tutela dos bens protegidos tem por maior desafio a dificuldade em rastrear, identificar e punir os crimes de internet enquanto já contribui eficientemente na tipificação dos delitos.

Palavras-chave: Crimes Cibernéticos. Direito Penal. Desafios e Contribuições.

CULTURA DO ESTUPRO: EXISTE UM PERFIL PARA O ESTUPRADOR?

DIAS, Gabriel Aguiar1; SOUZA, Gabriel Martins De1; BARROZO, Jorge Gabriel Nunes1; CÂNDIDO, Wylliam Oliveira[1]; SOUZA, Pablo Cardoso De1; GABRICH, Lara Maia Silva2
1 Discentes das FIPMOC , 2Docente das FIPMOC

Introdução: A abordagem sobre a questão dos crimes de violência sexual, que são vinculados pela cultura do estupro na sociedade, objetiva por consequência discussões e buscas acerca de uma existência ou não para um perfil taxativo do estuprador. **Objetivo:** O presente estudo propôs buscar estabelecer um marco histórico, apresentar conceitos sobre o perfil dos criminosos sexuais. Apresentou o objetivo de contribuir para medidas eficazes de combate e prevenção, contra o problema social provocado pela violência sexual.O trabalho proposto busca apresentar fatos externos, internos e socais, que possam assemelhar os perfis dos estupradores. Entretanto, Os estupradores, não apresentam perfil especifico taxativo, abrangendo vários vertentes, é influenciado por vários fatores sociais e psicológicos, Esses fatores influenciam na conduta dos criminosos sexuais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante os estudos em bibliografias sobre o assunto analisados. Os dados foram coletados em doutrinas, artigos científicos, legislação. As bibliografias usadas para o desenvolvimento da pesquisa foram de autores conceituados acera do assunto. **Resultado:** Nessa pesquisa consta-se que não há perfil de singularidade entre os estupradores. Fundamentando um paralelo da teoria dos perfis dos estupradores, ao caso concreto, percebe-se que não há singularidade entre eles. No entanto, há uma tentativa de explicação do comportamento dos mesmos. Portanto, percebe-se a tentativa através de dados psiquiátricos Apontarem uma proximidade de perfis entre os estupradores, através de seus estados mentais, e influências sociais. **Conclusão:** Conclui-se que não há perfil taxativo e objetivo sobre o perfil do estuprador, e não há singularidade entre os crimes, casos, e formas de atuar dos estupradores. Entretanto, existem dados de pesquisas sociais que apontam para algumas semelhanças sociais e psíquicas, que buscam aproximar um perfil de ação destes tipos de criminoso sexuais, a procura para entender estes perfis, busca fazer isso usando como objeto de estudo tanto os criminosos sexuais de forma mais ampla, tanto como os criminosos sexuais de crianças. Buscando semelhanças de condutas. A busca dos perfis destes criminosos sexuais pode contribuir para combater este problema social, apresentado em forma de violência sexual.

Estabelecer uma busca pela singularidade de padrão dos estupradores pode contribuir com o objetivo destas pesquisas, que são estabelecer formas de combate mais rígido e eficaz contra este problema social.

Palavras-chave: Estupradores. Violência sexual. Perfil social e psíquico.

DA DEMOCRACIA RACIAL À AÇÃO AFIRMATIVA: BREVE REFLEXÃO

CRUZ, Lucas Milton Prates[1]; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O termo "democracia racial" exprime a ideia de que, no Brasil, predominariam relações raciais harmônicas, em que praticamente inexistiria preconceito. Tal conceito surgiu em 1950, e teve Gilberto Freyre como principal teórico. Ação Afirmativa é a expressão usada para descrever políticas públicas encabeçadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, com o objetivo de corrigir desigualdades historicamente acumuladas; em questão, trata-se da desigualdade racial. **Objetivo:** Analisar a Democracia Racial à luz dos pensamentos de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre e as Ações Afirmativas à luz das relações raciais contemporâneas no Brasil. **Metodologia:** Utilizou-se a técnica qualitativa, exploratória e bibliográfica. **Resultados:** A expressão Democracia Racial surgiu por volta da década de 1950, quando no Brasil e no mundo cultivava-se a ideia de que nessa nação o preconceito racial praticamente inexistiria, predominando, dessa forma, relações raciais harmônicas; tal termo, mesmo que não criada por Freyre, foi teoricamente fundamentado, principalmente, nas ideias dele – para Freyre, as relações raciais advindas da época da colonização haviam tido um efeito democratizante. Ainda antes do início da década de 1960, a ideia de Democracia Racial foi desconstruída por Florestan Fernandes e Roger Bastide, os quais desenvolveram pesquisa encomendada pela Unesco, chegando ao resultado de que, no Brasil, baseado na concepção de sociedade de classes, o preconceito realmente existia, já que o negro tinha enormes dificuldades, nas metrópoles, de se inserir no cerne de uma sociedade liberal e industrializada. Além disso, Fernandes argumenta que, ao contrário da concepção de Freyre, para ele o efeito das relações raciais no período colonial foi de ampliar o contingente de escravos e ampliar a submissão dos negros. O Estado Brasileiro permaneceu inerte por várias décadas, até por volta de 2001, quando finalmente iniciaram-se discussões acerca da implantação de mecanismos para corrigir tal desigualdade historicamente acumulada. Assim, em 2004, surgiu na UNB a primeira Ação Afirmativa nesse sentido, com o sistema de Cotas para o Vestibular desta instituição. A partir daí, em 2012 o Estado instituiu a Lei de Cotas e em 2014 a Lei de Cotas para Concursos Públicos. **Conclusão:** Dessa forma, é possível compreender que efetivamente o preconceito racial existiu e existe na sociedade brasileira; tal situação fica evidente uma vez que ainda hoje o negro tem dificuldade em se inserir no cerne da sociedade e, quando o faz, tem dificuldade em manter-se lá. Nesse sentido, apesar de demasiadamente lento, o Estado Brasileiro finalmente aderiu à ideia das Ações Afirmativas, transformando-a em Lei, tanto para o Ensino Superior, quanto para Concursos Públicos. A expectativa é que tais ações afirmativas ajudem a sanar o problema, mas é igualmente necessário que a cultura e o pensamento das pessoas também mudem, para concepções mais inclusivas e democráticas.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Cotas. Democracia Racial. Gilberto Freyre. Florestan Fernandes.

DANO MORAL

SOBRAL, Aline Nascimento Cardoso; SAPORI, Carla Danielle Azevedo Rabelo; SANTOS, Endrick Teixeira; AMARAL, Fabrícia Gomes; VIEIRA, João Paulo
FIPMoc

Introdução: Danos morais são as perdas sofridas por uma agressão à moral e à dignidade das pessoas, salientados como uma hostilidade à reputação da vítima. Toda perda que abale à integridade e a honradez, pode ser caracterizada como dano moral. O dano moral consiste numa lesão aos direitos de personalidade do ofendido, violando sua intimidade, vida privada, honra e imagem, por exemplo. **Objetivo:** Aclarar os leitores a respeito da possibilidade de reparação por danos morais. **Metodologia:** Resumo produzido com base em leitura sobre o tema, de aspecto qualitativo, exploratório e bibliográfico, utilizando doutrinas da Biblioteca Sophia das Faculdades Integradas Pitágoras. **Resultados:** Só existirá possibilidade de reparação por danos morais se houver comprovação da configuração da responsabilidade civil que surge da conduta ilícita do agente que o causou. No vasto campo da responsabilidade citada, interessa identificar aquela conduta que reflete na obrigação de indenizar. Para que se configure o dever de indenizar advindo da responsabilidade civil, deverá haver a conduta do agente e o nexo de causalidade entre o dano sofrido pela

vítima e a conduta desse agente. O nexo causal é a ligação entre o ato lesivo do agente e o dano ou prejuízo sofrido pela vítima. Se o dano sofrido não for resultado do ato do agente não existirá a relação de causalidade. **Conclusão:** Conclui-se que, não existem dúvidas quanto à plena reparação de toda e qualquer espécie de dano moral ocorrido. Sobretudo, a cada dia se impulsiona a vulnerabilidade do ser humano diante das intermináveis transformações da civilização. É possível perceber a importância das ações de responsabilidade civil por danos morais quanto as suas funções, a primeira delas é a de compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima, a segunda é a de punir o agente causador do dano e, por último, a terceira, é a de prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso. Essa prevenção ocorre tanto em relação ao agente lesante, como também de forma ampla para sociedade como um todo.

Palavras-chave: Dano moral. Responsabilidade civil. Reparação. Dignidade. Nexo causal.

DEFESA DO RÉU: INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

VELOSO, Cynara Silde Mesquita[1]; MOURÃO, Carlos Henrique Alves[2], JESUS, Geicielly Gomes Trindade de[2]; SOARES, Laila Monique Santos[2]; MENDES, Larissa Arruda[2]; VELOSO, Patrícia Fernandes[2].
[1]Docente das FIPMoc; [2]Discentes da UNIMONTES

Introdução: Em busca da celeridade e simplificação dos atos processuais, o novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, modificou a tônica quanto à defesa do réu, prezando por ditar-se pelo princípio da concentração ou eventualidade da defesa. Nesse sentido, é oportuno a análise das modificações da defesa no NCPC. **Objetivo**: Analisar as inovações e consequências da estrutura da defesa do réu no novo diploma processual civil. **Método:** Utilizou-se o método qualitativo de pesquisa através das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, no qual, foi possível analisar as modificações da peça contestatória, objetivando a simplificação do rito comum e a extinção de peças apartadas em relação a reconvenção, impugnação do valor da causa e incompetência relativa. **Resultados**: É possível constatar através deste estudo, que a contestação é orientada pelo princípio da eventualidade, pelo qual, o réu deverá alegar toda a matéria de defesa processual e de mérito, expondo toda a matéria de fato e de direito com que impugna o direito do autor, conforme artigo 336 do NCPC. Nesse sentido, o NCPC prezando pelo supracitado princípio e em vista da simplificação do rito comum foram extintos os incidentes processuais de impugnação ao valor da causa, a exceção de incompetência, impugnação ao pedido de gratuidade de justiça, que devem ser alegados como preliminares da contestação. Tem-se, também, como inovação a alegação de reconvenção dentro da contestação e a apresentação da contestação em 15 dias contados da audiência de conciliação ou mediação, quando frustrado o comparecimento da parte ou não for possível o acordo, ou quando a parte não comparecer, ou da protocolização do pedido de cancelamento das citadas audiências apresentado pelo réu, ou nos casos previstos no artigo 231 do NCPC. Outro ponto é a alegação de incompetência do juízo, na qual, caso o réu resida fora da comarca de propositura da ação, poderá esse alegar em preliminar de contestação, a incompetência absoluta ou relativa do juízo e indicar a prevalência do foro de seu domicílio, conforme disposto no artigo 340 do NCPC. O novo código autoriza, assim que a contestação seja protocolada no foro de domicílio do réu, em vez de enviada ao juiz da causa. Ademais, merece destaque a alegação de ilegitimidade *ad causam*, que pode ser feita em relação ao autor e ao réu. Referindo-se a ilegitimidade ao réu, conforme dispõe o art. 338 do NCPC, a este, caberá em preliminar de contestação alegar ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado. **Conclusão:** Após a realização da pesquisa conclui-se que é certo afirmar pela predileção dos princípios da celeridade e eventualidade da defesa no NCPC. Como externado, a partir dos pontos apresentados é possível afirmar que, como peça apartada permanece somente nas possibilidades de suspeição e impedimento, bem como à reconvenção o legislador simplificou o procedimento, ao possibilitar a concentração na contestação de todas as possíveis respostas do réu, evitando a formação de diversos autos apartados.

Palavras-chave: Contestação. Eventualidade. Reconvenção. Celeridade.

REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 10 de maio de 2017

DELIMITAÇÃO DO USO DE UM SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOTÉRMICA DE ENERGIA COM UM MOTOR STIRLING

MEDEIROS, Vinícius Fernandes[1]; MOTA, Luan Guedes[1]; PERON, Edileuza Fabricia P.[1]; RAMOS; Dianna Krislley S.[1]; SILVA, Weslley Correia da[1]; CÂNDIDO, Pedro [2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A busca de fontes alternativas de geração de energia é uma das grandes preocupações da sociedade atual. Alternativas possíveis para a geração de energia limpa são a energia eólica, a sempre polêmica e perigosa energia nuclear, e a energia solar que conta com potencial quase ilimitado por depender do sol, uma fonte praticamente abundante quando se refere ao Brasil. Umas das formas de captação de energia solar é a geração fototérmica em que o calor é concentrado num receptor contendo um fluído que aquecido pode ser utilizado para geração de energia elétrica ou até mesmo aquecimento, utilizando um motor *slirling*. **Objetivo:** Este estudo preliminar foi realizado para análise inicial da viabilidade da instalação de um sistema de geração fototérmica utilizando um motor Stirling. **Método:** O trabalho foi feito com base numa pesquisa bibliográfica que buscou identificar os métodos de captação da energia solar, os princípios do motor Stirling e o preço do equipamento. **Resultados:** Com base na pesquisa foi feito um orçamento dos itens necessários para construção do sistema, chegando a um valor total de R$ 161.146,33 incluso o custo de produção. Percebeu-se que o preço do KW/h do sistema sai mais barato comparando com a energia hidrelétrica e fotovoltaica, mesmo sendo mais caro sua implantação. Também foi feito um esboço 3D do sistema no *software* Solidworks identificando os principais componentes. **Conclusão:**Com o orçamento do sistema concluiu-se que apesar de ser uma energia inovadora o gerador fototérmico é um equipamento atualmente muito caro e raramente utilizado no Brasil, porém há a perspectiva de que com os avanços da tecnologia haverá uma disseminação deste sistema possibilitando a viabilização de seu uso, como o que ocorreu parcialmente com a tecnologia fotovoltaica.

Palavras-chave: Energia solar. Motor Stirling. Gerador fototérmico.

DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PJE NA VARA CRIMINAL

XAVIER, Kariny Dias; FONSECA, Kelly Patrícia Rodrigues; REIS, Vitória Teixeira
FIPMoc

Introdução: O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema de informática criado para dar fim à tramitação de autos por meio do papel no Poder Judiciário, no qual todas as peças processuais são virtuais. Trata-se de uma solução única, gratuita, em linguagem moderna e atenta aos requisitos de segurança em que a sociedade contará com uma Justiça mais ágil e organizada. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar os desafios e benefícios da implantação do PJe na vara criminal. No qual se observa que o objetivo principal deste sistema é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente da instância em que o processo tramitar. **Método:** Para elaboração do trabalho a metodologia utilizada foi, quanto à forma de abordagem, a pesquisa de natureza qualitativa; quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e virtual a partir da analises de textos científicos, doutrinas pertinentes, e o site Google acadêmico. **Resultados:** Primordialmente consta-se que o Pje é um sistema unificado que tem sua implantação em todas as varas, independente da matéria desta. Destarte, os desafios e vantagens proporcionados por esse sistema encontram-se em todas as varas, não se limitando a vara criminal. O Processo Judicial eletrônico facilitará o cumprimento de prazos, possibilitando aos advogados o envio de documentos via internet a qualquer momento e lugar, e facultando o acesso permanente a todo o conteúdo dos autos. Na medida em que um processo passa a ser eletrônico, diminui o uso do papel e cresce o benefício ao meio ambiente. Escritórios e cartórios de varas ficarão livres das sobre cargas de papeis, propiciando ambientes mais salutares a todos. Permitindo maior transparência, celeridade e praticidade ao processo. Especificadamente na vara criminal ademais dos benefícios supracitados o PJe facilitará o controle de benefícios aos réus, efetivando o comando constitucional que garante o tratamento digno ao preso. Todavia, este sistema apresenta alguns desafios, tais como a infraestrutura deficiente de internet; dificuldades de acessibilidade; a falta de unificação efetiva nos sistemas, ausência de preparo para os profissionais menos adaptados com a tecnologia e um sistema de internet lento e inseguro. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que a implantação da PJe na vara criminal traz mais benefícios do que malefícios, uma vez que aprimora a tramitação processual e facilita a administração do sistema carcerário,

vez que esta tecnologia possibilita um melhor planejamento quanto à necessidade de vagas e de aferição exata e imediata do número de seres humanos que o Estado subtrai à liberdade e mantém sob sua singular tutela no sistema prisional brasileiro, que é um dos maiores e mais complexos de todo o Planeta.

Palavras-chave: Processo Judicial Eletrônico. Processo eletrônico. Vara criminal.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE REDES NEURAIS NA ANÁLISE DE VIBRAÇÕES

SILVA, Alessandro Evair Oliveira[1]; MEDEIROS, Vinícius Fernandes[1]; REGO, Thaís Cristina Figueiredo[2]; NASCIMENTO, Pedro Cândido Filho[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Em sistemas solicitados dinamicamente, frequentemente haverá esforços vibratórios sobrepostos aos esforços teóricos previstos pelas equações da dinâmica, sendo esses esforços vibratórios decorrentes de várias causas. Se os elementos do sistema fossem infinitamente rígidos, as vibrações poderiam ser eliminadas. Todos os elementos reais, de qualquer material, possuem elasticidade e comportam-se como molas quando sujeitos a forças. As deformações resultantes podem gerar forças adicionais, originadas a partir de forças inerciais associadas aos movimentos vibratórios dos corpos ou na junção entre partes articuladas com solicitações de impacto durante as vibrações (NORTON, 2013, p.617). A parada na produção por decorrência da falha de equipamentos é uma situação indesejada, pois com o mercado cada vez mais exigente o tempo de um equipamento parado implica numa grande perda de recursos nas organizações de forma direta e indireta. Para evitar situações como a descrita anteriormente, o setor de Engenharia da Manutenção utiliza técnicas de monitoramento e reparação de equipamentos, realizando a troca de peças em datas determinadas, ou em caso de necessidade urgente, e procurando detectar falhas antes que estas ocorram. A técnica de manutenção preditiva consiste no monitoramento em tempo real da condição da máquina ou equipamento utilizado, sendo que este modelo pode ser considerado por alguns em um primeiro momento mais caro, porém o que ocorre na prática, na grande maioria dos casos, é que o sistema preditivo reduz consideravelmente ocasionais prejuízos para a empresa, tanto temporais quanto financeiros, devido a sua natureza de prevenir a falha antes que esta ocorra. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo realizar o levantamento dos dados necessários para o desenvolvimento de um dispositivo de análise de vibrações. **Método:** Este estudo foi feito com base numa pesquisa bibliográfica, que buscou identificar os tipos de falhas mais comuns em máquinas rotativas, além dos respectivos métodos de identificação. Também foi buscado o método de programação e montagem dos *softwares* e equipamentos necessários para o sistema (Arduino, Matlab), incluindo nesta pesquisa o desenvolvimento da rede neural. **Resultados:** Com base na pesquisa foram identificados os recursos necessários para a construção do equipamento de análise, consistindo a base de todo o sistema, inicialmente, em um micro controlador Arduino uno e um sensor acelerômetro do tipo piezoelétrico. Foi identificado também que as falhas mais comuns em máquinas rotativas são o desbalanceamento, o desalinhamento, a folga e falhas no rolamento, sendo que cada um contém uma frequência e amplitude de vibração específica que será usada durante a programação da rede neural. **Conclusão:** Com a preparação completa para o desenvolvimento do dispositivo será iniciado sua construção e programação para que futuramente o produto possa ser utilizado nos laboratórios de práticas e pesquisa das FipMoc.

Palavras-chave: Manutenção. Falhas. Rede neural.

REFERÊNCIA:

NORTON, Robert L. **Projeto de máquinas: uma abordagem integrada** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES/AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

BRITO, Luyza Caroline Gomes1; MIRANDA, Giulia Marques de Lima1; SILVA, Débora1; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira1; PEIXOTO, Letícia Fabianne Rodrigues1; GABRICH, Lara Maia Silva2; VELOSO, Cynara Silde Mesquita2
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: O Brasil, como Estado Democrático de Direito, vê-se obrigado a garantir à sociedade os direitos individuais, inclusive no processo, assegurando às partes o princípio do devido processo legal, sendo o processo justo subordinado aos princípios constitucionais. **Objetivo:** Examinar a aplicabilidade do princípio devido processo legal como forma de garantir os direitos da pessoa humananas sessões/audiências de conciliação e mediação. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente. **Resultados:** O devido processo legal é composto por preceitos constitucionais, destacando-se contraditório, ampla defesa e isonomia. O primeiro diz respeito ao direito de contestar em simétrica paridade; ampla defesa visa garantir às partes a prerrogativa de utilizar dos meios lícitos para comprovar sua tese, e isonomia refere-se à igualdade temporal de prazos que devem ser equivalentes aos litigantes. Há formas alternativas à jurisdição para resolução de conflitos que podem efetivar a aplicação do princípio. A mediação e conciliação se sobressaem por produzir resultados mais céleres e acessíveis, sendo a primeira adequada aos casos em que haja relação continuada entre as partes, nos quais o mediador busca facilitar o diálogo, fazendo com que as partes decidam, enquanto a conciliação é destinada aos casos onde não haja vínculo anterior, e o conciliador tem maior poder interventor. **Conclusão:** Averiguou-se que essas formas supracitadas de resolução de conflitos permitem maior autonomia às partes e possibilitam uma decisão célere, benéfica e satisfatória, efetivando o acesso à justiça e permitindo a observância do princípio em tela.

Palavras-chave: Devido processo legal. Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos. Contraditório. Ampla Defesa. Isonomia.

DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

BARBOSA, Daniel Wagner Alves[1]; CESAR, Mateus Silva[1]; GOMES, Núria Fonseca[1]; SANTOS, Enilson Francisco dos[1]; SANTOS, Gabriela Corrêa[1]; GABRICH, Lara Maia Silva[2].
[1] Discentes do curso de Direito da FIPMOC; [2] Docente FIPMOC.

Introdução: O Pacto de São José da Costa Rica preza pela garantia de direitos humanos universais aos povos dos Estados da América, e dentre eles, o direito a um devido processo legal, visa impedir injustiças jurídicas no âmbito social. **Objetivo:** Para essa pesquisa, buscou-se analisar a observância do devido processo legal nas sessões de mediação e conciliação em Montes Claros. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi, quanto à forma de abordagem, a pesquisa qualitativa; quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica. Os dados foram coletados em livros e artigos *online*. **Resultado:** O princípio do devido processo legal tem função de promover protetividade, além de ser uma garantia contra o exercício abusivo do poder, ele integra outros princípios como contraditório, ampla defesa, juiz natural, isonomia. A morosidade no trâmite do processo judicial apresentada no cenário do Judiciário acarreta em pouca efetividade para os jurisdicionados. Diante disso, surgem meios diversos e adequados, à resolução dos conflitos, que propõem estimular a prática do princípio da cooperação. As resoluções adequadas de conflito incluem negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Ganham destaques a conciliação, um mecanismo autocompositivo de solução de conflitos, haja vista que nesse mecanismo há a participação de um terceiro imparcial e capacitado, o conciliador, que ao se orientar pelo diálogo entre as partes envolvidas é responsável por conduzir a discussão e sugerir soluções; e a mediação, em que o terceiro apenas facilita o diálogo entre as partes. Os meios adequados de resolução de conflitos como a conciliação e a mediação, vêm sendo utilizados amplamente no processo civil, sempre atentos ao devido processo legal na área familiar e especialmente, na Justiça do Trabalho e nos Juizados Especiais, uma vez que oportunizam um acordo livre e responsável, portanto com maior possibilidade de

cumprimento. **Conclusão:** As resoluções de conflitos amigáveis são de suma importância, pois possibilitam que toda a sociedade tenha acesso à justiça e contribuem para redução do congestionamento processual no judiciário, desde que o princípio do devido processo legal seja observado, assim, as partes estarão assistidas e protegidas pelos seus direitos para maior efetividade dos objetivos das sessões.

Palavras-chave: Devido processo legal. Sessões de mediação e conciliação. Resolução de conflitos.

DIMENSÃO ÉTICA NA PRÁTICA ABORTIVA

SILVA, Gabriel Maia e 1; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda 1; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes 1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira 1; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre 2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A discussão sobre o aborto ainda é considerada um tabu, devido às ideias divergentes contidas na sociedade influenciadas por aspectos religiosos, éticos, morais e socioculturais. **Objetivo:** Analisar as questões éticas que envolvem o aborto. **Método:** Tratou-se de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de doutrina e análises de textos científicos publicados em periódicos localizados em bases de dados online. **Resultados:** O conflito de opiniões sobre o aborto acontece porque, apesar da grande maioria dos países serem laicos, a sociedade sofre grande influência religiosa e, vinculada a isso, é inerente nas culturas a repulsa de um ato como esse, por está relacionado à vida tanto da gestante, quanto do feto. Assim, nascem dois ideais que se convergem: um de caráter conservador, que parte da premissa de que a vida do feto sobressai a da gestante, pois este é um ser inocente e não deve ser culpado por "erro" alheio; e o outro, de perspectiva liberal, que tem como mais importante a liberdade da mulher, contida na dignidade da pessoa humana. **Conclusão:** Concluiu-se que, ainda hoje a religião tem grande peso nas decisões sociais, e que por isso, o aborto é repudiado e positivado como ilícito. Dessa forma, o aborto não é solucionado de maneira ética, pois esta é como pontuam Almeida e Christmann, o estudo crítico sistemático que visa o bem comum da sociedade e consequentemente não se deve ter noções pré-estabelecidas.

Palavras-chave: Prática abortiva. Vida. Ética. Valor universal.

DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA CORTA- FOGO PARA VEÍCULOS DA FÓRMULA SAE

CAMPOS, Pablo Daniel[1]; CARDOSO, Leandro Cícero[1]; FILHO, Robson[1]; BICALHO, Lucas D'artagnan[1]; NOBRE,Walen[2]
[1]Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC [2]Docente das FIPMOC

Introdução: O Sistema corta fogo está relacionado com a segurança do piloto, é imprescindível utilizar esse sistema para evitar incêndios em caso de uma colisão, por caso haja derramamento de gasolina o fogo pode se alastrar para dentro do carro causando consequências maiores. A Parede corta fogo geralmente fica entre o motor e o banco do piloto, para reduzir o fluxo de calor e evitar que o piloto fique em um ambiente com temperatura elevada. Para reduzir a troca de calor deve-se especificar e dimensionar uma camada isolante, sendo os mais comuns, lã de vidro e EPS. **Objetivo:** O estudo tem por objetivo dimensionar um sistema corta fogo. **Metodologia:** Para a realização do estudo foi utilizada uma pesquisa do tipo documental de caráter qualitativo exploratório, onde foi possível fazer um levantamento de dados. Utilizando os conhecimentos da disciplina foi possível fazer análises dos tipos de transferência de calor e realização de cálculos de taxas de calor que o motor dissipa e do dimensionamento da parede. **Resultados:** Após análises e cálculos, foi comprovado que a lã de vidro e EPS atendem ao objetivo, a parede corta-fogo foi dimensionada com uma espessura de 3,13 mm, sendo 2mm de lã de vidro e 1,13 de EPS, contendo também um chapa de aço com espessura de 0,5mm nas duas extremidades para evitar o contato direto com a fibra, para não causar alterações nas propriedades mecânicas do material. **Conclusão:** Aplicando os conceitos relacionados à transferência de calor e conhecendo as propriedades dos possíveis isolantes, é possível dimensionar a espessura de um sistema corta fogo desde que conhecidas as variáveis intrínsecas ao sistema.

Palavras-chave: Sistema corta fogo, Lã de vidro, Condutividade térmica.

DIREITO AO TRABALHO EM RELAÇÃO AO APENADO

CAMPOS, Caio Roberto Vieira[1]; SANTOS, Cleidson Ferreira dos[1]; LOPES, Gabriela[1]; SILVA, Pedro Henrique Soares[1]; APARECIDO JUNIOR, Vanderli Jose[1]; LIMA, Vânia Ereni[2].
[1]Discente das FIPMoc;[2]Docente das FIPMoc

Introdução: No que se refere ao preso, há que se pensar, que por estarem presos não dispõem de qualquer direito, todavia, possuem alguns, dentre estes é referente ao trabalho. Na Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 em seu Art. 1°, inciso IV refere-se ao valor social do trabalho, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, e em conformidade, disposto no Art. 6º, também da Constituição, o trabalho é direito de todos, e para o encarcerado não é diferente, o Estado fica encarregado de oferecê-lo. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar quais direitos dos trabalhadores são respeitados em relação ao apenado, observando qual tipo de serviço podem exercer, se é um trabalho interno ou externo, e quanto à remição da pena no tocante ao trabalho. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de analises de textos científicos publicados em periódicos localizados na base dados online Jus Navigandi e Âmbito Jurídico, bem como consulta à legislação brasileira e doutrinas. **Resultados:** O trabalho é direito para quem está cumprindo pena restritiva de liberdade e vem com a finalidade educativa, pois é uma maneira que aquela pessoa presa, depois de cumprida a pena se reintegre na sociedade por intermédio da aptidão do trabalho. O trabalho pode vir a ser externo, cujo algumas empresas por intermédio do Estado contratam os encarcerados e só se admite essa forma em serviços ou obras públicas, quanto ao trabalho interno, que é o mais comum, os presos trabalham dentro das próprias penitenciarias fazendo serviços básicos para eles mesmos, como a limpeza e lavar as vestimentas, etc. Aqueles presos que usufruem de alguma atividade laboral, almejam conseguir benefícios durante o cumprimento da pena, que pode vir a ser à progressão de regime ou a chamada remição, que é para cada 3 dias trabalhados diminui 1 dia de pena. E de importância ressaltar que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) não regula tal tipo de trabalho. **Conclusão:** Concluiu-se que o direito ao trabalho é de grande importância no valor social do preso, trazendo privilégios, pois através dele se adquire dignidade e não trabalha sua mente em atividades de caráter reprováveis, e visto que da uma opção de vida para quando cumprirem suas respectivas penas. E é um meio que atua para remissão da pena, é também uma maneira de colocar tais indivíduos novamente na sociedade. Deve se ressaltar a metodologia usada, onde é oferecido o trabalho ao preso para que além de reeduca-lo possa ser oferecida uma formação profissional para quando for recolocado na sociedade ter como tirar sua renda e se sustentar para não voltar a reincidir em práticas delituosas.

Palavras-chave: Trabalho do apenado. Direitos humanos. Trabalho nas penitenciárias.

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS DIREITOS HUMANOS.

ALMEIDA, Leivina Maria de[1]; MATOS, Marcos Alexandre Mesquita Veloso de[1]; SILVA, Leandro Cardoso[1]; SOUZA, Yasmin Ferreira[1]; VIEIRA, Adenilson Gonçalves[1]; TEIXEIRA, Rodrigo Leal [2].
[1]Discentes das FIPMoc. [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: A humanidade é marcada pelas relações dos indivíduos, de onde surge o vínculo obrigacional, dando espaço ao direito das obrigações, o qual assume papel preponderante nas relações judiciais, tendo como objetivo regular as relações intersubjetivas de ordem patrimonial surgidas no âmbito do Direito Civil. Neste contexto de obrigações, surge a figura do Estado, o qual possui a responsabilidade em executar tarefas de interesse coletivo que são realizadas pela administração pública. Todavia, a realidade dos presídios brasileiros retrata o descumprimento de ações pelo Estado, no que tange aos direitos fundamentais dos presidiários, insurgindo a necessidade da judicialização da política, mediante a intervenção ativista do Poder Judiciário com fito na concretização dos direitos fundamentais. (CARMO, 2014; MEDEIROS, 2011; PEIXINHO, 2008). **Objetivo:** Analisar a possibilidade do Poder Judiciário impor à Administração Pública a execução imediata de providências pertinentes a direitos fundamentais de pessoas que se encontram em custódia sob o comando estatal, em razão de responsabilidade criminal. **Método:** Pautou-se em abordagem qualitativa, tendo como objetivo a pesquisa exploratória, adotando procedimentos técnicos bibliográficos, partindo da coleta de dados, os quais foram interpretados a luz da literatura. **Resultados:** observou-se que

a judicialização da política, por meio do ativismo judicial, admite ao Poder Judiciário a prerrogativa em obrigar o Poder Executivo a realizar obras ou reformas emergenciais nos presídios brasileiros, assegurando aos presos a garantia dos direitos fundamentais, para que possam cumprir a pena em um ambiente digno, respeitando sua integridade física e moral. **Conclusão:** Por meio do presente estudo, **c**onclui-se que o direito das obrigações encontra-se veementemente ligado ao contexto, partindo do princípio de que na relação existente entre indivíduo e Estado, no que tange à violação de garantias ocorridas no interior dos presídios brasileiros, o preso é credor de direitos, cabendo ao Estado à ampliação do Poder Judiciário, por meio da judicialização das políticas públicas, na medida do possível, para que esse possa promover medidas emergenciais nos presídios, com finalidade de garantia do postulado princípio da dignidade humana.

Palavras-chave: Obrigações. Sistema Prisional. Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

CARMO, Ernaine Junior do. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: **Evolução histórica do direito das obrigações**, 2014.Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/18474742/direito-das-obrigacoes-evolucao-historica-do-direito-das-obrigacoes>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Sociedade e Estado**, 2011. Disponível em: <*Medeiroshttp*://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/sociedade-e-estado/> Acesso em: 17 mar. 2017.

PEIXINHO, Manoel Messias. **O princípio da separação dos poderes, a judicialização da política e direitos fundamentais**, 2008. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_252.pdf**>.** Acesso em: 18 mar. 2017.

DIREITO DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO APENADO

BARBOSA, Otávio[1]; FERNANDES, Fernanda[1]; LEAL, Bárbara[1]; SOUZA, Bianka[1]; LIMA, Vania Ereni[2]
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Sabe-se que toda pessoa natural possui direitos a ele inerentes, fundamentando-se no art. 5° da CRFB/88. O ócio não é favorável para o ser humano, e quando se trata de um preso, essa condição está fora de cogitação, pois o exercício da atividade laboral dentro do ambiente carcerário vem para prepará-lo e profissionalizá-lo, após sua saída, na esperança que ele volte ressocializado. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar quais direitos dos trabalhadores são observados em relação ao apenado. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e exploratória. Os dados foram retirados dos sites online Conteúdo Jurídico e Âmbito Jurídico, de doutrinas da biblioteca GuglielmoTurano e do código penal. **Resultados:** No tocante ao recluso, a Lei número 7.210, de 11 de julho de 1984 versa sobre as condições, mínimas e necessárias, para que se possa falar em trabalho prisional. Nela, destacam-se alguns artigos que aludem a respeito da remuneração, que não poderá ser inferior a ¾ do salário mínimo vigente no país, bem como as obrigações que serão dadas na medida das aptidões e capacidades do condenado, e, por fim, quanto à jornada trabalhista, essa durará minimamente seis horas diária, não ultrapassando oito horas corridas, salientando as folgas nos domingos e feriados. Há também a oportunidade da remição da pena pelos dias trabalhados, esse meio é utilizado para estimular o prisioneiro a trabalhar. Porém, percebe-se que, na realidade, as prisões não estão seguindo essa norma jurídica, uma vez que há carência dos direitos mencionados acima, dentro dos presídios brasileiros. As penitenciárias têm como principal objetivo a reeducação dos detentos, a fim de desencorajá-los a não cometerem novos crimes, e, o ambiente maléfico das prisões resulta nas altas taxas de reincidências. **Conclusão:** Dado o exposto, pode-se inferir que, na modernidade, a situação precária dos estabelecimentos prisionais, ferem os direitos dos trabalhadores apenados, de modo que as regras são desprezadas, acarretando condições indignas aos mesmos, divergindo assim, com a finalidade do trabalho dentro da prisão, ou seja, a reinserção do egresso no mercado de trabalho e no convívio social após o cumprimento da pena.

Palavras-chave: Apenado. Direito. Prisão. Trabalhador.

DIREITOS DA PERSONALIDADE: UM ESTUDO DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA ALTERAÇÃO DO NOME DO TRANSSEXUAL

MENDES, Maria Clara Monteiro1[1]; TEIXEIRA; Ana Paula Fernandes2[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O transexual é um indivíduo que se sente insatisfeito com o seu corpo, pois não há correspondência entre o seu sexo biológico e o psíquico. Por isso se faz necessário permitir a cirurgia de redesignação sexual, pois, com ela, é possível que esse indivíduo adapte o seu corpo físico ao psíquico. Entretanto, mesmo após a cirurgia, muito se tem discutido sobre a alteração do nome no registro civil. **Objetivo:** Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade do transexual alterar, uma vez realizada a cirurgia de redesignação sexual, ou mesmo independentemente dela, o seu nome, com base no ordenamento jurídico brasileiro. **Método:** Para tanto, buscou-se, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, e por meio do método de abordagem dedutivo, a análise dos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema. **Resultado:** Como resultados, verificou-se que não há no ordenamento jurídico brasileiro uma lei que regulamente, de forma específica, os direitos inerentes aos transexuais, apesar da Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que versa sobre os critérios para a realização da cirurgia de transgenitalização, inclusive, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). **Conclusão:** Concluiu-se que o direito à alteração do registro civil, em decorrência da cirurgia de transgenitalização, deve ser reconhecido como direito fundamental. Nesse sentido, os tribunais brasileiros tendem a autorizar a alteração do prenome e do sexo, mediante a realização da cirurgia. Porém, deve-se considerar a alteração mesmo antes da cirurgia, mediante provas da condição de transexual, conferindo, assim, a este, o respeito à sua dignidade humana, bem como o direito à inserção na sociedade.

Palavras-chave: Direito da personalidade. Direito ao nome. Transexual. Cirurgia de transgenitalização.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO PRESO E INTERNADO2

DIAS, Gabriel[1]. SILVA, Gabriela[1]. FREITAS, Jéssica[1]. PAOLIELLO, Letícia[1] PARAGUASSÚ, Pablo[1]. SILVA, Leandro Luciano[2].
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc. 2Docente das FIPMOC.

Introdução: Os Direitos Fundamentais, tratados na Constituição das Repúblicas Federativas do Brasil de 1988 (CRFB), juntamente com a Lei de Execução Penal de 1984 (LEP), apresentam os direitos e deveres dos presos e os compromissos do Estado perante aos condenados e presos provisórios, que se encontram sob custodia deste, sendo um dos deveres do Governo a assistência jurídica destinado aos indivíduos que não dispõem de condições financeiras para obter um advogado. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs a analisar o dever do Estado de garantir assistência jurídica das pessoas que se encontram em custódia sob o comando estatal. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e sobre os procedimentos técnicos de coleta de dados se trata de uma pesquisa bibliográfica. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. **Resultado:** Presente no capítulo II da LEP, que trata sobre a assistência dos presos e internados, precisamente na Seção IV "Da Assistência Jurídica", é disposto que "a assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.", e que "As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.", estendendo "a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares [...]." A Defensoria Publica é uma instituição que vai efetivar a assistência jurídica, para Dantas (2012) "Os defensores públicos devem prestar serviço aos cidadãos e ter compromisso com a proteção e promoção dos direitos humanos; promover a difusão do conhecimento sobre os direitos humanos, a cidadania e o ordenamento jurídico; assessorar juridicamente". **Conclusão:** Concluiu-se com o trabalho que de acordo com a CRFB/88, em seu artigo 1° III, atenta sobre a dignidade da pessoa humana, sendo um princípio fundamental advindo do Estado Democrático de Direito. A assistência jurídica ao preso

[2] Resultados parciais das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Interdisciplinar **"Sistema Penitenciário e Direitos Humanos"** em execução pela Disciplina de Direito Constitucional II, Curso de Direito das FIP-Moc.

e internado enfatiza este princípio, visto que garante a estes possuir um esclarecimento sobre sua pena e ter um auxiliador para a construção de sua defesa, no caso um advogado.

Palavras-chave: Direito Fundamental. Direitos do preso. Assistência Jurídica. Constituição Federal.

REFERÊNCIA:

DANTAS, Alexandre Fernandes. **Acesso à Justiça e assistência jurídica gratuita no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2484.> Acesso em: 21 maio 2017.

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA GERAÇÃO

BATISTA, Laura de Melo[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Os direitos humanos de segunda geração privilegiam os direitos sociais, econômicos e culturais com objetivo de promover o bem-estar social e a igualização de todos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs avaliar a evolução histórica dos direitos sociais. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, a coleta de dados foi desenvolvida por pesquisa bibliográfica. **Resultados:** A segunda geração de direitos surgiu no impulso dos movimentos radicais protestando injustiças sofridas pelas péssimas condições de trabalho dos proletários na Revolução Industrial no final do século XIX. No inicio do século XX, período histórico da Primeira Grande Guerra Mundial, foi marcado também pela fixação dos direitos sociais. Com uma forte influência da Constituição de Weimar, 1919 na Alemanha, o Brasil na Constituição de 1934 escreveu em seu título sobre a ordem econômica e social, assim em todas as outras constituições brasileiras posteriores trataram dos direitos sociais até a atual Constituição de 1988 com um capítulo próprio para esses direitos. **Conclusão:** Conclui-se que as injustiças e guerras vivenciadas no século XIX e XX, sensibilizaram o mundo a se desprender do individual e pensar de uma forma coletiva tendo em vista a igualdade social e a dignidade do homem com o mínimo de condições possíveis para viver. No Brasil mesmo os direitos sociais positivados na Constituição de 1988, a desigualdade social ainda é realidade no país, com um número considerável de miséria e pobreza deixando a desejar na pratica melhores condições e assim o lindo discurso de direitos sociais ficam somente na lei.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Dignidade. Igualdade.

DISTONIA FOCAL: CÃ IBRA DO ESCRIVÃO E DISTONIA DO MÚSICO

PARADA, Fernando Rocha[1]; MURTA, Inah Aráujo de Almeida[1]; PRINCE, Karina Andrade de[2].
1Discentes do Curso de Medicina das FIPMOC; 2Docente do Curso de Medicina das FIPMOC.

Introdução: A câimbra do escrivão e a distonia do músico são distonias focais da mão tarefa-específicas. Os sintomas somente ocorrerem quando o paciente executa uma tarefa específica: no caso do músico, tocar um instrumento e, no caso do escrivão, ao ato repetitivo da escrita. No caso da câimbra do escrivão, apesar de incerta, a incidência é maior em pessoas entre a terceira e a quinta décadas de vida, independente do sexo. Quanto à distonia focal do músico, entre 658 músicos, num estudo na Espanha, 13% foram diagnosticados com DF. **Objetivo:** Revisar na literatura acerca das formas de distonias focais do músico e do escrivão, abordando suas causas, quadro clínico, diagnóstico e tratamento. **Metodologia:** Foi feito um estudo bibliográfico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. A partir disso, foram selecionados e analisados artigos em inglês e português publicados nos últimos dez anos. **Resultados:** A patogenia das DF envolve fatores intrínsecos e extrínsecos: predisposição genética e estresse. As distonias são desordens neurológicas, decorrente de uma tarefa específica, definidas por contrações musculares sustentadas que podem gerar torções, movimentos repetitivos e posturas anormais como quadro clínico. Para um diagnóstico preciso das distonias focais tarefa específicas é fundamental uma boa anamnese e exame físico, buscando-se a causa do problema e, a partir disso, investigar a atividade profissional do paciente. Além disso, os exames com maior precisão são Eletroneuromiografía e Ressonância Magnética cervical e cerebral. O diagnóstico dessas distonias é difícil e o tratamento também, devido à inespecificidade dos métodos. O tratamento visa restabelecer a integração sensorial proprioceptiva de informações aferentes e informações cutâneas em um adequado comando motor. **Conclusão:** Não existe, portanto, consenso na literatura nem sobre o mecanismo da fisiopatologia e nem acerca das causas das

distonias focais. Nesse sentido, é importante a realização de estudos prospectivos de estudos a longo prazo de modo a compreender melhor a evolução da doença.

Palavras-chave: Distonia focal. Câimbra do escrivão. Distonia do músico.

EFEITOS CORPORAIS GERADOS PELO TRANSPORTE DE MOCHILAS

MARQUES, Felipe Murta[1]; CALDEIRA, Roseane Durães [2].
[1]Discente de Fisioterapia das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Mochilas são utilizadas para transportar cargas e habitualmente usadas para carregar materiais pessoais e escolares. As mudanças posturais ocorridas em seres humanos submetidos a sobrecargas com mochilas são visíveis, e até mesmo palpáveis. Visando garantir o equilíbrio, o corpo faz ajustes constantes, mudando a posição da cabeça, tronco e membros toda vez que o centro de massa é deslocado, tornando a postura humana essencialmente dinâmica. Os desequilíbrios posturais gerados quando se transporta uma sobrecarga são agravados pelo peso desproporcional ao peso do próprio corpo do sujeito. **Objetivo:** Examinar as publicações relativas aosefeitos corporais gerados pelo transporte de mochilas. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram analisados 13 artigos científicos encontrados nos bancos de dados SCIELO, LILACS e PUBMED. Esses artigos são correspondentes ao intervalo do ano de 2003 a 2016, no idioma português e inglês. **Resultados:** Os artigos analisados mostram que desvios posturais podem surgir com o transporte de mochilas e que são comumente a escoliose e o aumento da lordose e da cifose. As mochilas escolares com pesos em torno dos 10% do peso corporal (PC) podem ocasionar alterações posturais, como: aumento linear da anteriorização da cabeça e do corpo, da inclinação anterior do dorso (durante o ciclo da marcha), além de mudanças nos ângulos craniovertebral, cabeça no pescoço, cabeça e pescoço no tronco, e no ângulo do tronco e membros inferiores. Estudos evidenciam também que cargas de 20% do PC causam aumentos mais pronunciados da inclinação anterior do tronco e uma maior rotação da coluna vertebral no plano horizontal, em comparação ao transporte de 10% do PC. Em um estudo foi observado uma associação com o transporte da mochila escolar de modo inadequado (assimétrico) com alteração da lordose lombar, no plano frontal e no sagital, principalmente em crianças do sexo feminino. A maioria dos estudos descrevem a dor como uma consequência importante do transporte e peso inadequado de mochilas. **Conclusão:** As alterações posturais são uma estratégia para compensar a mudança do centro de gravidade, causada pela mochila, e tais mudanças podem ao longo do tempo induzir a esforços musculares excessivos, fadiga e aumentar a suscetibilidade de lesão do aparelho locomotor.

Palavras-chave: Mochilas. Postura. Fisioterapia.

EFEITOS DE DIFERENTES TIPOS DE ALONGAMENTOS DOS ÍSQUIOS TIBIAIS SOBRE A FORÇA E ATIVIDADE ELETROMIOGRÁFICA DOS MÚSCULOS DO QUADRÍCEPS

RIBEIRO, Ricardo Camara[1]; ROCHA, Tulio Brandão Xavier[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A performance física do musculo se relaciona com a relação força-comprimento, que ativação neural avalia e responde conforme a carga aplicada na musculatura. A atividade do alongamento muscular em clínica visa o ganho de amplitude de movimento (ADM) através do ganho da complacência muscular e a diminuição da rigidez músculo-tendínea em um músculo encurtado. Tal atividade altera o *feedback* proprioceptivo da musculatura alongada. De acordo com a lei da inibição recíproca, um músculo hiperativo, que normalmente se torna encurtado, tem a capacidade de inibir neurologicamente seu antagonista, impedindo o músculo de ser recrutado voluntariamente e provocando assim um desequilíbrio da ação muscular do movimento, o que pode ser a causa de fadiga precoce e lesões **Objetivo:** Avaliar os efeitos das técnicas alongamento Musculoenergia e Passiva dos antagonistas do movimento, no desempenho da força de contração isométrica voluntaria no musculo sinergistas e avaliar sua performance através da eletromiografia. **Método:** O trabalho em questão foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica descritiva, na qual foram analisados 9 artigos científicos dos bancos de dados Scielo e Lilacs. Esses artigos são correspondentes ao intervalo do ano de 2008 a 2016, no idioma português. **Resultados:** Não foram encontrados trabalhos científicos que exploraram a inibição reciproca como fator a ser considerado durante o alongamento, tão pouco trabalhos que relacional o ganho de forca muscular mediante inibição da musculatura antagonista por meio de alongamento.Os artigos analisados demostraram que

musculaturas submetidas a técnicas de alongamentos sofreram perda de performance, rendimento ou força. O alongamento muscular provoca alterações de ordens mecânicas, modificando a relação comprimento tensão da musculatura e, consequentemente, o *feedback* proprioceptivos dificultando o recrutamento das fibras musculares o que levaria a perda da performance muscular. Diversos estudos mostraram que o alongamento estimula os órgãos tendinosos de Golgi (OTG), estrutura responsável por proteger a musculatura de tensões excessivas, e tais estruturas inibem os motoneuronios alfa que são responsáveis pelo estimulo de contração muscular, explicando assim a diminuição das fibras musculares recrutada em um musculo que foi alongado. Em um artigo, contudo, se verificou o aumento de força muscular após o alongamento, possivelmente, devido à melhor interação entre os filamentos de actina e miosina, em virtude do aumento do comprimento funcional do músculo, isto é melhora da relação comprimento tensão. **Conclusão:**Não foram encontrados estudos sobre a performance muscular em relação ao alongamento dos seus antagonistas. Contudo, de acordo com a lei da inibição recíproca, um músculo antagonista submetido a um exercício de alongamento pode ser inibido neurologicamente facilitando o recrutamento da musculatura agonista.

Palavras-chave: Alongamento. Eletromiografia. Marcha.

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro[1]; ROCHA, Jéssica Millene Alves Martins[1]; SANTANA, Maria Luiza Ribeiro[1]; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo[1]; MAGALHÃES, Stéfani Santos[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Os Direitos Sociais, que são da segunda geração dos direitos fundamentais, vem para trazer uma vida mais digna a toda população, causando assim, uma condição de igualdade entre todas as camadas da sociedade. Porém, as diferenças entre as classes sociais na sociedade brasileira ainda é gritante, pois, mesmo sendo positivados na Constituição Brasileira de 1988 e sendo obrigação do Estado garanti-los, os Direitos Sociais não são efetivados de maneira correta pelo mesmo. **Objetivo:** O estudo buscou analisar a efetivação dos Direitos Sociais. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas localizadas na biblioteca das FIPMoc, em dados eletrônicos online, legislações e doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** Mesmo com a criação de políticas públicas tais como: Minha Casa, Minha Vida para o direito à moradia, FIES e ProUni para o direito à educação, SUS para o direito à saúde, e o bolsa-família que abrange vários outros direitos, e apesar de estarem positivados no Artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988, os Direitos Sociais não estão sendo efetivados de maneira correta pelo Estado. Uma grande consequência dessa falta de apoio do Estado é que uma grande parcela da população ainda sofre com a desigualdade social, não sendo capazes de manter uma vida digna. Além do problema da falta de políticas públicas para ajudar essa camada mais pobre da sociedade, alguns governantes até se esforçam para criar políticas que ajudem essa população, porém, pela falta de conhecimento dos problemas enfrentados pelos mesmos, essas políticas acabam sendo inúteis, causando prejuízo para o governo. **Conclusão:** Apesar de positivados, esses direitos nao sao garantidos a todos, principalmente para a população mais necessitada. Cabe ao governo se conscientizar e procurar criar políticas públicas que realmente atendem as necessidades que essas pessoas possuem.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Governo. Políticas Públicas. População.

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de[1]; BORBOREMA, Marina Rego[1]; SILVA, Rodrigo Silveira e[1]; ALMEIDA, Sara Pereira de [1]; BASTOS, Carlos Frederico Queiroz[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: O presente trabalho tem como função analisar as políticas públicas econômicas, em especial, as voltadas para o direito social. **Objetivo:** analisar se as políticas púbicas econômicas garantem a efetivação dos Direitos Sociais. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** As políticas públicas são criadas com objetivo de garantir a todos os cidadãos melhor qualidade de vida por meio dos direitos sociais, previstos nos artigos 6° ao 11° na Constituição Federal de 1988, sendo eles os direitos à segurança, à moradia, à educação, à saúde, à alimentação, ao transporte, à assistência aos desamparados, ao trabalho, à proteção a infância e a

maternidade, ao lazer, à previdência, usando de políticas como a social, macroeconômica, administrativa e especificas/setoriais. Todas essas buscam assegurar direitos constitucionais e resolver problemas relacionados aos interesses de âmbitos sociais, principalmente os dos setores marginalizados, tendo como foco o desenvolvimento e o equilíbrio, apesar das diferenças culturais, sociais e econômicas existentes. **Conclusão:** Levando em conta os princípios da economia, entende-se como problema fundamental o binômio: recursos finitos, e necessidades infinitas. Tendo isso em vista, percebe-se a problematização da economia quanto à efetividade das políticas públicas, já que para a aplicação coerente e efetiva das mesmas é preciso que seja aplicada no país uma economia sólida e que procure atender a demanda das necessidades da população.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Políticas públicas. Políticas econômicas.

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CAXITO, Erick Leão Batista[1]; RAMIRES, Felipe Alves[1]; ALENCAR, Gabriela Rodrigues[1]; MAGALHÃES, Lorena de Jesus[1]; DIAS, Vitória Christie Ferreira[1]; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas[2].

[1]Discentes das FIPMOC; [2]Docente das FIPMOC

Introdução: Os direitos sociais tem papel fundamental na formação do Estado Democrático de Direito, entretanto, mesmo que esses direitos sejam garantidos pela Constituição, eles não são assegurados de forma efetiva à população. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs identificar e analisar como ocorre a efetivação dos direitos sociais no Estado Democrático de Direito. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** Os direitos sociais, por sua própria natureza, invocam do poder político uma demanda de recursos para sua aplicabilidade plena, para conseguir alcançar o ideal de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo consagrado na Constituição Federal. Os direitos sociais são derivados da segunda geração dos direitos fundamentais, surgem da necessidade de proteger o homem do poderio econômico e do privilégio desigual voraz. São certificados enquanto direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência dos desamparados. O Estado Democrático é baseado no princípio da soberania popular, pelo qual o povo é titular do poder constituinte, é o ente que legitima todo o poder político. Desse modo, exige que o povo participe de forma direta e ativa na vida política do país. Além do mais, é um tipo de Estado que tende a realizar a síntese do processo contraditório do mundo contemporâneo, superando o Estado capitalista para configurar um Estado promotor de justiça social que o personalismo e monismo político das democracias populares sob o influxo do socialismo real que não foram capazes de construir; a CF de 88 apenas abre as perspectivas de realização social profunda pela prática dos direitos sociais que ela inscreve e pelo exercício dos instrumentos que oferece à cidadania e que possibilita concretizar as exigências de um Estado de justiça social, fundado na dignidade da pessoa humana. A efetivação dos direitos sociais no Estado Democrático de Direito é um complexo estrutural de princípios e forças políticas que configuram determinada concepção do Estado e da sociedade, e que inspiram seu ordenamento jurídico, antes de tudo, pressupõe a existência de um conjunto de instituições e princípios fundamentais que informam determinada concepção política do Estado e da sociedade, sendo também um conceito ativo, pois, ao fato estrutural há que superpor o elemento funcional, que implica uma atividade e um fim, supondo dinamismo, sem redução a uma simples atividade de governo. **Conclusão:** Conclui-se a partir do estudo realizado que mesmo que os direitos sociais sejam garantidos pela Constituição eles não são assegurados de forma efetiva à população e para que haja a efetivação dos direitos sociais no Estado Democrático de Direito é necessário que aconteça intervenção do Estado para que as diferenças sociais sejam diminuídas e que ocorra uma ativa participação dos cidadãos.

Palavras-chave: Direitos sociais. Estado Democrático de Direito. Constituição. Direito.

EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA COM FILHO MENOR DE IDADE, 2010

GOMES, Núria Fonseca
FIPMoc

Introdução: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura em seu texto diversos direitos e garantias fundamentais, entre eles o direito social à educação, entretanto, em 2010 existiam diferenças significativas entre as Unidades da Federação, no que se refere ao percentual de mães chefes de família com filho menor de idade e baixa escolaridade. **Objetivo**: Analisar a efetividade do direito fundamental à educação nas Unidades Federativas do Brasil em 2010, em relação às mulheres vulneráveis. **Método:** Pesquisa bibliográfica e tratamento de dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), (2013). **Resultados**: A Constituição Federal de 1988 estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana. Ligado a isso assegura os direitos sociais como o direito à educação, direito de todos e dever do Estado garantir e incentivar com a colaboração da sociedade a educação de qualidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entretanto, conforme pesquisa analisada em 2010, identificou-se no Brasil 17,23% de mães chefes de família, sem ensino fundamental e com filho menor de idade; apresentaram percentual inferior os Estados das Regiões Sudeste e Sul, que variam entre 13,2% (São Paulo) a 15,75% (Rio Grande do Sul), além das Unidades da Federação da Região Centro-Oeste: Goiás (14,51%), Mato Grosso (15,68%) e o Distrito Federal (14,7%). Apresentaram percentual acima da média do Brasil, porém inferior a 20%, os Estados de Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste); Rio Grande do Norte (Nordeste); Rondônia e Tocantins (Norte). Os maiores percentuais, acima de 20%, foram registrados nos Estados das Regiões Nordeste e Norte, que variam entre 20,79% (Paraíba) a 28,72% (Acre). **Conclusão:** Pode-se concluir que, apesar da Constituição Federal de 1988 garantir direito ao acesso e permanência na escola de qualidade, identificou-se elevado índice de mães, provedoras de famílias sem o ensino fundamental e com filho menor de idade, o que aumenta a vulnerabilidade, reduz as possibilidades de maior renda, além de violar os princípios da dignidade humana. As Unidades da Federação com maior dinâmica econômica, apresentaram menor percentual, ou seja, o acesso à educação escolar e informação é melhor.

Palavras-chave: Mulher. Chefe de família. Escolaridade. Direito à educação.

EFICÁCIA SOCIAL DOS DIREITOS SOCIAIS

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de[1]; BORBOREMA, Marina Rego[1]; SILVA, Rodrigo Silveira e[1]; ALMEIDA, Sara Pereira de [1]; TEIXERA, Regina Célia Fernandes[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Os Direitos Sociais, presentes na Constituição Federal, nos artigos 6° ao 11°, procuram garantir a todos os cidadãos brasileiros, condições mínimas e dignas de vida, condições essas que devem ser garantidas pelo Estado Democrático de Direito. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a efetivação social dos direitos sociais. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** O Estado de Direito é responsável pela aplicação de políticas públicas efetivas que afirmem os Direitos Sociais, que busquem a diminuição das desigualdades sociais e que possibilitem ao homem maneiras do mesmo alcançar condições mínimas e ainda dignas para sua existência. Todavia, percebe-se que, no Estado Brasileiro, a efetividade está abaixo do esperado, trazendo resultados ineficientes indo de encontro ao que está previsto na Lei maior. A má gestão econômica e o desvio do capital que seria aplicado nas políticas públicas são algumas das causas da inefetividade das mesmas. A sociedade tem o dever cobrar e fiscalizar essas políticas para que os direitos de todos os cidadãos sejam protegidos e efetivados de maneira correta. **Conclusão:** Os direitos sociais têm influência em grande parte pelo contexto cultural, econômico e político, de cada país, além de fatores definidos pela própria sociedade, e por isso torna-se responsabilidade de cada estado desenvolvê-lo de maneira que, garanta a seus indivíduos modos do mesmo prover para si e a sua família condições básicas e dignas de vida.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Eficácia. Sociedade. Políticas Públicas.

EMPREENDEDORES E SEUS DESAFIOS – UM ESTUDO NO SEGMENTO DO COMÉRCIO DE SUPERMERCADOS NOS MUNICÍPIOS DE BRASÍLIA DE MINAS E SÃO FRANCISCO

FERREIRA, Ravena M. de M1.; ROCHA, Thiago Rodrigues1, SILVA, Danilo Pereira1, SOARES, Franciele Ribeiro1, SILVA, June Marize Castro2, COURA, Karla Veloso1
1Discentes FIPMoc; 2Docente FIPMoc

Introdução: Os estudos de empreendedorismo se fazem cada vez mais necessários no ambiente altamente competitivo a que as organizações estão submetidas, independentemente do segmento. A fatia de mercado referente ao supermercado não difere quanto aos efeitos sofridos. Conhecer os principais desafios que os empreendedores enfrentam favorece um novo olhar sobre o negócio e sobre as possibilidades. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios encontrados pelos empreendedores do segmento de supermercado dos municípios de Brasília de Minas e São Francisco. **Método:** Com esta finalidade, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, utiliza-se de entrevista semi estruturada para a obtenção dos dados. **Resultados:** Pode-se constatar que são diversos os desafios encontrados pelos empreendedores durante o processo de empreender e que alguns desses empreendedores pesquisados encontraram desafios durante esse processo, como taxas de juros alta, pessoas qualificadas para atuarem na área, bem como houve os que não encontraram dificuldades, pois acreditaram em sua capacidade e transformaram os desafios encontrados em oportunidades oferecidas. Pode-se perceber que esses empreendedores buscaram esse segmento por necessidade e que foram impulsionados por familiares ou se espelharam em ídolos para que servissem de norteadores neste processo. **Conclusão:** Esse processo promove uma série de benefícios a essas empresas, tendo como principais mudanças o maior controle interno das operações, maior controle de estoques e melhora no suporte de informações para tomada de decisões.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Supermercados. Oportunidade

EPIDEMIOLOGIA DAS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS EM MINAS GERAIS

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; NEVES, Inácio Luiz Morais[1]; TEIXEIRA, Karina Cardoso[1]; MAGALHÃES, Mariana Paranhos[1], SILVEIRA, Daniel Costa1; FRANCO, Gabriel Aquino[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: As doenças inflamatórias intestinais caracterizam-se por típica inflamação crônica no intestino e por não possuírem etiologia totalmente definida (KRONBLUTH; SACHAR; SALOMON, 1998). Dentre elas, a Retocolite Ulcerativa e a Doença de Crohn são as entidades clínicas mais conhecidas e são consideradas um problema da população moderna (OLIVEIRA, 2010). Apontadas, ainda, como patologias mundiais, as doenças inflamatórias intestinais compreendem um grande problema de saúde pública, pois acometem preferencialmente pessoas jovens e apresentam quadros clínicos de alta gravidade (SOUZA, 2002). **Objetivo**: Analisar os fatores epidemiológicos referentes à Doença de Crohn e à Retocolite Ulcerativa no Estado de Minas Gerais. **Metodologia:** Estudo descritivo, retrospectivo e transversal dos dados referentes às internações por Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa no Estado de Minas Gerais, no período de 2008 a 2016. A fonte de dados foi o *Sistema de Informação Hospitalar* do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), o único de abrangência nacional, que tem origem nas *Autorizações de Internação Hospitalar* (AIH), destinadas ao pagamento das internações de hospitais públicos e privados conveniados ao SUS (VIACAVA, 2002). As causas de internações foram pesquisadas conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10, segundo os locais de internação, e os dados foram analisados a partir de estatística descritiva (médias e percentis) através do *Microsoft Excel 2007*. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da caracterização secundária dos dados que impossibilita qualquer forma de identificação das pessoas envolvidas, conforme a Portaria 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados**: Foram encontrados 3.413 registros de internações por Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa, representando 0,34% do total de internações por doenças do aparelho digestivo. O sexo feminino foi responsável por 54,5% dos acometimentos, não sendo observada predominância significativa entre os gêneros. Com relação à faixa etária, percebeu-se isonomia entre as idades, com pequena prevalência entre 40-59 anos, responsável por 31,7% dos casos. 15,2% das internações ocorreram em pessoas de até 19 anos, 30,9% em pacientes entre 20-39 anos e 22,2% dos casos em idosos

(>60 anos). Os brancos, pardos e amarelos contabilizaram 71,4% do total de internações, enquanto os negros contabilizaram apenas 4,5% dos casos. Há de se ressaltar, ainda, que 24,1% dos registros tiveram a raça/cor omitida. A média de permanência das internações foi de 7,8 dias e o valor médio por internação foi de 724,67 reais. Os óbitos ocorreram em 3.07% dos casos, acometendo principalmente os indivíduos brancos (45,7% do total de mortes). **Conclusão**: A análise epidemiológica das doenças inflamatórias intestinais no Estado de Minas Gerais revelou um caráter abrangente dessas afecções, não havendo predominância significativa sobre gênero ou idade. Percebe-se, com isso, que as políticas públicas devem ser direcionadas para toda a população, visando sempre melhores técnicas de rastreio e tratamento que melhorem a qualidade de vida desse contingente.

Palavras-chave: Doença de Crohn. Retocolite ulcerativa. Doenças inflamatórias.

REFERÊNCIAS:

KRONBLUTH A, SACHAR DK, SALOMON P. Sleisenger&Fordtran's gastrointestinal andliverdisease - pathophysiology, diagnosisand management. 6. ed. **Philadelphia**: W B Saunders; 1998.

OLIVEIRA F.M. et al. Aspectos epidemiológicos das doenças intestinais inflamatórias na macrorregião de saúde leste do Estado de Minas Gerais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(1):1031-1037, 2010.

SOUZA M.A.L.P. et al. Evolução da ocorrência (1980-1999) da doença de Crohn e da retocolite ulcerativa idiopática e análise das suas características em um hospital universitário do sudeste do Brasil. **Arq. Gastroenterol**, 39(2):98-105, 2002.

VIACAVA F. Informações em saúde: a importância dos inquéritos populacionais. **Ciênc. Saúde Coletiva**; 7:607-22, 2002.

ESCOLHA DO SISTEMA DE FREIOS PARA UM CARRO FÓRMULA SAE

BOTELHO, George Marcos Freire[1]; MEDEIROS, Vinícius Fernandes[1]; MORAES, Gabriel Fonseca[1]; MORIKAWA, Fábio Ossame[1]; MOTA, Luan Guedes[1]; SOARES, Dhiego Ronan Silva[1]; MALVEIRA, Bruno Maia[2]

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O sistema de freios é extremamente importante para a segurança do piloto, sendo fundamental na competição Fórmula SAE. Nessa competição acadêmicos dos cursos de engenharia projetam e desenvolvem um veículo estilo fórmula que será testado em eventos dinâmicos e estáticos. Em modelos do Fórmula SAE é necessário ter um sistema de freios bem eficiente devido a necessidade de reduzir ou parar o veículo mediante circunstâncias do trajeto. **Objetivo:** O estudo apresentado tem como objetivo determinar o tipo de sistema de freio que será utilizado num veículo destinado ao Fórmula SAE. **Método:** Foi feita uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de comparar os tipos de freios utilizados em automóveis, além de identificar os sistemas mais utilizados em veículos que já participaram da Fórmula SAE. **Resultados:** Os dois tipos de freios mais utilizados são o freio a tambor e o freio a disco. O freio a tambor é composto por tambor com sapatas no interior, molas de retorno, prato e cilindro e tem como características a construção simples e barata, porém o tambor é muito pesado e o sistema tem dificuldade de dissipação de calor. Já o freio a disco consiste da pinça de freio e do disco. Este sistema tem como vantagem a facilidade de dissipação de calor o que aumenta a eficiência da frenagem. **Conclusão:** Concluiu-se que o tipo de freio mais adequado foi o freio a disco, pois este sistema garante melhor performance e desempenho, o que é fundamental durante competição.

Palavras-chave: Freio a Disco. Projeto Fórmula SAE. Sistema de Freio.

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL EM MONTES CLAROS-MG

SILVA, Farley Juneo Lopes da1; JESUS, Leonardo Soares de1; BARBOSA, Natália Ferreira2. Discentes do curso de Administração das FIPMoc1; Administradora, Mestre em Agronegócios, Docente das FIPMoc[2]

Introdução: Fidelizar clientes tornou-se tema importante no contexto empresarial atual, em especial em empresas responsáveis pela distribuição de produtos com marcas de renome, de forma a exigir dos administradores inserir esse debate na missão da empresa. Ao integrar sistemas de informações, o administrador está criando valor superior, ou seja, transformando clientes satisfeitos em clientes fiéis. Por essa razão, medir a fidelização dos clientes e analisar as estratégias apresenta-se como importante recurso para o bom desempenho das organizações. Este trabalho tem o propósito de estudar as estratégias e práticas de fidelização de clientes desenvolvidas em uma Distribuidora de água mineral localizada no município de Montes Claros MG, Norte de Minas que neste trabalho foi nomeada de Distribuidora ABC. **Objetivo:** Analisar as estratégias e práticas de fidelização dos clientes utilizadas pela Distribuidora de Água Mineral ABC (nome fictício), para desenvolver um relacionamento duradouro com potenciais parceiros e clientes. **Metodologia:** A pesquisa é caracterizada como exploratória descritiva, definida como um estudo de caso de natureza quali-quantitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os procedimentos para a coleta e análise de dados foram a aplicação de 173 questionários estruturados com os clientes da empresa e realização de entrevistas semiestruturadas com o gerente da empresa e os funcionários. **Resultado:** Após um estudo realizado na distribuidora de água mineral identificou-se que os resultados obtidos, foram satisfatórios para a maioria dos seus clientes, uma vez que cliente fidelizados exigem além do atendimento, esforços e práticas que a empresa vem trabalhando ao longo dos 5 anos, propondo o melhor atendimento, qualidade dos seus produtos, sendo este o caminho para a satisfação dos seus clientes conforme as pesquisas apontam. Ao analisar as estratégias e práticas de fidelização utilizadas pela Distribuidora, verificamos que ela utiliza as seguintes ferramentas para a fidelização do cliente: atendimento exclusivo por cliente, descontos para clientes que compram mais de uma vez por mês, formas de pagamento acessíveis para todos, preço, serviços como entrega a domicilio e meios de comunicação como mídias sociais, panfletagem e principalmente o boca a boca. **Conclusão:** Conclui-se, que a fidelização de clientes e o verdadeiro diferencial das empresas, que está apoiada no continuo desenvolvimento das pessoas. É importante a empresa estar atenta aos serviços prestados aos clientes, com foco na qualidade do serviço como um diferencial para a empresa personalizando características e fatores existentes, para os diferentes tipos de serviços e clientes. Tendo como referência os dados obtidos neste estudo, são apresentadas estratégias que poderão auferir resultados positivos para a empresa, observando as variáveis satisfação, fidelização e relacionamento. Foram propostas as seguintes iniciativas: Modelo de Recompensa; Modelo Educacional; Modelo de Aliança.

Palavras-chave: Marketing de relacionamento, Estratégias e Práticas de fidelização

ESTRUTURA DAS SENTENÇAS JUDICIAIS

DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros[1]; OLIVEIRA, Maria Luiza Lopes[1]; SILVA, Adrieli Emilli Versiani[1]; SOUZA, Sarah Cristina Santos[1]; VELOSO, Matheus Ribeiro[1]; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Os juízes se manifestam nos processos por meio dos pronunciamentos judiciais. Neste contexto jurídico, é de extrema importância saber conceituar e diferenciar todos os tipos de pronunciamentos judiciais, bem como entender os elementos que formam as sentenças, os tipos de sentenças existentes e seus limites. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs conceituar e diferenciar os seguintes pronunciamentos judiciais: sentença, decisões interlocutórias, despachos e acórdãos. Propôs ainda caracterizar os elementos das decisões judiciais, os tipos e limites das sentenças. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa

bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta à legislação brasileira e doutrina e jurisprudência acerca do tema. **Resultado:** Sentença é todo ato processual judicial que resolve definitivamente uma questão processual ou de mérito de acordo com os arts. 485 e 487 do Código de Processo Civil (CPC), colocando fim à atividade de conhecimento ou de execução. A decisão interlocutória pode ser definida como o pronunciamento judicial com conteúdo decisório que não põe fim à fase de procedimento em primeira instância. Os despachos são todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, ou seja, são atos de simples impulso do procedimento, sem qualquer conteúdo decisório. Os acórdãos, por sua vez, são os julgamentos colegiados proferidos pelos tribunais. À luz do Art. 489, do CPC, são elementos essenciais da sentença o relatório (que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo), os fundamentos (em que o juiz analisará as questões de fato e de direito) e o dispositivo (em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem). A atividade judicial está limitada pelo pedido do autor contido na petição inicial, e, portanto o juiz não pode sentenciar sem a observância desse limite, sob pena de nulidade. Desta forma, a sentença não pode ser *extra petita*, *ultra petita* ou *infra* (*citra*) *petita*. *Extra petita* é a sentença que concede algo diferente do que foi pedido pelo autor. Na sentença *ultra petita* o juiz concede ao autor a tutela jurisdicional pedida, mas extrapola a quantidade indicada pelo autor, indo além dos limites da demanda. Por fim, a decisão *citra petita*, também chamada de *infra petita*, é aquela que fica aquém do pedido do autor - o juiz deixa de enfrentar e decidir causa de pedir ou alegação de defesa apresentada pelo réu. **Conclusão:** Por meio desta pesquisa foi possível conceituar e diferenciar os diferentes pronunciamentos judiciais e caracterizar os elementos das decisões judiciais, sendo ainda abordados os tipos e limites das sentenças judiciais.

Palavras-chave: Sentença. Acórdão. Decisão Interlocutória. Despacho. Dispositivo.

ESTUDO DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ATENDIMENTO DOS CLIENTES DE UMA EMPRESA PNEUMÁTICA DE MONTES CLAROS – MG

OLIVEIRA, Ana Luiza Coelho1; REINO, Amanda F.1; MARQUES, Heráclides Veloso2; SILVA, June Marize C.2
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: Trata-se de um estudo sobre a avaliação da qualidade de atendimento dos clientes de uma empresa pneumática localizada na cidade de Montes Claros/MG. **Objetivo:** esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o nível de satisfação do atendimento ao cliente em uma empresa do segmento pneumático localizada na cidade de Montes Claros/MG; os objetivos específicos visaram: identificar os pontos fortes e fracos no atendimento ao cliente; analisar possíveis melhorias no processo de atendimento ao cliente; verificar se a qualidade no atendimento influencia na fidelização dos clientes. **Método:** Caracteriza-se como sendo pesquisa, descritiva com características de estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, para o desenvolvimento da pesquisa foi adotado como instrumento de coleta de dados o questionários semiestruturados; foram escolhidos como amostra 50 clientes da empresa que foi objeto do estudo, a amostra foi classificada como sendo não probabilística e a escolha dos pesquisados deu-se de forma aleatória por acessibilidade. Após a análise dos dados, ocorreu a interpretação dos mesmos, objetivando estabelecer a ligação entre os resultados obtidos para a tabulação dos dados foi utilizado foram tabulados no *software excel* da Microsoft. **Resultados:** O atendimento oferecido pela empresa pneumática analisada satisfaz as necessidades dos clientes, pois 50% consideraram que o atendimento ótimo, o que leva a entender que atende suas necessidades, 40% considerou bom e 10% regular, quando foi avaliada a opinião dos clientes quanto a agilidade nos serviços, 50% consideraram ótimo, 40% bom e 10% regular. Relativamente à qualidade dos produtos comercializados pela empresa 60% dos clientes avaliou como ótimo e 40% como bom, nenhum dos clientes da empresa pneumática escolheu a opção regular, ruim ou péssimo. **Conclusão**: Os resultados da pesquisa permitiram concluir que de forma geral os clientes estão satisfeitos com o atendimento oferecido. A organização tem conseguido dispensar um atendimento de qualidade para seus clientes, mas o preço dos produtos e serviços prestados merece uma atenção especial, visto ter sido este o item da pesquisa que recebeu críticas dos participantes do estudo.

Palavras-chave: Qualidade. Atendimento a clientes. Prestação de serviço.

ESTUDO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS DE UMA PIZZARIA

RUAS, Danilo Fonseca1; CRUZ, Tancredo A. Amaral1; MARQUES, Heráclides Veloso2, SILVA, June Marize C2
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc.

Introdução: A presente pesquisa consistiu no estudo da importância de uma boa gestão da cadeia de suprimentos de uma pizzaria. **Objetivo:** O trabalho teve como objetivo geral compreender o processo produtivo das micro e pequenas pizzarias de Montes Claros / MG; e objetivos específicos analisar como são realizadas as compras dos insumos; verificar como é feito a estocagem dos insumos; e conhecer como é a produção das pizzas. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa, em pizzarias diversas caracterizando-se assim, como um estudo de caso múltiplo, o universo pesquisado foi 20 pizzarias escolhidas aleatoriamente e por acessibilidade, nesta pesquisa os dados foram obtidos mediante informações fornecidas pelos gerentes e proprietários, através de questionários. Ao analisar os fatos e dados que foram levantados no decorrer da pesquisa sobre a forma de gerenciamento da cadeia de suprimento esse artigo vem trazer a realidade vivida pelas micro e pequenas pizzarias, buscando entender como estratégia competitiva que eles utilizam, todos os dados foram tabulados com o auxílio do software Excel da Microsoft. **Resultados:** nas micro e pequenas pizzarias, 75% dos gerentes e proprietários compram mais de oito vezes por mês, e 25% compram de cinco a oito, as compras são realizadas sem nenhum planejamento, na seleção dos insumos, 55% dos proprietários e gerentes optaram pela qualidade, 35% ficaram com preço, e apenas 10% escolheram acessibilidade, os níveis de desperdícios de insumos, onde 65% relataram ter pouco desperdício, e 35% não tem nenhum desperdício. **Conclusão**: Dentre as várias maneiras existentes para buscar diferencial competitivo, a qualidade das pizzas foi o que teve maior peso nas escolhas dos gerentes e proprietários no momento de buscar chegar na frente dos concorrentes, apesar falta de informações e escassez de conhecimento, e também por ser a mais simples em termos empresariais. Verificou-se que os proprietários e gerentes das pizzarias por falta de conhecimento em ferramentas e métodos de gerenciamento se baseiam nos erros e acertos do dia a dia, sem se preocupar em melhorar seus processos. A maioria dos gráficos aponta que as decisões são intuitivas sem uso de qualquer fundamento teórico.

Palavras-chave: Cadeia de suprimentos. Insumos. Produção. Estoque.

ESTUDO DE BOMBA DE DESLOCAMENTO POSITIVO: BOMBA DE ENGRENAGEM

DANTAS, Bernardo Cangussu Silva Martins[1]; DANTAS, João Victor Cangussu Loiola Moreno[1]; XAVIER, Moacir Filho[1]; BATISTA, Matheus Silva[1]; AMARAL, Gabriela[1]; NUNES, Junior Cesar Missaia[1]; PINHEIRO, Welinton Santos[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
[1]Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC; [2]Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC

Introdução: No ramo da engenharia, para o dimensionamento de uma máquina de fluido e desenvolvimento do mesmo, é fundamental o conhecimento do comportamento das máquinas hidráulicas e máquinas térmicas mediante diferentes esforços, ou seja, suas propriedades, principalmente mecânicas, em várias condições de uso extremo. As máquinas de fluido são um dos principais processos de transferência de energia do fluido, ou para o fluido, dá-se por meio de um elemento rotativo e sua importância se dá na capacidade da troca de energia entre um sistema mecânico e um fluido, transformando energia mecânica em energia de fluido ou energia de fluido em energia mecânica. Bombas de engrenagens externas destinam-se ao bombeamento de substância líquido e viscoso, lubrificante ou não, mas que não contenham particulados ou corpos sólidos granulados. A transferência de energia é feita por variações de volume que ocorrem devido ao movimento da fronteira na qual o fluido está confinado. Quando as rodas giram, o líquido a bombear penetra no espaço entre cada dois dentes que se encontram do lado da aspiração e é aprisionado e conduzido até a boca de recalque da bomba. A comunicação na zona central entre o recalque e a aspiração se encontra fechada pelo contato entre os dentes que se acham engrenando (MACINTYRE, 1997). **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo dimensionar e projetar uma maquete tridimensional de uma bomba de engrenagem externa para fins didáticos no curso de Engenharia Mecânica. **Método:** Como amostra, foi definido a elaboração do desenho pelo SolidWorks da Bomba de Engrenagem por meio de Elementos Finitos, posteriormente a impressão do desenho tridimensional, sucedendo-se de uma amostra física para a conclusão do trabalho. **Resultados:** Primeiramente fez-se o

estudo e análise da bomba de engrenagem, assim com toda a análise da bomba de engrenagem, foi feito um croqui no*software*SolidWorks, para a impressão tridimensional, utilizou-se do material AcrilonitrilaButadieno estireno. Esse tipo de polímero é bastante rígido e leve, apresentando um bom equilíbrio entre resistência e flexibilidade. Foi impresso a bomba de engrenagem com corte transversal para demonstrar seu funcionamento interno e também foram impressos seus elementos construtivos, para uma melhor análise do público alvo. **Conclusão:** Foi possível analisar e compreender o estudo das Máquinas de Deslocamento Positivo (MDP), em específico a Bomba de Engrenagem. O modelo impresso pode auxiliar em aulas práticas e demonstrações em disciplina de graduação. Algumas dessas disciplinas são Maquinas de Fluxo, Sistemas Fluidos Mecânicos, Hidráulica entre outras.

Palavras-chave: Máquinas de Fluido. Bomba de Deslocamento Positivo. Bomba de Engrenagem. Prototipagem Rápida.

REFERÊNCIA:

MACINTYRE, A. J.. **Bombas e Instalações de Bombeamento**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: LTC, 1997

ESTUDO DE CASO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO SEGMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ROCHA, Andreia Viana1;PEREIRA, Rosangela Brito1; MARQUES, Heráclides Veloso2, SILVA, June Marize C.2
1Discentes das FIPMoc ; 2Docentes das FIPMoc.

Introdução: O acelerado ritmo de crescimento das organizações e o atual cenário de desequilíbrio econômico têm apresentado grandes desafios aos administradores de empresas no que diz respeito à gestão de recursos humanos. **Objetivos:** O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o sistema de gestão de recursos humanos nas empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação na cidade de Montes Claros-MG. O problema consistiu em identificar se as empresas pesquisadas adotam alguma prática de retenção de talentos, os objetivos específicos foram: analisar os critérios de retenção de colaboradores, identificar as principais razões que dificultam a contratação de novos colaboradores e analisar os critérios utilizados pela empresa na contratação de pessoal. **Método:** A metodologia de pesquisa utilizada foi a descritiva com a abordagem quantitativa, apresentado sob a estratégia de um estudo de caso, o universo pesquisa foi o de 5 empresas, sento entrevistados os 5 proprietários das empresas da área de tecnologia de informação. O instrumento adotado para a coleta dos dados o questionários semiestruturado, aplicados aos proprietários das empresas, os dados foram tabulados no *software excel* da Microsoft. **Resultados:** Identificou-se que 40% dos gestores que responderam ao questionário alegaram que a falta de qualificação é uma das principais razões que dificultam a contratação, seguidos pela falta de experiência, a falta de domínio em inglês e habilidade técnica, os critérios mais utilizados na contratação de pessoal na opinião dos entrevistados são: perfil para vaga (56%), experiência (22%) e indicação de terceiros (22%). **Conclusão**: Concluiu-se que os gestores de RH das empresas deste segmento enfrentam grandes desafios na busca de profissionais capacitados para exercer essa função, situação que se repete para a retenção dos mesmos nas organizações, por outro lado os profissionais empregados na área apresentam expectativas daquilo que pode ser oferecido pelas organizações como: reconhecimento, capacitação técnica, melhores salários e remunerações adicionais, agregando valor ao currículo.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Retenção de talentos. Tecnologia da informação. Serviços.

ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR UNIVERSITÁRIO DE UMA I.E.S. LOCALIZADA EM MONTES CLAROS / MG

SILVA, Ana Letícia Fonseca1; LEITE, Dalmir Rogério1; MARQUES, Heráclides Veloso2; SILVA, June Marize C.2
1Discentes das FIPMoc ; 2Docentes das FIPMoc.

Introdução: O consumidor é uma variável que constantemente precisa ser foco de estudos e pesquisas. No momento atual, torna-se cada vez mais complexo e competitivo o comportamento do consumidor. **Objetivos:** Esta pesquisa tem por objetivo analisar o comportamento de compra do consumidor

universitário, os universitários se tornam foco no processo de compra. Objetivos específicos é identificar o perfil dos universitários, entendendo seu comportamento no processo de compra dos universitários e, sobretudo, demonstrar os fatores influenciadores na tomada de decisão. **Método:** A pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva quantitativa, de questionários estruturados aos universitários de uma IES localizados em Montes Claros/MG. O universo da pesquisa foi de aproximadamente 320 acadêmicos do curso de Administração, através de uma amostra não probabilística cuja escolha dos pesquisados deu-se de forma aleatória por acessibilidade, o para obtermos dos dados foram utilizados o instrumento de coleta de dados questionários semiestruturados aos universitários de disciplinas diferentes, o total de amostras coletadas foram de 77 universitários. **Resultados:** Quanto ao gênero e idade dos universitários no qual foi aplicado o questionário, onde 42% dos alunos é do sexo feminino e 58% do sexo masculino, e faixa de idade vária entre 74% de 18 a 25 anos, 17% de 26 a 35 anos, 8% de 36 a 45 anos e 1% 46 anos ou mais, como forma de pagamento das suas compras contatou-se que 73% dos universitários preferem o dinheiro como forma de pagamento para seus gastos, 26% utilizam o cartão de crédito e apenas 1% prefere o boleto bancário **Conclusão**: Identificar o comportamento de compra do consumidor é uma tarefa árdua e complexa, mais não impossível. E esta pesquisa nos mostra que em grande maioria o sexo masculino e as necessidades de compra como roupas e acessórios, sendo em maioria solteiros e faixa de idade de 18 a 25 anos. As empresas não procuram apenas atender as expectativas e sim superá-las, uma rotina diária para se seguir.

Palavras-chave: Marketing. Perfil Universitário. Comportamento.

ESTUDO DO USO DO MARKETING DE SERVIÇOS DOS BARES E LANCHONETES DA CIDADE DE MONTES CLAROS DIRECINADOS AO PÚBLICO ACADÊMICO

AFONSO, Elizabete Ferreira1;MARQUES, Heráclides Veloso2; SILVA, June Marize C.2
1Discente das FIPMoc ; 2 Docente das FIPMoc.

Introdução: Tendo em vista o poder de influência do *marketing* esta pesquisa foi realizada visando conhecer a influência das mídias nos acadêmicos quando da escolha dos serviços de bares e lanchonetes. **Objetivos:** O objetivo geral é analisar sobre a influência do *marketing* de serviço dos bares e lanchonetes na cidade de Montes Claros/MG volta das para o público acadêmico, buscou-se como objetivos específicos identificar os meios tecnológicos de divulgação mais utilizados pelos bares e lanchonetes da cidade de Montes Claros/MG voltado para o público acadêmico; verificar se os estabelecimentos procuram conhecer os seus clientes e analisar o uso das pesquisas de satisfação ao cliente. **Método:** Através de uma pesquisa descritiva com características quantitativa, foram coletados dados através de um questionário estruturado aplicados aos donos e clientes de bares e lanchonetes nas proximidades das IES, o universo da pesquisa abrange a todos os clientes frequentadores dos estabelecimentos pesquisados, sendo que para a realização da pesquisa adotou-se a amostra não probabilística, sendo realizada a escolha de forma aleatória e por acessibilidade de 05 donos de bares e ou lanchonetes e 30 clientes, após a coleta de dados, os dados foram tabulação com a ajuda do *software excel* da Microsoft, tomando os devidos cuidados para a não identificação dos pesquisados. **Resultados:** Constatou-se que 64% dos bares e lanchonetes entrevistados utilizam o marketing para divulgar seus produtos e serviços e somente 36% não utilizam, o aplicativo whatsapp é utilizado por 55% dos entrevistados, 36% utilizam *facebook e whatsapp* para divulgar seus serviços e produtos e apenas 9% utilizam a internet para fazer divulgação, 64% dos proprietários de bares e lanchonetes consultam seus clientes sobre a qualidade na prestação de serviços prestados ou produtos através de pesquisa de satisfação a clientes e 36% ainda não utilizam nenhum método **Conclusão:** Verificou-se que concluir que os meios tecnológicos mais utilizados são o *facebook e whatsapp*, constatou-se também que a grande maioria utiliza pesquisa satisfação ao cliente, mas ainda existe um grande número de donos de bares e lanchonetes que fazem a pesquisa satisfação ao cliente, mas não sabe como utiliza-la a fim de proporcionar melhorias para seus clientes, conclui-se que os donos de bares e restaurantes localizados nas proximidades das instituições de ensino superior têm utilizados o *facebook e whatzapp* para divulgar para seus clientes, serviços e produtos disponíveis e utilizou-se das pesquisas de satisfação para conhecer e melhor atender o cliente

Palavras-chave: *Marketing. Marketing* de serviços. Bares e Lanchonetes. Satisfação do cliente.

ESTUDO DOS FENÔMENOS DO SOLO ARENOSO NAS FUNDAÇÕES

ANDRADE, Tulio Henrique Oliveira; NIZ, Francisco Luiz Rodrigues; NOGUEIRA, Marcos Aurélio Augusto; SANTOS, João Pedro Serrat de Souza; SILVA, Luís Fellipe Gomes.[1]
QUEIROZ, Erica Karine Ramos[2].
[1] Discentes do curso de Engenharia Civil das FIPMoc. [2] Docentes das FIPMoc.

Introdução: A fundação de uma edificação destina-se a transmitir as cargas do edifício ao solo. Existem diversos sistemas de fundação cuja utilização depende do tipo e resistência do terreno sobre o qual as cargas da construção serão distribuídas, pois na execução em uma obra é feito o levantamento de dados do terreno, afim de constatar as principais características do solo, registrando todas as necessidades do local. Sendo assim, esses dados possibilitam o início da elaboração da planta. **Objetivo**: analisar os diferentes tipos de fundações e desenvolver testes de solo. **Método**: Utilizou-se uma abordagem qualitativa em razão do objeto de investigação, e análise do solo arenoso nas fundações e pesquisa de campo. **Resultados e Conclusão:** foi possível comprovar, através dos testes, que terrenos com solo arenoso são recomendáveis, mas também ocorrem problemas de recalques em função do lençol freático. Logo, conclui-se que a investigação do solo adequado no terreno e sua qualidade, tem função indispensável para o bom andamento da obra.

Palavras-chave: Fundações. Solo. Construção.

ESTUDO DOS PROCESSOS DE CONFORMAÇÃO MECÂNICA POR MEIO DO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS

ALMEIDA, Jonas Rodrigues[1]; PEREIRA, William[1]; CHAVES, Same Jose de Almeida[1]; SANTOS, Joailton Ferreira[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
[1]Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; [2]Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

A utilização de ferramentas computacionais na engenharia permite ao projetista simular e obter dados de um produto ou processo antecipadamente, são métodos de engenharia preditiva que eliminam o processo de tentativa e erros (Alves Filho, 2005). O Método de Elementos Finitos (MEF) se destaca como ferramenta indispensável na análise dos processos de conformação mecânica dos metais. O método consiste na formulação matemática do processo, que permite a simulação computacional e previsão do comportamento dos elementos subdivididos de um corpo contínuo, sujeito a solicitação de esforços e variações de temperatura. O presente trabalho tem como objetivo a realização de um estudo da aplicação do MEF aos processos de conformação mecânica dos metais, bem como avaliar e indicar parâmetros quantitativos e qualitativos de otimização do processo, justificando sua vantagem em relação aos métodos convencionais de fabricação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base teórica em artigos e livros que abordam o assunto do MEF, em especial os que tratam da utilização do método na conformação mecânica dos metais. Assim verificou-se na literatura os principais processos de conformação mecânica; a laminação, extrusão, forjamento e trefilação em função de duas variáveis analisadas no MEF: o estado de tensões e temperatura. Com base na literatura estudada observou-se que o MEF permite um método de cálculos de deslocamento bastante próximos ao comportamento real da estrutura analisada, em função de esforços solicitados. As deformações dos metais conformados tanto na simulação computacional quanto no processo físico de fabricação apresentam valores bem próximos entre si. Já a temperatura empregada em cada processo dependerá de características finais requeridas, podendo ser à quente ou à frio. A pesquisa proporcionou conhecimento e o contato com métodos matemáticos e computacionais que atualmente é o que existe de mais moderno na engenharia, e permitiu compreender quão diversificada é sua aplicação na análise de estruturas. Entretanto vale salientar que o engenheiro não deve se limitar somente à utilização de softwares de simulação computacional, é necessário que primeiramente que se conheça a formulação matemática que represente adequadamente o comportamento físico que se pretende simular.

Palavras-chave: Conformação Mecânica dos Metais. MEF. Corpo Contínuo. Engenharia Preditiva.

REFERÊNCIA:

FILHO, Avelino Alves. **Elementos Finitos: A Base da Tecnologia CAE**. 2.ed. São Paulo: Érica, 2005

ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO MARKETING SOBRE AS CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS DECISÕES DE COMPRA

OLIVEIRA; Alexandre V. G.1; PEREIRA, Kelly K. Alves1; MARQUES, Heráclides Veloso2 ; SILVA, June Marize C.2
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc.

Introdução: O trabalho teve como propósito contribuir para o estudo da influência do *marketing* no público infantil, verificando a frequência com que as crianças vão a supermercados acompanhando os pais e conhecer as principais causas de influência nas compras neste ambiente específico **Objetivos**: O objetivo geral identificar a influência do *marketing* sobre as crianças e quais as suas influências na decisão de compra dos pais, no segmento de supermercado na cidade de Montes Claros/ MG, objetivos específicos: analisar as ações de *marketing* utilizadas para influenciar o público infantil, verificar a frequência que as crianças frequentam os supermercados acompanhadas dos pais **Método:** Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, mediante um estudo de caso, tendo como população os clientes de 3 grandes supermercados localizados na cidade de Montes Claros/ MG, trata-se de uma amostra não probabilística cujos pesquisadores escolheram de forma aleatória por acessibilidade aplicar um questionário a 47 clientes com características específicas sendo casais que tivessem filhos e que geralmente os acompanham na hora das compras. **Resultados:** 27% dos pais afirmaram levar o filho ao supermercado com rara frequência, 24% levam com pouca, 22% dos pais levam com muita frequência e outros 27% afirmaram sempre levar o filho como companhia na hora das compras no supermercado, percebe-se que 46% dos pais afirmaram que os filhos não influenciam na sua decisão de compra, enquanto 30% disseram ser pouco influenciados, 3% dos pais disseram ser muito influenciado pelo filho, 16% disseram que às vezes sofrem influência e outros 5% dos pais afirmaram ser sempre influenciados pelas crianças, para 78% dos pais a TV é o meio que mais influencia 11% afirmou ser a internet e outros 11% dos pais disseram ser os panfletos o meio de comunicação mais influente **Conclusão:** Um grande percentual de pais costuma atender ao pedido dos filhos por motivo de birras ou choro, mas faz-se necessário uma maior conscientização por parte dos pais em não ceder aos pedidos dos seus filhos, uma vez que o não atendimento às demandas solicitadas pelas crianças servirá para que futuramente formem cidadãos conscientes em uma sociedade que valoriza cada vez mais o consumo.

Palavras-chave: *Marketing*. Crianças. Supermercados.

ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MARKETING INSTITUCIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG

RIBEIRO, Anne Kellen1; PEREIRA, Katia Daniele1; MARQUES, Heráclides Veloso2; SILVA, June Marize C.2
1Discentes das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

Introdução: O *marketing* institucional tem como finalidade a preservação da imagem da instituição para a sua valorização e reconhecimento na sociedade em que está inserida. **Objetivos:** Objetivo geral: conhecer como o *marketing* institucional pode ser utilizado como fator de decisão na escolha de uma instituição de ensino superior. Os objetivos específicos destinaram-se a conhecer o impacto da propaganda como fator de decisão na escolha de uma Instituição de Ensino Superior, identificar os tipos de propaganda que causam maior impacto na visão do acadêmico, bem como analisar de que forma a propaganda da Instituição de Ensino influenciou na decisão do acadêmico. Esta pesquisa justifica-se pela importância do uso *marketing* institucional para a formação de uma boa imagem da instituição de ensino superior, para que a mesma se mantenha competitiva e em destaque neste mercado que está em crescimento. **Método:** A pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem quantitativa, o universo pesquisado foram aproximadamente 500 acadêmicos do curso de administração, direito e psicologia, tendo sido selecionados 50 acadêmicos, trata-se de uma amostra não probabilística cuja escolha do pesquisados deu-se de forma aleatória por acessibilidade, o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário que foi aplicado a 50 acadêmicos e os dados foram tabulados no *software excel* da Microsoft. **Resultados:** verificou-se que entre os acadêmicos que foram entrevistados, 58% são do sexo feminino, e 42% do são do sexo masculino, 86% dos entrevistados afirmaram que a propaganda influenciou na sua escolha pela IES, enquanto apenas 14% afirmaram que não houve influência, 54% afirmaram que conheceu a instituição pelas redes sociais e outros 44% responderam que conheceu pela TV, sobre os fatores que despertam o interesse pela instituição 54% responderam pelo reconhecimento da IES no mercado de trabalho e 30% pela infraestrutura da IES.

Conclusão: Considerando a pesquisa proposta para conhecer como o uso do marketing institucional pode ser utilizado como fator de decisão na escolha de uma IES, localizada na cidade de Montes Claros – MG, conclui que se torna imprescindível o investimento para ampliar as propagandas, prospectando a captação de novos acadêmicos e aumentando o reconhecimento da IES no mercado de trabalho e na sociedade. Os resultados apresentados e discutidos indicam que a utilização do *marketing* institucional é de extrema importância para divulgação da imagem da instituição e que deve ter o objetivo de influenciar o comportamento dos consumidores em relação ao serviço oferecido

Palavras-Chave: *Marketing* Institucional. Instituição de Ensino Superior. Captação de Alunos.

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

VIEIRA, Fernanda Gabriela[1]; TEIXEIRA, Luana[1]; BARRETO, Vitoria[1]; BASTOS, Carlos Frederico[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Direitos Sociais são os direitos que visam garantir ao indivíduo o exercício e usufruto dos direitos fundamentais ao ser humano, almejando o bem-estar a todos de forma igualitária, garantindo assim uma vida digna ao homem por meio da proteção e garantias do estado de direito**. Objetivo**: A pesquisa tem como objetivo analisar como se deu a evolução dos direitos sociais no Brasil. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. Os dados foram coletados em bases de dados online e em doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** Os Direitos Sociais podem ser considerados como fruto de uma conquista civilizatória, pois o processo que levou a garantia desses direitos não foi pacífico, passando assim por várias lutas, que vão de grandes revoluções modernas às lutas sindicais e operárias no final do século XIX e do século XX. Levando em consideração o caminho seguido para o aprimoramento do direito, podemos relacionar o mesmo com a evolução dos Direitos Sociais, que buscou se adequar às mudanças ocorridas na sociedade, se desenvolvendo diretamente proporcional a essas alterações, até chegar ao seu estado atual, propondo, assim, maior desenvolvimento de um país de forma igualitária. Com o passar dos anos emergiu a consciência da necessidade de garantia da dignidade da pessoa humana, colocando em ênfase a ideia de que o Estado deve ser cada vez mais responsável por agir de forma a minorar os problemas sociais, buscando a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes e visando à concretização da igualdade social. Os Direitos Sociais fazem parte da segunda dimensão dos direitos fundamentais fixados na Constituição Federal, sendo esses divididos em seis espécies, sendo elas: direitos dos trabalhadores, os Direitos Sociais abrangendo os direitos à saúde, a previdência social e assistência social, Direitos Sociais de natureza econômica que estão voltados para as ações do estado, Direitos Sociais da cultura, educação, lazer e a segurança social, Direito Social relativo a família, criança, ao adolescente, ao idoso e as pessoas portadoras de deficiência, e por fim, os Direitos Sociais relativos ao meio ambiente. **Conclusão:** Conclui-se que o processo que trouxe a garantia dos Direitos Sociais passou por revoluções que geraram rupturas e mudanças na sociedade, trazendo a necessidade de uma legislação que se preocupasse com a garantia e proteção da dignidade humana de forma igualitária, buscando assim diminuir as desigualdades sociais vigentes no pais, tendo o Estado como responsável pela efetivação de políticas públicas. No entanto, estas exigem investimentos financeiros o que muitas vezes se torna um entrave para a efetivação das mesmas, fazendo assim permanecer a desigualdade social.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Evolução. Espécies. Efetivação.

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS BRASILEIROS

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro[1]; ROCHA, Jessica Millene Alves Martins[1]; SANTANA, Maria Luiza Ribeiro[1]; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo[1]; MAGALHÃES, Stefáni Santos[1], QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos [2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: A evolução dos direitos sociais no Brasil decorreu de um longo processo histórico. Os direitos sociais foram abordados desde a primeira Constituição que foi encomendada pelo Imperador Dom Pedro I (25 de março de 1824). Esses direitos sociais foram se desenvolvendo através da criação das outras constituições elaboradas até a atual Constituição, a de 1988. **Objetivo:** O estudo buscou analisar a evolução histórica dos Direitos Sociais no Brasil. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. Os dados foram coletados nas bases de dados online, doutrinas e

legislação. **Resultados:** Através das decorrentes mudanças que aconteceram na sociedade brasileira, e com as desigualdades sociais encontradas na mesma, foi necessária a criação de direitos que assegurassem uma vida digna para a população, suprindo as necessidades básicas da mesma. No Brasil, os direitos sociais foram primeiramente abordados na Constituição de 1824, e foram assegurados no artigo 6º da Constituição de 1988, que cita cada um desses direitos: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Por estar positivado na Constituição em vigor é dever do Estado assegurar esses direitos aos cidadãos. **Conclusão:** Conclui-se que a evolução dos direitos sociais ocorreu lentamente, acompanhando as transformações da sociedade, e que apesar de que os direitos sociais estejam previstos na atual constituição, a efetivação dos mesmos é falha, porque ela não atende e não supre as necessidades de toda a população.

Palavras-chave: Evolução. Direitos Sociais. Constituições Brasileiras.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS SOCIAS

FERRO, Ana Gabriela Rodrigues[1]; SOUZA, Maria Clara Pereira[1]; CAMPOS, Mariana Azevedo[1]; JARDIM, Mariana Silva[1]; RAMOS, Monalisa Neves[1]; QUEIROZ, Frederico Bastos[2]; TORRES, Vania[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docentes das FIPMoc

Introdução: Os Direitos Sociais são direitos de segunda geração, presentes na nossa atual Constituição Federal, e têm como fundamento garantir condições mínimas necessárias de sobrevivência assegurando a dignidade da pessoa humana. A partir dos Direitos Sociais é fundamental pontuar que a consolidação desses como normas obrigatórias é fruto de um longo processo histórico presente ao longo do desenvolvimento da sociedade. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a evolução histórica dos direitos sociais. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em doutrinas e bases de dados do Google Acadêmico. **Resultados:** Os Direitos Sociais foram conquistados ao longo de séculos, sendo influenciados por marcos históricos. Tiveram origem no século XVIII e XIX, com o advento da Revolução Francesa e Industrial. Foram, primeiramente, estabelecidos pelas constituições Mexicana em 1917 e pela Constituição de Weimar em 1919, sendo positivados no âmbito internacional em 1948 por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e mais tarde detalhados no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966 e se consolidaram a partir do século XX com revoluções sociais e trabalhistas. O Pacto Internacional das Nações Unidas de 1966 foi adotado pelo Brasil em 1992 e refletiu-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na sua emenda constitucional de 2010, resultando nos seguintes direitos definidos por seu Artigo 6º. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais também tratam dos Direitos Sociais de forma abrangente. **Conclusão:** Conclui-se que os direitos chamados sociais ou fundamentais, evoluem com o desenvolvimento da sociedade, sendo sempre mutáveis, desde que tenham como intuito a melhoria da vida em comunidade, gerando um bem estar social.

Palavras-chave: Direitos sociais. Evolução histórica. Dignidade da pessoa humana.

EXPLOTAÇÃO NO FUNDO DO MAR

GOMES, Carlos Henrique dos Reis; TOLENTINO, Stanley Itallo; GOMES, Thiago Phillipe; MEIRA, André; ALMEIDA, Lucas Gomes ; GUIMARÃES, Vinícius Ferreira ; PINTO, Matheus de Menezes ; OLIVEIRA, Yuri
FIPMoc

Introdução: Vislumbra-se, nas próximas décadas, o advento de escassez de recursos minerais, justificando a necessidade de garantir o acesso a recursos não vivos localizados a grandes profundidades. Atualmente, os novos avanços em robótica, mapeamento computadorizado e perfuração, combinados com a alta dos preços de commodities, estão reascendendo o interesse em explorar jazidas em águas profundas. O teor do minério existente em terra firme e os teores relativamente maiores que ainda esperam para ser explotados no fundo do mar justificam os custos e riscos de tal explotação. **Objetivo:** Proporcionar maior conhecimento e reflexão sobre a mineração em águas profundas, suas oportunidades e novas tecnologias, bem como delimitar as reservas oceânicas no litoral Brasileiro. **Método:** A tecnologia proposta consiste de um método eletromagnético, utilizado para encontrar objetos condutores de energia elétrica, conhecidos como "streamers". Os "streamers" são conectados a um navio e levados até o solo oceânico, em

profundidades de até 500 m. Os transmissores dos "streamers" injetam correntes elétricas no solo, calculando a intensidade do campo eletromagnético gerado pelos nódulos. Em razão da alta condutividade dos depósitos minerais, tem-se uma ideia proximal dos metais presentes na região. Com a emissão de pulsos sonoros, identifica-se a topografia da área estudada por meio de tempo, intensidade e padrão de retorno dos pulsos. O sonar acoplado ao navio emite 880 feixes de 24 ou 12 KhZ com abrangência de 150 graus. Por meio do Veículo Submarino Operado Remotamente (VSOR ou ROV) são coletadas as amostras e estudadas a área para possível mineração. **Resultados:** A mina, conhecida como Solwara-1, será escavada por uma frota de máquinas robóticas controladas a partir de um navio na superfície. O plano consiste em quebrar a camada superior do fundo do mar para que o minério seja bombeado para cima, como uma lama. Para isso será utilizado um triturador de 310 toneladas, que trabalhará 24 horas por dia. **Conclusão:** Nas próximas décadas, a atividade de extração mineral nos sítios hidrotermais submarinos deverá extrapolar a áreas limitadas onde é conhecido o potencial para explotação. Contudo, algumas estratégias e regras para a mineração dos mares devem ser elaboradas e respeitadas pelas empresas mineradoras a fim de preservar as comunidades que habitam os sítios hidrotermais. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International Seabed Authority*), órgão da ONU que controla a mineração nos oceanos, assegurou que as empresas interessadas poderão pedir licenças a partir de 2016. Assim, o começo do século 21 marca o início de um esforço sistemático para o aproveitamento dos recursos minerais marinhos. Isso requer especial atenção das autoridades brasileiras para assegurar que os recursos minerais marinhos, localizados no Atlântico Sul, constituam uma reserva econômica estratégica e política para as futuras gerações. A presença do Brasil no Atlântico Sul é fundamental para requisição de áreas de mineração oceânica situadas além dos limites da plataforma continental jurídica brasileira, devendo, pois, dispor da capacidade das instituições de pesquisa e lhes garantir os meios tecnológicos necessários para tal.

Palavras-chave: Mineração Streamers. Reservas oceânicas.

FATORES QUE INFLUENCIAM A CORROSÃO EM PONTES METÁLICAS NA PRESENÇA DE MEIO AQUOSO COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE NaCl

OLIVEIRA, Ana Laura Alves[1]; ALVES, Daniel Oliveira[1]; LEITE, Jhonata Moreira[1]; COSTA, Nathannyel Araújo[1]; RUAS, Nelson Alexandre[1]; CHAVES, Priscila Oliveira[1]; QUEIROZ, Érica Karine Ramos[2]
1 Discentes das FIPMoc. 2 Docente FIPMoc

Introdução: Esse artigo apresenta os principais fatores que influenciam na corrosão de pontes metálicas, algo que deve ser tratado de maneira minuciosa devido a sua grande relevância no âmbito da construção civil. **Objetivo:** Analisar a influência do processo de corrosão em aço na construção civil. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico, de cunho documental e laboratorial, de natureza dedutiva e indutiva. Ainda, foram realizados testes laboratoriais com oito amostras de ferro. **Resultados**: Pôde-se constatar que o meio mais abrasivo para o metal utilizado é o ácido sulfúrico (H_2SO_4 – 20%), nos sete dias de exposição a massa do material reduziu 32,59%. Nos demais testes, o material ficou sob exposição ao meio por 44 dias. Ainda, o metal que permaneceu submerso na água com alta concentração de NaCl, apresentou perda de 0,90% de massa. Já a amostra submetida ao meio aquoso com alta concentração de NaCl e O_2, teve perda de 1,00% de massa. Também, foi possível observar que a corrosão proporcionada ao material exposto somente à atmosfera não é significativa, pois, não houve alteração da massa. Para avaliar a capacidade de proteção à corrosão, uma placa de zinco foi galvanizada a frio, após 35 dias exposta sobre uma solução de água e sal observou-se na camada protegida pequenos pontinhos brancos, indicando início de oxidação, enquanto que no restante da placa há grandes marcas da corrosão, com isso, pode-se concluir que a galvanização a frio é eficiente na área em que atua. Ocorrida a corrosão, as amostras do metal foram submetidas ao teste de tração. As variações de massa não afetaram drasticamente a mudança do diâmetro. Ao analisar os gráficos, comprovou-se que a amostra Controle alcança a resistência máxima, mas se rompe com uma força menor, enquanto que nos demais casos a ruptura acontece com uma força próxima à máxima. Ainda, destaca-se que a amostra Controle não sofreu variação de massa, porém, foi a que apresentou menor resistência, 645,514 N/mm². Em contrapartida, o material submetido ao meio (H_2O + NaCl + O_2) obteve resistência de 687,759 N/mm², a amostra do meio (H_2O + NaCl) atingiu 771,261 N/mm², já o metal do meio (Solo + areia + H2O + NaCl) conseguiu ter a maior resistência, 771,987 N/mm². **Conclusão:** Como dados conclusivos pode-se afirmar que a corrosão atua com grande impacto nas propriedades físicas e mecânicas do aço, uma vez que foram notadas variações nas medidas de massa e resistência das amostras utilizadas nos testes. Como os meios utilizados na pesquisa fazem parte dos cenários encontrados no âmbito da construção civil,

constata-se que os metais utilizados estão a todo instante sujeitos a sofrerem corrosão e que práticas com o intuito de prevenir ou diminuir esse fenômeno químico são extremamente necessárias para prolongar a vida útil dessas peças.

Palavras-chave: Corrosão. Pontes metálicas. Cloreto de sódio.

FATORES QUE LEVAM AS MULHERES BRASILEIRAS, VÍTIMAS DO CRIME DE ESTUPRO, A NÃO DENUNCIAREM SEUS AGRESSORES.

DIAS, Gabriel Aguiar1; SOUZA, Gabriel Martins De1; BARROZO, Jorge Gabriel Nunes1; CÂNDIDO, Wylliam Oliveira[1]; SOUZA, Pablo Cardoso De1; GABRICH, Lara Maia Silva2
1Discentes das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC

Introdução: Estupro pode ser entendido como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (BRASIL., 1940. **Objetivo:** A presente pesquisa teve como escopo identificar os fatores que levam as mulheres brasileiras, vítimas do crime de estupro, a não denunciarem os seus agressores. **Método:** Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, a partir de artigos publicados *online*, dos seguintes *sites*: Âmbito Jurídico, Jusbrasil e SPM. **Resultado:** As razões basilares que levam as mulheres brasileiras, vítimas do crime de estupro, a não denunciarem seus agressores são: o despreparo de alguns órgãos com o atendimento à vítima, pois, muitas vezes, a vítima se sente mais violada com atendimento que recebe do que com o próprio abuso sexual. Muitas vezes, o atendimento feito com perguntas muito invasivas e, até mesmo, externando para a vítima uma sensação de desconfiança por parte do investigador em relação ao fato ocorrido; dependência afetiva e financeira da vítima em relação a seu agressor; falta de autoestima, uma vez que essa tem vergonha de admitir que sofre abusos e muitas vezes é desencorajada por pessoas próximas; preocupação com a criação dos filhos gerados ou não daquela relação; e ,por fim, o medo de ser morta caso venha a romper o relacionamento existente entre ambos. **Conclusão:** Conclui-se que é necessário um maior apoio por parte do Estado, investimentos em políticas públicas, que possibilite segurança efetiva às mulheres, de forma que as mesmas recebam todos os aparatos psicológicos, e de segurança ao combate à violência, possibilitando conscientização da população, disciplinando a mesma. Além disso, é importante que haja a desconstrução da cultura do estupro, de forma que a mulher seja valorizada perante a sociedade contemporânea, havendo, por conseguinte, a igualdade entre sexos.

Palavras-chave: Fatores. Estupro. Mulheres brasileiras. Denúncia.

FERRAMENTA DE BASE TECNOLÓGICA COMO SOLUÇÃO DE RECURSOS NO CEPEAGE.

BARBALHO Fabrício; SANTOS, Ademi Cruz Oliveira; SILVA, Marcos Aurélio Lopes; SILVA, Guilherme Lopes
FIPMoc

Introdução: Dentre os maiores problemas enfrentados pelas organizações está à tarefa de saber lidar com a informação. O fluxo de informação interna e externa que precisa ser tratada, organizada, distribuída e compartilhada, requer competência no que tange a competência de gerir a informação. A falta de informações confiáveis, informações exatas, oportunas e relevantes, está na mente de diretores-executivos no mundo inteiro. A gestão da informação no âmbito organizacional tem como objetivo assegurar que a informação seja administrada de forma efetiva e eficiente para promover a qualidade da governança institucional. A gestão da informação deve se apoiar em políticas organizacionais que propiciem a sintonia e o inter-relacionamento entre as unidades ou setores da instituição. Esta é uma condição imprescindível para que os procedimentos direcionem os fluxos de informação para a gestão. O CEPEAGE (Centro de práticas de Engenharia, Arquitetura e Gestão das FIP-MOC), vem tendo alguns problemas no que diz a respeito do controle dos recursos físicos, como laboratórios e salas de aulas utilizadas neste centro. Por isso que chegou ao tema **"**Agenda integrada para gestão de coordenações / CEPAGE", partindo do objetivo geral de elaborar uma agenda integrada como solução de base tecnológica que gerencie todos os recursos físicos de forma integrada e compartilhada entre coordenações, professores e alunos. A partir da definição do tema e do objetivo, foram elaborado então os objetivos específicos, para que com eles possam ser alcançado o objetivo geral. A partir desse pressuposto, foi feito um levantamento do atual processo de reserva de algum recurso físico, vários estudos acerca das possíveis ferramentas que poderiam ser

implantadas, além do levantamento de algumas ideias pertinentes ao assunto. **Objetivo:** Elaborar uma agenda Digital como solução de base tecnológica que gerencie os recursos físicos do CEPEAGE de forma integrada e compartilhada. **Método:** utilizado para estudo como base pesquisas bibliográfico, descritivo, experimental e qualitativo. **Resultados:** obtivemos grande resultados pessoal e organizacional na empresa estudada, tínhamos o problema no início e sem saber qual seria a forma mais eficaz para solucionar, mergulhamos em pesquisas, testes e hipóteses até chegar ao resultado satisfatório, onde tínhamos resultados de melhorias na padronização de processos, alinhamento de informações, segurança no fluxo de dados, ganho de desempenho, taxa de utilização de recursos x investimento e mobilidade. No cenário de grande fluxo de informações devido portfólio de cursos, coordenadores e disciplinas matriculadas por acadêmicos regulares e especiais, levando ao resultado personalizado para casa usuário em suas atividades curriculares. **Conclusão:** consolidação do fluxo de informação, de forma efetiva e eficiente para organização, controlando rigorosamente seus recursos, plataforma integrada e compartilhada para todos os usuários. Garantindo a importância para padrão de qualidade no serviço prestado e administração da instituição.

Palavras-chave: Informação. Agenda. Alocação. Recursos.

FITOMINERAÇÃO

GOMES, Carlos Henrique dos Reis[1]; TOLENTINO, Stanley Itallo[1]; GOMES, Thiago Phillipe[1]; MEIRA, André[1]; ALMEIDA, Lucas Gomes[1]; GUIMARÃES, Vinícius Ferreira[1]; PINTO, Matheus de Menezes[1]; OLIVEIRA, Yuri[1]
1Discente das FIPMoc;

Introdução: Buscando solucionar problemas originados pela mineração, algumas tecnologias de remediação de solos poluídos por metais têm utilizado a escavação e aterramento para evitar perda por erosão e lixiviação. Essas técnicas, apesar de eficazes, geram resíduos que requerem tratamento, tornando o processo dispendioso. A imobilização de metais pesados, com a adição de amenizantes químicos ou orgânicos, é uma técnica utilizada para tornar os contaminantes menos disponíveis no solo, seja para absorção por plantas ou lixiviação para o lençol freático. Em desenvolvimento, a fitorremediação é uma técnica de baixo custo, que utiliza plantas tolerantes à intoxicação para limpar áreas contaminadas por metais pesados, removendo e/ou estabilizando os contaminantes, permitindo a recuperação desses metais e gerando, em alguns casos, a Fitomineração. É uma técnica promissora no Brasil devido a sua vasta flora. Porém, carecem estudos para que se torne ferramenta eficaz contra a degradação. Apresenta custo-benefício compensatório, se comparada a técnicas artificiais. **Objetivo:** Propor estratégias de recuperação para a área degradada, utilizando plantas para a retirada de metais pesados do solo contaminado. **Método:** Utilização da fitoextração com a associação de espécies distintas para melhor resultado na limpeza de áreas com contaminantes variados. Considerando as condições ideais para um sistema de fitoextração, proceder-se-á a identificação ou criação de uma planta com rápido crescimento, alta produção de biomassa, elevada tolerância e capacidade de acumulação para vários metais na parte aérea. Por meio da colheita da planta será retirado o metal translocado da raiz para a parte aérea, procedendo-se a reciclagem, recuperação do metal e utilização da biomassa como biocombustível para a geração de energia. **Resultados:** a fitoextração é economicamente mais viável frente às técnicas convencionais, interfere menos no meio ambiente, tem maior aceitação ante o apelo ambiental por tecnologias "verdes". Não necessita de áreas extras, sendo executado diretamente no local da contaminação. É potencialmente capaz de limpar a área contaminada com mais de um contaminante. O Metal pode ser recuperado pela simples incineração da planta, evitando a contaminação e o transporte dos meios contaminados, o que reduz o risco de propagação da contaminação e de erosão do solo. Todavia, carece de condições adequadas para o crescimento e tolerância das plantas (clima, geologia, temperatura) ao contaminante. Apresenta concentrações muito altas que podem matar as hyperacumuladoras. **Conclusão:** A fitoextração de metais é, provavelmente, o maior desafio a ser vencido dentro da técnica de fitorremediação devido ao número restrito de espécies que possuem mecanismos adequados para a fitoextração, pois uma espécie ideal precisa tolerar e acumular altas concentrações do elemento-traço na parte aérea, possuir alta taxa de crescimento, elevada produção de biomassa e sistema radicular abundante. Ante os vários poluentes que surgem a cada dia, os quais trazem danos para o meio ambiente, a utilização das técnicas de fitorremediação representa uma esperança na descontaminação de áreas poluídas, merecendo, portanto, grande atenção. Além dos ganhos para meio ambiente e o baixo custo em relação aos métodos tradicionais, o desenvolvimento e aplicação dessa técnica propicia menor agressão ao meio ambiente e viabiliza a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Mineração. Fitoextração. Fito mineração.

FUNDAÇÕES EM SOLOS ROCHOSOS

BRANDÃO, Mariana Reis Krusemark[1]; FRÓES, Bárbara Katllen Moura[1]; GARCIA João Victor Teles[1]; PEREIRA, Náthaly Ribeiro[1]; VENTURA, Glorimar da Silva[1]; QUEIROZ, Érika Ramos [2]
[1]Discentes em Engenharia Civil das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: As fundações são elementos com função de transmitir as cargas da estrutura para o terreno e sua escolha varia de acordo com as cargas atuantes na edificação, as características do solo e os elementos que formam tal fundação. **Objetivo:** Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa é determinar o comportamento físico-mecânico dos solos rochosos submetidos à uma estrutura. **Método:** Em relação aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como dedutivo quanto à natureza, qualitativo em relação à abordagem das informações, exploratório e explicativo são os objetivos metodológicos, além de pesquisas bibliográficas, documentais, campo e laboratoriais do que diz respeito aos procedimentos técnicos. **Resultados:** O presente artigo proporcionou o aprofundamento dos conhecimentos sobre solos rochosos através de estudos do subsolo, assim como os ensaios de teor de absorção e peso específico realizados. Ressalta-se que é possível realizar testes sobre permeabilidade, porosidade, durabilidade e compressão. Com os laudos constatou-se que as rochas do tipo sedimentar possuem peso específico menor se comparados com rochas metamórficas e magmáticas e baixo teor de absorção, uma vez, que dispõe de baixa porosidade. Em decorrência de todo o projeto foi feita uma representação física das sapatas escolhidas considerando o tipo de solo e a quantidade de carga que a fundação iria receber. **Conclusão:** Pôde-se concluir que as fundações indicadas para o solo rochosos são as sapatas, radiers, estacas raiz, escavada e barrete. E antes de qualquer empreendimento devem ser realizadas investigações no subsolo.

Palavras-chave: Fundações. Solos rochosos. Comportamento solos. Teste de terrenos rochosos.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS FIP-MOC

BRANCO, Isabella Loiola Castelo1; COSTA, João Vitor da Silva Severino1; LIMA, Ellen Araújo1; MENDES, Gabriel Miranda1; OLIVEIRA, Joice Pinheiro de1; SANTOS, Karoline Silva1; BARBOSA, Natália Ferreira2.
1Discentes do curso de Administração das FIPMoc. 2Administradora, Mestre em Agronegócios, Docente das FIPMoc.

Introdução: É de suma importância o entendimento de um assunto que está em voga no país: o uso da água. Inteirando- se da situação e de todas as suas peculiaridades, pode-se disseminar a mentalidade de indivíduos conscientes capazes de lidar com a crise de má gestão deste recurso, escassez e uso inadequado. Acredita- se que o conhecimento pode influenciar diretamente no comportamento dos colaboradores e alunos das FIPMoc, apresentando possíveis melhorias caso exista uso inconsciente dentro da faculdade. Uma vez que ainda não exista o estudo da gestão dos recursos hídricos das FIPMoc, a pesquisa é propícia para contribuir com o crescimento da instituição. Convém sintonizar a atual realidade da água com as atividades desenvolvidas nas instalações das FIPMoc. **Objetivo Geral:** Analisar o uso dos recursos hídricos nas FIPMoc. **Método:** Foi realizada uma pesquisa descritiva com a aplicação de questionários. A coleta de dados teve caráter não probabilístico e a seleção da amostra aleatória. As informações foram coletadas com os discentes das FIPMoc durante os turnos da manhã, tarde e noite. **Resultados:** Foi possível observar que 54% dos entrevistados são homens e 46% mulheres, 62% dos entrevistados já se depararam com algum desperdício de água nas FIPMoc e 38% nunca presenciaram esse tipo de situação. Dos que já presenciaram 42% diz resolver a situação, 38% não faz nada, pois julga que os atos dos outros não são de sua responsabilidade, 14% chama atenção daquele que desperdiça e 6% comunica a um funcionário. A maioria declara que se atenta à utilização adequada de água em casa, nas FIPMoc, no trabalho e em momentos de lazer essa preocupação é mínima. **Conclusão:** Conclui-se que é necessário fomentar ideias ligadas ao consumo consciente dos recursos hídricos. Para que uma maneira sustentável se torne parte da cultura, é preciso incentivar o comportamento sustentável. A pesquisa trouxe à tona a realidade específica das FIPMoc, que pode contribuir para o desenvolvimento de atividades direcionadas ao uso consciente dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Gestão de recursos hídricos. Água. Conscientização.

HEMORRAGIA SUBARACNÓIDEA POR RUPTURA DE ANEURISMA CEREBRAL: DIAGNÓSTICO E PROPEDÊUTICAS NA FASE AGUDA

LOPES, Matheus Vilas Boas Vieira[1], PEREIRA, Luís Guilherme Vilas Boas Alves [2]; BRAZ, Roberta Fernandes[3]; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira[4]
[1,3]Discentes do curso de Medicina nas FIP MOC; [2]Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário UniBH; [4]Docente das FIPMoc

Introdução: A hemorragia subaracnoidea (HSA) é caracterizada pela presença de sangue no espaço subaracnoideo. Pode ter etiologia traumática, causa mais comum, ou espontânea. Entre as causas espontâneas, a ruptura de aneurismas intracranianos é a causa mais frequente. Apesar de representar apenas 5% dos acidentes vasculares encefálicos, a HSA aneurismática (HSAa) possui mortalidade e morbidade elevadas, com grande perda de anos produtivos de vida, visto que prevalece em uma população mais jovem. **Objetivo:** Revisar e contextualizar de modo geral os principais aspectos de diagnóstico e propedêutica da HSAa. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, sendo um estudo secundário. Foram utilizadas as diretrizes e publicações da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia para elaboração deste estudo. **Resultados:** A HSAa possui uma sintomatologia clássica de cefaleia intensa súbita, relatada geralmente como a pior da vida, podendo associar-se a perda e/ou rebaixamento do nível de consciência, déficit neurológico focal, convulsões, episódios eméticos e sinais meníngeos, os quais sempre devem ser procurados. Diante da suspeita do quadro, obrigatoriamente deve ser solicitado uma tomografia computadorizada (TC) de crânio sem contraste, que tem uma sensibilidade que pode chegar a 100% nas primeiras 12 horas. Diante de uma TC de crânio normal, com quadro típico, deve ser realizada uma punção lombar e análise do líquor. Com o diagnóstico fechado, realiza-se exames para determinar a etiologia do HSA, o qual a angiografia por subtração digital (ASD) permanece como padrão-ouro para avaliação do aneurisma cerebral. Contudo, por ser mais invasivo, a ângio-TC cerebral tem se tornado o exame de primeira escolha, reservando a ASD para dúvidas diagnósticas ou necessidade de avaliar mais minuciosamente a anatomia da lesão. **Conclusão:** A HSAa prevalece em uma população onde metade dos indivíduos afetados tem idade inferior a 55 anos, provocando uma extensa repercussão biopsicossocial. Sendo assim, faz-se necessário um rápido diagnóstico e uma propedêutica adequada diante do quadro no intuito de reduzir a morbimortalidade dessa doença.

Palavras-chave: Hemorragia Subaracnóidea. Aneurisma. Acidente Vascular Encefálico.

IMPORTÂNCIA DA COLONOSCOPIA PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE AFECÇÕES COLO-RETAIS: RELATO DE CASO DE PACIENTE JOVEM DIAGNOSTICADA COM ADENOMA VILOSO

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; QUADROS JÚNIOR, Walfredo Gonçalves de[2]
[1] Acadêmica de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, Minas Gerais
[2] Médico Cirurgião, mestre em Cuidado Primário pela Universidade Estadual de Montes Claros, coordenador do internato de Cirurgia Geral do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras na Santa Casa de Montes Claros, Minas Gerais

Introdução: O câncer é atualmente uma das três principais causas de morte no mundo, acompanhado do trauma e das doenças cardiovasculares. O câncer de colorretal, ou seja, aquele localizado na porção final do trato gastrointestinal, é um dos tipos mais comuns. No Brasil, mais de 150 mil casos são diagnosticados por ano. Sua apresentação precoce inicia-se como lesões pré-cancerígenas denominadas pólipos que sofrem displasias com o passar do tempo. Esses pólipos com potencial de malignização podem ser do tipo tubulares, túbulo-vilosos e vilosos, sendo o último, o de maior potencial de transformação. Geralmente são assintomáticos mas podem ser identificados através de exames complementares. Quando sintomáticos, podem causar alterações de hábitos intestinais, sangramentos e dores abdominais. Esse tipo de câncer é comum em adultos acimas de 50 anos, por isso, é recomendado realizar colonoscopia em pacientes que atingiram essa idade. A remoção dos pólipos já se enquadra como tratamento para essa patologia. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo relatar o caso de uma paciente jovem diagnosticada com adenoma viloso. **Relato de caso**: Paciente do sexo feminino, 21 anos, admitida em serviço especializado de coloproctologia, com histórico de anemia ferropriva há menos de um ano com resposta ao tratamento. Queixa-se de dor abdominal crônica, alterações intestinais e sangramento anal há poucos dias. Nega histórico familiar de câncer intestinal. Paciente foi submetida à colonoscopia eletiva sendo identificadas presença de grande lesão polipoide com cerca de 6 cm de diâmetro, pediculada, localizada em cólon ascendente, próxima ao ângulo hepático, recoberta por mucosa vinhosa e outra cerca de 20 cm da orla anal com diâmetro de 02 cm,

recoberta por mucosa vinhosa sendo ambas removidas com pinça apropriada sem intercorrências. Após o estudo anatomopatológico foi diagnosticada hiperplasia linfoide reacional inespecífica do íleo e adenomas vilosos com displasia de baixo grau. Após 10 meses, foi realizada reabordagem colonoscópica acusando nova lesão com cerca de 01 cm de diâmetro do tipo adenoma túbulo-viloso em reto. **Discussão:** As lesões adenomatosas colorretais têm grande probabilidade de evoluírem para carcinomas. Estão entre as principais condições pré-cancerosas, ao lado de síndromes poliposas hereditárias como a polipose adenomatosa familiar e a retocolite ulcerativa. Dentre os achados mais comuns, os pólipos maiores de 1 centímetro, em sua maioria, são adenomas encontrados mais nos cólons do que no reto e sigmoide. Geralmente são achados em população idosa e sua baixa incidência em pacientes jovens faz com que eles adiem a procura ao serviço de saúde, atrasando o diagnóstico. **Conclusão:** Apesar de não ser uma afecção comum em paciente jovem, existem casos de aparecimento de pólipos colorretais que podem evoluir, havendo grande importância do manejo clínico associado a exames complementares. Por isso, é importante valorizar as queixas dos pacientes e investigar os sintomas de maneira adequada. A colonoscopia é um exame importante que permite além da confirmação do diagnóstico, a exérese de lesões, sendo um exame que altera diretamente a história natural da doença, proporcionando imediato tratamento, com diminuição de gastos com exames e procedimentos complementares aos serviços de saúde e aos pacientes.

Palavras-chave: Adenoma viloso. Colonoscopia. Prevenção.

IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DO CALENDÁRIO VACINAL INFANTO-JUVENIL ATUALIZADO

GUEDES, Bruno Rocha[1]; ALMEIDA, Gabriel Pereira[1]; AFONSO, Gustavo Veloso[1]; OLIVEIRA, Maria Clara Gomes[1]; ROCHA, Marina Veloso[1]; FRANCO, Paula Yanca Souza[1]; FRANÇA, Dorotheia Schmidth[2].
1Discentes das FIP-Moc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: É inquestionável a importância da vacinação, principalmente no período infanto-juvenil. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde tem aperfeiçoado o acesso para atingir as Metas do Milênio para diminuição da morbimortalidade infantil, que tem seus coeficientes reduzidos pelo cumprimento do calendário nacional de vacinação proposto. **Objetivo:** Elucidar os benefícios da vacinação em dia, além do conhecimento e comportamento dos pais acerca do assunto. **Metodologia:** O seguinte trabalho é um estudo qualitativo de caráter bibliográfico e transversal a respeito da importância da vacinação infanto-juvenil. Salientou-se a busca e a sistematização de informações enquadradas nos objetivos da pesquisa, como análise da redução na morbimortalidade associada a doenças imunopreveníveis na infância e adolescência, e os benefícios econômicos da vacinação em massa para a saúde pública. Foram utilizadas 33 referências, dentre as quais foram selecionados 9 artigos científicos para o presente trabalho. A busca foi realizada nos meses de março e abril de 2017, em bases de dados eletrônicas: Scielo, BVS e Google Acadêmico. **Resultados:** A vacinação é um instrumento de destaque na saúde, pois assegura uma proteção específica ao indivíduo imunizado, reduzindo a morbimortalidade da população e gastos com o sistema de saúde. Através do estudo, evidenciou melhoras que a imunização ofertou, conferindo prevenção e promoção à saúde do indivíduo. No entanto, quanto à cobertura vacinal ainda há o que melhorar, pois vários fatores como nível social e econômico, crenças, mitos, superstições fazem com que muitas crianças não sejam vacinadas, necessitado de ações que promovam a aceitação da imunização, por toda a população. **Conclusão:** A manutenção do calendário de vacinação atualizado é de suma importância econômica e social. Logo, as políticas públicas assim como os profissionais de saúde devem estar sempre se ocupando em informar e cobrar da população a prática da vacinação em dia, para alterar positivamente vários indicadores de saúde de toda uma população.

Palavras-chave: Vacinação. Imunização. Infanto-juvenil.

IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DO CIENTISTA JURÍDICO

OLIVEIRA, Luan Victor de[1]; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Em meio à interdisciplinaridade necessária para se compreender as relações sociais inerentes ao profissional do Direito, deve-se destacar a importância da disciplina Introdução à Sociologia e Antropologia do Direito na formação do cientista jurídico. O direito é um fenômeno social, portanto não pode ser buscado longe da sociedade, longe das relações sociais. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da Sociologia na formação do cientista jurídico. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, sendo analisadas obras, artigos e fundamentos teóricos/jurídicos acerca do tema. **Resultados:** Diante do exposto, pôde-se constatar que o objeto de estudo da Sociologia é o próprio comportamento do homem como ser social. O estudo sociológico abrange um campo extremamente vasto pois, com a Sociologia desenvolvemos consciência das diferenças culturais, avaliação dos efeitos das políticas e auto esclarecimento. Desse modo, a Sociologia do Direito faz os juristas compreenderem que as Leis partem de mudanças da própria sociedade, mostrando o modo de ver da Sociologia a respeito do Direito, pois a Sociologia do Direito ajuda o jurista a solucionar problemas da sociedade de maneira coerente e correta, dentro da legalidade. Ademais, as obras de pensadores clássicos, a exemplo de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Durkheim, Weber e Marx, proporcionam ao cientista jurídico um senso crítico sobre o fenômeno das leis e da consequência das ações humanas e sociais para as mesmas. **Conclusão:** Diante do exposto, nota-se que é de suma importância o estudo das relações sociais através da Sociologia do Direito; assunto imprescindível na formação do cientista jurídico, que em processo de capacitação deve compreender a necessidade de se adaptar às constantes transformações sociais, sendo estas transformações, presentes no meio de atuação do profissional do Direito. Nesse interim, percebe-se desde visões clássicas até o cenário atual, como o Direito é visto pela Sociologia e a relação interdisciplinar entre ambos.

Palavras-chave: Importância da Sociologia. Cientista jurídico. Sociologia do Direito.

INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA EM MINAS GERAIS DE 2008 A 2016

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; MAGALHÃES, Mariana Paranhos[1], SILVEIRA, Daniel Costa[1]; ROCHA, Larissa Danielle Reis[1]; BITTENDOURT, Isaac Brandão Magalhães[1]; FRANCO, Gabriel Aquino[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O infarto agudo do miocárdio (IAM) é considerado o principal elemento da mortalidade por doenças do aparelho circulatório na região Sudeste do Brasil (LOLIO et al., 1995). Trata-se de um episódio delicado e intenso, que exige assistência hospitalar imediata e apresenta diagnóstico relativamente simples (RYAN et al., 1999). Dessa forma, conhecer a epidemiologia local da doença é estritamente necessário, uma vez que permite identificar os fatores de risco relacionados à doença e aprimorar a assistência médica. **Objetivo**: Analisar as variáveis referentes ao IAM no Estado de Minas Gerais de forma estratificada entre faixa etária e gênero. **Metodologia:** Estudo descritivo, transversal, retrospectivo e de abordagem quantitativa utilizando dados de escala nacional (DATASUS) sobre o termo "infarto agudo do miocárdio". A fonte de dados foi o *Sistema de InformaçãoHospitalar* do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), o único de abrangência nacional e que tem origem nas *Autorizações de Internação Hospitalar* (AIH), destinadas ao pagamento das internações de hospitais públicos e privados conveniados ao SUS (VIACAVA, 2002). As informações foram pesquisadas conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10, segundo os locais de internação, entre os anos de 2008 e 2016 e os dados foram analisados a partir de estatística descritiva (médias e percentis) através do *Microsoft Excel 2007*. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da caracterização secundária dos dados que impossibilita qualquer forma de identificação das pessoas envolvidas, conforme a Portaria 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados:** Durante o período de estudo, foram encontrados 95.587 internações por IAM. Houve uma disposição crescente no número absoluto de internações, partindo de 793 casos em 2008 e atingindo 11.576 casos em 2016. As internações foram predominantes a partir dos 30-39 anos, tendo o ponto mais alto entre 60-69 anos para ambos os gêneros. Entretanto, percebeu-se uma prevalência maior no sexo masculino até os 79 anos, igualando-se após esta faixa etária. Em relação à mortalidade, a estratificação por faixa etária não evidenciou padrões epidemiológicos significativos. No entanto, a maior taxa foi obtida na idade acima dos 80 anos e a menor entre 20-29 anos. A taxa de mortalidade foi significativamente maior em indivíduos do sexo feminino no Estado de Minas Gerais, embora o número absoluto de mortes seja mais elevado no sexo masculino. O valor médio gasto com internação foi maior na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com média de 1.286,39 reais. A média de permanência hospitalar foi de 7,2 dias para o sexo masculino e 7,8 dias para o sexo feminino, sendo considerada adequada de acordo com a média

nacional de 7,4 dias. **Conclusão:** A análise das variáveis relativas ao IAM no Estado de Minas Gerais evidenciou que se trata de um grande problema de saúde pública. O sexo masculino apresentou maior número absoluto de internações e óbitos, mas as mulheres apresentaram taxas maiores de mortalidade. Ademais, foi possível identificar que a doença é extremamente dispendiosa para o Estado, uma vez que exige altos custos com tratamento, internações e acomete um grande número de pessoas.

Palavras-chave: Infarto agudo do miocárdio. Internação. Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

LOLIO C.A. et al. Tendência da mortalidade por doença isquêmica do coração nas capitais de regiões metropolitanas do Brasil, 1979-89. **Arq Bras Cardiol**;64:213-6, 1995.

RYAN T.J.et al. ACC/AHA guidelines for the management of patients with acute myocardial infarction: A report of the American College Cardiology/American Heart Association - Task Force on Practice Guidelines (Committee on Management of Acute Myocardial Infarction). **J Am Coll Cardiol**;34:890-911, 1999.

VIACAVA F. Informações em saúde: a importância dos inquéritos populacionais. **Ciênc. Saúde Coletiva**; 7:607-22, 2002.

INFLUÊNCIA DO GÁS DE PROTEÇÃO E DA TENSÃO DE SOLDAGEM NA REGULARIDADE DA TRANSFERÊNCIA POR CURTO-CIRCUITO NA SOLDAGEM MIG/MAG DE AÇO CARBONO

DE MOURA, Walter Ribeiro
FIPMoc

Introdução: O processo de soldagem MIG/MAG operando na técnica de transferência por curto-circuito é amplamente utilizado quando se requer uma boa qualidade no cordão de solda. Contudo, atuando nesse modo, o processo pode apresentar elevada geração de respingos. Para reduzir este problema, é imprescindível atuar na regulagem de seus parâmetros. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi verificar a influência do gás de proteção e da tensão de soldagem na regularidade da transferência por curto-circuito na soldagem MIG/MAG de aço carbono. **Método:** Cordões de solda de simples deposição foram realizados sobre chapas para verificação da influência da variação da tensão, utilizando-se como gás de proteção uma mistura amplamente utilizada na prática. Como critério de comparação, foi avaliado a regularidade da transferência através de variações da tensão no processo de soldagem. **Resultados:** Os resultados mostram que, o ajuste da tensão tem grande influência sobre o controle de transferência. Estes parâmetros são intensamente influenciados pelo tipo de gás, compensação do fator de indução, e valor da corrente. Quanto menor o teor de gás carbônico, mais satisfatório se torna a transferência. **Conclusão:** A correta seleção da tensão do arco, em consequência comprimento de arco, é o que conduz a parametrização para se atingir soldagens com curto-circuito estável. Quanto menos gás carbônico na mistura, mais regular é a transferência por curto-circuito, e para cada velocidade de alimentação haverá uma faixa de tensão apropriada, a qual tem forte dependência para o gás de proteção.

Palavras-chave: MIG/MAG; transferência por curto-circuito; gás de proteção.

INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DA GRADE CURRICULAR MÉDICA NA QUALIDADE DE VIDA DOS ACADÊMICOS

MOTA, Rhayssa Soares[1]; JUNIOR, Altair Reis dos Santos[2]; LEÃO, João Victor Nobre[3]; MENDES, Vithória Ferreira[4]; OLIVEIRA, Karine Kelly de [5]; PINTO, Lívia Versiani Duarte [6]; PINTO, José Henrique Duarte[7]
1-6 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 7Docente do curso de Medicina FIPMoc

Introdução: O ingresso em um curso superior é uma fase com muitas perspectivas e extremamente estressante na vida dos estudantes, o não suprimento das expectativas, pode exercer efeitos negativos na saúde mental dos acadêmicos. O curso de medicina exige excessiva dedicação e comprometimento desde o seu início, fazendo com que o estudante tenha que abdicar de sua vida pessoal inúmeras vezes, para poder realizar o sonho de seguir a carreira médica. **Objetivo**: Analisar a qualidade de vida e a saúde de estudantes de medicina e sua relação com o contexto universitário, destacando-se as consequências em seu futuro.

Método: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória. Utilizou-se como fonte artigos da base de dados SciELO, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed (U.S National Library of Medicina). **Resultados**: Desde o ciclo básico, os estudantes passam por constantes cobranças e dificuldades, além de serem inseridos em uma realidade diferente da que estavam habituados ao longo de suas vidas. Diante da cansativa rotina, os estudantes podem desenvolver ansiedade patológica, a qual resulta no comportamento de procrastinação, perda de rendimento e sentimento de culpa, de falha ou de incompetência. Ademais, outros fatores como a convivência com a morte e o sofrimento, grade curricular extensa associada a uma rotina estressante de horas de estudo, forma de avaliação, plantões e perda da qualidade do sono são fatores estressores para esse grupo de alunos, sendo o sexo feminino mais propenso a eles de forma intensa. O aumento progressivo dos sintomas depressivos que acontece com os alunos sugere que o estresse emocional durante o curso de medicina é crônico e não episódico Sentem-se culpados por não dominarem determinados assuntos e paralisados pelo medo de errar, o que se reflete em sentimentos de incapacidade, indutores de transtornos mais graves como a ideação e ação suicida. A não aceitação manifestada por profissionais da saúde em relação às doenças mentais pode culminar na somatização de sentimentos indesejados, uso abusivo de substâncias ilícitas e ideação suicida. Esses dados são corroborados pela pesquisa brasileira realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 22,7% da amostra analisada afirmou sentir vontade de morrer e, dentre eles, 24,56% buscou o suicídio. **Conclusão:** A elevada carga de estudos, responsabilidade e estresse à que os acadêmicos de medicina são expostos afeta negativamente sua qualidade de vida. Este quadro torna os estudantes mais susceptíveis à busca de estratégias de alívio, como o uso de substâncias psicoativas, que possam amenizar os sintomas da ansiedade. Por essa razão, é importante que instituições de ensino superior (IES) adotem medidas preventivas, como a identificação precoce de problemas na grade curricular, acolhimento e tratamento que possam minimizar o impacto dos efeitos dessa difícil realidade. Tais medidas poderiam reverter o paradoxo encontrado entre os alunos, que estão sendo treinados para cuidar de outras pessoas, mas não conseguem fazer o mesmo com sua própria vida.

Palavras-chave: Saúde mental. Estudante de medicina. Prevenção.

REFERÊNCIAS:

ROBERTO et al, Saúde mental de estudantes de medicina, Acta Med Port. 2011; 24(S2):279-286

DYRBYE, LN; THOMAS MR; SHANAFELT, TD. Systematic review of depression, anxiety,and other indicators of psychological distress among U.S. and Canadian medical students. **Acad. Med**. 2006;81(4):354-73.

ALVES, TCTF. Depressão e ansiedade entre estudantes da área de saúde /Depressionandanxietyamong medical students. **RevMed** (São Paulo). 2014 jul.- set.;93(3):101-5.

INSUFICIÊNCIA CARDÍACA EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; SOTERO, Rodrigo Fernando Torres Melo[1]; TEIXEIRA, Karina Cardoso[1]; BITTENDOURT, Isaac Brandão Magalhães[1]; FRANCO, Gabriel Aquino[1]; ROCHA, Larissa Danielle Reis[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A insuficiência cardíaca constitui um grande problema de saúde pública no Brasil, sendo responsável por cerca de 30% do total de internações no país (RABELLO, 2007). Constantemente, acomete indivíduos que possuem outras comorbidades e compromete significativamente a qualidade de vida destes (RICH, 1995). Sob este aspecto, evidencia-se a importância de estudos constantes acerca do assunto, visando à construção de conhecimentos científicos que possam auxiliar na prevenção e no tratamento desta doença. **Objetivo**: Identificar as variáveis relacionadas às internações geradas pela insuficiência cardíaca no Estado de Minas Gerais e analisar a relação da faixa etária e do gênero. **Metodologia**: Trata-se de estudo descritivo, retrospectivo e transversal, com análise quantitativa dos dados coletados. Como fonte, foi utilizado o *Sistema de Informação Hospitalar* do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponível no DATASUS/ Ministério da Saúde. As internações foram pesquisadas conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10, sob o termo "insuficiência cardíaca" e segundo os locais de internação no Estado de Minas Gerais. Os dados foram analisados entre janeiro de 2008 a dezembro de 2016 e tabulados por meio de estatística descritiva (médias e percentis) através do *Microsoft Excel 2007*. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da caracterização secundária dos dados e pela

não utilização de material biológico, conforme regulamenta a Portaria 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados**: Em relação ao número absoluto de internações, houve uma tendência decrescente durante o período analisado, com redução de 23,8%. Em 2008 foram registradas 40.651 internações, enquanto em 2016 houve 30.963 registros. A taxa de mortalidade, entretanto, apresentou uma curva crescente, partindo de 7,7 em 2008 e chegando a 9,4 em 2016. A média de permanência hospitalar em dias também acompanhou esse acréscimo, partindo de 6,3 dias em 2008 para 7,1 dias em 2016. O sexo feminino representou 50,6% das internações e o sexo masculino 49,4%, não sendo evidenciada predominância de gênero significativa. Quanto à faixa etária, houve relação diretamente proporcional, sendo que a idade >60 anos representou 71,9% dos casos e obteve maior taxa de mortalidade por insuficiência cardíaca. O valor médio pago por internação foi de 1664,23 reais. **Conclusão**: A análise das internações por insuficiência cardíaca em Minas Gerais permitiu identificar que se trata de uma doença de muita relevância, uma vez que apresenta taxas elevadas de internações. Ficou evidente, também, que é uma mazela dispendiosa para o governo, pois apresenta altos custos de internação. Com relação ao sexo, não houve predominância significativa. Faz-se necessário, portanto, a criação e a implementação de políticas preventivas para a insuficiência cardíaca que promovam uma diminuição da incidência e da mortalidade, principalmente entre os indivíduos com idade superior a 60 anos.

Palavras-chave: Insuficiência cardíaca. Epidemiologia. Internações.

REFERÊNCIAS:

RABELO E.R. et al. O que ensinar aos pacientes com insuficiência cardíaca e porquê: o papel dos enfermeiros em clínicas de insuficiência cardíaca. **Rev Latino-am Enfermagem**: 15(1):165-70, 2007.

RICH M.W. et al. A multidisciplinary intervention to prevent the readmission of elderly patients with congestive heart failure. **N Engl J Med** : 333: 1190-5, 1995.

INTER-RELAÇÃO DO USO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS E UMA MAIOR INCIDENCIA DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM IDOSOS

SANTOS, Andhressa Kharolyne Fernades1; SILVA, Andressa Vieira2;CASTANHA, Brenda Durante3 AZEVEDO, Henrique Caires Souza4; VIANA, Lais Mendes5 ROCHA, Josiane Santos Brant6
1-5. Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 6 Docente do curso de medicina das FIPMoc

Introdução: A infecção do trato urinário (ITU) é caracterizada por uma doença de alta incidência e amplo espectro, sendo definidas através da localidade anatômica no qual estão inseridas, sendo estabelecidas como maiores grupos de risco, mulheres sexualmente ativas e idosas. Estudos corroboram que a incidência dessa patologia acomete a população geriátrica por meio de uma série de fatores modificáveis, dentre eles o uso indiscriminado de fraldas. **Objetivos:** Objetivou-se conhecer a inter-relação do uso de fraldas descartáveis e a ascendência de casos de infecção do trato urinário em pacientes geriátricos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos disponíveis na íntegra, publicados nos últimos quatorze anos e disponíveis nos bancos de dados do SciELO e Lilacs. **Resultados:** Foi percebido, que a fragilidade da mucosa urinária propiciada pelo uso intensivo de fraldas em conjunto com uma elevação significativa do ph cutâneo constitui um agravo à incidência de ITU. Além disso, a má higienização genital e perigenital, assim como um período prolongado para se realizar trocas fraldarias e utilizar-se pomadas protetoras à pele, proporcionam um ambiente adequado ao crescimento bacteriano, tendo como subproduto a ITU. **Conclusão:** Dessa forma, é considerável estabelecer um custo benefício ao uso fraldas geriátricas, de modo a estabelecer um conforto paliativo ao paciente idoso, sem entretanto o deixar suscetível ao desenvolvimento de quadros de ITU.

Palavras-chave: Fraldas. Infecção Urinária. Geriatria

INTERRELAÇÃO DOS EFEITOS BENÉFICOS DO CONSUMO DE LEITE MATERNO EM COMPARAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DE LEITES INDUSTRIAIS.

SANTOS, Andhressa Kharolyne Fernades1; SILVA, Andressa Vieira2; CAIRES,Henrique3; VIANA,Lais Mendes4;RAMOS, Lucas Gabriel Quadros5; VANDERLEI, Mariana Veloso6 ROCHA, Josiane Santos Brant7
1-6. Discentes do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras 7. Docente do curso de medicina das Faculdades Integradas Pitágoras.

Introdução: O consumo de leite materno é caracterizado como um imuno-protetor fisiológico ao lactente, sendo ressaltado como a fórmula mais barata e eficaz em proporcionar nutrição, desenvolvimento neuro-psico-motor e anticorpos ao mesmo. Seu alto teor benéfico, consegue abranger os dois lados em questão, mãe e filho, sendo efetivos em reduzir índices de patologias como câncer de mama e anemia. Em contrapartida, a utilização de leites industrializados, em especial no período dos 6 meses iniciais de vida contribui à obesidade. **Objetivos:** Objetivou-se conhecer a relação dos efeitos benéficos apresentados pelo organismo mediante o consumo de leite materno nos 2 primeiros anos de vida, estabelecendo um comparativo ao consumo de leites industriais. **Metologia:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos disponíveis na íntegra, publicados nos últimos treze anos e disponíveis nos bancos de dados do SciELO, Lilacs. **Resultados:** Foi percebido que o consumo de leite materno em lactentes proporcionou um avanço nos dados antropométricos, permitindo um crescimento funcional significativos. Associado a isso, os índices de mortalidade infantil foram em seu maior percentual reduzidos, visto que a passagem de anticorpos maternos permite a prevenção por doenças do sistema respiratório e digestório. O estudo demonstrou, que por oferecer uma maior amplitude no sistema imunológico, o leite materno serve de método profilático a alergias. Em comparação leites industriais, em especial o leite de vaca não age diretamente na imunologia do lactente, não proporcionando efeito protetor. Outro marcador maléfico será o seu alto teor de proteína e minerais, que não conseguem ser filtrados pelo rim imaturo do lactente, não contribuindo assim com teores nutritivos elevados e não apresentando o ganho de peso ideal. **Conclusão:** Conclui-se que o leite materno age diretamente para o desenvolvimento fisiológico do organismo, abrangendo amplas áreas do desenvolvimento cognitivo e motor do lactente, sendo em maior percentual mais benéfico que leites industrializados.

Palavras-chave: Leite materno. Leite industrial. Anticorpos.

INTERRELAÇÃO ENTRE FATORES DE RISCO CARDIOVASCULAR E MULHERES CLIMATÉRICAS

VIANA, Laís Mendes1; ALVES, Brenda Liery Ribeiro2; ROCHA, Josiane Santos Brant3
1-2. Discentes do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras. 3. Docente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras.

Introdução: O climatério é um processo fisiológico importante na vida da mulher, sendo caracterizado por uma diminuição progressiva da funcionalidade ovariana, reduzindo a produção de hormônios sexuais femininos. Nesse período as mulheres encontram-se suscetíveis a um conjunto de patologias decorrentes dessa fase, como as doenças cardiovasculares, visto que há uma ascendência de fatores de risco cardiovascular com a aproximação do processo de senilidade e da admissão nas fases do climatério. **Objetivos:** Objetivou-se conhecer a relação entre fatores de risco cardiovascular e o climatério e avaliar as mudanças relativas a essa combinação. **Metodologia:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos disponíveis na íntegra e em inglês, publicados nos últimos dois anos, disponíveis nos bancos de dados do PubMed. **Resultados:** Foi percebido que a passagem pelas fases do climatério coloca as mulheres como um grupo vulnerável à doenças cardiovasculares, visto que as alterações metabólicas e a aproximação da senilidade aumentam majoritariamente os fatores de risco associados a essa patologia. Além disso, sintomas climatéricos como depressão e ansiedade são significantes para aumentar os fatores de risco modificáveis a doenças cardiovasculares. Esses sintomas, associados ao hipoestrogenismo, agem de modo a consolidar um estilo de vida mais sedentário, uma alimentação menos balanceada e saudável, gerando uma significativa prevalência de sobrepeso e obesidade nesta população. Estabelecendo uma comparação entre as fases climatéricas e o risco de doenças cardiovasculares, é apontado em estudos que o estágio da pós-menopausa é o de maior incidência a patologias cardiovasculares, devido a sua proximidade com o processo de envelhecimento da mulher e a maior ocorrência de manifestações da síndrome metabólica. Associado a isso, é relatado que a ocorrência

de síndrome metabólica em mulheres pós menopausa aumenta em um percentual superior a 50%, o que ocasiona diretamente elevadas alterações na composição fisiológica dos vasos, comprometendo o controle eficaz da pressão arterial. Junto a isso, estudos apontaram que as mulheres que estão vivenciando a redução hormonal ovariana e apresentam sintomas climatéricos, tem maior chance de se tornarem obesas, ou apresentarem alterações na distribuição da gordura corporal. Esse fato corrobora a uma maior prevalência de risco cardiovascular em mulheres climatéricas, ocasionando ascendência nos índices de morbimortalidade no sexo feminino. **Conclusão:** Conclui-se que há uma maior prevalência de fatores de risco cardiovascular em mulheres climatéricas, se associando em maior percentual a vetores de risco modificáveis, ressaltando a importância de se interferir nesses pontos, a fim de diminuir as probabilidades de se estruturar patologias cardiovasculares à mulheres climatéricas.

Palavras-chave: Doenças Cardiovasculares. Climatério. Síndrome X Metabólica

LEI MARIA DA PENHA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE SUAS INOVAÇÕES

GRANGEIRO, Caroline Sampaio[1]; MURTA, Inah Araújo de Almeida[2]; FARIA, Karine Maia Costa de[3]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[4].
[1]Discente do curso de medicina das FIPMoc e membro da LADMEL. [2]Discente do curso de medicina das FIPMoc e membro da LADMEL. [3]Delegada titular da Delegacia Especializada em Crimes contra Mulher da Polícia Civil. [4] Docente e coordenadora do curso de Direito das FIP-MOC

Introdução: Este estudo trata das inovações da Lei Maria da Penha, pois refere-se, principalmente, a violência contra as mulheres, tema de crescente visibilidade ante seu grande impacto social. A Lei 11.340, de agosto de 2006, é fruto de esforços femininos, de ONGs, além da ONU Mulheres para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas inovações tiveram como objeto a ampliação das penas e dos mecanismos de defesa, identificando formas de violências domésticas e familiares, dentre outras temáticas. **Objetivo:** Estabelecer as principais inovações da Lei Maria da Penha, para discuti-las no meio educacional e social, fomentando a sua relevância e esclarecendo seus aspectos nestes âmbitos. **Material e Método:** Cunho qualitativo, descritivo, de caráter transversal e retrospectivo, utilizando uma seleção de 5 artigos indexados nas bases de dados Scielo e BVSMS. Após leitura crítica dos artigos e uma discussão acerca do tema, observou-se a necessidade do debate do assuntoem universidades, discutindo o papel da Lei Maria da Penha, suas inovações e impacto. **Resultados e Discussão:** A Lei Maria da Penha revolucionou o combate à violência doméstica. Em seu art. 5º, a violência contra a mulher é definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, ou sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O TJMG cita algumas das mudanças propostas. Foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e, com isso, foi afastada a aplicação da Lei dos Juizados Especiais. Questionou-se se a lesão corporal perdeu o caráter de pequeno potencial ofensivo, se haveria a necessidade de representação para ação penal e a possibilidade de renúncia. Após anos de vigência, a lei traz inovações no sentido de ampliar e efetivar suas delegações. Esta ampliação se verifica, por exemplo, com a impossibilidade de retratação, após a comunicação à polícia e a lavratura do boletim de ocorrência. Outra ampliação se verifica na qualificação dos crimes enquanto sujeitos à Ação Penal Pública Incondicionada, isto porque, após o oferecimento da denúncia, a vítima não tem possibilidade de desistir da ação, como decidido na ADI 4420, de 2012. Foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), com competência cível e criminal, retirando dos juizados especiais a competência de julgar os crimes no âmbito da Lei Maria da Penha. Houveram, ainda, modificações específicas, como possibilitar o decreto da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher, com o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação e notificação da ofendida. Ficam proibidas as penas de cesta básica, prestação pecuniária ou substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. **Considerações finais:** A Lei Maria da Penha destaca-se social e juridicamente, por seu impacto na sociedade e níveis estatísticos preocupantes. Suas inovações abrangem as violentadas, levam à efetividade da Lei e facilitam o processo burocrático em nível judicial, protegendo os denunciantes e facilitando o trâmite de suas denúncias.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Mulher. Direitos. Violência Doméstica.

REFERÊNCIA:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Quais as principais inovações da Lei Maria da Penha?** Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/ouvidoria/ouvidoria/perguntas-frequentes/detalhe-63.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017

LEITO GERIATRICO

SILVA, Francisco Saulo Ferreira[1]; OLIVEIRA, Gabriel Osório Lopes[1]; RODRIGUES, Janderson Stanley[1]; AZEVEDO, Matheus Vinicius Fernandes[1]; SOUZA, Paulo César Martins de[1]; RAMOS, Paulo Henrique Ferreira[1]; SANTIAGO, Paulo Rossi Cardoso[1]; MALVEIRA, Bruno Maia[2]; OLIVEIRA, Gilzirene Simone[2]; CARVALHO JUNIOR, Álvaro Barbosa de[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: Ao observar as instalações no asilo São Vicente de Paulo de Montes Claros, notamos algumas dificuldades no manuseio e cuidado de alguns idosos nos leitos hospitalares da instituição. Com isso levantamos uma questão: Como a Engenharia Mecânica poderia contribuir com o asilo, de forma que venha facilitar o manuseio dos cuidadores com os idosos. **Objetivo:** Projetar um leito Geriátrico que facilite o seu uso e manuseio pelos seus usuários e cuidadores no Asilo são Vicente de Paulo – Lar Betânia. **Método:** Iniciamos este projeto visitando o asilo em que conhecendo a instituição, coletando dados, entrevistando e colhendo informações de grande relevância dos cuidadores e funcionários do asilo. Após a pesquisa de campo, foi realizado um esboço do protótipo, a fim de determinar as medidas e especificações em que o leito deverá conter, como dimensões, tipo de material e processos operatórios de manuseio. Seguido de uma simulação em software para visualização e testes. Esses testes servirão de base para que possamos construir o leito de forma precisa para que possa atender de fato as necessidades dos idosos e dos cuidadores. **Resultados:** O resultado deste projeto é um leito totalmente feito de Aço que irá suportar a todas as cargas necessárias para uso. O leito dispõe de um sistema manual de levantamento do paciente, para que possam transferir o idoso do leito para uma cadeira ou uma maca com maior facilidade. O leito inclui de grades de proteção e sistema de travamento das rodas, onde evitará quedas do paciente no leito. Atendendo e solucionando grande parte dos problemas dos leitos observados no Asilo. **Conclusão:** Conclui-se que o Projeto ocasionará um alivio ao idoso, reduzindo dores e desconfortos gerados pelo leito. Esperamos que com esse projeto, venhamos a demonstrar a obrigação dos acadêmicos para contribuir com os fatores sociais.

Palavras-chave: Leito Geriátrico. Camas adaptadas ao idoso. Asilo Lar Betânia. Camas Mecanizadas.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE TERMOELÉTRICOS

FERREIRA, Antônio Ivo[1]; AZEVEDO, Cláudio Junio Chrispim[1]; SÁ, Loisleny Nathany Mendes[1]; SICUPIRA, Ismael Pinheiro[1]; SILVA, Flávia Karolayne Costa da[1]; REGO, Thais Cristina Figueiredo[2];
[1]Discente do curso de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Uma pastilha termoelétrica é uma pequena unidade que utiliza tecnologia de matéria condensada para operar como bomba de resfriamento. A face fria da pastilha esfria de acordo com a temperatura da face quente e vice-versa. Quando uma corrente é aplicada, o calor move de um lado ao outro e deve ser removido com um dissipador. **Objetivo:** Levantar informações sobre a utilização e funcionamento de pastilhas termoelétricas. **Método:** Foram utilizados para as pesquisas os meios de busca: Google Acadêmico, Scielo e Portal de Periódicos CAPES. O filtro utilizado nas pesquisas foi: artigos publicados nos últimos 4 anos, contendo as palavras "termoelétricos", "sistemas termodinâmicos e refrigeração", "controle PID". O critério de seleção foram bibliografias que tratavam de termoelétricos com ênfase em aplicações de pequeno porte, visto que posteriormente a esse levantamento será desenvolvido um sistema de refrigeração portátil e de ambientes menores, além de focar em estudos de melhoramento da eficiência da pastilha para gerar maior grau de resfriamento. Foram selecionados 20 textos. **Resultados:** A grande parte dos artigos sobre termoelétricos trata-os como pouco explorados, devido ao seu alto consumo de energia e desempenho pois ele tem uma grande deficiência em seus lados de resfriamento, com base nas pesquisas realizada, vamos poder propor métodos de melhor utilização dos termoelétricos aplicando-se na pratica no desenvolvimento de um refrigerador de ambiente. Dentre as principais abordagens, destaca-se sempre a utilização de "sanduíches" de peltiers, o que nada mais é que o acoplamento entre a face fria de uma pastilha peltier com a face que esquenta de outra pastilha. O objetivo desse processo é a diminuição da temperatura da face quente do primeiro peltier, o que gera diminuição na temperatura do lado frio, visto que há uma dependência entre ambos os lados em questão de temperatura de um e outro. **Conclusão:** A literatura acerca de termoelétricos em aplicações no geral é bem vasta, ou seja, é facilmente encontrada nas

suas mais diversas situações, sejam eles para resfriamento de líquido, de ambiente ou estudos de redução no consumo de energia. O levantamento bibliográfico é fundamental para saber se já existe algum tipo de publicação que consta os resultados obtidos e quais os métodos que já foram utilizados em publicações similares sobre as pastilhas termoelétricas de aplicação no projeto.

Palavras-chave: Termoelétricos. Peltier. Pastilhas termoelétricas. Levantamento.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NA COLETA DE LEITE: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE MONTES CLAROS/MG

SILVA, Carla Mayra Adriano1; OLIVEIRA, Edna Madalena Lopes de1; Barbosa, Natália Ferreira2
1Discentes do curso de Administração de empresa das FIPMoc; 2Administradora, Mestre em Agronegócios, Docente das FIPMoc.

Introdução: O agronegócio do leite é um dos mais importantes para a economia brasileira, aumentando significativamente a sua produção nos últimos anos e por esse motivo, vem sofrendo profundas transformações. Por isso, as empresas precisam se adaptarem às exigências do mercado, buscando a agilidade, inovação e apoio da tecnologia da informação, com o objetivo de alcançar eficiência em seus processos e maior competitividade. **Objetivo**: Analisar o processo de logística de coleta de leite a granel de uma cooperativa de Montes Claros/ MG. **Método**: Foi realizado um estudo caso de caráter descritivo com abordagem qualitativa, a coleta de dados foi executada com a entrevistas e observação participante. **Resultados**: O objeto em estudo é uma cooperativa de leite em Montes Claros/MG com 270 produtores associados, a produção entre os cooperados é bastante distinta existindo propriedades que produzem de 50 a 1500 litros de leite dia, tendo uma média diária total de 25.000 litros. A cooperativa é responsável pela produção de leite envasado em saquinho, doce de leite, requeijão cremoso, bebida láctea fermentada, queijo mussarela, queijo minas padrão, queijo prato e ricota. Foi possível perceber que ocorrem problemas no processo da logística de coleta, em períodos distintos, onde na época das chuvas a cooperativa sofre com as más condições das estradas, ocasionando quebras em caminhões, gerando custos e também causando atrasos na coleta do leite. Já na época da seca ocorre o inverso, as estradas se encontram em condições mais favoráveis, porém ocorre a queda do volume do leite, assim a distância permanece a mesma por um volume menor, mas com o mesmo valor de frete. **Conclusão**: percebe-se que as deficiências existentes no processo da logística de coleta da cooperativa, são efeitos ocasionados pela qualidade das estradas e volume de produção dos cooperados. Assim, aconselha-se a cooperativa realizar um estudo de viabilidade das rotas, analisando a possibilidade de terceirização da coleta. Por fim a pesquisa pode contribuir por trazer aos estudos de administração uma análise sobre a logística da coleta e do transporte do leite e suas peculiaridades. Visto que estudos sobre a eficiência e eficácia nos processos produtivos são cada vez mais significantes e importantes tanto para a academia quanto para o mercado. A efetividade produtiva é condicionante para a permanência das empresas no mercado e, de outro lado, o mercado depende de pesquisas que mostrem melhores formas de gerenciamento de processos produtivos. Em relação ao mercado do leite, pode se observar a relevância dessa discussão, pois o entendimento e melhoria da cadeia produtiva do leite podem colaborar em muito, com a economia do país, visto que é enorme a participação desse mercado no cenário econômico.

Palavras-chave: Logística de transporte. Produção de Leite. Cooperativa.

MAIO AMARELO: CAMPANHA EDUCATIVA VISANDO A CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO TRÂNSITO

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; CRESPO, Thaisa Soares[2]; OLIVEIRA, Lanuza Borges[3]
[1] Discente do curso de Medicina e Presidente e Fundadora da Liga Acadêmica de Prevenção do Trauma das Faculdades Integradas Pitágoras – FIP-Moc
[2] Docente do curso de Medicina e Orientadora da Liga Acadêmica de Prevenção do Trauma das FIPMoc.
[3]Docente do curso de Medicina das FIPMoc

Introdução: O movimento Maio Amarelo surgiu a partir do Decreto da Década de Ação para a Segurança no Trânsito, elaborado pela Organização das Nações Unidas em 11 de maio de 2011. O movimento é composto por ações da sociedade e do poder público que objetivam promover a pauta de segurança no trânsito envolvendo os mais diversos segmentos, discutindo efetivamente a temática e abordando a amplitude dessa problemática. A cor amarela foi escolhida propositalmente pois simboliza a atenção e

também a sinalização de advertência no trânsito. **Objetivo:** No intuito de conscientizar a população quanto a importância da adoção de medidas de segurança e prevenção de acidentes foi realizado um mês temático em campanha para conscientização quanto à importância da saúde no trânsito e da prevenção de acidentes. **Metodologia e resultados:** As ações ocorreram em quatro escolas públicas e privadas do município durante todo o mês de maio. Todos os participantes foram previamente capacitados para disseminar informações quanto à importância da prevenção de acidentes no trânsito e, quando ocorrer algum acidente, quais medidas devem ser tomadas prontamente. Foram cinquenta acadêmicos participantes e mais de quinhentos alunos que participaram da totalidade das ações. Para finalizar a campanha, foi realizada uma ação pública na Praça Dr Carlos, que é centro da cidade de Montes Claros, onde o conhecimento foi disseminado não só para estudantes como para a população em geral. **Conclusão:** A violência é uma das três principais causas de morte no adulto, acompanhada das doenças cardiovasculares e pelo câncer. Muitas vezes essa violência é muito vinculada às agressões interpessoais e a questão trânsito é marginalizada. Atualmente, os acidentes no trânsito têm causado grande demanda e prejuízo para a previdência social pois é uma das principais causas de afastamento de postos de trabalho de uma população, em sua maioria, adultos em idade produtiva; sem contar o alto índice de mortalidade. É sabido que a educação em saúde é o maior instrumento de prevenção de doenças e agravos em saúde, com isso, acredita-se que a conscientização reflita na diminuição de acidentes no trânsito.

Palavras-chave: Maio Amarelo. Campanha. Conscientização.

MANIPULADOR PNEUMÁTICO CONTROLADO POR APLICATIVO

RAMOS, Dianna Krislley Soares[1]; PERON, Edileuza Fabrícia Pereira[1]; MOTA, Luan Guedes[1]; SILVA, Weslley Correia da[1]; SOARES, Dhiego Ronan S.[1]; SILVA, Rodrigo Baleeiro[2];
1 Discente das FIPMoc;2 Docente das FIPMoc

Introdução: Muitas atividades industriais necessitam de esforços repetitivos e precisão, com o desenvolvimento industrial e consequentemente de novas tecnologias, foram criados diversos equipamentos para auxiliar os trabalhadores a superar esses obstáculos. Uma dessas inovações foram os manipuladores robóticos. **Objetivo:** A proposta deste trabalho foi desenvolver um manipulador pneumático robótico controlado por aplicativo de baixo custo, para facilitar os trabalhadores em diversas atividades que necessitam do auxílio de um equipamento de manipulação. **Método:** Foram pesquisados de forma minuciosa todos os elementos necessários para a produção e o funcionamento de cada um deles. Os materiais utilizados foram aço 1020, 4 cilindros pneumáticos de dupla ação e haste simples de série CVM5, diâmetro de 20 mm, chapa de alumínio e duas correias dentadas, utilizando alguns dos processos de fabricação para manufatura do protótipo. Foi projetado um croqui do manipulador no *software SOLIDWORKS*, a simulação pneumática do sistema foi feita através do software *FluidSIM*. Para a automação do manipulador utilizou-se uma placa de arduíno, para fazer a programação dos comandos do manipulador e o aplicativo foi desenvolvido na ferramenta do *MIT AppIventor*. **Resultados:** Com o protótipo construído pode ser observado que atendeu a proposta em manipular objetos através da atuação dos cilindros pneumáticos por meio do ar pressurizado, porém a questão da imprecisão do movimento foi um gargalo. Também foi simulado o circuito de funcionamento do sistema pneumático, o circuito demonstra perfeitamente o funcionamento durante a execução dos movimentos do manipulador, podendo assim identificar os componentes, suas respectivas funções e o percurso que o ar comprimido faz durante o funcionamento do sistema. O aplicativo criado foi denominado *MCommand*, o aplicativo funciona em qualquer celular que tenha o sistema *android* e o manipulador é controlado facilmente pelas teclas de comando. **Conclusão:** O protótipo apresentou uma boa relação de custo e benefício, uma vez que, o seu custo de produção não foi tão alto, além dos atuadores pneumáticos apresentarem uma viabilidade econômica melhor que outros modelos com outros tipos de acionamentos. Tendo em vista os manipuladores pneumáticos apresentarem grande aplicação e tendência a serem cada vez mais utilizados devido suas vantagens, a precisão de seus movimentos ainda é um fator a ser melhorado, o que poderá ser resolvido em futuros estudos

Palavras-chave: Manipulador Pneumático. Aplicativo. Protótipo.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: ANÁLISE DOS CASOS APRESENTADOS NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DAS FIPMOC DE 2015 A 2017

PINA, Neila Renata Silva[1]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Em uma sociedade complexa em contínua expansão, também se ampliam os problemas e conflitos entre seus cidadãos. O desafogamento de processos no sistema judiciário é uma preocupação constante para pleno funcionamento do direito no Brasil. No novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, 16 de março de 2015) é notória a ênfase e valorização aos meios alternativos para resolução dos conflitos como a mediação e a conciliação **Objetivo:** Trata-se de um trabalho de iniciação científica que tem como intuito a criação de um banco de dados acerca dos casos de resolução de conflitos por mediação e conciliação extrajudicial atendidos no Núcleo de Prática Jurídicas das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc, entre 2015 e 2017, como vistas detectar os índices de eficiência desses métodos de resolução de impasses. **Metodologia:** Para realização do trabalho será feita uma pesquisa quantitativa/estatística, documental/experimental. Os dados serão obtidos nos arquivos dos casos atendidos no NPJ/FIPMoc. **Resultados:** No NPJ/FIPMoc ocorre a mediação e conciliação extrajudicial, os dados para a presente pesquisa estão sendo coletados para que se identifiquem as variáveis a serem consideradas no banco de dados e evidencie grau de eficiência desses instrumentos alternativos para resolução de conflitos. **Conclusão:** A mediação e conciliação são ferramentais cujos intuitos primordiais residem em fazer valer a justiça de forma mais amplo, uma vez que as próprias partes optam pelo procedimento que melhor lhes convém para auxiliar na resolução de suas controvérsias. O que por sua vez, confere as partes autonomia e responsabilidade sobre as circunstâncias na deliberação de seus impasses e conflitos. Além disso, evita o abarrotamento do sistema judiciário e a morosidade na resposta aos problemas que podem ser solucionados de um modo mais rápido, econômico e satisfatório e, as políticas sociais que investem nesses mecanismos, bem como estudos de casos, seguem ratificando as benfeitorias da mediação e conciliação nas resoluções de conflitos. Também significa o rompimento da cultura do litígio tão predominante no âmbito jurídico. Espera-se com esse trabalho traçar um quadro detalhado e elucidador do grau de eficiência da mediação e conciliação extrajudicial por meio de análises de casos concretos

Palavras-chave: Mediação. Conciliação. Núcleo de Práticas Jurídicas FIPMoc

REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei 13.105**, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

MEDIAÇÃO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O NPJ DAS FIPMoc E A DELEGACIA ESPECIALIZADA DE MONTES CLAROS

CARVALHO, Anne Marielle Castro de [1]; SANTOS, Daniel Ferreira dos [2]
1 Docente das FIPMOC, 2Docente das FIPMOC.

Introdução: A temática da violência de gênero no ambiente doméstico e familiar é um grave problema social, não obstante os avanços na legislação brasileira para proteção dos direitos da mulher, principalmente a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), cujos ditames apontam para o enfrentamento da questão a partir de medidas rígidas de punição para os agressores, o que não tem sido suficiente para diminuir os conflitos em comento, razão pela se mostra necessária a busca por alternativas eficazes para prevenção e resolução de tais demandas, as quais, diante de sua complexidade, mereceriam ser geridas a partir de medidas que, sobretudo, estivessem voltadas a romper com o ciclo da violência. **Objetivos:** Diante desse cenário, a presente pesquisa se propôs a analisar os resultados obtidos a partir da utilização da mediação de conflitos na Delegacia da Mulher de Montes Claros em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica das FIPMOC. **Metodologia**: Utilizou-se o método indutivo, a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de caso. **Resultados**: Extrai-se da bibliografia estudada que a mediação é um método alternativo de resolução de conflitos, cujo objetivo principal é restabelecer a comunicação entre as partes, com auxílio de um terceiro imparcial, gerando um ambiente propício para a tomada de decisão pelos próprios envolvidos, através do fortalecimento do senso de colaboração, de respeito e de responsabilidade mútuos, além de exercer um papel educativo na vida dos participantes, porquanto os prepara para resolver problemas futuros de forma

pacífica. Da análise dos documentos obtidos junto à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Montes Claros e ao NPJ das FIPMoc, constatou-se a utilização da mediação, sempre com a prévia anuência da mulher, para a resolução de diversos tipos de conflitos de direitos disponíveis tratados na referida delegacia, tanto na esfera cível, quanto na esfera penal, sendo que o procedimento, por vezes, foi realizado, também, em casos envolvendo crimes de ação penal pública incondicionada, com o escopo de ajudar os envolvidos a resolver pendências cíveis. Além disso, tomando-se por base alguns casos finalizados com acordo após serem submetidos ao procedimento da mediação na delegacia especializada, verificou-se a satisfação de ambas as partes envolvidas no conflito, tendo em vista que reestabeleceram o diálogo entre si, e chegaram a uma solução favorável a ambas. **Conclusões**: Conclui-se, a partir do presente estudo, que a mediação tem se mostrado um mecanismo eficaz de resolução de determinadas demandas tratadas na DEAM, porquanto contribuiu para que as mulheres se tornem capazes de dar um novo sentido para os conflitos cíveis e penais gerados pela situação de confronto no ambiente doméstico, resolvendo-os por si próprias e prevenindo contendas futuras, sem afastar, obviamente, da responsabilização penal dos agressores nos casos envolvendo crimes de ação penal pública incondicionada.

Palavras-chave: Prática Jurídica. Mediação. Violência doméstica

MÓDULO IRRIGADOR PARA CULTIVO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS – GARDEN

FRÓES, Bárbara Katllen Moura[1]; MARTINS, Cindy Evelyn Oliveira[2]; JÚNIOR, Marcos Aparecido Nery de Oliveira[2]; SOUZA, Rulhyan Gabriel Alcantara[2]; RAMOS, Stephanie Emanuelly Muniz[2]; XAVIER, Victor Brandão[2]; CÂNDIDO, Pedro do Nascimento Filho[3].
[1]Discente de Engenharia Civil das FipMoc. [2]Discentes de Engenharia Mecatrônica das FipMoc. [3]Docente das FipMoc.

Introdução: Na região norte do estado de Minas Gerais um dos grandes problemas para o consumo dos alimentos orgânicos é a inacessibilidade devido ao alto custo financeiro. Além disso, a falta de água é um fator que influencia diretamente no cultivo desses produtos, já que a irrigação exige altos níveis de água e a região enfrenta grandes períodos de seca. Portanto, faz-se necessário viabilizar a cultura de alimentos orgânicos, evitar o desperdício de água, por meio da implantação de tecnologias de automação na irrigação para que haja desenvolvimento nas áreas da saúde, alimentação, qualidade de vida e tecnologia do Norte de Minas. **Objetivo:** Desenvolver um módulo irrigador para cultivo de alimentos orgânicos utilizando a otimização de espaços através de uma estrutura para plantações e irrigação em espaços urbanos, economia de água e implantação de tecnologias de automação no processo de irrigação de forma inteligente e automática. **Metodologia**: A pesquisa teve caráter aplicado, uma vez que os objetivos geraram aplicações práticas a fim de que hajam soluções para os problemas em questão. Além disso, a pesquisa também é de cunho explicativo, já que foram necessários identificar fatores que seriam as causas do problema citado pela pesquisa, bem como teve caráter experimental, observando-se as variáveis para produção do produto. **Resultados:** Foi desenvolvido um módulo irrigador para cultivo de alimentos orgânicos e para construção do protótipo foram utilizados peças ocas retangulares de ferro, para sustentação, que foram soldadas. Como compartimentos circulares, que suportarão a plantação, foram utilizados refratários de 1 metro e meio de diâmetro. "Na parte da irrigação os canos utilizados foram de 1/2", além disso para armazenamento de água foram colocados galões de 20 litros. Foram conectadas mangueiras de aquário nas saídas de água a fim de que houvesse reaproveitamento da água, mangueiras de aquário que podem ser facilmente encontradas. Para automação do processo foram utilizados elementos tais como arduíno Uno; Módulo *Ethernet*; Transmissor RF-434MHz; Fonte Chaveada 9V 1ª; Motor *Shield*L293D Ponte H; Módulo Relé; Motor DC 6v; Transformador 110-220/9v; Válvula Solenóide. **Conclusão:** É possível concluir que o projeto GARDEN é de suma importância para o desenvolvimento da região norte mineira, em função das inovações trazidas. Além disso, o protótipo atingiu o objetivo proposto de desenvolvimento de um módulo de cultivo e irrigação de alimentos orgânicos.

Palavras-chave: Módulo. Irrigação. Cultivo. Agricultura orgânica.

MORTALIDADE POR DOENÇAS ISQUÊMICAS DO CORAÇÃO: UMA ANÁLISE NACIONAL

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; BITTENDOURT, Isaac Brandão Magalhães[1]; DANTAS, Sávio Alves[1]; FRANCO, Gabriel Aquino[1]; NEVES, Inácio Luiz Morais[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: Em todo o mundo, as doenças isquêmicas do coração (DIC) geram elevados números de mortalidade, principalmente em países desenvolvidos (CHOR, FONSECA, DE ANDRADE, 1995). No Brasil são responsáveis por cerca de 20% do total de óbitos em pessoas com mais de 30 anos, demonstrando sua grande vastidão e alta letalidade (MANSUR, FAVARATO, 2012). O estudo das DIC apresenta-se como uma necessidade, uma vez que interferem diretamente na qualidade de vida da população e majoram significativamente os gastos públicos com internações e tratamentos. **Objetivos**: Descrever a mortalidade por doença isquêmica do coração no Brasil, no período de 2008 a 2016. **Metodologia**: Trata-se de uma análise descritiva, com delineamento retrospectivo e transversal na coleta de dados e abordagem quantitativa destes. A fonte de dados foi o *Sistema de Informação Hospitalar* do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponível no DATASUS/ Ministério da Saúde. Os óbitos foram investigados conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10, versão considerada a mais apropriada para a realidade brasileira (BRASIL, 2007). Para análise, foi utilizado o número de óbitos e a taxa de mortalidade específica (TME) calculada a cada 100.000 habitantes das seguintes variáveis: faixa etária, sexo e ano. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da característica secundária dos dados que impossibilita qualquer forma de identificação dos sujeitos envolvidos e não utiliza material biológico decorrente destes, conforme preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados/Discussão**: O total de mortes por DIC no período foi 130.034, sendo que o sexo masculino foi responsável por 55,5% dos falecimentos. A TME média foi 7,13/100.000 hab. No período analisado, houve uma disposição crescente da TME, iniciando em 2008 com 6,34/100.000hab., chegando a 7,91/100.000hab. em 2016, representando um aumento de 24%. Com relação à faixa etária, a TME aumentou progressivamente com a idade, iniciando com < 1/100.000 hab. em menores de 30 anos, alcançando os seguintes valores em pessoas mais velhas: 30 a 49 anos (4,26/100.000hab.); 50 a 59 anos (9,85/100.000hab.); 60 a 69 anos (16,98/100.000 hab.); e em pessoas com 70 ou mais (31,38/100.000 hab.). Dentre as regiões brasileiras, a Região Sudeste foi a mais acometida, sendo responsável por 48,4% do total de mortes, seguida pela Região Sul, que apresentou 20,76% dos óbitos. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram responsáveis por 3,9%, 20,3% e 6,5% do total de falecimentos por DIC, respectivamente. **Conclusão**: A descrição da mortalidade por DIC no Brasil evidenciou que estas doenças constituem um grande problema de saúde pública, principalmente por terem apresentado uma taxa crescente no período analisado e por serem responsáveis por um número cada vez maior de óbitos. Faz-se necessário a implantação de ações de prevenção mais efetivas que estimulem o controle dos fatores de risco e permitam o acesso da população aos serviços de saúde de forma preventiva.

Palavras-chave: Doenças cardíacas. Doenças cardiovasculares. Mortalidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade CID 10-lista de tabulação CID_BR**. 2007. Disponível em: <http// tabnet.datasus. gov.br/cgi/sim/obtcid10br.htm> Acesso em: 13 abr 2017.

CHOR D., DA FONSECA M.J., DE ANDRADE C.R. Doenças cardiovasculares: comentários sobre a mortalidade precoce no Brasil. **ArqBrasCardiol**; 64: 15-9, 1995.

MANSUR, AP; FAVARATO, D. Mortalidade por Doenças Cardiovasculares no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo: Atualização 2011. **Arq. Bras. Cardiol**: 99(2):755-761, 2012.

MUDANÇA DE GÊNERO NO REGISTRO CIVIL DO TRANSEXUAL À LUZ DA CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.739/RS

CRUZ, Lucas Milton Prates[1]; ROCHA, Victor Manoel Viana Dutra[1]; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Compreende-se gênero como o conjunto de características sociais e culturais, estabelecidas a partir da percepção das diferenças biológicas entre masculino e feminino. Entretanto, observa-se que a temática que envolve a percepção social das diferenças biológicas entre os sexos pela sociedade contemporânea transpõe um processo de mudança de paradigmas, não havendo mais a concepção da existência de um indivíduo unificado, delimitado e permanente, especialmente a temática que envolve a identidade de gênero, sentimento individual de ser masculino e feminino, que ultrapassa o sexo como indicador genital, visto que se fundamenta na percepção singular sobre o próprio sexo. Neste sentido, fundamental se faz a discussão da transexualidade à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Objetivo:** Objetiva a presente pesquisa analisar a mudança de gênero no registro civil dos transexuais, a partir da apreciação do Recurso Especial nº 1.626.739/RS, à luz da concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, especialmente ao direito à identidade, a não discriminação e ao direito fundamental à felicidade. **Método:** Empregou-se, para o desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultados:** Verificou-se que, a princípio, a obrigatoriedade do gênero no Registro Civil se dava pela conformação da genitália. Especialmente aos transexuais exigia-se realização de cirurgia de transgenitalização. Sem o procedimento, tal mudança era improvável deferindo-se apenas a mudança do prenome. A partir da análise do Recurso Especial nº 1.626.739/RS, a alteração do sexo não deve ser condicionada à cirurgia, devendo o Registro Civil retratar a realidade de gênero psicossocial da pessoa transexual, independente do sexo biológico. **Conclusão:** O Recurso Especial nº 1.626.739 apresenta-se como uma natural evolução do Direito, que se adequa às modificações que a sociedade adquire com o tempo. Tal mudança de paradigma é importante, visto que assegura à pessoa transexual a concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, especialmente o direito à identidade, o direito à não discriminação e o direito fundamental à felicidade.

Palavras-chave: Mudança de Gênero. Alteração de Registro Civil. Transexual. Dignidade da Pessoa Humana. Recurso Especial nº 1.626.739/RS.

MULTIPARENTALIDADE

SOBRAL, Aline Nascimento Cardoso; SAPORI, Carla Danielle Azevedo Rabelo Azevedo; SANTOS, Endrick Teixeira; AMARAL, Fabricia Gomes; VIEIRA,João Paulo.
FIPMoc

Introdução: O conceito de Família hoje se distancia de um passado em que somente o casamento e os filhos legítimos deveriam fazer parte desse meio, buscando como principal elemento, o afeto. O vocábulo família se modifica historicamente, trazendo importantes detalhes sobre o desejo do ser humano em demonstrar afetividade, sem necessariamente ter vinculo consanguíneo. A paternidade socioafetiva ganha espaço no mundo jurídico e social, e a multiparentalidade faz parte dessa nova realidade. **Objetivo**: Elucidar os leitores quanto à possibilidade da dupla paternidade no registro de nascimento, levando em consideração as vontades dos envolvidos de que se tornem parentes pelas vias legais. **Metodologia**: Resumo elaborado a partir de várias leituras sobre o tema, de forma qualitativa, exploratória e bibliográfica, usando de meios doutrinários da Biblioteca Sophia das Faculdades Integradas Pitágoras e jurisprudência do STF. **Resultados**: Nota se que a multiparentalidade foi considerada no Direito como uma das varias formas de famílias que se conceituaram ao longo dos anos, que influenciou o judiciário a repensar como o vínculo afetivo se demonstra tão importante em detrimento ao aspecto legal. Com as mudanças ocorrentes no meio social o direito se vê o tempo todo em transformação buscando de forma justa interpretar a lei para obter um resultado positivo. A dupla paternidade é possível pela jurisprudência do STF, ao qual analisou a questão de forma harmônica, e levando em consideração o livre arbítrio das pessoas envolvidas. A modernidade trouxe uma nova concepção de família, levando a essa nova realidade um conceito mais amplo e inovador. **Conclusão**: Conclui se que, a pós-modernidade mostra que é possível à formação de uma família através do amor, do afeto mútuo entre as pessoas, quebrando o paradigma de que esta seria constituída somente pelo casamento e por filhos legítimos. A atual visão desse modelo de família se sustenta nos princípios da dignidade da pessoa humana e na igualdade entre os filhos, tendo como precursor o

respeito e a reciprocidade afetiva. Cabendo ao Estado à proteção de qualquer forma de família, e ao judiciário o dever de buscar soluções justas para que esses princípios sejam efetivados na sociedade.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Pós-Modernidade. Afeto. Família.

NEOPLASIAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES EM MINAS GERAIS

NUNES, Flávio Marconiedson[1]; TEIXEIRA, Karina Cardoso[1]; BITTENDOURT, Isaac Brandão Magalhães[1]; DANTAS, Sávio Alves[1]; ROCHA, Larissa Danielle Reis[1]; NEVES, Inácio Luiz Morais[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O câncer infanto-juvenil representa a terceira causa de morte por doença em pessoas de 0 a 14 anos no Brasil e tem apresentado taxas de incidência crescente. Apesar da sobrevida alta, a doença é considerada incomum e por isso tem o diagnóstico frequentemente realizado de forma tardia. **Objetivo**: Analisar as internações hospitalares decorrentes de neoplasias em crianças e adolescentes de Minas Gerais e identificar a faixa etária, a raça e o gênero mais acometidos, bem como demais dados referentes às internações. **Metodologia**: Estudo de caráter descritivo, com delineamento retrospectivo e transversal na coleta de dados. A fonte utilizada foi o *Sistema de Informação Hospitalar* do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). As internações foram pesquisadas conforme a Lista de Tabulação CID-BR da CID-10, segundo os locais de internação, em indivíduos de 0 a 19 anos e os dados foram analisados a partir de estatística descritiva através do *Microsoft Excel 2007*. Inicialmente foi estabelecido um cruzamento dos dados referentes às internações hospitalares por neoplasias em crianças e adolescentes no respectivo período e estado e, posteriormente, procedeu-se ao estudo quantitativo destes para identificação das variáveis pré-estabelecidas. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da caracterização secundária dos dados que impossibilita qualquer forma de identificação das pessoas envolvidas e não utiliza material biológico decorrente destes. **Resultados**: Foi identificado um total de 39.249 internações hospitalares por neoplasias em indivíduos de até19anos de idade. Destas, 21.791 foram do sexo masculino e 17.458 do sexo feminino. Do total de internações, 1.307 ocorreram em crianças menores de 1 ano; 8.659 em crianças entre 1-4 anos; 8.706 em crianças entre 5-9anos; 9.590 entre 10-14 anos e 10.987 entre 15-19 anos. Observou-se uma isonomia na distribuição dos casos quanto à faixa etária, não sendo identificada predominância significativa entre as idades. Quanto à raça, o estudo evidenciou maior predominância entre brancos/ amarelos/ pardos, responsáveis por 91,2% dos casos. O valor médio das internações foi de 1.528,23 reais. Há de se ressaltar, entretanto, o alto valor gasto com crianças menores de 1 anos de idade, que foi de 3.358,41/internação. A média de permanência foi de 6,4 dias, com destaque novamente para os < 1 ano que apresentaram média de 11,5 dias. A taxa de mortalidade mostrou-se diretamente proporcional à idade, com exceção dos < 1 ano que apresentaram as maiores taxas. **Resultados**: A análise das internações hospitalares decorrentes de neoplasias infanto-juvenis em Minas Gerais permitiu identificar que a doença acomete múltiplas faixas etárias e sexo. As neoplasias em crianças menores de 1 ano mostraram-se bastante onerosas, tanto para os pacientes quanto para o Estado, apresentando altos gastos com internações.

Palavras-chave: Neoplasia. Câncer infantil. Mortalidade.

NOVAS TECNOLOGIAS DE MÍDIA E TENDÊNCIAS NO MUNDO ATUAL

SILVA, Fernanda[1]; ITABAIANA, Gustavo[1]; KAYQUE, Heberthy[1]; LACERDA, João Gabriel[1]; LIMA, Rodrigo[1]: LOPES, Vânia Silva Vilas Boas Vieira[2].
1Discentes do curso de Publicidade e Propaganda das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc

Introdução: A interatividade das mídias digitais vem proporcionando uma significativa mudança no modelo comunicacional vigente. O processo comunicacional, que anteriormente permitia o contato entre emissor e receptor apenas por meio de cartas, telefonemas ou mesmo pessoalmente, hoje se caracteriza pela existência de interações a todo o momento, com instituições, indivíduos e grupos que estejam em espaço e tempo distintos, ou simultaneamente. Essas alterações nas interações e nos relacionamentos são decorrentes da mudança na mediação. **Objetivo:** Compreender como as novas tecnologias vêm modificando as novas mídias é o objetivo deste trabalho. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica descritiva a diversos livros e artigos especializados na área. **Resultados:** Dentre os estudos analisados, observou-se que a convergência das tecnológicas das novas mídias abre um leque com inúmeras

possibilidades de transformações sociais, econômicas e culturais, a partir da oferta de múltiplos recursos que favorecem as interações, o compartilhamento, a troca e a construção de conhecimento. As mídias são inseparáveis das formas de socialização e cultura que elas promovem. Sendo assim, as novas mídias estariam estabelecendo um ciclo cultural próprio caracterizado pela interatividade, participação coletiva, cultura da convergência, narrativas transmidiáticas. **Conclusão:** A convergência e a integração de novas mídias tornam todos ao mesmo tempo produtores e consumidores da informação. As mudanças tecnológicas produziram profundos impactos também nas relações culturais e sociais. Assim, as inúmeras possibilidades de escolha e interação, a mobilidade e a virtualização permite romper as determinações do tempo e do espaço e ir além dos limites físicos. A comunicação digital desponta como uma oportunidade para se promoverem mudanças significativas nas relações de produção e transmissão de conteúdos informativos. Não se trata apenas de garantir o acesso a uma tecnologia de qualidade, mas também existe um potencial efetivo para favorecer a participação, a cooperação e a autonomia intelectual. Para tornar pública sua marca, anunciantes veem cada vez mais a necessidade de investir no *marketing*.

Palavras-chave: Comunicação digital. Novas mídias. Tecnologia

O AGIR COMUNICATIVO HABERMASIANO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA COMBINAÇÃO NECESSÁRIA

RODRIGUES, Edmilson Araújo1; VELOSO, Cynara Silde Mesquita2
1Prof. Dr. Orientador de TCC da FUNORTE; 2 Profª. Dra. docente da Unimontes, FIPMoc e FAVAG

Introdução: O Novo Código de Processo Civil de 2015 trouxe para o mundo jurídico uma visão do direito compreendido na perspectiva do outro, da dialética e, por conseguinte, do diálogo entre as partes e da interação com o julgador que deverá observar todos os argumentos lançados pelas partes no processo, além de outros elementos essenciais a uma decisão justa e acertada. Esse fenômeno processual é corolário da visão da teoria do agir comunicativo de Habermas que percebe a sociedade como sendo um espaço de discursividade e interação, para uma melhor solução do conflito. Diferentemente da visão teórico-instrumental que vê a relação processual como um fim em si mesmo, ou melhor, a solução deve ser produzida mediante o agir estratégico, ou o que determina uma das linhas mestras previstas no art. 489, §1º, inciso IV do NCPC/2015 que exige o respeito aos argumentos lançados no processo. **Objetivo**: O presente trabalho tem o intento de avaliar o sentido da norma processual direcionada para o respeito aos sujeitos processuais que são os verdadeiros destinatários da norma. **Método**: A susodita pesquisa será de cunho bibliográfico, tendo como suporte teórico as obras de Habermas (2003) e Leal (2002), desenvolvendo-se por meio de uma abordagem qualitativa. **Resultado**: Ao confrontar a enredo do código de processo civil de 1973 ora revogado com a nova sistemática do incipiente Código Processual de 2015, nota-se uma mudança radical em relação à condução do processo que tem como protagonistas as partes e como desiderato uma resposta processual vinculada ao princípio da razoável duração do processo acobertada por uma sentença de mérito respectivamente tratados no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no art. 4º do NCPC/2015 fruto do diálogo efetivo entre as partes. Cumpre destacar que o NCPC/2015 trouxe expressamente a perspectiva habermasiana quando se percebe sobremaneira a tese da argumentação como um dos principais elementos a ser enfrentado pelo julgador. E é com esse fundamento que o NCPC/2015 em seu art. 489, §1º, inciso IV assevera que uma decisão nunca será fundamentada se não houver a consideração de todos os argumentos deduzidos no processo, sob pena de infirmar a conclusão adotada pelo decididor. Arraigado no mesmo estribo, é que se exige uma fundamentação adequada condizente com as alegações das partes, corroborando com o agir comunicativo ou estratégico. Esse leito é o caminho mais viável de captação dos argumentos necessários a uma resposta judicial dinâmica e condizente com a dialogicidade entre os sujeitos em litígio. Conclusão: Quando o juiz não leva em consideração todos os argumentos alegados pelas partes, necessários para a fundamentação de qualquer decisão judicial, surge a possibilidade de recurso. A esse respeito, mostra-se oportuno avocar a importância da teoria habermasiana adotada no NCPC/2015 que criou instrumentos processuais que colocam o direito mais perto da sociedade, onde se constrói, efetivamente, o direito pautado no mundo da vida, no diálogo e nas argumentações das partes. Sendo esse ambiente o local por onde os jurisdicionados em litígio percorrem e são capazes de possibilitar a construção de um melhor resultado para a solução da demanda.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil de 2015. Agir instrumental. Agir comunicativo. Dialogicidade. Argumentos.

REFERÊNCIAS:
BRASIL. Código de Processo Civil de 1973. Revogado pela Lei n. 13.105,de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 18 maio. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 19 maio 2017.
HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v.1. 2. ed. Tradução de Flávio BenoSiebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria processual da decisão jurídica**. São Paulo: Landy, 2002.

O ATENDIMENTO À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO[3]

ALMEIDA, Aline Barbosa de[1]; MAIA, Fábio Rodrigues[1]; ARAGUASSU, Drayton Douglas[1]; PIMENTA, Marisa Franco[1]; PRATA, Lucas Vinicius[1]; SILVA, Leandro Luciano[2]
1Discentes das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: O acesso da população prisional às ações e serviços de saúde é definido inicialmente pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e regulamentado pela Lei n.º 8.080, de 1990, Lei do Sistema Único de Saúde, pela Lei n.º 8.142, de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, e pela Lei de Execução Penal n.º 7.210, de 1984. **Objetivo**: Analisar a observância dos direitos fundamentais do preso pelo sistema penitenciário brasileiro, especificamente em relação ao atendimento à saúde. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por objeto de análise a bibliografia disponível sobre a temática em meio físico e digital, e os resultados do diagnóstico sobre pessoas presas no Brasil, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2014 e Levantamento nacional de informações penitenciárias, feito pelo Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (DEPEN-MJ) no ano de 2014. **Resultado:** De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de junho de 2014, entre 2004 e 2014 houve um crescimento de 111% da população prisional, que hoje atinge índice superior a 710.000 pessoas, incluindo aquelas em prisão domiciliar. A superlotação, sua precariedade e insalubridade tornam as prisões um ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças ferindo o princípio constitucional da dignidade humana. Todos esses fatores estruturais, como também a má-alimentação dos presos, sedentarismo, uso de drogas, falta de higiene e toda a lugubridade da prisão fazem com que o preso que ali adentrou numa condição sadia de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou saúde fragilizada. (ASSIS, 2007). Não há tratamento médico-hospitalar dentro de grande parte das prisões. Apesar de 37% das unidades apresentarem módulo de saúde, 63% das pessoas privadas de liberdade encontram-se nessas unidades. Ou seja, mais de um terço da população privada de liberdade não tem acesso a qualquer serviço de atenção básica de saúde na unidade. Todas as pessoas presas no Distrito Federal e na Bahia estão em unidades com módulos de saúde. Apenas quatro unidades do Rio de Janeiro indicaram ter módulo de saúde. Essas quatro unidades custodiam apenas 1% da população prisional deste estado, ou seja, 99% da população prisional não contam com módulo de saúde. Roraima também apresenta uma proporção baixa de pessoas presas em unidades com módulo de saúde: uma em cada dez pessoas privadas de liberdade está custodiada em estabelecimentos com essa estrutura. (DEPEN-MJ, 2014). Quando o preso doente é levado para ser atendido fora da unidade, há ainda o risco de não haver vaga disponível para o seu atendimento, em razão da igual precariedade do SUS. **Conclusão:** Observou-se que existe, no caso do sistema prisional brasileiro, a partir de dados dos relatórios do CNJ/2014 e DEPEN-MJ/2014, uma deficiência em relação ao atendimento à saúde do cidadão privado de sua liberdade. Ocorre que esta constatação não pode ser generalizada, no entanto sugere que a situação esteja presente em outros estabelecimentos prisionais pelo país, demandando novas pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: Sistema prisional. Dignidade humana. Direito dos presos. Saúde. Ressocialização.

[3]Resultados parciais das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Interdisciplinar **"Sistema Penitenciário e Direitos Humanos"** em execução pela Disciplina de Direito Constitucional II, Curso de Direito das FIP-Moc.

REFERÊNCIAS:
ASSIS, Rafael Damaceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017
BRASIL. **Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990a. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL**. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias Infopen - Junho De 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> Acesso em: 18 mai. 2017

O CÂNCER INFANTIL E SUA INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO

FERREIRA, Bianca Andrade [1]; GONÇALVES, Romeu Godinho ; LANCUNA, Alex Cezar[1]; MAGALHÃES, Nathália Paranhos[1]; PEREIRA, Gustavo Veloso; FRANÇA, Dorotheia Schmidth[2]
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

Introdução: O câncer infantil constitui uma classe de doenças definida por modificações na divisão e multiplicação de células com incidência de metade dos casos, em crianças menores de cinco anos de idade. Sendo a leucemia a neoplasia mais recorrente em crianças, a experiência de ser portador de câncer exige uma nova maneira da família e do portador lidar com fatores biopsicossociais. **Objetivo:** Analisar as principais influências do câncer infantil na qualidade de vida e desenvolvimento do portador, e produzir uma cartilha com enfoque nos principais sinais e sintomas da leucemia infantil. **Método:** Esse estudo apresenta natureza dedutiva e indutiva, também objetivos metodológicos exploratórios e explicativos, de cunho qualitativo, utilizando do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e artigos científicos recentes em fontes de dados confiáveis. **Resultados:** A neoplasia mais prevalente em crianças é a leucemia, seguido pelos linfomas, sendo juntos, 43% dos casos. Os sintomas mais comuns envolvem a febre, acompanhado por adenomegalias, hemorragias e palidez. Diagnosticado precocemente, a chance de cura é de cerca de 80%. Além disso, foi produzida uma cartilha dos principais sintomas da leucemia e distribuída nos principais centros de saúde em Montes Claros – MG. **Conclusão:** Pode-se concluir que o desafio de diagnosticar precocemente o câncer infantil mais recorrente ocorre, visto que, as manifestações clínicas são inespecíficas e comumente são relacionadas a outras doenças da infância. Além disso, o tratamento do câncer na infância deve ser planejamento, devido à complexidade do tratamento e as necessidades psicológicas do paciente e também de sua família.

Palavras-chave: Câncer. Leucemia. Infantil. Desenvolvimento

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA A GARANTIA DE DIREITOS

CRUZ, Lucas Milton Prates[1]; NETO, Júlio Cipriano Silva[1]; RAMOS, Fernando Henrique Fagundes[1]; ROCHA, Víctor Manoel Viana Dutra[1]; SILVA, Iasmin Lóren Barbosa[1]; VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2].
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Devido Processo Legal é o princípio que garante a todas as pessoas um processo devido, assegurando direitos e seguindo os princípios considerados importantes para o ordenamento jurídico vigente, notadamente o Contraditório, a Ampla Defesa e a Isonomia. A Audiência de Instrução e Julgamento é aquela convocada quando há prova oral ou esclarecimentos por parte dos peritos a serem colhidos em momento anterior à decisão da causa – sendo indispensável nesses casos. **Objetivo:** Analisar o devido processo legal e a importância da audiência de instrução e julgamento para a garantia de direitos. **Método:** Utilizou-se a técnica qualitativa, exploratória e bibliográfica. **Resultados:** A audiência de instrução e julgamento, a qual se presta à instrução, discussão e decisão da causa, para que seja corretamente guiada, deve seguir o princípio do Devido Processo Legal, o qual fundamenta ser importante seguir os princípios do ordenamento jurídico vigente, assim, garantindo-se os direitos humanos e demais direitos básicos. Dentre os princípios que fundamentam o Devido Processo Legal, destacam-se os do Contraditório, da Isonomia e da Ampla Defesa. O Contraditório é o direito das partes de contradizer, ou apresentar tese contrária, em relação àquilo dito contra ela, com simétrica paridade; a Isonomia é o equilíbrio de poder entre as partes, seja em questão da fala, na influência das mesmas no processo e na igualdade de prazos; a Ampla Defesa é princípio que se conecta ao Contraditório, visto que visa assegurar a garantia às partes de se defender no processo, utilizando-se, por exemplo, da produção de prova oral, através da oitiva das testemunhas. Quando corretamente executada, a Audiência de Instrução e Julgamento tende a cumprir e efetivar direitos humanos fundamentais, inclusive o Contraditório, a Isonomia e a Ampla Defesa, garantindo um processo justo e equilibrado. **Conclusão:** De acordo com os textos trabalhados, conclui-se que o princípio do Devido Processo Legal se mostra como importante instrumento para garantir à Audiência de Instrução e Julgamento característica de justiça e equidade. Isso se dá, visto que as partes têm condições de realizar, no processo, a discussão acerca do tema, levantando e questionando as teses que se desenvolverem, além de, ao terem poder equivalente dentro da causa, a decisão tem condições de ser influenciada por todos aqueles que são atingidos por ela. A Garantia de Direitos se dá graças a esses princípios, visto que, assim, ninguém será submetido à arbitrariedade estatal ou de outrem. Assim, quando o Devido Processo Legal não é seguido, fica evidenciado o desequilíbrio do poder entre os envolvidos podendo, o processo, portanto, ser injusto e nulo.

Palavras-chave: Devido Processo Legal. Audiência de Instrução e Julgamento. Direitos Fundamentais. Contraditório. Isonomia. Ampla Defesa.

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA

PRATES, Ana Caroline Ribeiro[1]; SANTOS, Brenda Moreira Aguiar e [1]; FREITAS, Sammila Almeida[1]; VIANA, Tamires de Souza Martins[1]; SOUZA, Robson Alexandre de[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: OPacto São José da Costa Rica é um tratado assinado por países que compõem a Organização dos Estados Americanos. O documento foi assinado em 22 de novembro de 1969, entrando em vigor em 18 de julho de 1978. No Brasil o Pacto foi ratificado só em 25 de setembro de 1992. O devido processo legal é a garantia constitucional que o indivíduo tem de contradizer qualquer acusação que lhe foi atribuída. Esta garantia é encontrada no Pacto São José da Costa Rica e, além disso, é pertinente que ocorra uma análise da aplicação e da aceitação do Pacto São José da Costa Rica perante os tribunais brasileiros. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi compreender o Pacto São José da Costa Rica e o devido processo legal e indagar sobre a aceitação do Pacto pelos tribunais. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em doutrinas, revistas jurídicas e nas bases de dados *online SciELO,* Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Os dados foram interpretados à luz da literatura. **Resultado:** O Pacto São José da Costa Rica tem por possibilitar a todos os indivíduos os direitos fundamentais humanos. Assimilados a esses direitos, está o devido processo legal que garante que nenhum indivíduo seja considerado culpado antes de um processo que siga todas os meios legais. Os tribunais brasileiros têm aberto espaço ao Pacto como ocorreu no caso que resultou a lei Maria da Penha e a concessão de 27 habeas corpus em casos de depositários infieis. O devido processo legal, dentro do Pacto e da

Constituição brasileira, é o maior apoio legal que o direito penal e o direito processual adquiriram. Juntamente ao princípio de instrumentalização das formas, o devido processo legal vem ressaltar a validação dos atos praticados previstos em lei e assim chegarão ao fim desejado. **Conclusão:** Infere-se que desde que o Pacto São José da Costa Rica foi ratificado e aprovado no Brasil, ele pode ser adotado pelo judiciário brasileiro como fundamentação de suas decisões. Mesmo que as bases dos direitos fundamentais defendidos pelo Pacto se assemelham com as defendidas pela Constituição, em casos que os tribunais brasileiros deixam a desejar, é de direito do indivíduo que recorra à Corte Interamericana de Direito Humanos, órgão judicial que ampara o Pacto.

Palavras-chave: Pacto São José da Costa Rica. Devido processo legal. Tribunais brasileiros.

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS SESSÕES E AUDIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

BORGES, Maria Clara Veloso[1]; QUINTILIANO, Mariana Cavalcante[1]; VIANA, Rodrigo Gomes Rodrigues[1]; Ó, Thayná Dias Ferreira do[1]; GABRICH, Lara Maia Silva[2]; TORRES, Vânia[2].
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: O devido processo legal se trata de um princípio garantidor de um julgamento justo, desprovido de arbitrariedades, uma vez que subordina o poder do Estado aos princípios norteadores de um processo, devendo ser observado nas sessões e audiências de mediação e conciliação, possibilitando o respeito a todas as etapas previstas para a produção de um acordo justo. **Objetivo:** Analisar a observância do devido processo legal nas audiências e sessões de mediação e conciliação. **Método:** Estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico. **Resultado:** O devido processo legal tem como objetivo garantir um julgamento justo, pautado em princípio, como o do contraditório, isonomia e ampla defesa, os quais proporcionam às partes condições igualitárias de defender seus interesses. A mediação e a conciliação se tratam de sessões públicas que visam produzir uma solução benéfica para ambas as partes, sendo realizada muitas vezes por elas mesmas. A importância desses métodos para o devido processo legal é que garantem o respeito aos princípios assegurados por este, tendo em vista que, nas sessões ou audiências de mediação e conciliação se faz presente o procedimento de contraditório, ampla defesa e isonomia, de forma menos formal, uma vez que as partes através do diálogo podem expor suas condições motivos, sendo proporcionados a elas tratamentos igualitários, visando a solução pacífica entre as partes. **Conclusão**: O devido processo legal, por se tratar de um princípio garantidor de um julgamento justo, deve ser observado em todas as etapas de qualquer método de resolução de conflito. Dessa forma, percebe-se que a mediação e a conciliação servem para efetivar o cumprimento do devido processo legal, pois para produzir uma solução benéfica e eficaz devem ser seguidos os princípios norteadores defendidos pelo mesmo.

Palavras-chave: Devido Processo Legal. Mediação. Conciliação.

O DIREITO E SUAS FONTES

LIMA, João Pedro Alves[1]; NASCIMENTO, Karoliny Cunha[1]; NEVES, Maria Eduarda Meira[1]; ALMEIDA, Maria Eduarda Ramalho Viana de[1]; MOTA, Stefanny Carlos Alves da[1]; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Etimológicamente, a da palavra Direito vem do verbo dirigere, e significa aquilo que é reto, orienta e endireita. (CARDOSO, 1995). O Direito possui sentido plurívoco, devido apresentar várias definições, mas todas possuem semelhanças. E as suas fontes são de onde ele provém, a origem do Direito. **Objetivo:** O estudo buscou identificar a origem do Direito e suas fontes. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. Como critério de inclusão foram admitidas publicações em língua nacional. **Resultados:** O Direito sempre esteve presente nas sociedades devido a necessidade que a convivência coletiva exige de uma ordem, de algo que a presida. Nos primórdios das civilizações o Direito se caracterizava por ser consuetudinário baseado nos costumes dotados de religiosidade e posteriormente passou a ser um Direito positivado, escrito. Esse apresenta cinco sentidos, que são o direito como ciência, que é o estudo das normas jurídicas para uma melhor compreensão do ordenamento jurídico; o direito como norma, na qual é a lei, uma regra social obrigatória; o direito como justo, aquilo que é devido por justiça a cada um; o direito como fato social, que é o fenômeno da vida coletiva; e o direito como faculdade, que é o poder de cada indivíduo para mover uma ação. E as suas fontes, de onde nascem as normas e princípios que regem essa ciência jurídica, são as leis, os costumes, as

doutrinas, as jurisprudências, a analogia e os princípios gerais de direito. **Conclusão:** Conclui-se que o Direito é de suma importância, pois é a ciência que rege o comportamento dos indivíduos e garante os direitos dos cidadãos para uma condição de vida digna, gerando um ordenamento social, que é fundamental para uma nação. E para que haja essa ordem é imprescindível o uso das fontes do Direito que servem de base para auxiliar na organização da sociedade.

Palavras-chave: Direito. Origem etimológica. Fontes do Direito.

REFERÊNCIA:

CARDOSO, Otávio Ferreira: **Introdução ao estado do direito**. 3. ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

O MÉTODO APAC NO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

FURTADO, Thaís Mendes[1]; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes.
1Discente; 2Docente das FIPMOC.

Introdução: Em decorrência da situação negativa em que se encontram os locais de cumprimento da pena privativa de liberdade no Brasil, surgiu a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), como alternativa eficaz para a ressocialização do preso. **Objetivo:** Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo a respeito desse método, analisando a aplicação humanizada da pena, conforme insta a Lei de Execuções Penais (LEP). **Método:** Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de doutrinas, legislações, meios eletrônicos, revistas jurídicas, teses e artigos científicos, utilizando-se o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Como resultado, verificou-se que a APAC tem como intuito preparar o recuperando, que é como se chama o preso neste sistema, a uma futura liberdade, quando cumprir integralmente sua pena. Para isso, incentiva o estudo e a qualificação laboral, sem perder de vista o cumprimento punitivo de sua sentença penal condenatória. Além disso, a metodologia APAC busca o respeito pela dignidade humana do preso, pois, só deve ser restrito a ela, aquilo estipulado na sentença, não podendo ser privado, portanto, dos direitos não afetados pela mesma. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que na ineficácia dos meios tradicionais em aplicar uma pena justa que recupere o preso para a sociedade e que seja, de fato, efetiva, além de respeitar a legislação brasileira, a APAC concretiza-se como melhor solução na aplicabilidade da pena e ao mesmo tempo, favorece as condições para a recuperação e preparação do preso ao regresso à sociedade, tendo em vista que os índices de reincidências, fugas e rebeliões serem baixos, quando comparados ao modelo tradicional, e o custo menor.

Palavras-chave: Método APAC. Execução penal. Recuperação Ressocialização..

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O SISTEMA PRISIONAL

ANJOS, Cassia Mirene Pereira dos[1]; CARVALHO, Mércia Pereira de[1]; OLIVEIRA, Isabella Gonçalves de[1]; PINA, Neila Renata Silva[1]; PIRES, Tatiana Drumond[1]. FREITAS, Andressa Mendes de[2].
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: A congruência entre o direito e seus modos de aplicação são essenciais para a garantia de condições dignas de sobrevivência aos integrantes de uma sociedade. Diante dos infortúnios vivenciados pelo sistema prisional, questiona-se qual tem sido a atuação do Ministério Público nesse setor. **Objetivo:** Analisar o papel do Ministério Público no sistema prisional brasileiro. **Metodologia:** A pesquisa realizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em leis, doutrinas e nas revistas eletrônicas Âmbito Jurídico e Conjur. **Resultados:** O Ministério Público, conforme o art. 127 da CRFB/88 é instituição permanente, necessária à função jurisdicional do Estado, a qual cabe à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Em decorrência de tal previsão constitucional, compete ao *parquet* o dever de conhecer as condições em que vive a população carcerária, de aferir a capacidade e as características das instalações bem como a regularidade e a qualidade com que são prestados os subsídios garantidos pelo Estado. Contudo, a superlotação, péssimas condições de higiene, alimentação e assistência à saúde, crime organizado, rebeliões e corrupção da classe pública, habituais à realidade dos cárceres, denotam uma falha generalizada dos poderes, sobretudo do Ministério Público. Entende-se ser necessária para a reversão do quadro degradante em que se encontram os complexos carcerários nacionais, a atuação sistemática e conjunta de todos os entes competentes, exigindo-se, da instituição em questão a adoção de uma postura protagonista e coerente à sua função de defensora da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. É mister que o *parquet* zele

pela observância dos direitos e garantias fundamentais, orientando os cidadãos acerca das disposições da Constituição, exigindo a atuação efetiva das autoridades responsáveis e empenhando-se precipuamente para o aperfeiçoamento estrutural do sistema carcerário. **Conclusão:** Concluiu-se que, somente por meio de uma atuação protagonista e ordenada do Ministério Público, em conjunto com os demais poderes, é possível resgatar o sistema prisional brasileiro e a coerência entre o direito e a sua aplicação prática.

Palavras-chave: Ministério Público. Sistema Prisional. Execução da Pena.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA

CRUZ, Lucas Milton Prates[1]; ROCHA, Victor Manoel Viana Dutra[1]; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Mito da Democracia Racial refere-se à desconstrução da ideia de que, no Brasil, existem relações raciais harmônicas, praticamente inexistindo o preconceito. O Pacto de San José da Costa Rica é um tratado internacional, sistematizado pela Organização dos Estados Americanos, com o objetivo de proteger os Direitos Humanos. **Objetivo:** Analisar o mito da Democracia Racial, no Brasil, à luz do Pacto de San José da Costa Rica. **Metodologia:** Utilizou-se a técnica qualitativa, exploratória e bibliográfica. **Resultados:** A ideia de Mito para o conceito de Democracia Racial foi trazida por Florestan Fernandes na década de 1960, quando ele desenvolveu estudos no sentido de analisar as relações raciais que ocorriam no Brasil à época. Suas conclusões, baseadas na ideia de uma sociedade de classes, trouxe a concepção de que a discriminação efetivamente persiste na sociedade brasileira, já que o negro enfrenta enorme dificuldade de se incluir no cerne da sociedade, caracterizada como liberal e industrializada. O Pacto de San José da Costa Rica surge como um dos diversos tratados internacionais sobre Direitos Humanos que surgiu na segunda metade do século XX; esses tratados nasceram como uma resposta mundial aos movimentos autoritários outrora experimentados pelas nações europeias, notadamente o Nazismo e o Fascismo. Na América Latina não é diferente, aqui o Pacto vem com o objetivo de combater quaisquer formas de autoritarismo, além de buscar enfrentar preconceitos historicamente enraizados, como o de raça – assim como de credo, de gênero, de opinião política, etc. Uma das obrigações dos Estados que assinam o Pacto é de combater tais fatos; no Brasil, a política pública mais notória nos últimos tempos nesse sentido tem sido as Cotas Raciais, tanto para o ingresso no Ensino Superior, quanto para Concursos Públicos – dessa forma, o Estado brasileiro passa a tomar postura de enfrentamento à discriminação, através da correção de desigualdades historicamente acumuladas. **Conclusão:** Assim sendo, observa-se que apesar de haver uma conjuntura internacional – notadamente, o Pacto de San José da Costa Rica –, aliada à política interna, no Brasil, ainda não foi possível encontrar a plenitude das relações raciais; permanece, ainda hoje, o preconceito racial na nação. Isso é evidenciado vez que, seguindo o pensamento de Fernandes, o negro ainda encontra dificuldades em ser incluído no cerne social. Portanto, novas atitudes devem ser tomadas nesse sentido; ressalta-se a importância de matérias como Antropologia e Sociologia para estudantes do ensino básico de educação, afim de garantir a eles um olhar amplo acerca das questões raciais.

Palavras-chave: Mito da Democracia Racial. Pacto de San José da Costa Rica. Racismo. Florestan Fernandes.

O PAPEL DA MEDIAÇÃO NO DIREITO PENAL

ALMEIDA, Aline Barbosa de; PARAGUASSU, Drayton Douglas; MAIA, Fábio; PRATTA, Lucas Vinicius; PIMENTA, Marisa Franco.
FIPMoc

Introdução: A Mediação Penal é um método alternativo no qual uma terceira pessoa, o mediador, imparcialmente conduz o processo que tem como princípios, a participação da vítima e do ofensor para a resolução dos danos causados pelo conflito, a restauração das relações desfeitas e o reconhecimento da culpa por parte do infrator. **Objetivos:** Identificar o papel da mediação no direito penal. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando artigos acerca do tema. **Resultados:** Na mediação penal o mediador desenvolve seu trabalho a partir de uma posição neutra, tentando obter o melhor das partes, promovendo a aproximação destas sem impor soluções, mas conduzindo o processo na tentativa de ajudar as pessoas envolvidas a restabelecer o diálogo e encontrar uma solução satisfatória para todos. A Recomendação do Conselho da Europa nº R (99)

19 define a mediação penal como qualquer processo por meio do qual a vítima e o ofensor são habilitados, se livremente o consentirem, a participar ativamente na resolução de assuntos que surgem do delito com a ajuda de um terceiro imparcial (mediador). A vítima é beneficiada com a participação direta na resolução do conflito que a atingiu; expressa seus sentimentos, bem como seu ponto de vista em relação ao conflito; relata ao infrator e à comunidade o impacto que a infração teve na sua vida, tanto no âmbito material quanto no âmbito psicológico; é reparada pelo dano sofrido, conforme seus interesses e expectativas; conhece e percebe as motivações e circunstâncias que levaram o agente à prática do delito e; ultrapassa receios e apazigua eventuais sentimentos de raiva. O infrator é conscientizado de suas ações e das consequências destas sobre a vítima, a comunidade e sobre si mesmo; repara a vítima, participando da solução do conflito; conscientiza e reconhece a dimensão e valor dos bens jurídicos ofendidos; (re)valoriza aquele que delinquiu a partir do momento que reconhece sua capacidade de se responsabilizar, dando-lhe a oportunidade de participar da resolução do conflito e agir em conformidade com a lei; reduz o tratamento discriminatório impingido pelo direito penal ao infrator, restabelecendo a dignidade humana e deixando de considerá-lo como "inimigo". Na comunidade produz a transformação comunicativa, gerando relações com maior cunho de respeitabilidade nas comunidades em que são implantadas, reduzindo o índice de violência; promove a integração daqueles envolvidos direta e indiretamente no conflito, possibilitando o exercício da cidadania e; promove a busca de interesses comuns que favoreçam a convivência e previnam a criminalidade, em vez de estigmatizar e reforçar as diferenças entre os membros da comunidade/sociedade. **Conclusão:** Assim, percebe-se na mediação penal, um novo modelo de justiça, que aponta para uma ordem jurídica penal cooperativa, que é imprescindível para o estudo do pluralismo jurídico, para a compreensão do direito na atualidade, para a concepção de democracia contemporânea e para o efetivo exercício da cidadania. Pode-se ainda dizer que este modelo almeja a constrição do sistema de justiça criminal tradicional, sobretudo no que diz respeito à redução da aplicação de penas privativas de liberdade.

Palavras-chave: Mediação penal. Método alternativo. Conflito. Mediador.

REFERÊNCIA:

Iniciativa do Reino da Bélgica tendo em vista a aprovação da decisão do Conselho que cria uma rede europeia de pontos de contacto nacionais para a justiça reparadora. <Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52002IG1008(01)> Acesso em: 09 de Maio de 2017, as 10:50.

O PAPEL DO ADVOGADO NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO.

ALKIMIM, Renata Wanderley[1]; CARVALHO, Guilherme Silva de[1]; OLIVEIRA, Paulo Henrique[1]; SOARES, Solange de Fátima, BALEEIRO, Ana Cristina Nobre[2].
Discentes das FIPMoc[1]; Docente das FIPMoc[2].

Introdução: A advocacia é considerada como uma das atividades essenciais para a administração da justiça. Daí a importância do advogado na sociedade, uma vez que ele detém a capacidade de postular os interesses das pessoas em juízo ou fora dele e também de prestar assessoria e consultoria. Surge nesse meio o papel do advogado no processo de mediação, aquele capaz de solucionar conflitos de uma forma mais célere, antes mesmo de se formar um litígio. **Objetivo:** Neste sentido o presente trabalho tem o propósito de analisar qual o papel do advogado no processo de mediação. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, em que os dados foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** O papel do advogado é extremamente importante neste contexto. É ele que tem o contato prévio com o cliente. Assim, pode fazer os esclarecimentos necessários sobre esta forma de resolver conflitos, comentar as suas vantagens e prestar orientações jurídicas sobre o assunto antes e durante a sessão de mediação — especialmente na fase final do procedimento, que é a de discussão de um acordo. As orientações jurídicas somente poderão ser prestadas por advogados. Mediadores não podem fazer quaisquer esclarecimentos legais durante a sessão — mesmo que sejam advogados. Por isso, a função do advogado na mediação precisa ser estimulada sempre por mediadores. O advogado já pode ser colaborativo quando o mediador faz a declaração de abertura na sessão. Os envolvidos, geralmente tensos, são informados como funciona a mediação e as demais regras para uma boa condução do trabalho que será desenvolvido. Neste momento, as partes são protagonistas. São elas que relatam os fatos para o mediador, ao contrário do que acontece em uma audiência judicial. Se o advogado aproveita o momento para escutar ativamente as explicações e os relatos das partes, já ajuda a criar um ambiente de tranquilidade. Isso mesmo quando as partes já estão acordadas e, em tese, pacificadas. Afinal, a mediação não trabalha somente o acordo e sim interesses e sentimentos com foco prospectivo. **Conclusão:** Conclui-se que é de grande

relevância os papeis que o advogado exerce no processo de mediação atuando de forma imparcial, cooperativa e colaborativa, reafirmando assim, o que diz o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), em seu artigo 2º, e a Constituição Federal, em seu artigo 133, que o advogado é indispensável para a administração da Justiça. Mas, apesar de muitos advogados já atuarem de forma cooperativa e colaborativa, alguns ainda precisam avançar o passo em busca da pacificação para seus clientes.

Palavras-chave: Papel do advogado. Mediação. Imparcial. Cooperativo. Colaborativo.

O PROCESSO DE CORROSÃO NO AÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

DURÃES, Arthur S. A.[1]; SANTOS, Edinaldo S.[1]; COSTA, Jonathan A.[1]; MATOS, Lucas S.[1]; JUNIOR, Valter T. S.[1]; QUEIROZ, Érica K. R.[2]
1Acadêmicos do curso de Engenharia Civil das FIPMOC. 2Docente FIPMOC

Introdução: Essa pesquisa refere-se ao processo de corrosão no aço, com uma abordagem sobre os aspectos naturais ou químicos que influenciam na corrosão e fragilidade da estrutura física do aço. **Objetivo:** Analisar as situações de exposição que são mais abrasivas à estrutura das construções civis. **Método:** Foram realizadas pesquisas bibliográficas, testes laboratoriais de resistência aos elementos químicos e naturais, como também testes de resistência à tração. Para tanto, considerou as normas da ABNT "Associação Brasileira de Normas Técnicas", referindo-se as características físicas e químicas do aço e suas características de tração, compressão e cisalhamento. Como dados conclusivos **Resultado:** Foi possível estabelecer o agente natural ou químico mais prejudicial à estrutura do aço, tendo em vista o quão grave possa ser uma estrutura que venha sofrer essa corrosão podendo vir a ruir e ocasionar desastres de magnitudes não mensuráveis. Com o resultado é possível afirmar que o composto químico H2SO4 ácido, em hipótese alguma poderá ter contato com o aço devido ao seu elevado teor corrosivo, como também o composto H2O+NACL, água e sal, também ocasionam em pouco tempo uma deterioração elevada à estrutura do aço podendo levar ao rompimento das barras estruturais das construções. **Conclusão:** Agentes naturais ou químicos que necessitam de elétrons para ficar em equilíbrio, em contato com o aço, ocasionará ao metal uma perca expressiva de suas características estruturais sejam elas, tração, compressão ou cisalhamento, consequentemente trazendo a ruptura da barra de aço.

Palavras-chave: Construção civil. Aço. Corrosão.

O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

SANTOS, Lucimar Mendes dos1[1]; VIEIRA,Vânia Ereni Lima2[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A presente pesquisa versa sobre o trabalho como instrumento de ressocialização do apenado no atual sistema carcerário brasileiro. O trabalho dignifica o homem, consistindo em um direito e um dever do preso, bem como um importante meio de ressocialização. **Objetivo:** O objetivo consistiu em analisar se o trabalho prisional está cumprindo a função ressocializadora da pena. **Método:** Para o desenvolvimento desta pesquisa, aplicou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo, empregando a abordagem exploratória. **Resultado:** Verificou-se que a realização do trabalho prisional oferece aos presos diversos benefícios, como o instituto da remição, além de facilitar ao egresso a convivência em sociedade. Os presos que trabalham possuem mais chances de conseguirem um emprego ao saírem da prisão do que aqueles que não trabalham. Para tanto, faz-se imprescindível a oferta do trabalho e de cursos profissionalizantes pelos estabelecimentos prisionais. Entretanto, o que se observa no atual sistema carcerário brasileiro é o descaso com os presos, além de uma superlotação carcerária, condições precárias de higiene nas celas, agrupamento de presos primários com reincidentes, o que desencadeia doenças e violência. A própria jurisprudência compreende a importância da realização do trabalho prisional na ressocialização do apenado, bem como reconhece a situação desorganizada em que se encontra o sistema carcerário brasileiro. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto, que o atual sistema carcerário brasileiro não está cumprindo a função ressocializadora da pena, visto que os cárceres não dispõem de estrutura para isso, ensejando uma maior probabilidade de retorno ao crime quando o preso sair da unidade prisional.

Palavras-chave: Trabalho prisional. Ressocialização. Sistema carcerário.

O TRABALHO DO APENADO E A RESSOCIALIZAÇÃO

ANJOS, Cassia Mirene Pereira dos[1]; CARVALHO, Mércia Pereira de[1]; OLIVEIRA, Isabella Gonçalves de[1]; PINA, Neila Renata Silva[1]; PIRES, Tatiana Drumond[1]. LIMA, Vânia Ereni[2].
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: O trabalho do apenado, em regra, é a atividade desenvolvida no estabelecimento penal pelas pessoas submetidas a penas privativas de liberdade. Entende-se que a ressocialização é um dos benefícios auferidos pelo preso com a prática de atividades laborais durante a execução de sua pena. **Objetivo:** Analisar os direitos do trabalhador que são respeitados em relação ao apenado. **Metodologia:** A pesquisa realizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em leis, doutrinas, e nas revistas eletrônicas Âmbito Jurídico e Universo Jurídico. **Resultados:** O trabalho do preso permite a restauração da dignidade humana do condenado, a elevação de sua autoestima, a otimização do tempo ocioso e o desenvolvimento de sua qualificação e capacitação profissional. Consequentemente, o processo de reinserção social depende da integração entre trabalho e execução da pena privativa de liberdade. A atividade laboral pode ser interpretada como dever social do preso, se realizada em condições dignas e que respeitem as aptidões e capacidades deste. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), determina que o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Não existe a possibilidade de ser reconhecido o vínculo empregatício no trabalho desenvolvido no interior do estabelecimento penal, ainda que presentes os elementos necessários à configuração do contrato de emprego como pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade. No entanto, assim como os não submetidos a penas privativas de liberdade, os presos mantêm o direito a jornada normal de trabalho não superior a 8 horas, ao descanso nos domingos e feriados, além de remuneração, que não poderá ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. Não há óbice para o reconhecimento de existência da relação de emprego juntamente com as garantias a ela inerente em relação aos presos que prestem serviços externos a entidades privadas e aos submetidos a regimes aberto e semiaberto. A remição, instituto pertinente ao trabalho do apenado, permite que o condenado que cumprir pena em regime fechado ou semiaberto, tenha, para cada três dias trabalhados, um dia remido. **Conclusão:** Concluiu-se que alguns dos direitos do condenado podem ser equiparados ao assegurados aos trabalhadores pela CLT. A decisão sobre a existência da relação de emprego compete a Justiça do Trabalho. O trabalho possibilita a redução do tempo de execução da pena, garante ao preso uma forma saudável e produtiva de ocupar o seu tempo ocioso e, sobretudo, auxilia no processo de ressocialização possibilitando o retorno do condenado à sociedade em menor tempo.

Palavras-chave: Execução Penal. Trabalho do apenado. Ressocialização.

O USO DA TECNOLOGIA DE FERRAMENTARIA RÁPIDA NA FABRICAÇÃO DE MATRIZES

ALMEIDA, Ronaldo Batista[1]; BATISTA, José Messias Cardoso[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
PEREIRA, Wilyan[1]
1Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

Introdução: A tecnologia da fabricação mostra-se de fundamental importância na abordagem das necessidades das indústrias manufatureiras. Em linhas gerais, há uma enorme preocupação com o tempo de introdução de seus produtos no mercado (*time tomarket*). Nas diversas fases de desenvolvimento de produtos, o uso da tecnologia de prototipagem rápida possibilita reduzir o tempo de fabricação e custos, bem como avaliar o produto antes de chegar ao usuário final, garantindo a qualidade e eficiência no desenvolvimento de novos produtos. **Objetivo:** O objetivo central do trabalho em questão visa,comparar a tecnologia de fabricação de matrizes existente com os métodos convencionais, destacando as vantagens em termos de sua aplicação no desenvolvimento de produtos em relação aos processos convencionais. **Método:** O presente estudo consiste numa pesquisa do tipo bibliográfica, de caráter qualitativo, onde foi embasada em recursos de apoio como livros, artigos científicos e arquivos eletrônicos acerca da temática do trabalho. **Resultados:** Inúmeras são as vantagens que pode-se obter em termos do uso das tecnologias de prototipagem rápida e ferramental rápido no desenvolvimento de produtos. A principal delas a destacar é a manufatura flexível, diminuição dos custos de fabricação de ferramental, produção de objetos físicos com o auxílio de um software de computador (CAD) e diminuição dos riscos de re-trabalho em ferramental. **Conclusão:** Com a introdução de novas tecnologias nos meios de fabricação, torna-se possível obter peças

acabadas de maior complexidade e detalhes de um modo preciso e rápido, garantindo eficiência no desenvolvimento de produtos se comparado com os métodos convencionais.

Palavras-chave: Tecnologia. Fabricação. Ferramentaria rápida. Produtos.

O USO DO MOTOR STIRLING AUTOMATIZADO NA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE

FIGUEIREDO, Rafael dos Santos[1]; NETO, Geraldo Luiz Souto[1]; NUNES, Victor Menezes[1]; ROCHA, Ericson Ferraz[1]; REGO, Thais Cristina Figueiredo[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O motor stirling é uma máquina térmica criada entre os séculos XVIII e XIX para substituir a máquina a vapor que frequentemente causava acidentes dentro das fábricas na época. É utilizado, como todo motor, para geração de trabalho, transformando calor em energia cinética pela diferença da temperatura interna das câmaras de seus cilindros. O movimento do motor pode ser utilizado para geração de eletricidade quando acoplado a um gerador. Funciona a combustão externa, podendo ser movido por qualquer fonte de calor, inclusive fontes renováveis. **Objetivo geral:** Pesquisar informações sobre o desenvolvimento um motor stirling para geração de eletricidade. **Método:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito do funcionamento do motor stirling e de projetos similares, utilizando o Google Acadêmico. Foram utilizadas, como filtro de busca, as palavras máquinas térmicas, motores à combustão externa, motor stirling e textos publicados a partir de 2010. Dos resultados encontrados foram lidos os resumos e selecionados aqueles sobre funcionamento, descrição do ciclo termodinâmico e projetos de motor stirling. No total foram selecionados 20 artigos. **Resultados:** Foi possível verificar nos textos lidos que as pesquisas sobre o motor em questão são recentes. Até pouco tempo atrás não havia grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento do motor stirling para aplicação na geração de energia. O tema é pouco estudado em universidades, onde também não há muitas informações a respeito desta máquina e se dá preferência aos ciclos Otto e Diesel, que descrevem os processos térmicos de motores de combustão interna. O alto custo de fabricação do motor stirling em relação aos de combustão interna, o fato de ele responder mais lentamente a estímulos e outras desvantagens são motivos que explicam a preferência pelo estudo e desenvolvimento do motor a combustão interna na geração de trabalho mecânico. Entretanto, o motor stirling apresenta as vantagem de ser menos poluente, baixo nível de vibração, altos níveis de eficiência e pode ser construído em formatos diferentes, o que despertou novamente o interesse de algumas empresas em pesquisas sobre aplicações dessa máquina em diversos setores, principalmente na geração de energia. **Conclusão:** Sistemas de controle automáticos podem reduzir as desvantagens do funcionamento do motor em questão, entretanto, não há muita informação disponível a respeito da automação desse motor. Portanto é preciso analisar o ciclo termodinâmico no qual se baseia o seu funcionamento para controle das variáveis envolvidas, como pressão e temperatura, a fim de se obter a eficiência desejada no motor.

Palavras-chave: Motor *stirling*. Geração de eletricidade. Automação.

OBESIDADE INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DO PAPEL NUTRICIONAL PARA A PREVENÇÃO

NEIVA, João Gabriel Marques[1]; CONDÉ, Victor Augusto Santos[1]; URZEDO, Ana Bárbara Dias Lopes[1]; ELEUTÉRIO, Dayna[1]; PÊGO, Amanda Ferraz[1]; SANTOS, Vitor Samuel Dias[1]; FRANÇA, Dorotheia Schmidth[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: A obesidade, em seu conceito atual, é caracterizada pelo grande acúmulo de tecido adiposo no corpo humano, gerando, consequentemente, um ganho ponderal excessivo. Em crianças, o controle alimentar é uma via de difícil moderação, visto que essas ainda não possuem conhecimento acerca de uma nutrição de qualidade. **Objetivo:** Avaliar os malefícios da síndrome metabólica da obesidade infantil, bem como investigar de que modo a melhora nutricional pode gerar promoção de saúde. **Método:** O presente estudo é uma revisão de literatura baseada em vinte e quatro artigos disponíveis *Scientific Eletronic Library* online (Scielo) e Google Acadêmico, no período de tempo entre os meses de fevereiro e maio de 2017. **Resultados**: A obesidade infantil estabelece-se como princípio para variadas patologias que acometem a vida adulta, como distúrbios respiratórios, endócrinos e cardiovasculares. Concomitantemente, essa síndrome metabólica resulta em impactos psicossociais para o portador, muitas vezes alvo de *bullying*,

podendo acarretar, no futuro, algum tipo de depressão, o que prejudica o bem-estar social do indivíduo. Dessa forma, pode se evidenciar a importância do papel de uma nutrição de qualidade no período infantil, uma vez que mostra-se como uma intervenção de custo econômico baixo, além disso, de fácil adesão, e que pode evitar diversos agravos da vida adulta. **Conclusão:** Por conseguinte, é notável que a obesidade infantil está relacionada a diversas afecções, e que uma intervenção nutricional, por meio de equipes multidisciplinares, é de extrema importância, não só no aspecto preventivo, mas também como uma forma de promover saúde e bem estar social.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Papel nutricional. Prevenção de obesidade

OS ALIMENTOS GRAVÍDICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ASSIS, Ana Paula de Souza Reis[1]; COSTA, Eduarda Vieira[2].
1Docente das FIPMOC. 2Discente do Curso de Direito FIPMOC.

Introdução: O direito brasileiro tutela o direito à vida, ainda em sua fase uterina, quando o Código Civil de 2002 – CC põe a salvo os direitos do nascituro. Nessa vertente, o presente trabalho tem como tema os alimentos gravídicos no direito brasileiro. **Objetivo:** O Objetivo do presente trabalho é estudar a construção jurídico-dogmática que permeia a temática da obrigação do suposto pai em prestar alimentos para o nascituro e sua genitora durante todo o período gestacional. **Método:** Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento monográfico, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados**: Os resultados obtidos com esse estudo foram no sentido de que o nascituro é um ser humano e, como tal, goza de direitos. Nesse sentido, os alimentos gravídicos revelam-se como uma garantia necessária e essencial à sua sobrevivência, além representar um direito inerente à própria dignidade. Desse modo, afigura-se a obrigação do pai na prestação alimentar como forma de proteção ao direito à vida do nascituro. **Conclusão:** Concluiu-se no presente trabalho que, a obrigação de prestar os alimentos gravídicos, no direito brasileiro, se fundamenta no princípio da solidariedade familiar, compreendido como dever moral de apoio entre os membros da família. Essa espécie de alimentos antecede ao próprio reconhecimento civil ou judicial da paternidade, desde que haja significativos indícios de paternidade.

Palavras-chave: Alimentos gravídicos. Nascituro. Solidariedade Familiar. Obrigação alimentar.

OS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

ANJOS, Cassia Mirene Pereira dos[1]; CARVALHO, Mércia Pereira de[1]; OLIVEIRA, Isabella Gonçalves de[1]; PINA, Neila Renata Silva[1]; PIRES, Tatiana Drumond[1].SOUZA, Robson Alexandre de[2].
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: O ordenamento jurídico brasileiro garante aos presos a manutenção de todos os direitos fundamentais, com exceção daqueles incompatíveis com a sua condição peculiar de condenado à pena restritiva de liberdade. **Atualmente, discute-se a observância dessa norma no sistema prisional brasileiro. Objetivo:** Analisar a violação dos direitos humanos pelo sistema prisional brasileiro. **Metodologia:** A pesquisa realizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em leis, doutrinas e na revista eletrônica Âmbito Jurídico. **Resultados:** O sistema prisional brasileiro desrespeita rotineiramente a dignidade daqueles que, em virtude da prática de uma infração penal, foram submetidos às prisões. A superlotação assola a maior parte dos cárceres brasileiros. O crime organizado e as rebeliões integram o rol das mazelas dessas instituições assim como a corrupção dos funcionários públicos por elas responsáveis. Péssimas condições de higiene, alimentação e assistência à saúde também são problemas comuns. A pena privativa de liberdade passou a ultrapassar a limitação do direito de ir e vir e começa a colidir frontalmente com uma série de outros direitos fundamentais. As condições de aplicação dessas sanções são insustentáveis e denunciam, de forma incontestável, a falência deste tipo de resposta estatal. O problema em questão não pode ser solucionado por medidas aplicadas isoladamente. É mister que adote-se um complexo de providências que envolvam a atuação de todos os poderes. Concebe-se ser necessária uma transformação do direito penal por meio do renascimento da eficácia de seus princípios. dentre os quais, se destacam o princípio da intervenção mínima e o da fragmentariedade, ambos funcionando como limitadores do *jus puniendi* estatal às afrontas mais graves direcionadas aos bem

jurídicos mais importantes. Dessa forma, bens menos valiosos são deslocados para outros ramos jurídicos e o uso das penas alternativas ao cárcere é intensificado. **Conclusão:** Concluiu-se que a realidade das penitenciárias brasileiras afronta diretamente direitos fundamentais garantidos pela Constituição a todos os cidadãos. Nesse contexto, faz-se necessário um redirecionamento do direito penal por meio da observância de seus princípios, segundo os quais, a prisão é uma medida drástica, de aplicação excepcional, inadequada aos condenados a crimes de menor relevância e ofensividade.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Sistema Prisional. Direito Penal.

OS DIREITOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA

VIEIRA, Guilherme Ribeiro[1]; LOBO, Luísa Sarmento Freitas[1]; CUNHA, Pedro Henrique Leobas[1]; PEREIRA, Rafael Borges[1]; BIONDI, Yves Raphael Nobre[1]; TORRES, Vânia[2]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2]

[1] Discente do curso de Direito das FIPMoc; [2] Docente do curso de Direito das FIPMoc

Introdução: Os direitos sociais fazem parte do humanismo constitucional e tem por finalidade a melhoria das condições de vida asseguradas pelas políticas estatais. Com o objetivo principal de diminuir as desigualdades sociais, tais direitos tiveram um grande avanço no decorrer dos anos e as abordagens desse progresso são necessárias para um melhor entendimento da mudança desse cenário. Para entender como os direitos sociais evoluíram na história constitucional, precisa-se retomar alguns fatos que são relevantes na história e ver a luta de séculos que esses direitos tiveram que enfrentar para serem concretizados. **Objetivo**: Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva compreender como os direitos sociais evoluíram ao longo dos anos e a importância da implementação de políticas públicas para a garantia da diminuição das desigualdades sociais no Brasil. **Método**: A pesquisa foi caracterizada como exploratória de natureza qualitativa, utilizando como procedimento técnico de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados**: Em decorrência da Revolução Industrial no século XIX, foi acentuada a desigualdade social fazendo com que o Estado se visse diante da necessidade de proteger o trabalhador, que era extremamente explorado, e mais a diante proteger outros direitos da população. No Brasil, por forte influência européia, os direitos sociais, mais especificamente os do trabalhador, começaram a ser defendidos na Constituição de 1934, porém, somente a partir da Constituição de 1988 juntamente com a criação de Ementas Constitucionais que tais direitos foram estabelecidos de forma clara no artigo 6º que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Esses direitos foram uma importante conquista para a luta contra as desigualdades sociais, visto que, populações, até então marginalizadas na sociedade, passaram a ter seus direitos garantidos a partir da implementação de políticas públicas como a criação do Sistema Único de Saúde que garante saúde para todos; programas de financiamento como Minha Casa, Minha Vida; Meio-passe estudantil; criação de creches, escolas e universidades públicas entre diversos outros programas governamentais, que fizeram com que essas pessoas tivessem acesso a serviços de qualidade e a garantia de uma vida com maior dignidade tendo acesso à condições básicas de sobrevivência. **Conclusão**: Os direitos sociais são aqueles garantidos pela Constituição Federal e têm por finalidade a melhoria das condições de vida da população. Compreender como esses direitos evoluíram no decorrer dos anos e como as políticas públicas foram e ainda são implementadas é de suma importância para que a sociedade vivencie uma diminuição da desigualdade social, lutando para garantir que todo cidadão tenha acesso à saúde, lazer, educação, trabalho, moradia, alimentação, transporte, segurança, proteção à maternidade e à infância, previdência social e assistência quando desamparados.

Palavras-chave: Direitos Socias. Desigualdade. Dignidade Humana.

REFERÊNCIAS:

BERTRAMELLO, Rafael. **Os direitos sociais: conceito, finalidade e teorias**. Art. Online: <https://rafaelbertramello.jusbrasil.com.br/artigos/121943093/os-direitos-sociais-conceito-finalidade-e-teorias>.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. Doutrina e Jurisprudência. Editora Atlas S.A.-2013. São Paulo.

NOLASCO, LoreciGottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

OLIVEIRA, Márcio Batista de. **O direito ao lazer na formação do homem social**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 76, maio 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7406>.

SOUZA, Adelson Joaquim de. **Direito Fundamental à Segurança Pública.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 133, fev 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15754>.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

OS DIREITOS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

LIMA, João Pedro Alves[1]; NASCIMENTO, Karoliny Cunha[1]; NEVES, Maria Eduarda Meira[1]; ALMEIDA, Maria Eduarda Ramalho Viana de[1]; MOTA, Stefanny Carlos Alves da[1]; FREITAS, Andressa de[2].

[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Os direitos sociais são direitos fundamentais do homem que tem por finalidade a melhoria da condição de vida dos hipossuficientes visando a concretização da igualdade social. O Estado Democrático de Direito busca a realização do bem estar social baseado no princípio da legalidade e assegura a participação mais ampla do povo no processo político decisório. **Objetivo:** Analisar a efetivação dos direitos sociais no Estado Democrático de Direito. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. Como critério de inclusão foram admitidas publicações em língua nacional. Textos publicados em revistas não científicas foram excluídos. **Resultados:** Os direitos sociais foram ganhando significado ao longo dos anos até serem previstos por constituições, declarações e tratados internacionais. Nesse sentido, a mudança do Estado liberal para Estados mais intervencionistas (Estado de Direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito) foi de grande valia para essa conquista. O Estado Democrático de Direito é o modelo de Estado mais atual que existe hoje e sua importância se encontra na medida em que ele se volta de maneira decisiva para a plena realização da cidadania. Isso ocorre, principalmente, quando esse Estado garante os direitos sociais aos seus cidadãos e os efetiva de maneira concreta na vida dessas pessoas. Nisso se encontra o grande diferencial do dito Estado Democrático de Direito, pois, além de possibilitar maior participação popular na política, ele garante na lei os direitos do cidadão e se preocupa com a efetivação desses direitos na vida dessas pessoas. E para que isso ocorra é necessária a atuação do poder Executivo em conformidade com o legislativo. **Conclusão:** O Estado Democrático de Direito garante diversos direitos, dentre eles os sociais, no entanto, a sua efetivação é deficiente, ou seja, não acontece plenamente na vida dos cidadãos. Isso devido à falta de organização do Estado, de políticas públicas eficazes e a limitação de recursos financeiros.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Estado Democrático de Direito. Efetivação. Políticas Públicas.

OS EFEITOS CAUSADOS PELO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM EMPRESAS DO SEGMENTO FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DE MINAS – MG

JESUS, Marize Almeida de1; MOURA, Rafaela Cardoso1, NOBRE, Jaqueline Freire1, SARMENTO, Vinicius Queiroz1, SILVA, June Marize Castro2, MARQUES, Heráclides Veloso2

1Discentes FIPMoc; 2Docentes FIPMoc

Introdução: As empresas contribuem para o desenvolvimento da região onde se encontram instaladas. Assim, necessitam estar antenadas às exigências de mercado, sendo uma delas a necessidade de informatização. Os sistemas de informação são sistemas que procuram reunir as melhores informações e dispersá-las da melhor forma possível para todos os setores das organizações, trazendo benefícios para a

empresa. **Objetivo:** Com base nisso, foi proposto o presente artigo com o objetivo de analisar os efeitos causados pelo uso do sistema de informação em empresas de pequeno e médio porte do segmento de farmácias no município de Brasília de Minas - MG. **Método:** O andamento metodológico é composto pela pesquisa exploratória, com o levantamento bibliográfico, a coleta de dados foi feita através da utilização de questionários aplicados a uma amostra de 10 farmácias das 21 presentes na cidade em questão, tendo uma abordagem quantitativa, e a amostragem utilizada foi por conveniência **Resultados:** Os dados analisados evidenciaram que há por parte dos gestores uma preocupação com sua qualificação profissional, já que predomina os que têm curso superior e facilidade para lidar com a informática. Um dos maiores desafios no processo de implementação do sistema de informação, conforme gestores pesquisados é o treinamento dos funcionários. **Conclusão:** Contudo, esse processo provê uma série de benefícios a essas empresas, tendo como principais mudanças o maior controle interno das operações, maior controle de estoques e melhora no suporte de informações para tomada de decisões.

Palavras-chave: Sistema de informação. Farmácia. Implantação.

PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E AS RELAÇÕES PRIVADAS

BRITO, Luyza Caroline Gomes1; MIRANDA, Giulia Marques de Lima1; SILVA, Débora1; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira1; PEIXOTO, Letícia Fabianne Rodrigues1;SOUZA, Ana Flávia Loyola Antunes Pereira2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Pacto de São José da Costa Rica ou Convenção Interamericana de Direitos Humanose a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) convergem ao contemplar dispositivos que prezam pela integridade da dignidade da pessoa humana, principalmente nas relações privadas. **Objetivo:** Analisar a tutela da autonomia privada e autonomia da vontade no Pacto de São José da Costa Rica, à luz da dignidade da pessoa humana. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente ao tema. **Resultados:** A CRFB/88 teve como fundamento os direitos humanos, principalmente a dignidade da pessoa humana, de forma que a ratificação do tratado supracitado veio reafirmar seu caráter protetivo. Ambos documentos garantem dispositivos que permitem participação efetiva nas relações intersubjetivas, como a autonomia privada – a qual diz respeito a possibilidade dos sujeitos de regularem os efeitos dos negócios jurídicos concebidos – e autonomia da vontade – que se refere à prerrogativa dos agentes atuarem em relações jurídicas. Esses institutos são assegurados e limitados pelos diplomas como forma de harmonizar as relações entre os sujeitos. **Conclusão:** Averiguou-se que a Convenção em tela e o Ordenamento Jurídico Brasileiro asseguram a autonomia privada e a autonomia da vontade, contudo também as restringe objetivando preservar a dignidade da pessoa humana nas relações privadas.

Palavras-chave: Pacto de São José da Costa Rica. Autonomia Privada. Autonomia da Vontade. Dignidade da Pessoa Humana. Relações Privadas.

PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E AS RELAÇÕES PRIVADAS ÀLUZ DA PRINCIPIOLOGIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

BRITO, Luyza Caroline Gomes1; MIRANDA, Giulia Marques de Lima1; SILVA, Débora1; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira1; PEIXOTO, Letícia Fabianne Rodrigues1;SOUZA, Ana Flávia Loyola Antunes Pereira2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Pacto de São José da Costa Rica contempla dispositivos que prezam pela aplicabilidade da Dignidade da Pessoa Humana, enquanto fundamento basilar do Estado Democrático de Direito. Ressalta-se que tal princípio assumiu relevante importância no direito contemporâneo civilista. **Objetivo:** Objetiva a presente pesquisa analisar a autonomia privada no Pacto de São José da Costa Rica à luz da principiologia da Dignidade da Pessoa Humana quando da realização de negócios jurídicos. **Metodologia:** Empregou-se, para o desenvolvimento desta análise, o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico. **Resultados:** Ao se compreender a autonomia privada como direito fundamental de garantia ao particular no exercício de sua vontade, especialmente na determinação do conteúdo, da forma e dos efeitos dos negócios celebrados, resguardou-se um dos fundamentos do direito privado, qual seja, a

liberdade da prática do poder de autoregulação na geração de normas jurídicas individualizadas. **Conclusão:** Verificou-se, assim, que a autonomia privada enquanto elemento ético da dignidade humana, associado à capacidade de autodeterminação da liberalidade negocial, é o requisito indispensável às relações jurídicas privadas.

Palavras-chave: Pacto de São José da Costa Rica. Autonomia Privada. Dignidade da Pessoa Humana. Relações Privadas.

PAPEL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

OLIVEIRA, Luan Victor de[1]; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Com o surgimento do Estado Democrático de Direito e a decretação de direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, surge um regime democrático de mudanças sociais relevantes, pautado pelo equilíbrio entre a sociedade e o Estado. Dessa forma, fez-se necessária a atuação de profissionais do direito, fundamentais para a efetivação da democracia como regime de igualdade, paz e soberania popular. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos profissionais do Direito no Estado Democrático de Direito, sendo esses profissionais o Advogado, o Juiz e o Ministério Público. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, sendo analisadas as legislações vigentes e fundamentos jurídicos acerca do tema. **Resultados:** Diante do exposto, pôde-se constatar que o advogado, amparado nos princípios da lei, deve prestigiar a ordem do Estado Democrático de Direito, pois é o profissional apto a combater atos que tornem os direitos e prerrogativas do indivíduo vulneráveis e, principalmente, garantir a democracia aos cidadãos; o advogado promove os direitos inerentes a seus clientes para que o Estado efetivamente promova a justiça. Quanto ao juiz, tem papel essencial na garantia do Estado Democrático de Direito, pois sua responsabilidade de julgar demandas judiciais deve ser justa e imparcial preservando a dignidade, a liberdade e a paz em meio aos numerosos conflitos de interesses inerentes ao cidadão, passando ele a julgar de acordo com os critérios de justiça firmados na Constituição, já que todo o seu fundamento de atuação passa a ser justificado pela proteção dos direitos fundamentais previstos no texto maior. Ademais, o Ministério Público (MP) também é defensor do regime democrático, pois deve impedir violações ou ameaças à manutenção da paz, da liberdade, do respeito entre as pessoas e das garantias democráticas contidas na Constituição, intervindo por via jurisdicional, para que sejam mantidas a ordem democrática, o cumprimento das leis e o respeito aos direitos constitucionais do cidadão. **Conclusão:** Diante do exposto, é revelada a importância do Advogado, do Juiz e do Ministério Público na proteção dos interesses sociais e direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988 para que seja estabelecido um Estado Democrático de Direito. Desse modo, deve-se atentar para que esses agentes garantidores priorizem acima de tudo a essência da democracia que é a soberania do povo.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Advogado. Juiz. Ministério Público.

PERFIL E ESTRATÉGIAS DE VENDAS DOS FEIRANTES DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO NORTE DE MINAS – CEANORTE

OLIVEIRA, Saymon Dants Barbosa1; FERREIRA, Aléssia Viviane1; PEREIRA, Ronyson Maia1; BARBOSA, Natália Ferreira2.
Discentes do curso de Administração de Empresa das FIPMoc1; Administradora, Mestre em Agronegócios, Docente das FIPMoc2.

Introdução: O Marketing e o processo de planejar e executar a concepção, custo, planejamento e distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam os objetivos de empresas e indivíduos. Considerando a vasta diversidade populacional da região do Norte de Minas, faz-se necessário o conhecimento socioeconômico, demográfico e analise do perfil dos feirantes da CEANORTE. **Objetivo:** Analisar o perfil e estratégias de vendas dos feirantes da Central de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE. **Metodologia:** Realização de um estudo de caso de caráter descritivo e exploratória. A coleta de dados foi não probabilística e a seleção da amostra aleatória foram aplicados de 100 questionários para feirantes e outros 100 para clientes. **Resultado:** A CEANORTE possui importância significativa na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no Norte de Minas, movimentando a economia e trazendo renda para comerciantes e produtores, possui aproximadamente 901 beneficiários diretos, a realização da

pesquisa possibilitou verificar que dentre os feirantes representados pela amostra, 68,5% são do sexo masculino, 43% estão na faixa etária acima de 40 anos e que 6% não possuem mais que 18 anos. A grande maioria dos feirantes, 91,5 %, comercializava algum tipo de produto de hortifrutigranjeiro, dentre esses 83% se limitavam apenas a essa mercadoria. Tais dados estão relacionados à grande procura desses produtos na feira e à variedade de itens contidos no hortifrutigranjeiro. Os feirantes identificaram que a qualidade da mercadoria representa 34,2 % do atrativo dos compradores, seguido pelo atendimento de qualidade, 31,4%. A percepção dos feirantes é condiz com os dados obtidos no questionamento aplicado aos clientes, no qual pouco mais de 51% inferiram a qualidade como determinante no momento da compra. Questionados sobre a influência da localização das bancas para as vendas, aproximadamente 63% dos feirantes consideram um fator aliado ao êxito do negócio. As promoções são de importância fundamental para atrair clientes em dias com tendências de baixo movimento, ou para liquidar produtos, principalmente ao final do dia. Essas são realizadas pelos feirantes nas segundas, quartas e sextas-feiras, correspondendo a 14,2%, 48,8% e 20,0%, do total de promoções realizadas na semana, respectivamente. **Conclusão:** Os feirantes apresentam um perfil pouco diversificado, com formas pouco atrativas de venda aos clientes. As promoções são de suma importância para não acumular prejuízos aos produtos perecíveis, que em sua maioria são hortifrutigranjeiros. Contudo, a qualidade e o preço dos produtos são fontes de êxito nas vendas, juntamente com a boa localização dos seus negócios.

Palavras-chave: Hortifrutigranjeiros. *Marketing*. Feirantes.

PETIÇÃO INICIAL: ESTRUTURA, DESDOBRAMENTOS E A CONSEQUENTE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

BATISTA, Rafael Ruas[1], FÉLIX, Victor Denucci[1], FERNANDES, Ludyara Ribeiro[1], SANTOS, Nayara Kelly Mendes[1], VELOSO, Cynara Silde Mesquita[2], XAVIER, Jhonathan Ferreira[1].

[1] Graduandos do 7º Período em Direito, da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. (1º semestre de 2017, turno matutino).

[2] Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Mestre em Ciências Jurídico-políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Professora e coordenadora do curso de Direito das Faculdades Integradas Pitágoras.

Introdução: O presente trabalho busca discutir e estabelecer uma análise concernente a petição inicial no NCPC, sua estrutura e respectivos desdobramentos, com enfoque na manifestação do autor acerca do interesse quanto à realização ou não da audiência de conciliação ou mediação, com base no que apresentam as doutrinas a respeito do tema, leis e princípios do processo. **Objetivo:** O trabalho objetiva analisar a previsão legal trazida pelo NCPC, de que a audiência de conciliação ou mediação somente não ocorrerá nos casos em que não se admite autocomposição e quando o autor e o réu manifestarem desinteresse da realização da mesma, não bastando, portanto, o desinteresse de apenas uma das partes. **Método:** O trabalho foi elaborado a partir do estudo de pesquisa quantitativa e bibliográfica, fundamentando-se na leitura de livros, artigos e da legislação vigente para compreender os aspectos específicos e gerais da legislação processual civil e de direitos processuais que permeiam o processo como um todo. **Resultados:** Com base nos posicionamentos doutrinários, observa-se que não há razão lógica para realização da audiência de conciliação ou mediação, diante da manifestação expressa de uma das partes em sentido contrário. **Conclusão:** O NCPC preza pela autocomposição, entretanto, não devem ser desprezados os demais princípios, como o da autonomia da vontade das partes e da duração razoável do processo. Portanto, o melhor posicionamento do juiz diante do desinteresse de uma das partes quanto a realização da audiência de conciliação ou mediação é determinar o prosseguimento normal do feito.

Palavras-chave: Autocomposição. Autonomia de vontade das partes. Duração razoável do processo.

PIEZOELETRICIDADE PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA

ALVES, Adalberto Damasceno[1]; RABELO, Gilsimara Denise Ribeiro[1]; RIBEIRO, Orlando Sérgio Pimenta[1]; SANTOS, Neison Barbosa[1]; VELOSO, Matheus Durães[1]; NASCIMENTO FILHO, Pedro C. [2]; RIBEIRO, Alane P. F. Ribeiro[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A eletricidade desde sua descoberta se tornou indispensável na manutenção e prolongamento da vida humana. A crescente demanda por energia elétrica e a escassez de recursos naturais, levaram a busca de novas alternativas para a sua produção. Dentre estas novas alternativas este trabalho visa, utilizando materiais piezos elétricos através de uma placa geradora de energia, à conversão de energias vibratórias existentes no nosso meio em eletricidade, (KUNERT, 2006) "piezelétrico, a transformação ocorre pelas deformações dimensionais de suas cerâmicas ou pastilhas, que produzem energia vibratória de alta frequência". **Objetivo:** Analisar a viabilidade de geração de energia limpa através do uso do piezelétrico e possível substituição da fonte principal de abastecimento energético. **Método:** Para a realização deste presente trabalho se fez necessário uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório para aprofundar os conhecimentos a respeito do tema como também para a aplicação do rigor teórico e metodológico necessários para a construção do conhecimento técnico. Para a realização dos testes comprobatórios se fez necessário lançar mão da pesquisa quantitativa de caráter explicativo onde foi realizada a revisão literária sobre o tema e possível aplicação do método e desenvolvido um protótipo com intuito de demonstrar a viabilidade na aplicação de pastilhas piezelétricas na geração de energia. A partir de testes e aferições diretas, medir a potencialidade e viabilidade do protótipo. **Resultados:** Com o levantamento de dados, estudos realizados e prototipagem foi possível verificar que com a utilização da piezoeletricidade é possível gerar energia limpa, onde teremos a necessidade de incluir um amplificador para conseguir obter importância maior na redução dos custos e gastos com energia. Pois, apesar de ser viável a aplicação ainda não foi possível gerar uma energia que pudesse substituir a necessidade do fornecimento pelas companhias energéticas. **Conclusão:** Conclui-se que é possível gerar energia limpa através da piezeletricidade sem grandes investimentos, tendo grande potencial de aplicação na indústria.

Palavras-chave: Piezoeletricidade. Energia Limpa. Piezos.

PLANTA FOTO-TERMO-VOLTAICA EM SENTIDO ARBÓREO

MARTINS, Thomaz Augusto Terence[1]; AGUIAR, Lucas Henrique [1]; LUCAS, Rômulo Souto[1]; PIRANGA, William Flávio[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A tecnologia fotovoltaica é uma ótima fonte de energia, pois além de gerar uma energia limpa, é um obtida através da incidência solar; recurso natural. O presente trabalho estuda o desenvolvimento de um produto voltado a melhor aproveitamento das plantas fotovoltaicas utilizadas atualmente. **Objetivo:** Utilizar a biomimética para aperfeiçoamento de tecnologias atuais. Neste projeto em específico, estudar a formatação arbórea em uma planta fotovoltaica e instituir um novo tipo de painel termosolar**. Método:** Elaboração do projeto 3D em CAD e Solidworks. Divisão de tarefas pelo QDT[1] e Organograma Radial[2]. Foi utilizado como base, a sequência de Fibonacci[3] para a disposição arbórea. Cálculos, representação gráfica e simulação de protótipo feitas pelo MatLAB. **Resultados:** Acréscimo de, no mínimo, 60% a mais de eficiência do que uma planta fotovoltaica comum, podendo se estender em até 180%. **Conclusão:** Custo adicional de projeto mínimo, se comparado aos ganhos proporcionados pelo mesmo; torna o painel solar comum obsoleto.

Palavras-chave: Planta Fotovoltaica. Sequência de Fibonacci. Painel Termosolar. Energia Renovável. Painel Solar.

REFERÊNCIA:

1,2 ALVAREZ, Maria Esmeralda B. Organização, Sistemas e Métodos. McGraw Hill, 1990.

3 OLIVEIRA, Fernanda Alves de; CALDAS, Mayara Duarte de Araújo. Sequência de Fibonacci. (Monografia), Unicamp, 2013. Disponível em < http://www.ime.unicamp.br/~ftorres/ENSINO/MONOGRAFIAS/F_M1_FM_2013.pdf> Acesso em: 19 maio 2017

PODER DE INVESTIGAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

OLIVEIRA, Geovan Ferreira[1]; BORGES, Lucas Santana[2]
1Egresso das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é um instituto previsto no ordenamento jurídico brasileiro com função atípica do Poder Legislativo. O procedimento das CPI's pode ser realizado em nível municipal, quanto estadual e federal. A CPI objetiva investigar atos ilícitos praticados pelos entes da Administração Pública, bem como os demais envolvidos nos atos praticados por estes. **Objetivo:** A presente pesquisa buscou conhecer o procedimento investigativo das CPI's no sistema de perquisição do Poder Legislativo brasileiro. **Método:** A metodologia utilizada para a elaboração do seguinte trabalho foi a pesquisa documental, através de leis, regimentos internos das Casas Legislativas, analise de decisões referentes ao tema proferidas pelo STF, doutrina e jurisprudências. **Resultado:** Verificou-se que para a instauração do referido instituto, deve-se observar alguns requisitos básicos inerentes ao seu prelúdio, sendo estes o aspecto formal (requerimento de quórum mínimo das casas legislativas), substancial (tratar de fato certo e determinado em seus trabalhos) e temporal (ter prazo certo para decorrer com a investigação parlamentar). Também pode-se identificar a constante inobservância do referido instituto frente às garantias constitucionais inerentes aos indivíduos. Deste modo, a proteção destas garantias somente pode ser assegurada pela constante intervenção do Poder Judiciário dentro das CPI's, pelos mecanismos do Mandado de Segurança e *Habeas Corpus.* **Conclusão:** Conclui-se que, a investigação parlamentar é de fundamental importância, no tocante a elucidação de fatos que envolvem a administração pública. Destarte, estas investigações frequentemente ultrapassam suas competências estabelecidas pelo complexo de normas que regulam a matéria, e por este motivo, através dos remédios constitucionais impetrados em face das comissões, o Poder Judiciário deve garantir a observância dos preceitos fundamentais inerentes ao indivíduo, de forma que este não sofra com os abusos praticados pelas CPI's.

Palavras-chave: Comissão Parlamentar de Inquérito. Garantias Fundamentais. *Habeas Corpus*. Mandado de Segurança.

POLITICAS ECONÔMICAS E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

FERRO, Ana Gabriela Rodrigues[1]; SOUZA, Maria Clara Pereira[1]; CAMPOS, Mariana Azevedo[1]; JARDIM, Mariana Silva[1]; RAMOS, Monalisa Neves[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2]; TORRES, Vânia[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docentes das FIPMoc

Introdução: Não há uma definição una para políticas públicas econômicas. Podem ser bem definidas em ações e programas do Estado que buscam assegurar os direitos sociais e fundamentais, que no caso do Brasil estão presentes no texto constitucional. Não obstante, tem-se ciência de que há precariedade nos serviços indispensáveis à proteção e à promoção desses Direitos Fundamentais sociais básicos, fato que é de conhecimento dos órgãos de fiscalização e da população em geral. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar se as políticas econômicas garantem a efetivação dos direitos sociais**. Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica. Os dados foram coletados nas bases de dados do Google Acadêmico, doutrinas e legislações. **Resultados:** Os direitos sociais são assegurados pelas políticas públicas econômicas, direcionadas às classes menos favorecidas da população, que visam proporcionar o bem estar social. As políticas públicas passam por um processo até serem postas em prática. Primeiramente são desenhadas, estudadas e formuladas pelos encarregados e estudiosos de diversas áreas, como: sociólogos e economistas, para depois serem postas em ação e ainda serem submetidas a acompanhamento e avaliações que se de fato estão sendo eficazes. As políticas públicas buscam promover e analisar ações e programas sociais, e de forma simultânea também propor mudanças. As políticas sociais e econômicas andam em consonância, e de forma fundamental as econômicas sustentam e dão base as políticas sociais. Entretanto, é fática a ideia que existem ainda muitos obstáculos a serem eliminados, para que haja a consolidação dos direitos sociais via políticas públicas, como a exemplo do mau gerenciamento e más gestões econômicas e os problemas que estas enfrentam como crises econômicas. **Conclusão:** Conclui-se

que as políticas públicas sociais são um meio de amparo aos menos favorecidos pelo sistema, que são sustentadas e patrocinadas pelas políticas econômicas. Não obstante, a efetivação das políticas públicas sociais por meio das políticas econômicas não se concretiza de fato, não assegurando assim os direitos sociais fundamentais aos cidadãos como regidos na Carta Magda brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas econômicas. Direitos sociais. Efetivação.

POLÍTICAS ECONÔMICAS E DIREITOS SOCIAIS

PAULA, Ana Beatriz Lucas de[1]; MENDES, Ana Lívia Macedo[1]; ROCHA, Fernanda Macedo[1]; RABELO, Luiza Dias[1]; SOARES, Nayara Silva[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2]
[1]Discentes das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: Política econômica é a ciência e a arte de dirigir as atividades econômicas de uma nação e assume especial relevância ante os crescentes compromissos de Estado com a coletividade, quer de natureza social, envolvendo saúde, educação, segurança e justiça. **Objetivo:** O estudo buscou analisar se as políticas econômicas garantem a efetivação dos direitos sociais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. **Resultados:** Os direitos sociais são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos. Os direitos sociais exigem do Poder Público uma atuação positiva, uma forma atuante de Estado na implementação da igualdade social dos hipossuficientes. A disponibilidade de recursos financeiros pode ser compreendida como uma das principais condições para que haja políticas públicas de efetivação dos direitos fundamentais sociais. Políticas públicas são recursos de execução de programas políticos que sofrem intervenção estatal e tem como finalidade garantir oportunidades igualitárias a todos os cidadãos. **Conclusão:** Conclui-se que as políticas econômicas somadas às políticas públicas, visam o cumprimento dos direitos previstos pela Constituição Federal de 1988. As políticas públicas em especial objetivam o cumprimento dos direitos sociais, estes que garantem dignidade e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, de modo que seja viável economicamente para o Estado. Evidenciando assim, que as políticas públicas dependem das políticas econômicas, pois a mesma tem como função organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços de modo igual para a sociedade.

Palavras-chave: Políticas econômicas. Direitos sociais. Políticas públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS ECONÔMICAS

MORAIS, Vinícius Costa[1]; BASTOS, Carlos Frederico[2];
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente dos FIPMoc

Introdução: As políticas públicas têm sua principal razão de existência nos próprios direitos sociais, e, esses direitos se estabilizam por meio de prestações positivas do Estado. No que se refere às políticas públicas necessárias à efetivação dos direitos sociais, tem-se a participação dos cidadãos como uma imposição constitucional. **Objetivo:** A pesquisa tem por finalidade analisar as Políticas Públicas Econômicas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** Políticas Públicas, trazem a concepção holística da gestão pública sobre problemas sociais setoriais. O Estado é o local de reconhecimento, debate e resolução dos problemas existentes em uma determinada sociedade e, a política pública é responsável pela identificação, planejamento e resolução dos problemas de determinada sociedade. **Conclusão:** Fica claro, portanto, que a adoção de políticas públicas denota um modo de agir do Estado nas funções de coordenação e fiscalização dos agentes públicos e privados para a realização de certos fins. Fins esses ligados aos chamados direitos sociais, nos quais se inclui os econômicos. Dessa forma, o estudo das políticas econômicas não pode ser dissociado do das políticas sociais. O interesse jurídico de estudar tais políticas está diretamente ligado ao resguardo dos direitos sociais e políticos, pois estes demandam do Estado prestações positivas e significam o alargamento do leque de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Economia. Direitos Sociais. Gestão. Direitos Fundamentais.

POLÍTICAS PÚBLICAS ECONÔMICAS

LEITE, Bruna Vilasboas[1]; RODRIGUES, Evillyn Myrian Rocha[1]; BONFIM, Laura Barbosa Leão[1]; MORAIS, Lucas Caldeira; VELOSO, Maria Isabel Barcelos[1]; BASTOS, Carlos Frederico Queiroz[2]; [1]Discente das FIPMoc; [2]Docente dos FIPMoc

Introdução: Para compreender o papel das políticas econômicas em relação a efetivação dos direitos sociais, e necessário primeiramente, ressaltar a teoria de que essas se englobam no conceito geral de políticas públicas. Essas que por sua vez, caracterizam-se como conjunto de decisões destinadas a satisfazer as necessidades sociais e vitais dos indivíduos. **Objetivo**: A pesquisa visa analisar se as políticas públicas econômicas aprontem a efetivação dos Direitos Sociais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratória e bibliográfica. **Resultados:** É possível perceber a importância das políticas econômicas para auxiliar o Estado na efetivação dos direitos sociais, resolvendo que tais políticas visam regulamentar as relações econômicas. Porém, para que elas garantem plenamente efetivação desses direitos ser considerado dois fatores: a capacidade do Estado executar as políticas públicas e a capacitação daqueles designados para a concepção delas. **Conclusão:** Conclui-se que as políticas econômicas caracterizam-se, também, como políticas públicas por aspirarem o bem comum através da imposição de condutas perante o Estado, para que esse garanta a eficácia dos direitos sociais. Sendo elas subdivididas, de forma distinta, de acordo com o seu papel na regulamentação de tais condutas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Efetivação. Direitos Sociais.

POLITICAS PUBLICAS ECONÔMICAS E DIREITOS SOCIAIS

CAXITO, Erick Leão Batista[1]; RAMIRES, Felipe Alves[1]; ALENCAR, Gabriela Rodrigues[1]; MAGALHÃES, Lorena de Jesus[1]; DIAS, Vitória Christie Ferreira[1]; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos[2]. [1]Discentes das FIPMOC; [2]Docente das FIPMOC

Introdução: As políticas públicas econômicas são o conjunto de ações realizadas por entidades estatais na economia, buscando efetivar os direitos sociais que visam alcançar a igualdade social. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar se as Políticas Públicas Econômicas garantem a efetivação dos Direitos Sociais. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** As políticas públicas são destinadas a alterar as relações sociais existentes por meio de ações coordenadas pelos entes estatais, como as práticas estatais surgem e se cristalizam por normas jurídicas as políticas públicas podem ser compostas de ações e decisões pelas quais os órgãos públicos atuam na vida econômica presente e futura, e automaticamente nas relações sociais, essas políticas públicas buscam efetivar os direitos sociais garantidos na Constituição Federal, que por sua vez possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, que leva a realizar a igualização das situações sociais desiguais. A política econômica é a intervenção do governo na economia e essas políticas podem ser desenvolvidas tanto pelos poderes públicos quanto pela iniciativa privada, com o objetivo de manter elevados níveis de emprego e elevadas taxas de crescimento econômico com estabilidade de preços. As principais formas de políticas econômicas são: política fiscal, política monetária e cambial, sendo a política fiscal a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos e aos gastos, à política monetária é a atuação de órgãos para definir a liquidez da economia: quantidade ofertada de moeda, nível de taxa de juros entre outros, e pôr fim a cambial, que consiste em uma série de medidas no sentido de resguardar o valor externo da moeda de um país. É indiscutível, que as políticas econômicas têm uma extrema relação com as políticas públicas e os direitos sociais, por meio de um caráter econômico. **Conclusão:** A partir desse estudo, foi possível chegar a conclusão de que as políticas públicas econômicas são de grande importância para a economia do país, uma vez que auxiliam na elevação as taxas de crescimento econômico do mesmo, além de ajudar a garantir os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas econômicas. Direitos sociais. Constituição Federal.

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO CONTEXTO RELACIONAL DE ADOLESCENTES

ALMEIDA, Maria Cleonice Bento[1]; DRUMOND, Patrícia[2]
1Acadêmica de Psicologia; 2Psicóloga CRP 04/32243

Introdução: A Psicologia Escolar dispõe de um rico conjunto de possibilidades de intervenções que atua no campo das relações dos adolescentes. O contexto relacional desses sujeitos no espaço da escola, aponta para uma realidade a qual o jovem se insere como tentativa de lidar com as pulsões que são inerentes a seu modo peculiar de ser, atreladas a possibilidades de reconhecimento. A Psicologia Escolar se posiciona frente a estas questões viabilizando o processo da construção do enlace social. **Objetivo:** Analisar as possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar no contexto relacional dos adolescentes**. Método:** A metodologia utilizada neste estudo foi Conversação, que se refere a um dispositivo clínico de caráter psicanalítico sustentado na associação livre coletivizada, que leva em consideração as singularidade e particularidade de cada sujeito. Este estudo se configura como prática de Estágio Profissionalizante na ênfase de Processos Educativos. **Resultados:** Os resultados evidenciam a necessidade de intervenção da Psicologia Escolar no contexto relacional dos adolescentes, visto que, foi possível perceber a falta da oferta de espaço que possa promover o debate acerca das relações nos diferentes aspectos da vida destes alunos. **Conclusão:** Conclui-se que ações interventivas sustentadas nos conhecimentos teóricos e científicos da Psicologia Escolar podem contribuir satisfatoriamente para possíveis mudanças positivas nas relações dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente. Psicologia Escolar. Relações

PRECISAMOS FALAR SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO

MIRANDA, Giulia Marques de Lima1; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira1; SANTOS, Rennê Flávio Lopes2
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A cultura do estupro é algo perceptível na sociedade brasileira quando o corpo civil culpa a vítima por esse crime, dividindo-a entre o agente ativo e passivo, ou culpando apenas este. **Objetivo:** Esse estudo teve como finalidade analisar a presença e as consequências da cultura do estupro na sociedade. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos do site acadêmico SciELO. **Resultados:** Através da pesquisa foi constatado que a cultura patriarcal é presente na sociedade brasileira e interfere diretamente nas relações sociais entre os gêneros. A partir dela surge o machismo, que vende a imagem da mulher como submissa ao homem. Resulta-se, então, a cultura do estupro, que diz respeito à sociedade que naturaliza esse crime mediante culpabilização da vítima. Ao culpar o agente passivo, a sociedade acaba inibindo o desempenho da justiça, uma vez que dificulta as denúncias pelo receio que as vítimas, na maioria mulheres, têm do julgamento social. **Conclusão:** Conclui-se que a cultura do estupro, manifestada por intermédio do senso comum, existe e traz como principal consequência a não efetivação da justiça, uma vez que a vítima prefere não denunciar, logo esse crime acarreta em uma cifra oculta. Observa-se também que há a necessidade de maior assistência às mulheres no que diz respeito ao estupro, não indicando que elas estão sendo privilegiadas, ao contrário, que são as principais vítimas desse crime e do julgamento social, e por isso precisam de proteção especial.

Palavras-chave: Cultura do estupro. Vítima. Agressor. Julgamento social.

PRESENTEÍSMO: O CASO DE UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS, MG

PINHEIRO, Cristh Ellen Ferreira1; CRUZ, Dayane Kellen Ribeiro da2; PEREIRA, Tatiany Oliveira2
1Docente das FIPMoc; 2Discentes das FIPMoc

Introdução: A escolha do tema como objeto de estudo deve-se à sua imensa relevância no atual contexto organizacional, marcado pela crescente competitividade e também pela complexidade das relações de trabalho. É primordial que as organizações percebam a necessidade de investir na qualidade de vida do colaborador e em ações que possibilitem um melhor ambiente de trabalho e, consequentemente, possam

diagnosticar e solucionar eventuais problemas que interferem na produtividade do indivíduo e na lucratividade da organização. **Objetivo:** Considerando que o presenteísmo pode ser definido como a presença física no local de trabalho, porém seguida pela falta de concentração e queda da capacidade produtiva dos trabalhadores causando transtornos para a organização, objetivou-se, com essa pesquisa, verificar a incidência do presenteísmo entre os colaboradores de uma concessionária de veículos na cidade de Montes Claros. **Método:** O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva, assumindo a forma de um estudo de caso desenvolvido em uma concessionária de veículos no município de Montes Claros-MG, no qual participaram efetivamente da pesquisa 84 trabalhadores alocados nos setores de controladoria/administrativo, veículos novos/seminovos, oficina, funilaria e peças, os quais contribuíram para a coleta de dados através de questionário do tipo estruturado. **Resultados:** Foram apontados os seguintes resultados: os colaboradores são, em sua maioria, do sexo masculino e com perfil mais jovem. Em todos os setores os funcionários afirmam se sentirem cobrados em suas respectivas funções por resultados mais satisfatórios, mas, por outro lado, consideram a renda percebida insuficiente ou não condizente com o trabalho que realizam. Quanto às relações interpessoais todos foram categóricos na afirmativa de que mantém um bom relacionamento; já referente aos sintomas relacionados ao presenteísmo, 60 % dos colaboradores participantes da pesquisa apresentam 3 (três) ou mais sintomas, o que requer maior atenção por parte da organização para reverter esse quadro. **Conclusão:** Conclui-se que apesar de não apresentarem um alto grau de sintomas do presenteísmo, os colaboradores da concessionária são suscetíveis a desenvolver tal fenômeno conforme situações apontadas pelos colaboradores, o que revela um dado preocupante e que merece ser tratado com maior atenção. O setor de Controladoria/ Administrativo é o mais acometido pelo presenteísmo, que apesar de representar um número menor de colaboradores que os demais setores da organização apresentaram altos níveis de insatisfação, insegurança e exigências cada vez maiores nos últimos anos.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Motivação. Produtividade. Presenteísmo.

PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E MULTA

SILVA, Melissa Alves Maia e[1], FERREIRA, Rebeca Rohlfs Peres[1], SOUZA, Robson Alexandre de[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A prestação pecuniária e a multa à luz do Código Penal de 1940. **Objetivo geral:** Analisar a prestação pecuniária e multa enquanto diferentes espécies de penas. **Método:** Empregou-se procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico, coletados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e doutrinas. **Resultados:** A prestação pecuniária é uma pena restritiva de direito, prevista no artigo 43, I, CP/40. É o pagamento em dinheiro feito à vítima ou familiares da mesma, ou a entidade privada ou pública, possuindo caráter indenizatório, com valor estabelecido pelo juiz devendo-se basear nas provas contidas no processo, uma vez que não possui previsão legal própria para pena fixada, que não deve ser menor do que um salário mínimo e maior do que 360 vezes o valor do salário mínimo vigentes à época. O pagamento dessa pena pode ser feito por prestação de outra natureza, sendo de comum acordo entre as partes. Já a multa, prevista no artigo 49 CP/40, representa o pagamento ao fundo penitenciário, destinada ao Estado. O cálculo é feito em dias-multa, pré-determinado em sentença, não podendo ser menor que 10 e maior que 360 dias-multa. Esse tipo de pena, tem caráter educativo e preventivo, já que o autor deve ser estimulado a não repetir o ato ilícito. **Conclusão:** Embora os dois tipos de penas possuam caráteres diferentes, ambas são importantes pois visam a reprovação e a reparação do dano causado.

Palavras-chave: Prestação Pecuniária. Multa. Pena.

PREVENÇÃO DE LITÍASE URINÁRIA A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DO ESTUDO METABÓLICO DO CÁLCULO E DA TERAPIA DE REPOSIÇÃO DE CITRATOS

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; FREITAS, Ronilson Ferreira[2]; FRANÇA, Dorothea Schmidt[3]
[1] Discente do curso de graduação em Medicina e Bolsista do Programa de Iniciação Científica das FIPMoc. [2] Docente das Faculdades Unidas do Norte – FUNORTE. [3] Docente e orientadora do Programa de Iniciação Científica das FIPMoc

Introdução: A litíase urinária é uma patologia frequente, originada de alterações metabólicas do organismo do indivíduo como hipercalciúria, hiperucosúria, hipocitratúria, hiperoxalúria, cistinúriaque favorecem a formação de cálculos no interior dos rins ou das vias urinárias. Esses cálculos podem acarretar obstrução

total ou parcial do trato urinário acarretando consequências como hidronefrose, edema, dor e perda da função renal. Identificar alterações metabólicas é importante para o segmento e tratamento adequado do paciente, evitando que ele seja um formador de cálculos, o que diminuirá as crises renais provenientes da obstrução de vias urinárias, o que geralmente ocasiona muita dor ao paciente, queixa frequente em serviços de pronto atendimento em saúde. **Objetivo**: Esse trabalho teve como objetivo relatar o caso da paciente MSRV, 47 anos, formadora de cálculo devido a hipercalciúria e hipocitratúria e que com a utilização de suplementos de citratos de potássio e magnésio controlou a formação de litíases urinárias. **Relato de caso:** Paciente MSRV, 47 anos, formadora de cálculos devido á hipercalcemia sérica desde os 18 anos, apresentando crises nefríticas desde então. Histórico de múltiplas internações hospitalares devido às crises renais e infecções urinárias de repetição, sem diagnóstico definitivo de um fator causal. Apresentou quadros obstrutivos exuberantes em duas ocasiões em que a via urinária foi obstruída à ponto de acarretar sepse grave, necessitando intervenção cirúrgica de emergência. Através de estudos metabólicos dos cálculos, aos 35 anos, a paciente foi diagnosticada com hipocitratúria endógena com déficit de citrato de potássio e de magnésio, minerais que inibem a formação de cálculos de oxalato de cálcio. Após o diagnóstico e início do uso de suplementos de citrato de potássio e magnésio a paciente não apresentou mais crises renais e houve a estagnaçãoda formação de novos cálculos. A paciente tem feito acompanhamento semestral para avaliação da função metabólica do cálcio, ácido úrico e citratos, com objetivo de detecção precoce de novas formações calculosas. **Resultados:** A litíase cálcica acarretada pelo acúmulo de cálcio no organismo e diminuição do citrato urinário é responsável por 85% do total de casos de cálculos de rins e vias urinárias. Atualmente, a suplementação de citrato de potássio e magnésio, substâncias que atuam solubilizando e inibindo a cristalização de sais de cálcio, têm sido muito utilizadas. **Conclusão**: Identificar desordens metabólicas que predisponham a formação desses cálculos associada à suplementação desses íons é importante para prevenção de novas formações da litíase urinária.

Palavras-chave: Nefrolitíase. Hipercalciúria. Hipocitratúria.

PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA AOS INIMPUTÁVEIS E O PAI-PJ COMO MEDIDA ALTERNATIVA DE PENALIZAÇÃO

AFONSO, Alana de Freitas[1]; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes2
1 Discente Fip-Moc, 2Docente Fip-Moc

Introdução: Os portadores de transtornos mentais, quando praticam conduta tipificada como crime, se provado que no momento do ato ilícito não possuíam discernimento, total ou parcial, para suas ações, são considerados inimputáveis ou semi-imputáveis. A estes, então, são aplicadas medidas de segurança como penalidade. Contudo, a aplicação destas medidas gera questionamentos sobre a ressocialização dos inimputáveis, que, a princípio, não é alcançada, bem como acerca do caráter perpétuo que estas podem acarretar. **Objetivo:** Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os problemas da aplicação das medidas de segurança e apresentar o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), como medida alternativa de penalização aos inimputáveis e semi-imputáveis por doença mental. **Metodologia:** Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de doutrinas, legislações, meios eletrônicos, revistas jurídicas, teses, artigos científicos e análise de jurisprudência, utilizando-se o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Como resultados, verificou-se que as medidas de segurança possuem prazo mínimo para serem aplicadas, mas não possuem prazo máximo para cessação, dependendo de um exame pericial que comprove a ausência da periculosidade no agente para que estas se findem. Entretanto, se o agente não apresentar melhorias por meio do tratamento e a periculosidade ainda for constatada, não se encerra as penalidades, acarretando, assim, um caráter perpétuo, apesar de o Código Penal brasileiro (CPB) averbar que o prazo máximo de uma pena é de 30 anos, bem como a expressa proibição da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) em relação às penas de caráter perpétuo. **Conclusão:** Assim, apesar do tempo que se passa no cumprimento destas medidas de segurança, estas não apresentam a ressocialização do agente. Além disso, verificou-se que o PAI-PJ, como programa de penalização alternativa, proposto pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), tem alcançado resultados positivos e, consequentemente, tem crescido em sua aplicação. Portanto, conclui-se que aos problemas apresentados pela aplicação das medidas de segurança no Brasil, em parte, têm sido sanados pela PAI-PJ.

Palavras-chave: Doença mental. Medidas de segurança. Perpetualização. Ressocialização. PAI-PJ.

PROCESSAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ENTULHOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICIPIO DE MONTES CLAROS

SOARES, Adilson1; NOBRE, Eline1; MENDES, Gustavo1; BARBOSA, Helder1; SANTOS, Júnia1;
BATISTA, Pinheiro João Claudio2;
1Discente das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC.

Introdução: Viabilizar o processamento e o reaproveitamento dos entulhos rejeitados pela construção de obras civis no município de Montes Claros. **Objetivo**: Promover o reaproveitamento de materiais provenientes dos entulhos das construções civis de modo sustentável e renovável e atender as normativas vigentes ambientais e a lei municipal n°4223, de 27 de abril de 2010. **Método**: Levantamento médio de obras geradoras de entulhos do município, Calculo médio do volume de entulhos gerados, Análise logística (possíveis transportes para os materiais), Testes em laboratório (CEPEAGE) dos rejeitos, Levantamento médio de áreas para armazenamento de entulhos, maquinários e elaboração da atividade, Levantamento das possíveis empresas compradoras do material reciclado. **Resultados**: Com base em levantamento de informações e pesquisa quantitativa e qualitativa, o método exposto fornece embasamento para viabilidade da proposta. **Conclusão**: É de extrema relevância a execução da proposta, uma vez que se faz cumprir as normativas vigentes, a redução dos rejeitos sólidos no município, a diminuição nos impactos ambientais como assoreamento em rios e lagos, diminuição dos recursos rochosos naturais e a geração de renda na economia local.

Palavras-chave: Entulhos. Processamento. Reaproveitamento.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS (RH): ANÁLISE DE UMA EMPRESA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM MONTES CLAROS/ MG

COSTA, João Vitor da Silva Severino1; BARBOSA, Natália Ferreira2
Discente do curso de Administração de empresa das FIPMoc1; Administradora, Mestre em Agronegócios, Docente das FIPMoc2

Introdução: A gestão de pessoas é vista na perspectiva de oferecer ao funcionário um sentimento de pertencimento a organização, potencializando o que ele tem de melhor e oferecendo benefícios condizentes ao trabalho, que o mesmo oferece a organização. Assim, este trabalho baseia-se na análise sobre a implantação de um setor de recursos humanos em uma empresa de prestação de serviços de consultoria administrativa situada em Montes Claros MG. **Objetivo**: Analisar os impactos da implantação de um setor de recursos humanos em uma empresa do ramo de prestação de serviços administrativos situada na cidade de Montes Claros/MG. **Método**: Foi realizado um estudo caso de caráter descritivo com abordagem qualiquantitativa, a coleta de dados foi executada com a aplicação de questionários semiestruturados, entrevistas e observação participante. Os questionários foram aplicados a 10 colaboradores da empresa e a entrevista realizada com 02 gestores. **Resultados**: O processo de implantação do setor de recursos humanos iniciou-se em meados de 2015, devido a necessidade que surgiu com a expansão da empresa. Esse processo possibilitou a criação de processos eficientes de recrutamento e seleção com a realização de parcerias com empresas destinadas a este fim, criação de manuais e procedimentos para os processos de treinamento, que passaram a ser realizados com frequência mensal ou sempre que é identificada a necessidade e criação de procedimentos para analisar o desempenho dos colaboradores. Foi possível identificar que a empresa reduziu custos com pessoal, criou uma política salarial, diminuiu-se a rotatividade de pessoal e consequentemente as rescisões contratuais. Quanto a satisfação dos colaboradores da empresa, foi possível perceber que 60% estão satisfeitos com a implantação do setor e 40% estão insatisfeitos e consideram que não estão participando do processo de implantação deste setor, uma vez que não são ouvidos pelos gestores e/ou suas opiniões não são valorizadas. No entanto foi possível observar que ao estabelecer uma linha de comunicação mais direta e hierárquica a empresa possibilitou maior agilidade nas resolução de problemas, tomada de decisão e redução de falhas no processo de comunicação. **Conclusão**: Foi possível perceber que a implantação do setor de recursos humanos na empresa aumentou a eficiência da comunicação interna, relação interpessoal, aperfeiçoamento no processo de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal. No entanto foi perceptível a resistência dos colaboradores a mudança, uma vez que estes associam o setor de recursos humanos a um departamento burocrático e responsável por processos de pagamento, recrutamento e seleção.

Palavras-chave: Recursos Humanos. Recrutamento e Seleção. Treinamento e Desenvolvimento.

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E SEPARAÇÃO DE CORES

FONSECA, Vinícius Dantas de Medeiros1; MARTINS, Cindy Evelyn Oliveira1 MAZZINGHY, Matheus Alves1; OLIVEIRA, Allan Jackson Rodrigues1 SILVA, Iury Durães1; REGO, Thaís Cristina Figueiredo2.
1Discente de Engenharia Mecatrônica, FIPMoc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: Identificar, classificar e rastrear cores são tarefas de suma importância na área da robótica, sobretudo, quando o assunto é visão computacional. Um exemplo é o futebol de robôs, atividade que permite a execução de experimentos reais com inteligência artificial, é uma peça fundamental na eficiência do time, interferindo nas decisões tomadas pela IA dos autômatos, sendo mais comumente usada na matriz RGB (Red, Greenand Blue, Vermelho, Verde e Azul em português). **Objetivo geral**: Essa pesquisa pretende analisar publicações referentes aos processos existentes de identificação e separação de cores, além de sua aplicação na robótica. **Metodologia**: Foi realizado um levantamento bibliográfico, com pesquisas na base SciELO e também em sites de várias universidades, utilizando como Palavras-chave, "classificação de cores" e "visão computacional", foram selecionados 12 textos de 25 artigos. **Resultados**: Pode-se verificar que, por mais que possua o problema de ser afetado pela luminosidade, vários processos de captação e classificação de cores já são amplamente usados dentro da robótica, porém ainda se é discutido sobre qual sistema de representação de cores pode ser melhor empregado, e menos sofre a alteração da luz, entretanto, vários estudos apontam o sistema RGB como bastante eficiente, apresentando uma boa distribuição de *pixeis* no espaço de representação das cores. **Conclusão**: Pode-se concluir que embora cada tarefa específica possa demandar a utilização de um sistema de cores diferente, o sistema RGB, além de mais comum, é também o mais versátil. Nota-se que a captação de cores já é muito explorada na robótica, sendo o principal elemento no que se chama de visão computacional, além do uso desse processo em aplicações industriais como linhas de produção.

Palavras-chave: Classificação de Cores. Visão Computacional. Processos.

PROFISSIONAIS DO DIREITO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

GOMES, Ana Paula Vieira1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; FERNANDES, Gláucia Rejanny Teixeira1; XAVIER, Lucas Samuel de Souza1; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas2.
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A Constituição Federal de 1988 decretou o Estado Democrático de Direito e reconheceu os direitos fundamentais dos indivíduos. **Objetivo:** O estudo buscou analisar atuação dos profissionais do Direito no Estado Democrático de Direito. **Método:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultado:** Certificou-se que, com a promulgação de uma Constituição Democrática, ocorreu a redefinição da atuação de algumas profissões de Direito como advocacia, Ministério Público e Juiz de Direito. Essa Constituição dispõe, em seu texto, que o advogado é essencial e indispensável à justiça, visto que ele é o profissional responsável pela efetivação dos direitos fundamentais dos indivíduos e atua buscando assegurar o Estado Democrático de Direito para todos os cidadãos. Foi através dela também que o Ministério Público se consolidou jurídico-institucionalmente passando a ter caráter permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, sendo considerado uma verdadeira instituição-garantia em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e da sociedade, pois o Ministério Público foi considerado o fiscal da lei e garantidor da sua fiel execução. Além disso, essa Constituição modifica o perfil do juiz que, de mediador de conflitos, passa a ser instrumento na garantia de direitos fundamentais. Ele deixa de ser "escravo da lei" passando a ter mais poderes na busca pela concretização constitucional, já que agora, o fundamento de sua atuação está na proteção dos direitos fundamentais. **Conclusão:** Conclui-se que o Estado Democrático de Direito e os valores inerentes a ele permitiu uma ampliação das possibilidades de atuação dos profissionais do Direito para assegurar uma maior efetivação dos direitos fundamentais garantidos nesse novo modelo de Estado.

Palavras-chave: Advogado. Estado Democrático de Direito. Ministério Público. Juiz.

PROGRAMA 5S IMPLANTADO NO SETOR DE MANUTENÇÃO DE UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: APLICAÇÃO EM UM CARRINHO DE FERRAMENTAS

GOMES, Bruno Giordani Rocha1; ODA JUNIOR, Alberto Yoshimitsu1; CRUZ, Farley Cristiano Lopes da1; MAGALHÃES, Guilherme Henrique Vieira1; DURÃES, Ricardo Gonçalves1; DIAS, Gilmara Aparecida de Freitas2; MAIA, Igor de Villefort2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

Introdução: Produtos e serviços de qualidade têm sido, cada vez mais, requisitos quase obrigatórios para que as organizações se mantenham no mercado mundial. O departamento de manutenção estudado não utilizava métodos de melhoria da qualidade, como o programa 5S que possibilita, entre outras coisas, a organização das ferramentas utilizadas para as atividades de manutenção em seus maquinários. Esse fato comprometia significativamente o tempo para reparo e representava perda de produtividade da equipe de manutenção e dos equipamentos. Implantar o programa de 5S em um setor de manutenção possibilita extinguir a visão de que tal setor não se preocupa em estabelecer padrões de organização em seu ambiente de trabalho. **Objetivo:** Implementar o programa 5S no carrinho de ferramentas de manutenção do setor, de maneira que se mantenha organizado antes, durante e após o seu uso. **Método:** Para a implementação do programa 5S em tal situação, primeiramente realizou-se, com base no 1º S (*Seiri*), um levantamento das ferramentas que eram mais utilizadas no dia a dia dos Técnicos durante as atividades de manutenção corretiva e as ferramentas que eles sentiam necessidade em ter, considerando acessibilidade e segurança que estas deveriam apresentar. Ao fazer tal levantamento, baseado no 2º S (*Seiton*), foi feito a organização de todas as ferramentas para que as mesmas estejam dispostas de maneira acessível para os usuários durante a atividade. Para isso, desenvolveu-se um tipo de manta que funcionasse como um berço divisório que deveria ser capaz de alocar as ferramentas no intuito de evitar que as mesmas ficassem soltas nas gavetas do carrinho. Em seguida, com base no 3º S (*Seiso*), foram descartadas todas as ferramentas que estivessem desgastadas ou quebradas o suficiente que comprometessem totalmente seu uso durante as atividades. Logo após, baseado no 4º S (*Seiketsu*) foi feito um processo de padronização onde as ferramentas mais utilizadas na rotina dos técnicos foram colocadas nas primeiras gavetas do carrinho de manutenção no intuito de facilitar ainda mais o uso das ferramentas. Foi identificado quais ferramentas estariam nas respectivas gavetas. O 5º S (*Shitsuke*) serviu como base para conscientizar os envolvidos sobre o correto uso das ferramentas, bem como o local onde as mesmas devem ser guardadas no carrinho. **Resultado:** Os berços divisórios das ferramentas funcionaram como um sistema de *poka-yoke* para facilitar no momento em que as ferramentas fossem guardadas, uma vez que estes berços possuem os formatos de cada ferramenta, determinando, assim, um local fixo para cada uma delas. **Conclusão:** Este trabalho apresentou a implantação bem-sucedida da ferramenta 5S em um setor de manutenção, que muitos consideravam como desordenado. Embora o trabalho tenha sido aplicado em um pequeno projeto, o programa 5S conseguiu suprir às necessidades do setor proporcionando um melhor gerenciamento das ferramentas, aumentando a produtividade da equipe de manutenção, diminuindo o tempo de preparo e execução de serviços, além de evitar acidentes causados pelo uso de ferramentas danificadas ou improvisadas. Destaca-se também o interesse dos usuários das ferramentas em seguir a cultura do 5S, uma vez que os maiores beneficiados serão eles mesmos.

Palavras-chave: 5S. Manutenção. Ferramentas. Qualidade.

PROJETO 3D DE MODELOS EMBRIOLÓGICOS PARA USO DIDÁTICO

OLIVA, Henrique Nunes Pereira[1], MARCONIEDSON, Flávio Nunes[1], RODRIGUES, Humberto Gabriel[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Algumas áreas do conhecimento, geralmente, estão relacionadas a um alto grau de abstração envolvido no objeto estudado. Para o caso do estudo de embriologia, por exemplo, é recorrente a dificuldade de aprendizagem dos estudantes, por falta de recursos didáticos, que possam auxiliar no processo de interpretação das figuras apresentadas em literatura relacionada. **Objetivo:** Partindo da motivação de melhorar o ensino universitário, sobretudo na área de ciências biológicas, o presente trabalho objetiva representar, em 3 dimensões, etapas do desenvolvimento embriológico humano. **Método:** Foi utilizado o *software* de modelagem 3D, SolidWorks, além de material didático relacionado ao assunto de embriologia, concepção e formação do ser humano, como livros, atlas e artigos científicos. **Resultados:** Foram projetados, em *software* 3D, modelos que representem etapas do desenvolvimento embrionário humano.

Esse meio de produção permitiu a elaboração de modelos anatômicos exclusivos, com baixo custo e facilidade de interpretação visual. Os modelos foram projetados em escala, de tal modo que foi possível a comparação entre modelos que representem períodos distintos do desenvolvimento ontogênico. **Conclusão:** Foi possível contribuir com melhora do entendimento do tema de embriologia, para estudantes da área da saúde, por meio da visualização, em três dimensões, de modelos que por vezes são muito caros como peças físicas, ou mesmo, inexistentes no mercado.

Palavras-chave: Embriologia. 3D. Expressão Gráfica. Ensino. Educação.

PROJETO DE MANGAS DE EIXO PARA UM VEÍCULO DE COMPETIÇÃO FÓRMULA

COSTA, Robson1; GUEDES, Luan1; MALVEIRA,Bruno1
1Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A manga de eixo é um componente estrutural amplamente utilizado no projeto de veículos automotores. O seu conceito está associado a capacidade de reunir, em uma mesma região, os quatro sistemas responsáveis pelo controle dos movimentos veiculares. Estes são os sistemas de suspensão, de direção, de freio e de transmissão (KLAVA 2003). Por se tratar de um componente estrutural essencial na concepção de um veículo e ter influência direta no funcionamento de importantes sistemas como os citados, entende-se a necessidade de realizar as análises cinemáticas e dinâmicas em seu desenvolvimento. Os componentes automotivos usados em competições, necessitam de cuidados especiais em relação a segurança e confiabilidade de projetos. O aprofundamento nesses quesitos estão diretamente relacionados à disponibilidade recursos financeiros, tecnológicos e teórico. O presente estudo propõe uma abordagem através da pesquisa bibliográfica, com a finalidade de tomar conhecimento a respeito das variáveis e conceitos básicos envolvidos, e posterior concepção em CAD 3D no *software SolidWorks 2016* de um componente com geometria possível de ser fabricado por usinagem. A confiabilidade em relação a segurança é obtida através da análise dos esforços exercidos na manga de eixo utilizando o Método de Elementos Finitos, disponíveis nas ferramentas de CAE do *SolidWorks* 2016, tais esforços oriundos de situações extremas de funcionamento, que é considerada em uma frenagem brusca durante uma curva em alta velocidade, também foram analisadas falhas por fadiga de acordo com a abordagem de NORTON (2013). Foi possível desenvolver e executar o projeto das quatro mangas de eixo para um veículo estilo fórmula, atendendo as necessidades funcionais e os quesitos de segurança requeridos a esse tipo de componente.

Palavras-chave: Mangas de Eixo. CAD e CAE. Analise Cinemática e Dinâmica.

REFERÊNCIAS:

SANTOS, Rafael KioemoPfau. **Desenvolvimento de produto para sistema de suspensão de veículo de competição.** 2016. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Automotiva, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Joinville, 2016.

KLAVA, Behno. **Desenvolvimento de etapas de análise e otimização estrutural de uma manga de eixo.** 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2003.

NORTON, Robert L.. **Projetos de Máquinas:** Uma abordagem integrada. Massachuseths: Bookman, 2013. 1055 p. (4ed).

CARVALHO, Marcos Vicente; FARIA, Marco Túlio C.. Artigo. In: CONEM, 6., 2010, Campina Grande. **Análise por elementos finitos de mangas de eixo de suspensão automotiva sob carregamento cíclico.** Belo Horizonte: Abcm, 2010. p. 1 - 10.

PROJETO DE UM REDUTOR DE VELOCIDADES PARA FINS ACADÊMICOS

MEDEIROS, Vinícius Fernandes[1]; MORIKAWA, Fábio Ossame[1]; PERON, Edileuza Fabricia P.; RAMOS; Dianna Krislley S.[1]; SILVA, Weslley Correia da [1]; SOARES, Dhiego Ronan S.[1]; PIMENTEL,Michele[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Nem sempre as unidades geradoras podem ser acopladas diretamente em determinados dispositivos, na maioria dos processos existe a necessidade de se modificar algumas características como velocidade, rotação ou torque. Para esta finalidade os redutores foram desenvolvidos, tendo a função de reduzir a velocidade de rotação do sistema, consequentemente há um aumento do torque. **Objetivo:** Este trabalho objetivou projetar um redutor de velocidades com duplo engrenamento embasado na disciplina de Projeto de Máquinas. **Método:** As fórmulas e conceitos necessários para efetuar o dimensionamento do projeto, foram retirados de livros de elementos de máquinas. O redutor foi projetado com base em um motor de 15 CV, trifásico, 1760 RPM, predefinido anteriormente. Foram utilizadas quatro engrenagens de dentes retos. As engrenagem, eixos e acoplamentos foram dimensionados, de acordo com as normas ISO 53:1998 e ISO 21.120, respectivamente. Os rolamentos foram escolhidos por meio de catálogo. Utilizou-se o *software* Solidworks para a representação do projeto. **Resultados:** Após o dimensionamento do redutor, notou-se uma redução de 1 para 8 na rotação (rpm), entre o eixo de entrada e o eixo de saída, consequentemente houve um aumento no torque (força) do redutor. Calcularam-se também os esforços sobre os eixos, gerando assim, os Diagramas de Esforço Cortante (DEC) e os Diagramas de Momento Fletor (DMF), definindo seus diâmetros mínimos. Finalmente foram definidos os rolamentos e lubrificação (imersão por poliglicol) ideais. **Conclusão:** Conseguiu-se atingir a proposta do trabalho, havendo sucesso na aplicação da teoria para o dimensionamento, e com isso um ganho no aprendizado dos acadêmicos.

Palavras-chave: Redutor de Velocidade. Dimensionamento. Rotação.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE LESÕES ESPORTIVAS: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA ESPORTIVA

VIEIRA, Débora Ribeiro1; GUIMARÃES, Júnia Caldeira2; PAIVA, Anderson Araújo3; FREITAS, Romero Iago Mendes4
1Acadêmica do Curso de graduação em Medicina e Presidente da Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das FIPMoc. 2Educadora Física, especialista em Atividades Aquáticas, Personal Training, Musculação e Treinamento Funcional, Orientadora da Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das FIPMoc 3Médico ortopedista, especialista em artroscopia e cirurgia de ombro e cotovelo, Orientador da Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das FIP-Moc. 4Médico ortopedista, especialista em artroscopia e cirurgia de joelho, docente do Curso de graduação em Medicina e Orientador da Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das FIPMoc

O médico do esporte é o profissional responsável pela manutenção e cuidado da saúde do atleta, seja ele profissional ou amador. Este profissional estuda os benefícios do esporte e do exercício para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, além de estabelecer planos terapêuticos e de reabilitação para lesões provenientes das práticas físico-desportivas. Sua atuação ocorre de forma multidisciplinar abrangendo o conhecimento sobre diversas áreas como a cardiologia, a pneumologia, a endocrinologia, a pediatria, a geriatria, a ortopedia, a traumatologia, a reumatologia, a imagenologia, a fisiologia e avaliação do exercício, a nutrição esportiva e a reabilitação do aparelho locomotor. A Medicina do Esporte é uma especialidade da Medicina que possui Programa de Residência Médica reconhecido pelo Ministério da Educação que atualmente tem crescido muito em todo o país.Com a conscientização da sociedade quanto à importância da adoção de um estilo de vida mais saudável, tem se observado o aumento da prática de atividades físicas e consequentemente o aumento de lesões e morbidades resultantes dessas práticas quando mal assistidas e supervisionadas. Por isso, a Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das Faculdades Integradas Pitágoras foi criada com o objetivo de incentivar o interesse dos acadêmicos sobre essa especialidade e de proporcioná-los o aprofundamento teórico e prático nas disciplinas de abrangência da Medicina Esportiva através da realização de pesquisas científicas, que possam caracterizar o perfil dos praticantes de diversos esportes e exercícios, conhecendo os principais tipos de lesões provenientes dessas atividades de forma que possa contribuir para a melhoria do atendimento, da qualidade da assistência e dos tratamentos oferecidos, além do estabelecimento de medidas preventivas para que elas não ocorram. Com isso, a Liga Acadêmica

de Medicina Esportiva promove ações de saúde em âmbito individual e coletivo no intuito de incentivar a prática segura de esportes e exercícios e prevenir as lesões provenientes dessas atividades.

Palavras-chave: Medicina Esportiva. Promoção da Saúde. Especialidades Médicas.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO CRIME DE ESTUPRO

BARROZO, Jorge Gabriel Nunes1; CÂNDIDO, Wylliam Oliveira1; DIAS, Gabriel Aguiar1; GABRICH, Lara Maia Silva2; SOUZA, Gabriel Martins de1; SOUZA, Pablo Cardoso de1.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O estupro é crime previsto pelo artigo 213 do código penal, sendo ele não somente uma exploração sexual do corpo da vítima, em maioria as mulheres, mas também de sua mente e dignidade. **Objetivo**: O estudo buscou analisar a proteção dos direitos da personalidade no crime de estupro. **Metodologia**: Foi utilizada de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório. **Resultados:** Os direitos da personalidade são os direitos subjetivos da pessoa de defender o que lhe é próprio, ou seja, sua integridade física, intelectual e moral, estando à maioria deles nos artigos 11 a 21 do Código Civil Brasileiro. Os direitos de personalidade são inerentes à pessoa humana, sendo a ela ligados de maneira perpétua, não podendo sofrer limitação voluntária. No crime de estupro, os diretos da personalidade da mulher são violados. Sua integridade física é violada, pois seu corpo é violado durante esse ato sexual ou libidinoso sem consentimento. Sua integridade intelectual é violada, pois o crime de estupro não é somente uma violação de seu corpo, mas também uma violência psicológica que pode afetar a mulher de diversas formas e quando sofridos na infância pode gerar problemas psicológicos durante a fase adulta. Sua integridade moral é violada, pois a mulher vítima de estupro é mal vista pela sociedade porque sofrem acusações – explícitas ou veladas – de que teria contribuído de alguma forma para sofrer este tipo de violência. **Conclusão:** Conclui-se que somente as leis não são bastante para promover e assegurar os direitos da mulher, o ser humano precisa aprender a respeitar a dignidade alheia e própria, não manipulando seus pares para que funcionem na medida em que atendam às suas expectativas. A violação ao direito da personalidade gera reflexo na responsabilidade civil, surgindo o direto à indenização, que muitas vezes por escolha das vítimas cede espaço ao direito ao esquecimento.

Palavras-chave: Mulher. Estupro. Direitos da Personalidade.

PSICANÁLISE/PSICOLOGIA E LITERATURA: A QUESTÃO DA LINGUAGEM NO TEXTO LITERÁRIO

AGUIAR, Isabela Ruas[1]; MOEBUS, Thereza Christina Narciso[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Trata-se de um trabalho vinculado à Iniciação Científica Voluntária das FIPMoc que visa comunicar resultados parciais da revisão literária até o momento. Busca-se, nessa investigação, analisar a obra literária "Psicose" de Robert Bloch tendo em vista a discussão entre a Psicanálise e o campo da Literatura teorizado por Roland Barthes. Para tal, buscou-se por bibliografias que discutiam sobre a linguagem tanto no ensino psicanalítico, quanto no literário. **Objetivo:** Comunicar os resultados parciais da revisão literária concernentes à pesquisa. **Método:** Utilizou-se da revisão literária que visa o levantamento de bibliografias relacionadas intimamente ao tema pesquisado. Foram localizados livros dos autores Jacques Lacan e Roland Barthes, além de periódicos cujo tema enfocavam a dimensão da linguagem, da letra e da escrita na Psicanálise. **Resultados:** Em sua obra literária, Robert Bloch narra a loucura de Norman Bates, homem de quarenta anos que vive com o cadáver de sua mãe e gerencia um motel. Ao longo da história, tal personagem comete o assassinato de dois outros protagonistas da trama, deixando implícito, nestes crimes, um modo de funcionamento psíquico articulado à estrutura psicótica de personalidade; coincidentemente é este o título que Bloch dá a sua obra ("Psicose"). Assim, ao recorrer à Psicanálise, foi possível identificar o modo como esta teoria priorizou e ainda prioriza o estudo literário como uma via de elucidação de questões imprescindíveis à clínica do inconsciente. Em sua obra de título *Escritos*, Lacan discute sobre a materialidade da letra no inconsciente, afirmando que o mesmo se estrutura como linguagem. Na ficção literária, é possível notar a forma como Norman se relaciona com o outro na trama ao se levar em conta a linguagem da mãe que permeia toda a narrativa: seus dizeres vivem em Norman, que segue ao pé da letra tudo que é dito por ela e que parece contingenciar seu modo de dirigir a vida. Algo da ordem da psicose é denunciado nesta articulação literária de Bloch. No campo da literatura,

Barthes afirma que o texto literário, ao permear o drama dos homens e a sutileza da vida pela via da escrita criativa, encena de forma privilegiada a linguagem em seu limite derradeiro. Tal autor ainda aponta que a literatura não se preocupa com as formalizações epistêmicas, pois o seu fazer é com as questões humanas. **Conclusão:** Nestas leituras, a literatura emergiu como um campo capaz de orientar questões fundamentais para a Psicanálise e sua clínica, apesar de não ser este o seu objetivo. Isso se deu principalmente pelo fato de, desde Freud, a literatura e as artes, em geral, serem consideradas como o discurso do inconsciente. Assim, foi possível localizar, no texto literário, a dimensão da linguagem – estrutura da qual Freud descobre o inconsciente – e indicações de como, na ficção, um modo de funcionamento particular emerge na trama das personagens construídas pelo autor. Isso se dá principalmente devido a esse discurso da literatura, caracterizado por Barthes como um discurso dramático, ser capaz de tecer saberes particulares sobre as invenções humanas.

Palavras-chave: Psicanálise.Psicologia. Literatura. Linguagem.

PSICOLOGIA E IMPUTABILIDADE PENAL

ROCHA, Davi Xavier1[1]; AGUIAR, João Carlos de Andrade 2[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A imputabilidade é caracterizada pela aferição da capacidade discernimento e autodeterminação do indivíduo autor ou partícipe do fato delituoso. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a relação existente entre a psicologia e a imputabilidade penal. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliografia exploratória com analise de conceito e abordagem do tema em leis no âmbito da psicologia jurídica. Os textos analisados foram retirados de bases de dados como JURISWAY, ANBITO JURIDICO e LFG (online) **Resultados:** A psicologia tem um papel fundamental na aferição da imputabilidade, pois os profissionais dessa área possuem capacidade técnica para fornecer subsídios que nem as partes nem o julgador podem suprir. **Conclusão:** Conclui-se nesse estudo, que dentro da apreciação da imputabilidade penal, não basta se valer da técnica jurídica, pois é necessário instrumentaliza-la na psicologia como postulado científico que forneça subsídios e informações pertinentes à análise da condição psíquica do agente do fato delituoso.

Palavras-chave: Psicologia. Imputabilidade. Técnica.

PSICOLOGIA E MASCULINIDADES: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS PSICÓLOGOS

MEDEIROS, Gabriel Silva[1]; COELHO-JUNIOR, Achilles Gonçalves[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc, Mestre em Psicologia Social pela UFMG e Doutorando em Psicologia pela FFCLRP-USP

Introdução: O presente trabalho comunica os resultados finais de uma pesquisa vinculada ao PIBIC-FIPMoc/FAPEMIG. A literatura de gênero descreve, na atualidade, uma crise dos modelos sexistas e hegemônicos de masculinidade. Caracteriza tal fato uma busca de novas referências subjetivas empreendida pelos homens, cujas marcas se evidenciam, por exemplo, na emergência de formas outras de subjetivação masculina, dentre as quais encontrar-se-ão os homossexuais, metrossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drag queens*, e *drag kings*. Estes fenômenos evidenciam que as questões de gênero têm lugar importante na cultura, com decorrências para a maneira como o trabalho é realizado. Ao longo da história, qualidades como empatia e cuidado foram cristalizadas na mulher, de forma que determinadas profissões, no Brasil, passaram a ser vistas como femininas. O magistério, a enfermagem e a psicologia são exemplos. As psicólogas compõem 89% do número de profissionais em exercício, segundo pesquisa de alcance nacional encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2012. Destarte, num cenário de mudanças e frente a essa notável disparidade numérica, cabe investigar o que vivem e têm a dizer os homens inscritos numa classe cuja composição é majoritariamente feminina. **Objetivo:** identificar e compreender, a partir das experiências vividas, como é ser do sexo masculino no exercício profissional da psicologia **Método:** pesquisa qualitativa e fenomenológica, com parecer do CEP nº 1.718.916. Foram entrevistados dez psicólogos, do sexo masculino, de diversas subáreas de atuação, com pelo menos dois anos de experiência profissional. As entrevistas, abertas, foram gravadas, transcritas e submetidas à análise fenomenológica, com o cruzamento intencional dos sentidos apreendidos. **Resultados**: os sujeitos, ao serem vistos como homens na profissão, tiveram de lidar com expectativas alheias. Isso provocou, nos profissionais, tomadas

de posição identificadas em três formas gerais: as expectativas não foram recebidas como dificuldade; a posição masculina serviu-lhes ocasionalmente para o manejo de relações interpessoais no trabalho; foram encontradas dificuldades em responder a tais expectativas. Mas a despeito destas, a masculinidade e o gênero não foram fatores determinantes para as práticas dos psicólogos. Foram verdadeiramente significativos valores e características pessoais, como sensibilidade e interesse pela diferença; qualidades concernentes ao ser humano em sentido amplo e transcendentes à diferença sexual. Ademais, para os participantes, refletir sobre o tema envolveu incertezas e dúvidas. Foi recorrente, ainda, a atitude de se voltarem para outras dimensões cotidianas, que não a profissional, nas quais a questão da masculinidade se apresentou: desde a vida doméstica ao tempo da graduação. Mostra-se, aí, que a diferença sexual está compreendida na totalidade da pessoa humana. **Conclusão:** A fenomenologia possibilitou identificar aspectos essenciais da experiência de ser homem psicólogo, sem que se perdesse de vista a singularidade de cada entrevistado. O corpo vivo, tomado como corpo masculino, se mostrou inserido em vivências sociais e culturais, evidenciando assim as múltiplas dimensões existenciais que balizam a interface gênero-profissão.

Palavras-chave: Masculinidades. Psicologia. Fenomenologia.

Apoio: PIBIC-FIPMoc/FAPEMIG

QUARTZO – INFORMAÇÕES E APLICABILIDADE

ALVES, Isadora Andressa Rosa[1]; LOPES, Sônia M. Prates Quadros[1]; LOPES, Yuri Oliveira[1]; MORAIS, Vitor Guilherme[1]; SILVA, Marina Nunes[1]; FILHO; Pedro Cândido N.[2]; GUIMARÃES, Filipe C. F.[2].
[1]Discentes das FIPMoc; [2] Docentes das FIPMoc

O quartzo ocupa uma fração significativa da crosta terrestre e ocorre praticamente no mundo todo e em quase todos os tipos de rocha. É um mineral formador de rocha com composição química SiO2 (sílica), na proporção de 46,7% de Si e 53,3% de O. É o segundo mineral mais comum, ocorrendo em abundância tanto nas rochas ígneas, quanto nas sedimentares. As variedades puras (cristais de rocha ou Hialinos) são incolores, já quando existe a presença de matérias, dá origem a variadas cores, tais como o roxo (Ametista), Amarela (Citrino), Rosa (Quartzo Rosa), Branco, (Quartzo Leitoso) dentre outras. Dentre as variedades citadas, a Fazenda Santo Antônio possui uma grande área de afloramento de quartzo leitoso e quartzo hialino (cristal de rocha), e se posteriormente for constatado a viabilidade econômica para possível extração, o empreendimento poderá alimentar as indústrias que necessitam desta matéria-prima. Teve-se como principal objetivo, identificar e posteriormente analisar possíveis aplicações do quartzo encontrado na Fazenda Santo Antônio. Foram realizados estudos documentais e bibliográficos, de caráter qualitativo-exploratório, possibilitando a reunião de informações diversificadas para a conclusão do projeto. Devido às propriedades físicas do quartzo, pode-se utilizá-lo para diversas finalidades, como, na fabricação da fibra óptica, que atualmente é tida como uma revolução no campo das telecomunicações; na confecção de vidro de quartzo para indústria automobilística; também usado em osciladores de relógios, computadores e em produtos eletrônicos em geral; na construção civil, na forma de quartzito e areia; e na fabricação de aços especiais, ligas especiais, silicones, refratários e vidros planos. É também usado, principalmente na forma de cristal de rocha, na confecção de joias de pouco valor, ornamentos e enfeites, esculturas, dentre outros. Contudo, o quartzo é um mineral de grande importância industrial por causa da sua propriedade piezoeléctrica, de polarização e permeabilidade á radiação ultravioleta. Conclui-se que por ser um material de ampla utilidade no mundo atual e por se tratar de um elemento fundamental na piezometria, utiliza-se o quartzo na construção de manómetros especiais, geradores de impulso, ressoadores e estabilizadores de ondas, prismas e lentes para espectrografia e relojoaria. Podendo também ser utilizado na indústria do vidro, dos esmaltes, de materiais abrasivos e refratários.

Palavras-chave: Quartzo hialino. Quartzo leitoso. Aplicações do quartzo.

RECONHECIMENTO DA DUPLA PATERNIDADE, É POSSÍVEL?

VELOSO, Cynara Silde Mesquita1; MARTINS, Gutenberg Gonçalves2; SANTOS, Izabel das Virgens2; NOGUEIRA, Eustáquio Tadeu2
1Docente das FIPMoc; 2Discentes da Unimontes

Introdução: O legislador brasileiro não previu a possibilidade de o indivíduo ter como pai mais de uma pessoa; contudo, no plano da vida, percebe-se que a realidade é outra, pois muitas pessoas acabam por reconhecer como pai outras pessoas além de seu genitor, por variadas razões. Neste cenário, a dupla paternidade ganha relevância no meio jurídico. **Objetivo:** O presente trabalho se destina estudar, de forma breve, a possibilidade do reconhecimento da dupla paternidade, a biológica e a socioafetiva. **Método:** No presente trabalho empregou-se a metodologia exploratória e a técnica de pesquisa bibliográfica com base em livros, pesquisas, informativos e sites jurídicos renomados, e a pesquisa documental por meio da análise da legislação pertinente e utilizou-se o métodos de pesquisa qualitativo. **Resultados:** A filiação socioafetiva deriva da relação de afeto estabelecida ao longo do tempo e baseia-se na posse de estado de filho; enquanto a filiação biológica provém da relação sanguínea e natural, ambas com a capacidade de estabelecer o vínculo paternal (TARTUCE, 2016, p. 571). Há muito se discute acerca da prevalência entres as duas modalidades de filiação, a socioafetiva e a biológica, na hipótese de se verificar a existência de uma e de outra no caso concreto. No campo jurídico, despontam três correntes para o tema: os que defendem a filiação biológica fundam-se no § 6º do art. 227 da CRFB/88 e entendem que essa deve prevalecer sobre qualquer outra forma de filiação, pois os laços sanguíneos são mais importantes para se determinar a origem e continuidade de uma geração; os defensores da socioafetiva, com respaldo na jurisprudência majoritária, afirmam que deve prevalecer a relação de afeto sobre a verdade biológica por entenderem que o pai não se confunde com o genitor, não podendo um simples exame de DNA desconstruir os laços de afetividade (ASSIS NETO; JESUS; MELO, 2015, p. 1.578); a terceira corrente defende a dupla paternidade, isto é, a coexistência de ambas as formas de filiação, sob o fundamento do melhor interesse da criança e do adolescente (FELL; KUNZLER, 2013). Apesar de mais recente e de menor expressão, a dupla paternidade foi adotada pela Suprema Corte no RE 898.060 com repercussão geral, fixando-se a tese de que "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios". **Conclusão:** Do estudo realizado, percebe-se a dupla paternidade é possível e surgiu como uma solução para a celeuma jurídica e como uma adequação do direito à vida social.

Palavras-chave: Paternidade. Socioafetiva. Biológica.

REFERÊNCIAS:

ASSIS NETO, Sebastião de; JESUS, Marcelo de; MELO, Maria Izabel de. **Manual de direito civil**: volume único. 3. ed., Salvador: JusPodivm, 2015.

FELL, Elizângela. Treméa; KUNZLER, Michelle. Cristina. A dupla filiação registral como solução para os conflitos entre o biológico e socioafetivo e a sua repercussão nos direitos patrimoniais e não patrimoniais inerentes à filiação. **Revista AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 132, p. 117-141, dez. 2013.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 6. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

RODRIGUES, Danielle Silva; SOUZA, Ludmilla
FIPMoc

Introdução: A redução da maioridade penal vem sendo discutida com maior ênfase atualmente na sociedade brasileira. Trata-se de uma discussão, com dois lados opostos, grupos favoráveis e contrários à redução, baseando seus argumentos em questões sociais, públicas, psicológicas. **Objetivo**: O objetivo deste trabalho é abordar os principais argumentos que fundamentam a redução ou não da maioridade penal de

dezoito para dezesseis anos. **Resultados**: Conforme o ordenamento jurídico brasileiro vigente, a maioridade penal se dá aos 18 anos de idade, haja vista que somente a partir desta idade que o menor alcançará seu desenvolvimento mental completo para compreender o caráter ilícito de seus atos. A PEC 171/93 é uma Emenda Constitucional que propõe a redução com o principal objetivo de minimizar a inserção de jovens, menores de 18 anos, no âmbito criminal. Diversos são os motivos que ganham ênfase neste cenário e que perpetuam o questionamento sobre reduzir ou não a maioridade penal. Para os que defendem, existe a crença de que o menor ao cometer um ato ilícito, manipula o controle de sua racionalidade, de forma a discernir o que é ou não o cometimento de um crime. Destaca-se para esse grupo que estes jovens já se encontram em universidades, além de ter a capacidade eleitoral ativa, a partir dos 16 anos. Em relação aqueles que são contra, frisa-se a ideia de que os 87% dos brasileiros são a favor por uma confusão que tem sido feita entre pena socioeducativa e imputabilidade; entretanto ECA, como documento legal que se preocupa com a ressocialização, imputa medidas socioeducativas,de forma que o menor não fique sem a tutela do ordenamento jurídico. Ademais existe também a crença de que a exposição deste jovem em plena fase de construção do conhecimento, a um ambiente prisional precário só agravaria ainda mais seu comportamento transgressor, causa esta que está diretamente aliada ao índice de reincidência nas prisões, e é por ambos motivos que órgãos como OAB, ONU, UNICEF e ONG's internacionais de direitos humanos defende essa corrente. **Conclusão**: Conclui-se, portanto que, a questão da maioridade penal suscita debates projecionados e ocupa uma posição de destaque não somente na sociedade, mas como também no Parlamento, devido sua natureza impactante na legislação. Dentre os propostos, observou-se que há consenso de menores infratores sejam devidamente responsabilizados penalmente, desde que, consideráveis sejam os mecanismos de penalização, o que será capaz de possibilitar um avanço social em detrimento de um retrocesso generalizado.

Palavras-chave: Menor. Infrator. Maioridade. Penal. Legislação.

REFLEXOS DA IDENTIDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros[1]; OLIVEIRA, Maria Luiza Lopes[1]; SILVA, Adrieli Emilli Versiani[1]; SOUZA, Sarah Cristina Santos[1]; VELOSO, Matheus Ribeiro[1]; LOPES, Luís Roberto[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das Faculdades Integradas Pitágoras –FIPMoc.

Introdução: O conceito de gênero pode ser tratado de diversas formas, a depender do enfoque das áreas das ciências sociais e humanas. A identidade de gênero é a identificação da pessoa com um gênero, sendo ele referente ou não ao do seu nascimento (JESUS, 2012). A Constituição da República Federativa do Brasil assegura a igualdade de condições e proíbe formas de tratamento desiguais entre as pessoas. O direito do trabalho, por sua vez, assegura normas protetivas quando se analisa essa igualdade dento do mercado de trabalho. Nos tempos atuais é de extrema relevância analisar os reflexos do gênero no mercado de trabalho, não apenas sob o enfoque regulatório, como também no dia-a-dia dos indivíduos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a questão da identidade de gênero nas relações trabalhistas. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta à legislação brasileira e doutrina e jurisprudência acerca do tema. **Resultado:** Em que pese a Constituição Brasileira assegurar que todos são iguais perante a lei, quando se analisa a identidade de gênero sob a ótica das relações trabalhistas observa-se que a sociedade está bastante aquém do preceituado pela Carta Magna. É bem verdade que a Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como o posicionamento jurisprudencial concedem certos privilégios ao trabalho da mulher, sobretudo no tocante à proteção da maternidade e à condição física mais frágil das mulheres, se comparada à dos homens. Entretanto, ainda se observa um hiato entre os diplomas legais e a realidade laboral da mulher. Cenário ainda mais grave se encontra ao analisar a população LGBT: a discriminação sexual dos homossexuais no ambiente de trabalho é uma das realidades que mais profundamente afronta e desafia o princípio constitucional da igualdade: vai desde a negativa na ocupação de vagas, diferenças salariais, cargos de menor expressão, até assédios que acontecem dentro do ambiente de trabalho. Essa discriminação nega às mulheres e à população LGBT o direito a uma vida digna com trabalho que promova o seu sustento e o de sua família. **Conclusão:** Conclui-se que há uma discrepância entre o reconhecimento (salário e promoções para cargos de maior expressão) do trabalho dos homens, mulheres e LGBT's, além de preconceitos e discriminação sofridos, pela maioria da sociedade LGBT, dificultando assim, a sua aceitação perante a sociedade.

Palavras-chave: Discriminação. Gênero. Mulher. LGBT. Trabalho.

REFERÊNCIAS:

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. rev. ampl. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

REGIÕES DE KARST

BARBOSA, Isabela Santos; GOMES, Victor Daniel Pimentel; MOREIRA, Gabriele Rabelo; OLIVEIRA, Fabrício Vieira de; SOUZA, Ana Flávia Cardoso
FIPMoc

Introdução: A fundação de uma obra é responsável pela sua sustentação, suportando todos os carregamentos, devendo ter precisão nos cálculos de dimensionamento e controle. A pesquisa tem por objetivo problemas na construção civil, estudo de solo para execução de fundação e transferência de carga para o solo em regiões de kart. **Objetivo:** Analisar a execução de fundações do tipo *radier* em regiões de kart**. Método:** A metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa teve abordagem qualitativa, partindo da análise de soluções gerais, sobre as fundações em diferentes tipos de solos, com base a obter uma solução em específico para o problema de pesquisa (fundações em rochas calcárias). **Resultados:** Em geral os *radiers* são elementos de fundação superficial que abrange todos os carregamentos distribuídos ou pilares da obra. Promove uma maior área de contato com o solo e consequentemente maior distribuição de tensão. Por apresentarem uma distribuição uniforme de carga, o *radier* admite um solo com menor resistência do que aquela necessária para outro tipo de fundação. Nas regiões onde se encontra as rochas calcárias, por apresentarem vazios em seu substrato e argilas moles, essas fundações junto com o tratamento adequado do subsolo podem se tornar uma boa alternativa para edificações de pequeno a médio porte. **Conclusão:** Quando ocorre a calcificação, vazios formados pela dissolução do calcário, a fundação fica comprometida, pois ocorre acomodação do solo devido ao vazio formado ou colapso de rompimento de solo, por isso é de extrema importância o cálculo de topografia e estudo do solo, investigação geotécnica e geológica detalhada, antes que se execute a fundação. A presença de vazios no subsolo, devido ao calcário, faz com que se tenha maior preparação do solo para receber a fundação, pois se não ocorrer o devido tratamento pode aumentar as tensões e provocar subsidências e recalque. A execução de fundação nesse tipo de terreno geralmente apresenta problemas, com soluções de alto custo, inviabilizando o projeto.

Palavras-chave: Fundações. Calcário. Kart.

RELAÇÃO ENTRE DISTÚRBIO DO SONO COM ANSIEDADE E ESTRESSE EM ADOLESCENTES E ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

MURTA, Inah Araújo de Almeida [1]; PARADA, Fernando Rocha [2]; LIMA, Agamenon Monteiro[3]
1 e 2 Discentes do curso de medicina das FIP-Moc; 3 Docente do curso de medicina da FIP-Moc.

Introdução: A Ansiedade que também é referida como nervosismo, preocupação ou medo, trata-se de um conjunto de fatores que podem manifestar simultaneamente ou não. Além disso, os problemas de ansiedade, estresse ou depressão podem prejudicar a higiene do sono e o inverso também é verdadeiro (PINTO et al, 2012). Os estudantes geralmente apresentam privação do sono durante a semana devido às atividades escolares e nos finais de semana devido às atividades recreativas. **Objetivo:** compreender a relação da ansiedade e do estresse como causadores dos distúrbios do sono em adolescentes e jovens estudantes universitários. **Metodologia:** Realizou-se revisão de literatura qualitativa de caráter exploratório nas principais fontes de bibliografia atual como Scielo e Pubmed publicadas a partir de 2012 e, a partir disso, fez-se uma análise. **Resultados:** Percebeu-se que a ansiedade pode ser compreendida como um estado (ansiedade-estado), ou como um traço (ansiedade-traço). O estado ansioso é uma condição efêmera resultante de um agente causador. Já o traço de ansiedade é uma forma do corpo reagir a situações de perigo sendo, portanto, fisiológico e fundamental para a sobrevivência. A ansiedade pode tornar-se patológica quando é desproporcional à situação que a desencadeia ou quando não existe um objeto específico ao qual se direcione. O estresse relaciona-se com o sono de forma bilateral, ou seja, uma vida com muitas situações de estresse pode desregular o ciclo vigília-sono. Além disso, o sono pode ser um fator causador de estresse para o adolescente uma vez que este atribui maior importância a outras áreas da sua vida e tem pouco tempo

para dormir. Por outro lado, os sintomas de ansiedade tendem a aumentar com a irregularidade de horários de sono adotados, o que se relacionou intimamente com o cotidiano dos jovens universitários e adolescentes que com hábitos de sono irregulares apresentam estado de ansiedade aumentados. **Conclusão:** Nesse contexto, observou-se um consenso na literatura quanto a privação do sono como causadora da mudança no nível emocional. Sendo que, devido a situações de tensão escolar, os estudantes estão mais propensos à distúrbios do sono em decorrência da ansiedade e estresse.

Palavras-chave: Distúrbio do sono. Ansiedade. Estresse.

REFERÊNCIA:

PINTO, Teresa Rabelo et al. **Hábitos de sono e ansiedade, depressão e estresse: que relação?** 12º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação: Educação, aprendizagem e desenvolvimento: Olhares Contemporâneos através da Investigação e da Prática, p. 990 1006, 2012.

RELAÇÃO ENTRE MARCANTES CONFLITOS E O SURGIMENTO DOS DIREITOS

LIMA, João Pedro Alves[1]; CUNHA, Karoliny Nascimento[1]; NEVES, Maria Eduarda Meira[1]; ALMEIDA, Maria Eduarda Viana de[1]; MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso[2]
[1]Discentes do curso de Direito das FipMoc; [2]Docente do curso de Direito das FipMoc

Introdução: Os direitos que são capazes de provocar mudança social na vida humana, originaram-se de três gerações. Os primeiros referem-se, nesta ordem, aos direitos de liberdade, já os da segunda são os sociais, os de terceira aos coletivos e difusos, e preste à apreciação legislativa, encontram-se os direitos associados à Biotecnologia sendo uma possível quarta geração, os referentes aos direitos virtuais ficando na quinta geração e o cerne dessa síntese são as circunstâncias que levaram a promulgação destes. **Objetivo:** Investigar e discutir sobre os marcantes conflitos que fizeram nascer os principais direitos do homem. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. Para a coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos. **Resultados:** Diante disso, a fundamentação desses benefícios de grande importância para a sociedade, que tem por escopo amenizar as desigualdades sociais e promover uma vida digna para as pessoas. Verificou-se, que, o que mais chama atenção são as causas que levaram a criação desses direitos, os de primeira marcados pela revolução francesa, de segunda a revolução industrial, enfim, os de terceira pela segunda guerra mundial e guerra fria. **Conclusão:** Percebe-se que o foco dos elementos apresentados no decorrer do trabalho é que, para alguns direitos serem proclamados é preciso haver uma conflagração, o que acaba gerando descontentamento aos indivíduos, sendo que estes proveitos, são de obrigação do Estado.

Palavras-chave: Gerações de direitos. Conflitos. Surgimento de direitos.

REFERÊNCIA:

CARIGÉ, Augusto Nascimento. **O Estado Democrático de Direito e as Gerações de Direitos.** Disponível em:< https://www.ceap.br/material/MAT25032012152937>. Acesso em: 21 mai. 2017.

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA O BACHAREL EM DIREITO SE TORNAR ADVOGADO

COSTA, Andressa Graycielle de Jesus[1]; SILVA, Annyelle Fernanda Rosa[1]; BARRETO, Karolina Duarte[1]; ALENCAR, Victor Soares[1]; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre[2].
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Advogados são profissionais que usam as leis na defesa dos interesses do cliente, que pode ser um cidadão ou uma empresa, como seu representante contra os interesses de terceiros em qualquer instância, juízo ou tribunal. Podem atuar nos vários campos do direito: constitucional, administrativo, tributário, comercial, civil, trabalhista, eleitoral e penal. A Constituição Federal de 1988 deu ao advogado uma "estatura" constitucional ao afirmar, em seu artigo 133, que este é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, observando-se os limites legais. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo explicar os requisitos necessários para o bacharel de Direito se tornar advogado. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** A conclusão do curso de direito ou mesmo a tão almejada aprovação no exame

da ordem dos advogados não possuem o condão de transformar alguém em advogado. Para que um cidadão ingresse no quadro de advogados da OAB é indispensável que preencha todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, requisitos estes que se encontram dispostos no artigo oitavo do Estatuto de Advocacia e da OAB, enumerados em sete incisos. Exige como primeiro requisito que o candidato à inscrição no quadro de advogados tenha capacidade civil, segundo o artigo oitavo, II, do Estatuto, no ato da inscrição, o candidato deve apresentar diploma ou certidão de graduação em direito, bem como também o título de eleitor e certidão de reservista (para homens). Como quarto requisito há a exigência de aprovação no Exame de Ordem para todos os pretendentes à inscrição no quadro de advogados, além de não poder exercer atividade incompatível com a advocacia. O sexto requisito exige que o cidadão que visa ser advogado tenha uma conduta ilibada, ou seja, idoneidade moral. Por fim, o último requisito que deve ser preenchido pelo futuro advogado é o de prestar compromisso perante o Conselho. **Conclusão:** Conclui-se que os requisitos impostos pelo Estatuto da Advocacia são de suma importância, uma vez que apenas através do cumprimento dessas exigências o bacharel em direito que pretende ser advogado estará capacitado para exercer a profissão. Além disso, esses requisitos atuam também na qualificação desses profissionais, tendo em vista que a advocacia tem um importante papel junto à sociedade, no sentido de prestar uma função social, de cuidar dos direitos das pessoas que a eles confiam seus anseios e seus problemas, vindo a colaborar com os demais órgãos encarregados dessa prestação.

Palavras-chave: Advogado. Requisitos necessários. Bacharel em direito.

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA SE TORNAR ADVOGADO

OLIVEIRA, Luan Victor de[1]; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Advogado segundo sua etimologia é aquele chamado em defesa, em socorro de outrem perante a justiça. A advocacia está prevista no artigo 133 da Constituição Federal do Brasil de 1988 pelos seguintes termos: "O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei." **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo identificar os requisitos indispensáveis para se tornar advogado no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, sendo analisadas as legislações vigentes e fundamentos jurídicos acerca do tema. **Resultados:** Diante do exposto, pôde-se constatar que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é responsável pela fiscalização e regulamentação da profissão de Advogado no país. Nesses termos, a legislação atual do Estatuto da Advocacia exige os seguintes requisitos para a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil: capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em Direito; título de eleitor e certificado de reservista, se brasileiro; aprovação em Exame de Ordem; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral e, prestar compromisso perante o conselho. **Conclusão:** Conclui-se que o Advogado é um garantidor do Direito, tem um papel fundamental nas relações jurídicas e sua atuação depende de sua admissibilidade na Ordem dos Advogados do Brasil, pois apenas a conclusão do curso de Direito e aprovação no exame da Ordem não habilita o candidato a exercer a profissão de Advogado, tem-se a necessidade de outros requisitos para tal. Cabe ao profissional quando admitido, buscar a garantia da justiça acima de tudo em meio às numerosas relações que lhe cabe.

Palavras-chave: Advogado. Requisitos indispensáveis. Ordem dos Advogados do Brasil.

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA UM BACHAREL EM DIREITO SE TORNAR ADVOGADO

VELOSO, Anna Cecília Souto1; SILVA, Karollaine da Conceicão Duque1; NOBRE,Ana Cristina2.
1Estudantes de graduação de Direito das FIPMoc; 2Professora do Curso de Direito das FIPMoc.

Introdução: O advogado tem como escopo conciliar, consultar e pleitear em juiz os interesses de um certo individuo, mas para alcançar o privilégio de exercer essa profissão, torna-se necessário os bacharelados em Direito ter alguns requisitos indispensável para ser preenchido com intuito de ter seu nome inscrito no quadro da OAB. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi verificar os sete requisitos exigido pelo o Estatuto da Advocacia e da OAB para exercer a profissão da advocacia. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa e exploratório. A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica em doutrinas **Resultados:** O resultado verificado nesse trabalho foi a verificação que para um bacharel se tornar advogado deve ter ser aprovado no exame da ordem, provar capacidade civil, apresentar título eleitoral juntamente com as quitações do serviço militar (se o candidato for masculino) ,não exercer atividade

incompatível com a advocacia, ter uma conduta idônea e prestar compromisso perante o conselho. **Conclusão:** Conclui-se que todos os bacharéis que tem a pretensão de ser advogado tem a necessidade de ter todos os requisitos completos, na falta de algum requisito tem sob penalidade a vedação do exercício da profissão.

Palavras-chave: Requisitos necessárioS. Bacharel em Direito. Tornar advogado

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SILVA, Gabriel Maia e 1; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda1; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes1; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A exigência de requisitos mínimos para um bacharel em Direito se tornar advogado é de suma importância para selecionar os aptos e que possuem condições mínimas para exercer a função de administrador da justiça. **Objetivo:** Identificar os requisitos para inscrição nos quadros da ordem dos advogados do Brasil. **Metodologia:** Para que esse objetivo fosse alcançado, foram realizadas pesquisas bibliográficas com caráter exploratório. **Resultados:** Segundo o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em seu artigo 8º, será apto a exercer a advocacia aquele que tiver capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em direito em instituição autorizada; título de eleitor e quitação do serviço militar (se brasileiro); aprovação no Exame da Ordem; não exercer atividade incompatível com a advocacia; ter idoneidade moral e prestar compromisso perante o conselho. **Conclusão:** Conclui-se que a atividade advocatícia é regulamentada por um estatuto, este que dita os requisitos para quem quiser se inscrever. Além disso, é possível identificar a pertinência dos requisitos, uma vez que, tratando-se de uma classe importante para a obtenção da justiça, deve-se ter capacidade e conhecimento suficiente para embasar as suas afirmações.

Palavras-chave: Requisitos. OAB. Inscrição. Advogado.

REQUISITOS PARA SE TORNAR ADVOGADO

GOMES, Ana Paula Vieira1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; FERNANDES, Gláucia Rejanny Teixeira1; XAVIER, Lucas Samuel de Souza1; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: O advogado é um profissional liberal e competente para representar os interesses de seus clientes em juízo ou fora dele. **Objetivo:** O estudo buscou reconhecer e explicar os requisitos para um bacharel em Direito se tornar um advogado. **Método:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultado:** Verificou-se que os requisitos para se tornar um advogado são: capacidade civil, que se dá ao completar 18 anos ou por emancipação; formação universitária específica para a profissão de advogado confirmada pela apresentação do diploma ou certificado de graduação em Direito expedida por instituição de ensino superior oficialmente autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação; apresentação do título de eleitor e, se do sexo masculino, o certificado de reservista, documentos indispensáveis para se comprovar o exercício da cidadania; ser aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que consiste em duas provas - uma objetiva, exigindo percentual mínimo de acerto de 50 % - e uma prático-profissional, contendo até 5 questões práticas, sob a forma de problema e a obrigação de redigir peça profissional privativa de advogado, sendo nessa segunda etapa exigido percentual mínimo de 60%.; compatibilidade com a advocacia, comprovada mediante uma declaração que não se pratica atividade incompatível; ter idoneidade moral, ou seja, ser uma pessoa de bom caráter e não ter praticado crime infamante, que atinge e denigre a imagem da classe da advocacia. Por fim; o compromisso, que consiste em um juramento feito em ato solene e personalíssimo. **Conclusão:** Conclui-se que o candidato a advogado precisa transpor muitas barreiras, não sendo suficiente a graduação em Direito para alcançar essa almejada profissão. E que a exigência do cumprimento desses requisitos contribui para a seleção de profissionais aptos para o exercício da advocacia.

Palavras-chave: Advogado. Bacharel em Direito. Requisitos. OAB.

RESSECÇÃO DO MELANOMA CUTÂNEO

SANTOS JUNIOR, Altair Reis dos [1]; MOTA, Rhayssa Soares[2]; OLIVEIRA, Karine Kelly de[3]; PINTO, Lívia Versiani Duarte[4]; MENDES, Vithória Ferreira[5]; OLIVEIRA, Marcos Vinícius Macedo de[6]
[1-5] Discentes do curso de medicina das FIP-Moc. [6] Docente do curso de medicina das FIP-Moc

Introdução: O melanoma é uma neoplasia maligna de origem neuroectodérmica que decorre da proliferação desordenada dos melanócitos. Acomete geralmente a pele, mas pode ocorrer em mucosas e outros locais. Sua fisiopatologia é pouco descrita, mas sabe-se que tem grande relação com cor da pele, componente genético e exposição à radiação ultravioleta. O melanoma representa apenas 3% das neoplasias malignas de pele, apesar de ser o tipo mais grave pela alta capacidade de gerar metástases. A ressecção das lesões e análise do linfonodo sentinela tem se mostrado fundamentais no estadiamento cirúrgico e tratamento primário e adjuvante. **Objetivo:** O objetivo desse estudo é descrever a os tipos de ressecções que são realizadas na conduta do melanoma cutâneo. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, retrospectiva, qualitativa, em que foram analisados artigos científicos no período de 2004 a 2017.**Resultados:** Inicialmente deve ser feita uma avaliação clínica da lesão, das principais cadeias de linfonodos e dos órgãos para os quais essa neoplasia gera metástases. A classificação de Breslow tornou-se muito útil, pois é muito prática, avalia a espessura da lesão e mostra certa correlação com o prognóstico. São realizadas ressecções em dois momentos. No primeiro momento a lesão é retirada para confirmação diagnóstica em análise histopatológica. Se a lesão for pequena, é feita biópsia excisional, se a lesão for de grandes dimensões é feita biópsia incisional. No segundo momento, já após a confirmação diagnóstica, é feita uma excisão extensa do tumor com margem de segurança de 1 a 2cm de espessura e 2 a 3cm de margem lateral. Ressecções mutilantes que evolvam, por exemplo, a fáscia muscular não são mais indicadas. Essas ressecções extensas não apresentam melhorias significativas para o paciente. **Conclusão:** O melanoma é a neoplasia de pele mais grave e que acomete o ser humano. A primeira ressecção da lesão é feita com fim diagnóstico e em alguns casos terapêutico, mas o tratamento completo envolve, além da excisão total, linfonodectomia, quimioterapia e radioterapia.

Palavras-chave: Melanoma. Ressecção. Neoplasia.

REVISÃO SOBRE A TUBERCULOSE, ASPECTOS CLÍNICOS E SEU DIAGNÓSTICO

OLIVEIRA, Alana Guido [1]; GODINHO, Ana Clara [1]; RIBEIRO, Brenda Liery [1]; RAMOS, Maria Tereza Bento Pimentel [1]; GALDINO, Vinícius [1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira [2]
[1] Discentes das FIPMoc, [2] Docente das FIPMoc

Introdução: É sabido que doenças infecciosas, como a tuberculose ainda constituem problema de saúde pública, sobretudo em países subdesenvolvidos (SILVA *et al*., 2009). Embora tenha ocorrido uma tendência mundial de erradicação e diminuição da morbi-mortalidade destas, é perceptível o ressurgimento de tais doenças consideradas erradicadas. Os trabalhos brasileiros recentes sobre a prevalência de tuberculose, por exemplo, são considerados escassos. Com isso, é justificada a necessidade de existirem novos estudos que envolvam prevalência, como forma de mensurar a quantidade da população afetada, além de gerar dados destinados ao planejamento de ações governamentais (ANDRADE *et al.*, 2010). **Objetivo**: Analisar os principais mecanismos utilizados para o diagnóstico da tuberculose. **Método**: O trabalho consistiu em pesquisa qualitativa, do tipo Revisão Bibliográfica. As fontes de dados utilizadas foram baseadas em bibliotecas digitais, publicações eletrônicas e periódicas de acesso aberto, além de livros disponibilizados na biblioteca Guglielmo Turano. **Resultados:** Foram pesquisados os principais métodos de diagnóstico para a tuberculose. Primeiramente, tem-se o exame do escarro, obrigatório para diagnóstico de tuberculose. A coleta do escarro é um método simples, rápido e de baixo custo para o diagnóstico de tuberculose, sendo também, um exame importante para o acompanhamento dos indivíduos já diagnosticados. Visando um resultado eficiente, faz-se necessário coletar 5 a 10 ml de escarro. Para diagnóstico, devem ser coletadas duas amostras, a primeira no dia da consulta e a segunda na manhã do dia seguinte. Em segundo plano, pode-se destacar a Prova Tuberculínica, que é um método bastante utilizado, mas não se mostra tão efetiva quanto o teste do escarro para o diagnóstico da tuberculose, sendo assim, um método auxiliar, principalmente para triagem. Consiste na inoculação intradérmica de tuberculina para medir a resposta imune celular a este antígeno. O resultado deve ser avaliado após 48 a 72 horas. A reação é positiva quando há a formação de uma pápula, acompanhada de área eritematosa. Por fim, outro exame essencial para o diagnóstico de tuberculose é a Radiografia de Tórax, por ter um baixo custo, providenciar várias informações e ser de fácil realização. Para pacientes com baciloscopia positiva, esse exame tem como principal função excluir outra doença pulmonar associada, a fim de iniciar um tratamento concomitante.

Em adultos com tuberculose, o mais comum de se encontrar na radiografia são os infiltrados no pulmão, na parte superior, além de disseminação para os brônquios e cicatrizes. **Conclusão**: A proposta do trabalho possibilitou o entendimento dos diferentes diagnósticos para confirmação da tuberculose e a análise de suas particularidades, viabilidade e efeitos colaterais. Conclui-se que a estimulação às pesquisas que envolvam a busca pelo conhecimento da situação de saúde, de uma determinada região ou doença específica, constituem um eficiente mecanismo de contribuição com a literatura, com o objetivo de facilitar ações profiláticas.

Palavras-chave: Tuberculose. Diagnóstico. Prevenção.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, E. C.; LEITE, I. C. G.; OLIVEIRA RODRIGUES, V; CESCA, M. G. Parasitoses intestinais: uma revisão sobre seus aspectos sociais, epidemiológicos, clínicos e terapêuticos. **Rev. APS**, v. 13, n. 2, p. 231-240, 2010.

SILVA, Jarbas Barbosa. Tuberculose: guia de vigilância epidemiológica. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, 2004, 30: S57-S86.

SAÚDE DA MULHER, CIRURGIA OBSTÉTRICA E ASSISTÊNCIA AO PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; MACHADO, Maria das Mercês Borém Corrêa[2]
[1] Discente do curso de Medicina das FIPMoc [2] Docente do curso de Medicina das FIPMoc

Introdução: Um estágio extracurricular é aquele realizado fora das exigências da grade curricular regular de um acadêmico durante sua graduação. Ele tem como objetivo fazer a inserção do estudante em uma rotina hospitalar contribuindo para o aperfeiçoamento de suas habilidades técnicas em determinada área de interesse, complementando o conhecimento do estudante a partir da atuação em um ambiente prático que futuramente será parte da vivência em sua vida profissional. A Santa Casa de Montes Claros recebe semestralmente centenas de estudantes de graduação que atuam em diversos setores da instituição. Porém, durante as férias acadêmicas a Maternidade e o Bloco Obstétrico ficam sem o acompanhamento regular dos estudantes, o que acaba sobrecarregando o trabalho da equipe médica. Como a demanda do serviço é muito grande, há a necessidade de auxiliares e a alternativa foi, em parceria com as Faculdades Integradas Pitágoras, disponibilizar um estágio inédito para que voluntários preenchessem essas vagas, que até então ficariam ociosas, favorecendo o aprendizado continuado do estudante e aumentando a eficiência do serviço sem gastos extras para a instituição hospitalar. **Objetivo:** relatar a experiência de um estágio extracurricular em Ginecologia e Obstetrícia durante as férias de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017. **Relato de experiência:** Foram sete semanas de férias de dezenove estudantes dedicadas à saúde da mulher, cirurgia obstétrica e assistência ao parto. Cada acadêmico ficou responsável por quinze plantões de doze horas, totalizando assim uma carga horária final de cento e oitenta horas. Durante esse período, todos tiveram a oportunidade de acompanhar o trabalho de parto de gestantes e melhorar suas habilidades em cirurgia obstétrica. Como a Santa Casa de Montes Claros é uma maternidade de referência para alto risco foi possível acompanhar o seguimento de procedimentos de alta complexidade como partos gemelares, gravidez ectópica, doenças hipertensivas gestacionais, eclampsia e pré-eclampsia, partos prematuros, crescimento intrauterino restrito, macrossomia, descolamento prematuro de placenta, feto morto, curetagens uterinas, abordagem de miomas e endometriose, videocirurgias, sepse neonatal entre diversas outras intercorrências. **Conclusão:** Atualmente tem-se percebido o maior reconhecimento do trabalho dos estagiários nos hospitais, auxiliando os profissionais, assistindo os pacientes e seus familiares. Acredita-se que tanto o hospital como os acadêmicos se beneficiaram desse estágio pioneiro: os estagiários com a oportunidade de aprendizado oferecida pela instituição e o hospital com a contribuição dos acadêmicos com a eficiência do serviço de saúde, auxiliando médicos, técnicos e enfermeiros a realizar procedimentos e favorecendo a dinâmica dos atendimentos gineco-obstétricos.

Palavras-chave: Estágio Extracurricular. Ginecologia e Obstetrícia. Relato de Experiência.

SEMIOLOGIA GINECOLÓGICA: A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO AO BIO-PSICO-SOCIAL DA PACIENTE DENTRO E FORA DOS CONTEXTOS MÉDICOS.

LEÃO, João Victor Nobre[1]; MOTA, Rhayssa Soares[1]; AGUIAR, Fernanda Nunes[1]; PRINCE, Karina Andrade de[2].
1 Discentes do curso de medicina das FIPMoc. 2 Docente do curso de medicina das FIPMoc.

Introdução: A saúde da mulher é uma área da medicina que exige um importante enfoque não somente na resolução de moléstias ginecológicas, mas também nos cuidados voltados para o psicossocial da paciente, a fim de atendê-la como um todo, levando em conta tanto a equidade quanto a integralidade. **Objetivo:** Visa-se salientar a importância do enfoque no atendimento à mulher não somente para tratar moléstias físicas, mas também possíveis acometimentos mais amplos que possam afetar a saúde como um todo. **Metodologia:** Foram selecionados previamente 15 trabalhos dispostos nas bases de dados SCIELO, e BVS, e posteriormente 5 desses foram selecionados para a revisão literária por terem maior relevância e por serem mais recentes a data de realização do estudo. **Resultados:** A ginecologia é uma área da medicina voltada para a saúde da mulher, entretanto essa não deve compreender apenas tratar doenças ou preveni-las, mas também observar todo o contexto no qual a paciente está inserida, tanto nos seus relacionamentos interpessoais quanto no seu bem estar psicológico. Para isso, faz-se necessário um ambiente tranquilo e privado, no qual a paciente se sentirá mais a vontade e tranquila para o diálogo e realização do exame físico. É muito importante compreender que a consulta ginecológica é preconizada pelo Ministério da Saúde como um atendimento que deve ser anual, dessa forma, é preciso ter o conhecimento de que muitas vezes essa consulta anual é o único contato da paciente com o médico, esse fato nos leva a crer que o atendimento ginecológico deve ser amplo e explorar todos os sistemas e analisar possíveis acometimentos desses. A integralidade da consulta pode auxiliar tanto na prevenção de demais moléstias como tranquilizar a paciente sobre alguma dúvida ou receio presente. A grande importância de a anamnese ser ampla e basear-se em atender a paciente em todo o seu contexto biopsicossocial se deve a proporcionar a paciente um ambiente tranquilo além de estimular que a paciente sinta confiança no médico, sentindo-se assim mais a vontade para expor seus sentimentos e pensamentos. Dessa forma, é muito importante o médico saber ouvir, isto é, permitir que a paciente exponha suas dúvidas e pensamentos, provocando assim uma relação médico paciente ideal. O médico deve sempre notar possíveis fatos que deixem a paciente tensa, como problemas familiares, instabilidade profissional e outros, visto que esses muitas vezes afetam diretamente na saúde feminina. O próprio contexto social também pode influir na saúde da mulher, sendo que mulheres de diferentes classes sociais demandam diferentes tipos de atendimentos, o que confirma e salienta uma das principais bases do SUS, o da equidade, que defende o tratamento desigual para os desiguais. **Conclusão:** Ao atender a paciente como um todo, a consulta ginecológica se torna algo amplo e confortável para a paciente fatores esses que facilitam soluções diagnósticas e promove uma melhor relação médico paciente.

Palavras-chave: Ginecologia. Semiologia. Biopsicossocial. Integralidade. Equidade.

SENSOR DE FREQUÊNCIA CARDÍACA APLICADO A INTERNET DAS COISAS

SICUPIRA, Ismael Pinheiro[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2].
[1]Discente do curso de Engenharia Mecatrônica FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc.

Introdução: A Internet das Coisas (IoT, do inglês *Internet of Things*), consiste em aplicações desenvolvidas para máquinas acionarem outros dispositivos, sem, necessariamente, envolver uma interface com as pessoas. A IoT vem sendo uma realidade cada vez mais presente na Internet, sendo responsável por um volume de dados cada vez mais significativo. Dentre as perspectivas de aplicação da IoT, a área da saúde é uma das mais promissoras, com o potencial de auxiliar no acompanhamento e tratamento de pacientes. **Objetivo:** Este trabalho se dedica a realizar um projeto prático da internet das coisas, para a análise em tempo real da frequência cardíaca de uma pessoa. **Método:** Implementar-se-á um sistema prático para a medição da frequência cardíaca de uma pessoa utilizando a tecnologia IoT. Foi estudado para utilização no dispositivo um sensor de pulsação para a leitura de dados da frequência cardíaca de uma pessoa, além de um módulo *wi-fi* ESP-8266 (NodeMcu) para o processamento dos dados recolhidos pelo sensor. **Resultados:** Para que o controle se apresentasse realmente satisfatório para a análise de dados, foi concebida uma interface *web* em que o médico ou outro profissional da área da saúde poderá analisar esses dados. Com base nos dados recolhidos no sensor de pulso, as variações aceitáveis da frequência cardíaca serão registradas e salvas em um banco de dados e poderão ser revisadas quando necessário. **Conclusão:**

O dispositivo foi planejado e projetado, com a seleção de materiais e equipamentos necessários para sua montagem e funcionamento. A interface *web* associada se mostrou simples e funcional. Com isso, pode-se concluir que a inovação está pronta para realização de testes com voluntários e, posteriormente, receber implementação de melhorias para produção em escala maior.

Palavras-chave: Sistemas embarcados. Internet das Coisas. Frequência cardíaca. Bioengenharia

SILENCIAMENTO DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO

MIRANDA, Giulia Marques de Lima1; SOARES, Maria Petronilha Rodrigues Ribeiro1 SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira1; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre2
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Os fatores que levam as mulheres brasileiras a não denunciarem seus agressores são inúmeros, e muitos são frutos da cultura machista. **Objetivo:** Essa pesquisa teve com o objetivo fazer uma análise reflexiva acerca dos motivos que levam as mulheres a não denunciarem o abuso sexual. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos do site acadêmico SciELO. **Resultados:** Encontraram-se argumentos que comprovama presença da cultura patriarcal na sociedade brasileira, a qual delimita os papeis sociais de acordo com o gênero. Dela tem-se o machismo, que vende a imagem da mulher como inferior ao homem. A partir disso surgem fatores que impedem as vítimas de denunciarem seus agressores, como: medo do agente; vergonha do ato; medo do julgamento social; sentimento de culpa; e a tentativa de não provocar um "constrangimento familiar", entre outros, que impedem o alcance da justiça a esses casos. Além desses, há outros motivos, como por exemplo, descrença na justiça e desconhecimento dos direitos. **Conclusão:** Conclui-se que a cultura machista ainda tem grande peso no corpo civil brasileiro, uma vez que influencia na efetivação da justiça, sendo essa o principal impedimento na delação das vítimas do crime de estupro.

Palavras-chave: Vítimas de estupro. Silenciamento das vítimas de estupro. Efetivação da justiça nos crimes contra a mulher.

SIMULAÇÃO DISCRETA UTILIZANDO O SOFTWARE ARENA – TEORIA DAS FILAS

ALVES, Isadora Andressa Rosa[1]; LOPES, Sonia Maria Prates Quadros[1]; LOPES, Yuri Oliveira[1]; MORAIS, Vítor Guilherme[1]; SILVA, Marina Nunes.[1] FILHO, Pedro Cândido N.[2]
[1] Discentes das FIPMoc; [2] Docente das FIPMoc

O sistema de filas é caracterizado como qualquer processo onde usuários de uma determinada população necessitem de prestação de serviço pela qual precisem aguardar, saindo do sistema assim que o serviço é finalizado. Toda espera ocorre quando a demanda é superior à capacidade de atendimento fornecida, resultando em filas, pelo simples fato do servidor não ser capaz de atender com uma frequência maior que a chegada dos usuários. Com isto, a simulação pode ser usada para investigar uma grande variedade de questões sobre o sistema uma vez que seja desenvolvido e validado. A simulação computacional utilizando o Software Arena ligada a eventos discretos, torna-se cada vez mais uma ferramenta de apoio eficaz às atividades de tomada de decisões e otimização na mineração, a partir do desenvolvimento de um modelo de simulação. O objetivo deste projeto é de otimizar o processo de transporte de uma mina, afim de que o tempo de espera de caminhões em filas não ultrapasse o tempo máximo esperado. Foram realizados estudos, com aspectos qualitativos de caráter exploratório, pesquisas de campo e bibliográficas. As simulações foram realizadas utilizando dois modelos do processo de carregamento diferentes, o primeiro usando um britador e o segundo usando dois britadores, com o objetivo de comparar e verificar qual apresenta os melhores resultados. O software ARENA® apresentou resultados diferentes para cada situação, e a resposta transmitida pelo sistema poderá ser transmitida para o mundo real, com a finalidade de potencializar a produção final. Os resultados estão divididos através dos principais objetos do modelo de simulação (caminhões, filas e britador). Dessa forma, se torna mais fácil a compreensão e permite avaliar a influência dos dois objetos (caminhões e britador) no resultado final. Conclui-se que os resultados obtidos através das simulações mostraram as diferenças ao se utilizar dois modelos de carregamento distintos. Essas diferenças confirmaram a hipótese de que os processos que utilizam o modelo com dois britadores apresentam melhor rendimento e produtividade dos caminhões ao final do ciclo de trabalho. Portanto, o objetivo principal do

trabalho foi alcançado, uma vez que se tornou possível simular um processo no software Arena®, e com isso, a otimização do sistema poderá ser implementado. Com os resultados, foi possível observar que nos dois modelos o britador apresenta cerca de 100% da sua utilização, surgindo a necessidade de alocação de mais britadores no processo ou aumento da capacidade dos britadores já existentes a fim de se trabalhar com uma utilização ideal, garantindo menos desgaste e esforço do maquinário, como economia de energia e ganho de tempo ocioso para possíveis reparos, se necessário.

Palavras-chave: Simulação discreta. *Software* Arena. Teoria das filas.

SIMULAÇÃO MECÂNICA PARA PREVENÇÃO DE RISCOS NA PRODUÇÃO DA ESTEIRA TRANSPORTADORA AUTOMATIZADA

OLIVEIRA JUNÍOR, Marcos Aparecido Nery de 1; SILVA; Rulhyan Gabriel Ancantara 1;SANTOS, Luiz Philipe Pereira 1; SOUZA,Marcos Vinicius 1; REGO, Thaís Cristina Figueiredo.
1Discente de Engenharia Mecatrônica, FIPMoc. 2Docente das FIPMoc.

Introdução: A esteira transportadora é uma máquina de trasporte contínuo muito utilizada que tem a possibilidade de receber cargas de alto peso que, normalmente seriam transportadas manualmente por uma rota pré-definida. É facilmente automatizada sendo de grande confiabilidade e de alto custo-benefício se feita corretamente, mas se feita de modo incorreto pode trazer uma série de riscos e prejuízos a linha de produção de uma indústria. Assim para manter uma determinada segurança, simulações em *softwares* são de suma importância. **Objetivo geral:** Simular a resistência de uma esteira transportadora automatizada a partir do SolidWorks. **Método:** Foi feito uma pesquisa de estruturas das esteiras para melhor compreensão do material a ser aplicado dando maior precisão para os testes de simulação. Utilizou-se o software SolidWorks para desenhar e simular testes nas peças. **Resultados:** Após feitas as simulações no SolidWorks como flambagem, estática, fadiga, entre outros, utilizando ferro dúctil como material, obtivemos gráficos com esquemas de cores para descrever a realidade física da estrutura da peça. Através da análise de dados obtidos notou-se deformações críticas ,sendo assim, um projeto falho. **Conclusão:** Esteiras transportadoras são feitas sob medida para atender especificamente o lugar onde vai atuar. Com base nisso concluímos que, quando se projeta uma máquina ou estrutura, a representação gráfica é extremamente necessária, fazer simulações mecânicas utilizando simulações do SOLIDWORKS nos possibilitam o desenvolvimento de técnicas visando a proteção contra futuros desastres inesperados.

Palavras-chave: Esteira. *SolidWorks*. Simulação.

SÍNDROME DE BURNOUT EM ACADÊMICOS DO ÚLTIMO ANO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; BRITO, Guilherme Delfino[1]; PAIVA, Luara Keller Ribeiro[1]; PINHEIRO, Mayra Rodrigues[1]; GONÇALVES, Thaís Alves[1]; BARRAL, Ana Beatris Cézar Rodrigues[2].
[1] Discente do curso de Medicina das FIPMoc. [2] Docente do curso de Medicina das FIPMoc

Introdução: Burnout é uma palavra inglesa que se refere a algo que deixou de funcionar por exaustão. A Síndrome de Burnout é uma síndrome multidimensional constituída por exaustão emocional, desumanização e redução na realização pessoal. Sua causa principal não é definida, existindo múltiplos fatores que facilitam o desencadeamento uma resposta ao estresse crônico, causada pela falha ou insuficiência dos métodos de enfrentamento utilizados para lidar com os agentes estressores. Estudantes de medicina estão frequentemente expostos a situações estressantes, que podem contribuir para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo descrever a prevalência da Síndrome de Burnoutem acadêmicos do curso de graduação em Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc, associando-a a dados demográficos. **Métodos:** De acordo com as normas que regem a pesquisa com seres humanas e após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras, com o parecer 1.912.499, foi realizado um estudo do tipo transversal que investigou a presença da síndrome em uma população de 53 acadêmicos de Medicina da instituição. Um questionário individual autoaplicável avaliou dados sociodemográficos e outro Maslach *Burnout Inventory- Student Survey*, específico para avaliação da Síndrome de Burnout em estudantes. **Resultados:** O escore médio obtido no item de exaustão emocional foi 12,19 (DP=8,40), em descrença foi de 4,76 (DP=6,18) e no item eficácia profissional o escore médio foi 23,56(DP=7,25), sendo assim, a

Síndrome de Burnout não foi detectada em nenhum acadêmico. **Conclusão:** Os dados encontrados ajudaram a entender que apesar da população não apresentar a Síndrome de Burnout, ainda apresentam sinais de ineficácia profissional o que auxilia a pensar na importância do desenvolvimento de estratégias que possam propor soluções para este problema.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Estudantes de Medicina.

SINOVECTOMIA ARTROSCÓPICA PARA ALÍVIO DA DOR E DIAGNÓSTICO DA CONDROMATOSE SINOVIAL DO COTOVELO

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; PAIVA, Anderson Araújo[2]; SCARPA, André Campos[3]; MENDES, Romero Iago Freitas[4]

[1] Graduanda no curso de Medicina das FIPMoc, membro da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc [2] Médico Ortopedista, especialista em ombro e cotovelo, chefe do serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Dilson Godinho - Montes Claros, Minas Gerais e Professor orientador da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc [3] Médico Ortopedista, especialista em artroscopia e joelho, coordenador da residência médica de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Universitário Clemente de Faria - Montes Claros, Minas Gerais e Professor orientador da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc [4] Médico Ortopedista, especialista em artroscopia e joelho, chefe do serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Universitário Clemente de Faria - Montes Claros, Minas Gerais e Docente do curso de Medicina das FIPMoc Gerais, Professor orientador da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc

Introdução: A condromatose sinovial é uma afecção articular incomum, de etiologia desconhecida, caracterizada pela formação monoarticular de cartilagem na sinóvia que causa dor, edema e limitação do movimento articular. Consiste em uma doença de difícil diagnóstico devido às manifestações dos sinais e sintomas serem inespecíficos e podendo sugerir diversas doenças. **Objetivo:** Esse trabalho teve como objetivo relatar o caso de um paciente diagnosticado com condromatose sinovial. **Relato de caso**: Paciente L.T.C., 58 anos, sexo masculino, apresentou-se no ambulatório com queixa de dor e edema em cotovelo direito há cerca de 08 meses. Ao exame físico, relatou dor e extensão -30 e flexão -20. Ao se analisar os exames complementares, foram observados corpos livres à radiografia e tomografia computadorizada e indicado procedimento cirúrgico - sinovectomiaartroscópica. Pela gravidade do quadro e ao alto grau de destruição articular, optou-se pela artrodese do cotovelo direito. Com a exérese dos corpos livres intrarticulares que obstruíam a articulação do cotovelo, foi realizada análise histopatológica da peça cirúrgica com descrição de material constituído por vários fragmentos tissulares pardacentos, irregulares e pétreos medindo 2,5x2,0x1,0 cm o conjunto. À microscopia foi descrito cortes de fragmentos de tecido osteocartilaginoso e sinovial apresentando áreas de fibroesclerose com formação de nódulos cartilaginosos hialinos, sem atipias, por vezes embebido em exsudato fibrino-leucocitário, sendo assim, histologia compatível com condromatose sinovial. **Discussão:** A condromatose sinovial pode aparecer espontaneamente (primária) ou proveniente de processos de desgaste ósteo-articular como osteoartrose, osteocondrite dissecante e fraturas condrais (secundária). É uma afecção proliferativa com metaplasia benigna de fibroblastos, caracterizada pela formação de nódulos cartilaginosos que podem se tornar pediculados e liberados dentro da cavidade sinovial das articulações, em tendões e bursas, onde podem aumentar de tamanho com o tempo ou permanecer como corpos livres. O centro de um nódulo pode se calcificar e se ossificar com o tempo, o que tornaria o processo denominado como osteocondromatose. A osteocondromatose possui a mesma fisiopatologia da condromatose, porém, com o centro ossificado, possui maior facilidade de diagnóstico do processo a partir da radiologia convencional. Como a formação de nódulos osteocartilaginosos no tecido conjuntivo sinovial consiste em um processo lento, o diagnóstico muitas vezes é adiado até uma fase mais avançada da doença. A dor, o edema e a perda de arco do movimento articular são os sintomas mais frequentemente relatados. A incapacidade de extensão completa e o travamento da articulação são uns dos primeiros sintomas manifestos que podem causar crepitação dos tecidos moles e a palpação de corpos livres . O derrame e espessamento sinovial também são manifestações comuns. A avaliação radiográfica é pouco conclusiva, dificultando sua identificação e fazendo com que o diagnóstico, muitas vezes, não possa ser realizado até a cirurgia. A remoção dos corpos livres é considerada a melhor forma de tratamento. **Conclusão:** A principal intervenção cirúrgica utilizada descrita na literatura é através da sinovectomiaartroscópica. Estudos indicam que o método apresenta boa eficácia, principalmente no alívio da dor, segurança, baixa morbidade, baixa recidiva e favorece a reabilitação precoce, o que facilita o retorno do indivíduo às suas atividades.

Palavras-chave: Condromatose sinovial. Doença articular. Metaplasia.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

CALDEIRA, Henrique Versiani[1]; RIBEIRO, Letícia Rocha[1]; ROCHA, Matheus Robison Duarte[1]; SANT'ANNA, Bethânia Magalhães[1]; SANTOS, Alan Fraga Nascimento[1]; TEIXEIRA, Rodrigo Leal.[2].
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc. 2Docente do curso de Direito das FIPMoc.

Introdução: O Sistema Prisional Brasileiro vem passando há anos por vários problemas em suas dependências devido à superlotação das penitenciárias brasileiras, fato este que influencia diretamente na vida do detento, que fica sujeito a viver em condições precárias que violam os Direitos Humanos. Diante deste cenário, faz-se imprescindível a interferência do Judiciário a fim de obrigar o Estado a cumprir os preceitos contidos na Lei de Execução Penal (LEP). **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a possibilidade de o Poder Judiciário impor à Administração Pública a execução imediata de providências pertinentes a direitos fundamentais de pessoas que se encontram em custódia sob o comando estatal, em razão de responsabilidade criminal. **Método:** Utilizou-se na metodologia do trabalho, quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa e, quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória. A respeito dos procedimentos teóricos usou-se de pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Para solucionar a questão que envolve a permanência do preso em condições desumanas nos presídios, verificou-se que há por parte do Estado obrigação de fazer no que diz respeito à prestação de serviços e assistências de forma eficaz que garantam a sobrevivência dos detentos nas instalações penitenciárias e proporcionem ao preso a reeducação necessária para que quando saia da prisão não retorne ao cometimento de novas práticas delituosas, podendo o Judiciário impor à Administração Pública a aplicação imediata de medidas que visem reestabelecer à dignidade de cada um dos condenados que se encontram privados de liberdade nos recintos prisionais, uma vez que observou-se que desde muito tempo o sistema penitenciário brasileiro deixou de cumprir com sua obrigação de promover ao encarcerado condições de vida digna nas dependências prisionais, afastando-o da possibilidade de ressocialização, o que causa um caos no dia-a-dia do nosso país. **Conclusão:** Concluiu-se que há a possibilidade de o Judiciário impor ao Executivo a efetivação de sua obrigação de fazer no Sistema Prisional e que a violação dos direitos fundamentais de pessoas que se encontram em custódia do Estado acarreta uma penalização redobrada, já que além da sua própria pena de reclusão, acaba afetando, durante o tempo no cárcere, as condições físicas e psicológicas do detento.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Sistema prisional brasileiro. Violação dos direitos humanos. Obrigação de fazer do Estado.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E ASSISTÊNCIA SOCIAL AO REEDUCANDO[4]

CALDEIRA, Henrique Versiani[1]; RIBEIRO, Letícia Rocha[1]; ROCHA, Matheus Robison Duarte[1]; SANT'ANNA, Bethânia Magalhães[1]; SANTOS, Alan Fraga Nascimento[1]; SILVA, Leandro Luciano[2].
1Discentes do curso de Direito das FIPMoc. 2Docente do curso de Direito das FIPMoc.

Introdução: Os Direitos Fundamentais consagram-se como forma de assegurar a dignidade humana de cada indivíduo de modo a proporcioná-lo desenvolvimento de suas potencialidades. Segundo Moraes (2013, p. 3), não foi mera formalidade a constitucionalização desses direitos, mas, sim uma maneira de positivar essas garantias fundamentais, de modo que qualquer indivíduo possa exigi-las perante o Estado, a fim de receber a tutela jurisdicional que torna efetiva a prestabilidade e o respeito aos Direitos Fundamentais que se encontram elencados na Constituição Federal. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a observância dos direitos fundamentais do preso pelo sistema penitenciário brasileiro considerando relatórios de inspeção prisional relacionados à assistência social. **Método:** Utilizou-se na metodologia do trabalho, quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa e, quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória. A respeito dos procedimentos teóricos usou-se de pesquisa bibliográfica. **Resultados:** A atuação do assistente social interdisciplinarmente na aplicação de políticas públicas no sistema prisional é algo que deve ser revisto pelo Estado, considerando que este trabalha para garantir direitos humanos e sociais, a fim de promover, através de ações socioeducativas com os detentos e seus familiares, a possibilidade de ressocialização do encarcerado. Em análise de relatórios de inspeção prisional, o que se

[4]Resultados parciais das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Interdisciplinar **"Sistema Penitenciário e Direitos Humanos"** em execução pela Disciplina de Direito Constitucional II, Curso de Direito das FIPMoc.

percebe é que há ausência de serviço de assistência social na maioria das instalações prisionais visitadas, sendo que em algumas delas não há sequer recinto adequado para a atividade de assistência social. Há diversas reclamações a respeito deste setor tanto por parte dos detentos quanto dos funcionários, ainda que o número mínimo de assistentes sociais registrado tenha sido de 3 por instalação penitenciária; número razoavelmente compatível para a execução do trabalho, mas que não conseguem executá-lo por falta de condições para sua atuação. Fato este que descumpre o disposto na Lei de Execução Penal (LEP) que assegura aos presos a assistência social para resguarda-lhes alguns dos direitos fundamentais que lhes são cabíveis. **Conclusão:** Concluiu-se que o Sistema Prisional Brasileiro não tem cumprido com seu papel de garantir a aplicabilidade dos Direitos Fundamentais relativos ao preso e nem proporcionado aos profissionais responsáveis condições de trabalho que permita essa observância dos direitos.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Sistema prisional. Direitos fundamentais. Assistência social.

REFERÊNCIA:

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos Fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1o a 5o da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOLDAGEM SUBAQUÁTICA PELO PROCESSO *SMAW*

ALMEIDA, Ronaldo Batista1[1]; BATISTA, José Messias Cardoso[1]; MACIEL, Rubens Leonardo[1]; SILVA, Vitor Soares[1]; SOUZA, Cássio Cardoso[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

Introdução: O advento de novos processos de soldagem, em particular a soldagem subaquática, origina-se da necessidade de realizar reparos, montagem de oleodutos, gasodutos, e estruturas submersas (*Offshore*). A soldagem em estruturas marítimas implica o uso do processo *SMAW* (*Shield Metal ArcWelding*), em razão da operação de soldagem ser realizada em um meio aquoso. **Objetivo:** O trabalho que sucede a pesquisa tem como objetivo, realizar um estudo acerca dos aspectos gerais da soldagem subaquática pelo processo eletrodo revestido (*SMAW)*, versando as vantagens de aplicação da mesma. **Método:**O presente estudo consiste em uma pesquisa documental, produzida com base em periódicos, dissertações de mestrado, artigos e revistas sobre o assunto estudado, disponibilizadas em meio eletrônico. **Resultados:** Observa-se que o termo soldagem subaquática é pouco difundida para estudos, uma vez que sua aplicação é muito restrita. Em relação ás vantagens desse processo, verifica-se simplicidade do equipamento e de execução, baixo custo operacional, rapidez e possibilidade de ser realizada em todas posições. Por outro lado, apresenta várias limitações como, pouca visibilidade do arco elétrico devido ás bolhas geradas, altas taxas de resfriamento ocasionando têmpera, e ser um processo descontínuo. **Conclusão:** Em resumo, pode-se dizer que o processo de soldagem subaquática, possibilita realizar reparos em locais de difícil acesso, conferindo maior vida útil aos elementos soldados. No entanto, é um processo relativamente único em termos de sua aplicação e exige boa qualificação profissional.

Palavras-chave: Soldagem. Subaquática. Eletrodo revestido. Reparos.

SUSCETIBILIDADE GENÉTICA À DOENÇA DE ALZHEIMER

OLIVEIRA, Karine Kelly de[1]; MOTA, Rhayssa Soares[2]; JUNIOR, Altair Reis dos Santos[3]; PINTO, Lívia Versiani Duarte[4]; MENDES, Vithória Ferreira[5]; PINTO, José Henrique Duarte[6]
[1-5] Discentes do curso de medicina das FIPMoc. [6] Docente do curso de medicina das FIPMoc

Introdução: Com o aumento da longevidade humana, os indivíduos tornaram-se mais propensos ao desenvolvimento de doenças neurodegenerativas. Dentre elas, a doença de Alzheimer (DA), que é a causa mais frequente de demência, é uma patologia neurodegenerativa progressiva e irreversível, de aparecimento insidioso e que acarreta perda da memória e diversos distúrbios da cognição. Atualmente, sabe-se que a DA tende a se agrupar em algumas famílias, demonstrando que existe um componente genético importante para o aparecimento da doença. **Objetivo:** Conhecer a suscetibilidade e o envolvimento genéticos na doença de Alzheimer. **Método:** Trata-se de um estudo retrospectivo, transversal, descritivo e qualitativo. Realizou-se uma revisão bibliográfica com artigos encontrados nas bases de dados SciELO e LILACS. **Resultados:** A DA se estabelece devido ao acúmulo de eventos genéticos e ambientais que, contribuindo com pequenos defeitos, resultam na doença. Pode ser classificada de acordo com a idade de aparecimento dos sintomas:

DA de início precoce (com manifestação antes dos 60 anos de idade e rápido curso clínico) e DA de início tardio (sintomas clínicos observados após os 60 anos de idade e com duração que pode superar os 10 anos). A herança genética apresentada na doença é do tipo autossômica dominante. Sabe-se hoje que as principais mutações que contribuirão para o desenvolvimento da DA ocorrem nos genes codificadores para a APP (proteína precursora amiloide), APOE (apolipoproteína), PSEN1 (presenilina 1), PSEN2 (presenilina 2) e MAPT (proteína Tau). Esses genes são os mais consistentes marcadores para a DA. Contudo, alterações nos mesmos não são suficientes para explicar todos os casos da doença. A mutação no gene da apolipoproteína E contribui para a DA aparentemente pela ineficácia na mediação do processo de reparo celular. No gene da proteína precursora amiloide, a mutação faz com que seu fragmento denominado proteína β-amiloide se encontre em maior quantidade, acumulando-se e formando as fibras amiloides, que geram as placas senis. Mutações nos genes das presenilinas 1 e 2 estão relacionadas com alterações na clivagem da APP, aumentando a produção de β-amiloide. A presenilina 1 está relacionada com o processo inflamatório observado na placa amiloide e mutações no gene da PSEN2 podem acelerar o processo de neurodegeneração. O gene da proteína Tau, ao ser mutado, provoca menor polimerização da tubulina, que contribui para a ruptura do citoesqueleto celular e, consequentemente, morte neuronal, formando fusos neurofibrilares em regiões do encéfalo, principalmente no hipocampo e na região frontotemporal. Outros genes envolvidos com a DA são S100β e cPLA2, ambos contribuindo para a formação de placas senis. **Conclusão:** Para que ocorra DA, devido à sua complexidade, é necessário um acúmulo de alterações em diferentes genes, e não somente uma alteração em um único gene. A utilização dos dados de influência genética para diagnóstico precoce ainda é bastante limitada e a falta de marcadores moleculares, celulares ou anatômicos dificulta o entendimento da neurobiologia da DA. Desse modo, é imprescidível que mais investigações sejam realizadas para que seja possível a determinação do perfil genético de risco, auxiliando na prevenção primária da doença.

Palavras-chave: Demências. Doença de Alzheimer. Influência genética. Hereditariedade.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Alessandra Chiele; LUCATELLI, Juliana Faggion; MALUF, SharbelWeidner; ANDRADE, Fabiana Michelsen de. Influência genética sobre a doença de Alzheimer de início tardio. **Rev. Psiq. Clín**., v. 36, n. 1, p. 16-24, 2009.

FRIDMAN, Cintia; GREGÓRIO, Sheila P.; NETO, Emmanuel Dias; OJOPI, Élida P. Benquique. Alterações genéticas na doença de Alzheimer. **Rev. Psiq. Clín**., v. 31, n. 1, p. 19-25, 2004.

LUCATELLI, Juliana Faggion; BARROS, Alessandra Chiele; MALUF, Sharbel Weidner; ANDRADE, FabianaMichelsen de. Influência genética sobre a doença de Alzheimer de início precoce. **Rev. Psiq. Clín.**, v. 36, n. 1, p. 25-30, 2009.

TEORIAS ACERCA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE DO NASCITURO

SILVA, Gabriel Maia e1; CANGUSSU, Isaias Henrique Miranda1; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes1; SANTOS FILHO, Danilo Darley Pereira1; LOYOLA, Ana Flávia2.
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O Direito Civil garante os direitos e deveres de uma pessoa, esta que deve ser dotada de personalidade, embora o Código Civil tutele os direitos do nascituro, ainda existem discussões acerca do início da personalidade do mesmo. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi conhecer as teorias acerca da personalidade do nascituro, de modo que, o início da personalidade humana seja atribuída a uma delas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta à legislação brasileira. **Resultado:** São três teorias acerca da personalidade do nascituro. A teoria natalista, defende que o nascituro possui alguns direitos, tutelados e considerados de forma "abstrata". Direitos esses que concretizaram a partir do nascimento com vida desse ser. A teoria da personalidade condicional, apresenta que, embora o nascituro possua direitos desde sua concepção, todavia, a condição para atribuição dos direitos, somente será concretizada caso haja o nascimento com vida, se ocorrer de não ter o nascimento com vida, seria como se seus direitos nunca tivessem existido. Por fim, a teoria concepcionista, afirma que desde a concepção, já se pode falar em personalidade, já que o nascituro, sujeito de direitos, já detém de

personalidade. **Conclusão:** Dentre as teorias apresentadas, atualmente, alguns doutrinadores pontuam que o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria natalista.

Palavras-chave: Nascituro. Teorias Acerca da Personalidade do Nascituro. Direitos.

TERRAS RARAS: ECONOMIA DE RECICLAGEM E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS MINERAIS

SANTOS, Marta Francisca[1]. SICUPIRA, Mariana Rodrigues [1]; LACERDA, Frederico Melo[2]
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Os elementos terras raras é um conjunto de 17 elementos em que 15 possuem números atômicos que vão desde o lantânio (La, Z = 57), os lantanídeos (Ce, Z = 58) ao lutécio (Lu, Z = 71) com a inclusão do escândio (Sc, Z = 21) e o ítrio (Y, Z = 39). Terras raras (ETR) não são terras e nem raras, são mencionadas desta forma por terem sido descobertas na forma de mistura de óxidos em que na nomenclatura arcaica era denominado por terra, são mais abundantes que muitos metais. Não renováveis, são indispensáveis para o avanço da tecnologia por suas propriedades magnéticas e espectroscópicas, sendo assim, necessária sua reciclagem para melhor sustentabilidade dos recursos minerais e meio ambiente. Suas principais aplicação vão desde ímãs, lâmpadas luminescentes, baterias de hidreto metálico de lítio (NiMH), monitores de computador, entre outros. O objetivo é analisar a sustentabilidade dos recursos minerais dando ênfase a reciclagem. A metodologia empregada foi revisões bibliográficas, principalmente através da Comissão de Nomenclatura em Química Inorgânica da IUPAC (*International Union of Pureand Appliedchemistry*), DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e CETEM (Centro de Tecnologia Mineral). Alguns métodos podem ser adotados para a reciclagem dos (ETR) presentes nos materiais. As ligas mais comuns de ímãs são formadas por neodímio, ferro e boro (Nd2Fe14B) e adições de praseodímio, gadolínio, térbio e disprósio em especial. Também são comuns ímãs de samário-cobalto (SmCo). Uma das principais soluções para reciclagem e aproveitamento dos ímãs seria o reuso direto do resíduo, porém, sua utilização é para ímãs grandes que não são disponíveis em grandes volumes de sucata. Portanto, outros métodos podem ser seguidos para reciclagem destes como extração em fase gasosa, hidrometalúrgicos e pirometalúrgicos. O fosforo presente em Lâmpadas luminescentes são elementos importantes de (ETR) como európio, térbio e ítrio. A reciclagem é mais fácil que os dos ímãs permanentes, o método de descarte deste material é cauteloso devido a presença de mercúrio prejudicial à saúde humana, ao ser descartado em lixões ou entulhos a presença do calor pode liberar vapores com aproximadamente 20 mg de mercúrio. As práticas para reciclagem dos (ETR) seria a reutilização direta do fosforo em novas lâmpadas, ataque químico e reciclagem dos componentes individuais por propriedades físico-químicas. Os monitores de computador e televisores que são compostos de tubos de raios catódicos é outro item que pode ser viabilizada a reciclagem do fosforo, devido ao declínio do uso destes por aparelhos de LED/LCD majorando o acumulo de resíduos em aterros, o revestimento desses equipamentos eletrônicos é por um pó com misturas de óxidos e sulfetos formado principalmente de európio e ítrio e outros metais, para a recuperação testes de lixiviação com ácido sulfúrico podem ser adotados. Logo, a reciclagem, recuperação, aproveitamento e otimização desses minerais proporciona uma utilização sustentável dos recursos e favorece ao meio ambiente a minimização de resíduos sólidos tendo assim, um equilíbrio com a natureza, proporcionando estabilidade econômica e ambiental as gerações futuras.

Palavras-chave: Terras Raras. Sustentabilidade. Reciclagem.

TIPOS DE SOLDA UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ORTOPÉDICAS PERMANENTES

XAVIER-ROCHA, Túlio Brandão.[1]; TORCATO, Ronnye Leão.[1]; MARTINS, Caio Herique.[1]; OLIVEIRA, Jefferson Patrick Dutra.[1]; MELO, Matheus Henrique Soares[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira.[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Implantes de próteses têm sido cada vez mais comuns devido ao aumento da expectativa de vida da população. Nesse sentido, vem-se buscando materiais e processos mais seguros ao ser humano e eficientes do ponto de vista de desempenho e fabricação, em que o processo de soldagem é importante. Biomaterial é a denominação que se dá a qualquer material, sintético ou natural, utilizados em dispositivos para substituir ou restaurar a função de um tecido corporal, que pode ser utilizados durante qualquer período

de tempo. Como tal, os biomateriais alocados no ambiente interno do corpo, estarão em contato com fluidos corporais e sujeitos a rejeições por parte do sistema imunológico. **Objetivo:** Analisar quais os tipos de materiais e soldas podem ser utilizados na fabricação de próteses. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de caráter exploratório em que foram pesquisados livros e artigos sobre os temas biomateriais, prótese e soldagem. Foram procurados artigos do período entre 2000 a 2016, coletados entre de 2 a 17 de novembro de 2016, no site Google Acadêmico, utilizando as Palavras-chave "biomateriais", "prótese" e "soldagem". **Resultados:** A seleção do material para utilização em próteses é feita com base nas solicitações requeridas do dispositivo. Os mais usuais são as ligas de titânio e os aços inoxidáveis. A soldagem em próteses, além de ser um método de união, pode ser utilizado para deposição de material sobre a superfície, para formar um revestimento característico, na recuperação de peças desgastadas, ou para contornar defeitos superficiais, por exemplo defeitos de fundição. Em virtude do material utilizado e levando em consideração o custo, os tipos de solda empregados são TIG (TungstenInertGas) e PAW (Plasma ArcWelding). **Conclusão:** O processo TIG é mais utilizado em decorrência do seu menor custo, garantindo boa qualidade da peça acabada. O processo PAW confere melhor acabamento e menor interferência com as propriedades do metal de base. Contudo, é recomendável utilizar a soldagem na fabricação próteses somente quando outros processos não forem possíveis, pois estudos demonstraram a falha de próteses em decorrência de um procedimento de soldagem que gerou tensões residuais na interface solda/matriz. Os processos de soldagem TIG e PAW podem ser utilizados em próteses de titânio e aço inox na correção de defeitos estruturais.

Palavras-chave: Prótese. Material. Soldagem.

TRABALHO VOLUNTÁRIO AO SERVIÇO DA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO FILIADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VIEIRA, Débora Ribeiro[1]; OLIVEIRA, Lanuza Borges[2]
[1] Discente do curso de Medicina das FIPMoc [2] Docente do curso de Medicina das FIPMoc

Introdução: O trabalho voluntário é uma atividade, não remunerada, sem vínculos institucionais empregatícios, com propósito da ação da cidadania, exercida por pessoas físicas ou instituições com a finalidade de disseminar educação, cultura, saúde e assistência social à população. Existem diversos tipos de trabalhos voluntários, com objetivos diversos como apoio à populações marginalizadas, meio ambiente, saúde e boa convivência em sociedade. Dentro dessas diversas formas está o trabalho voluntário em saúde, com o oferecimento de uma assistência gratuita e de qualidade para a população. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho é relatar a experiência acadêmica como trabalho voluntário em um projeto de extensão filiado à Secretaria Municipal de Saúde. **Relato de experiência:** O Projeto de Extensão Universitária Saúde Sem Limites foi um programa voluntário idealizado e desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com as faculdades de Medicina da cidade de Montes Claros, no período de março a dezembro de 2014, com o intuito de levar atendimento e assistência médica gratuita, de qualidade, promovendo a saúde da população carente do município e regiões circunvizinhas. O projeto teve como participantes dezenas de acadêmicos do primeiro ao décimo segundo períodos e como campo de ação as unidades básicas que atendem o programa saúde da família do município. Os acadêmicos aprovados na seleção promovida pela Secretaria Municipal de Saúde cumpriram uma carga horária total de 150 horas, executando atividades de promoção saúde, através do incentivo de estilo de vida saudável, conscientização quanto a prevenção de doenças infectocontagiosas, realização de centenas de atendimentos em especialidades médicas como oftalmologia, cardiologia, pediatria, ginecologia, clínica médica e cirurgia ambulatorial. Todos os pacientes participaram de triagem e aferição de pressão arterial e glicemia capilar, sendo orientados quanto à importância do controle das medidas pressóricas e do índice glicêmico. Foram realizadas cerca de vinte e cinco ações dentro do munícipio de Montes Claros e dos distritos vizinhos. As ações aconteceram em finais de semana, o que não prejudicou a rotina acadêmica dos estudantes e foi favorável para a realização do serviço. **Conclusão:** O projeto desenvolvido foi de grande importância para a população, que se beneficiou com a assistência e os cuidados promovidos pela equipe, e principalmente, para os acadêmicos, que usufruíram de uma experiência clínica diferenciada, que foi possível pela execução de inúmeras inserções práticas às quais foram submetidos ao longo do projeto. Iniciativas e ações como estas devem ser encorajadas e continuadas, uma vez que garante saúde de qualidade à população e a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos pelos acadêmicos desde o início da sua graduação em um ambiente e realidade diferentes dos quais estão acostumados, beneficiando-os com novas experiências.

Palavras-chave: Trabalho Voluntário. Projeto de Extensão. Medicina.

TRANSPORTADOR AUTÔNOMO

BERALDO, Barbara Oliveira[1]; NERI, Glaycon Soares[1]; VIEIRA, João Antônio Azevedo[1]; SILVA, Josiane Rodrigues[1]; SOARES, Marcos Andrey Chaves[1]; VIEIRA, Vinícius M. Leite[1]; REGO, Thaís Cristina Figueiredo[2].
1Discentes das FIP-MOC; 2Docente da FIPMOC

Introdução: Com a automação dos processos de produção, os meios de transporte também se automatizaram, tanto dentro quanto fora das indústrias, já que, transporte de materiais dentro da cadeia produtiva também é considerado um processo repetitivo e passível de automação. Dessa forma, com a construção de um modelo de Industria Colaborativa, faz-se necessária a construção de um modelo de transporte autônomo que atenda as necessidades dessa indústria, proporcionando fluidez e agilidade das etapas produtivas, além de reduzir custos e energia. **Objetivo geral:** Fazer um levantamento bibliográfico sobre transportadores que atenda as necessidades do projeto geral, Industria Colaborativa, que navegue de forma autônoma, fluida e segura em um seguidor de linha, transportando de maneira hábil os materiais necessários para o bom funcionamento do sistema. **Metodologia:** Realizou-se um estudo bibliográfico para verificação de projetos já elaborados, para adquirir conhecimentos sobre o assunto e para que fosse possível escolher os materiais necessários para o desenvolvimento do projeto. Foram utilizadas pesquisas com publicações no período de 2005 a 2017. **Resultados:** O transportador autônomo apresenta o *Arduino* como plataforma de programação, bateria como fonte de alimentação do sistema, *Motor Shield* L293D, que é responsável pela comunicação e alimentação dos motores; os sensores de distância e ultrassônicos responsáveis por detectar obstáculos; sensor infravermelho para incrementar o sistema de segurança e detectar se há ou não objetos para serem transportados e, o sensor ótico reflexivo TCRT 5000, responsável pela identificação da linha. **Conclusão:** A robótica é considerada hoje a chave de uma nova mutação dos meios de produção, isto devido à sua versatilidade. A automação possibilita grandes incrementos na produtividade do trabalho, por ser um sistema lógico ou informático, podem ser reprogramados e utilizados em uma variedade de tarefas. Além disso, dentro das Industrias 4.0 a automação do transporte de materiais faz-se necessário considerando a fluidez trazida por ela, quando toda a rotina de produção está conectada e torna-se adaptativa às demandas.

Palavras-chave: Transportador. Automação. Robótica Colaborativa. Arduino.

TRANSPORTADOR HOSPITALAR AUTÔNOMO

NERI, Glaycon Soares[1]; SILVA, Denis Alípio[1]; SOUZA; Pedro, Henrique Batista de[1]; COSME, Edmar Alves[2].
[1]Discentes em Engenharia Mecatrônica das FIPMoc.[2]Docente das FIPMoc.

Introdução: Os avanços tecnológicos buscam trazer mais conforto e praticidade para os humanos, e as máquinas estão ganhando cada vez mais autonomia, realizando várias tarefas independentes da interferência humana. Os hospitais possuem um alto índice de transporte de itens em seus corredores, tais como medicamentos, refeições, materiais de limpeza, entre outros. A automatização desse tipo de transporte faz com que a instituição ganhe agilidade e segurança e possa voltar a sua total atenção aos pacientes. **Objetivo:** Prototipar um transportador de itens hospitalares que navegue de forma autônoma, sendo hábil de se movimentar utilizando linhas para entregar tais itens. **Método:** Realizou-se um estudo aplicado acerca do transporte de itens intra-hospitalares e sua logística, atentando-se à proposta de navegação autônoma do Projeto Interdisciplinar II de Engenharia Mecatrônica das FIPMoc. Produziu-se a estrutura do transportador em ABS por uma impressora 3D, definiu-se a plataforma *Arduino*como controle central, além da utilização dos sensores ultrassônicos, infravermelho e ópticos reflexivos, Ponte H L298N, motores DC e rodas *FingerTechMecanumWheels* para a sua movimentação. **Resultados:** Após a montagem da estrutura, foram feitos testes de controle de velocidade variando-se as saídas PWM ligadas a Ponte H, que envia o sinal aos motores, assim, constatou-se que em curvas necessita-se de uma menor velocidade, menor sinal de PWM, para evitar a perda da linha pelos sensores, diferentemente de retas em que o modelo mantinha-se seguindo a linha com um sinal de PWM maior. **Conclusão:** Transportadores autônomos ligados à área médica, reduzem o trabalho dos funcionários, visto que, máquinas autônomas podem fazer toda a rotina de transporte, reduzindo a necessidade de humanos para essas tarefas, voltando sua atenção aos pacientes,

possibilitando melhores resultados nos tratamentos e trazendo mais conforto, rapidez e praticidade nos atendimentos.

Palavras-chave: Transportador. Hospital. Autonomia. Impressora 3D.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA

ANUNCIAÇÃO, Ávilla Cindy Fernandes da[1]; VELOSO, Gabriella Gonzaga[1]; BRITO, Giovana Cristina Rodrigues[1]; PRATES, Maria Clara Gomes[1]; CARVALHO, Mateus Almeida de[1]; FRANÇA, Dorothéa Schmidt[2]
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: O autismo é conceituado, segundo Rutter e Schopler (1992), como um transtorno invasivo de desenvolvimento, caracterizado por trazer graves consequências na vida do indivíduo portador devido ao comprometimento das suas habilidades sociais e comunicativas, pois leva a um desenvolvimento anormal e dificuldades nas três áreas de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo. Sendo a intervenção precoce o melhor procedimento para um prognóstico eficaz desse transtorno (CHARMAN e BAIRD, 2002). **Objetivo:** Avaliar as consequências sociais do autismo abordando os impactos familiares e escolares, bem como sua epidemiologia, diagnóstico e tratamentos existentes e disponíveis para tal síndrome. **Método:** Este trabalho é uma revisão sistemática da literatura que foi realizada no portal ScientificElectronic Library online (Scielo) e no Google Acadêmico, entre os meses de fevereiro a maio de 2017. **Resultados:** Como não apresenta um marcador biológico, ao contrário das outras síndromes, dar o diagnóstico de TEA torna-se complicado. As características que marcam tal transtorno são: não se relacionar com contato visual, expressões faciais, relação com os pares, movimentos estereotipados e repetitivos. Após o diagnóstico uma forma de tratamento é o PECS (Picture Exchange Communication System), que associa atividade e símbolos, estimulando a criança a fazer uso da linguagem oral. **Conclusão:** Dessa forma, uma boa avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor, destacando suas habilidades de interação social, do desenvolvimento da linguagem e capacidade cognitiva é fundamental para ser feito o diagnóstico precoce, possibilitando o início do tratamento mais cedo e um melhor prognóstico.

Palavras-chave: Autismo. Diagnóstico de autismo. Tratamento para autismo.

REFERÊNCIAS:

CHARMAN, T.; BAIRD, G. Practitioner review: diagnosis of autism spectrum disorder in 2 and 3-year-old children. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**. Londres, v.43, n.3, p. 289-305, março. 2002.

RUTTER, M.; SCHOPLER, E. Classification of pervasive developmental disorders: some concepts and practical considerations. **Journal of Autism and Developmental Disorders**. [S.I.], v. 22, n. 4, p. 459–482, dezembro. 1992.

TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS PROVENIENTES DE PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO DO ESTAGIÁRIO NAS EMPRESAS DA REGIÃO DE MONTES CLAROS

DE SOUZA, Ana Cláudia Santos [1]; FIGUEIREDO, Carlos Augusto Souza Caldeira [1]; DE SOUZA, Eduardo Matheus Alves [1]; MARTINS, Fabiana Barbosa [1]; PACULDINO, Pedro Alberto Motta [1]; SOUZA, Watson Felipe [1]; RIBEIRO, Alane P. F.[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A aplicabilidade das técnicas a serem discutidas se dá nas mais variadas áreas da atividade humana, podemos dividir a estatística em três áreas, sendo elas: Estatística Descritiva, Probabilidade e Inferência Estatística. “Tendo em vista as dificuldades de várias naturezas para se observar todos os elementos da população, tomaremos alguns deles para formar um grupo a ser estudado.”(MAGALHÃES; LIMA, 2011, p.02).**Objetivo:** Analisar a demanda de estagiários das Fip- Moc para o CEPEAGE. **Método:** Para melhor exploração desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória, onde a coleta de dados foi feita a partir da aplicação de questionários e fontes de dados de arquivos e livros. Visando a coleta de dados dos acadêmicos candidatos (estes dados em estatística são denominados ’população’) e a organização, descrição, análise e interpretação, baseado nos critérios requeridos durante um processo seletivo corporativo ou empresarial, as informações fornecidas pelos candidatos foram

esquematizadas e tabuladas, com auxílio de um software específico. **Resultados:** Ao desenvolver a ferramenta canvas para a análise da proposta, tendo como meta definir sistematicamente o objetivo do projeto e do público alvo, percebe-se que uma demanda crescente de vagas para estagiários na CEPEAGE, o que demonstra uma necessidade de gestão cada vez mais clara e eficiente. Ao avaliar a demanda e os dados estatísticos é possível analisar, verificar e propor, caso necessário, melhorias nos processos de gestão de estagio para o CEPEAGE e ainda mais auxiliar na tomada de decisão para diversos assuntos estratégicos. **Conclusão:** De modo geral, podemos concluir que a estatística auxilia ao lidarmos com dados demasiados. Sendo utilizado em um processo seletivo, possibilita filtrar informações até chegar em um seleto grupo que reúne características desejadas para determinada posição em uma empresa, adequando a proposta à aquela determinada atividade.

Palavras-chave: Estatística. Estágio. CEPEAGE.

TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO EM FACE DO PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

SANTOS, Hélio Alisson Lucas Medeiros Dos1[1]; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes[2]
[1]Discente das FIPMoc; [2]Docente das FIPMoc

Introdução: A Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB/88) consagra um conjunto de princípios fundamentais que organiza o Estado e delimita as relações de poderes. Dessa forma, os princípios têm o objetivo de condicionar e orientar a interpretação das normas jurídicas, devendo esses princípios serem obedecidos por todos, sendo assim, o Tribunal do Júri também conta com princípios para orientar sua função como instituição do Poder Judiciário. **Objetivo:** Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os princípios do Tribunal do Júri e sua adequação com a CRFB/88, especialmente, o princípio da íntima convicção e o princípio da fundamentação das decisões judiciais. **Método:** Para a elaboração do trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de doutrinas, legislações, meios eletrônicos, revistas jurídicas, teses e artigos científicos, utilizando-se o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Como resultados, verificou-se que nos julgamentos submetidos à competência do Tribunal do Júri, o jurado atribui à prova o valor que quer, podendo valer-se de convicções íntimas e de conhecimentos particulares a respeito do caso, sem fundamentar seu voto, e pode decidir por absolver ou condenar o réu, independente de provas nos autos, ou seja, os jurados decidem livremente, através de suas próprias convicções. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que o Tribunal do Júri precisa ser reformulado, observando-se os princípios constitucionais e a forma mais justa de se chegar a uma sentença, pois, esse sistema da íntima convicção adotado para as decisões dos jurados contraria o princípio constitucional da necessidade de fundamentação das decisões judiciais.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Íntima convicção. Fundamentação. Decisões judiciais.

TURBINAS REVERSÍVEIS PARA CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (BFT)

MARTINS, Thomaz Augusto Terence[1]; DE PAULA, Jhony Alexander Dias [1]; FONSECA, Vinicio Ruas[1]; JARLISSON, Mércio[1]; OLIVA, Henrique Nunes Pereira[2]
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Inovações em energias renováveis são muito bem vindas atualmente, sobretudo em energia hidráulica, que é geralmente provinda da força que a gravidade da água exerce sobre uma pá motora, para então gerar energia elétrica. Porém as hidrelétricas ao redor de todo o mundo, sofrem de um problema diário de armazenamento de energia, já que geram todo o tempo, praticamente a mesma quantidade de energia que o reservatório tem capacidade, fazendo que, em horários de menos vazão, essa energia seja desperdiçada, causando um maior custo de kW/h aos clientes finais. As BFT's, ou bombas funcionado como turbinas, como são chamadas didaticamente, são a solução para este problema.**Objetivo:** Explanar o funcionamento das bombas para centrais hidrelétricas e a sua viabilidade. Método: Pesquisa de cunho exploratório, pois foi necessário a pesquisa de funcionamento de centrais hidrelétricas, turbinas, bombas, e finalmente as BFT's. Ao método de busca, optou-se pelos dados quantitativos, pois a eficiência do tipo de equipamento estudado, é ligado diretamente com a sua viabilidade. Resultados: Após as devidas simulações de desempenho, as turbinas reversíveis, conseguem ganhos anuais de até 35,5% para consumidor rural, que em geral, tem picos mais aleatórios de uso de energia elétrica. Esse ganho de eficiência se estende também para os consumidores urbanos, com a devida proporcionalidade. Conclusão: O projeto mostrou-se

extremamente viável para a modernização de usinas hidrelétricas já construídas, como foi feita em BathCounty, pela Voith[1], em 2009. Ou para centrais hidrelétricas que ainda serão construídas; de qualquer maneira, o Brasil precisa urgentemente dessa nova tecnologia, em meio à crise energética atual.

Palavras-chave: Usinas hidrelétricas. Energia renovável. Sustentabilidade. Turbinas reversíveis. BFT.

REFERÊNCIA:

Usina de BathCounty, turbinas reversíveis, Voith. 2009. Disponível em <http://voith.com/br/mercados-e-setores-de-negocios/energia-hidreletrica/usinas-hidreletricas-reversiveis/bath-county-11333.html#> Acesso em: 19 maio 2017

VERIFICAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA COMARCA DE MONTES CLAROS.

DIAS, Gabriel Aguiar1; SOUZA, Gabriel Martins De1; BARROZO, Jorge Gabriel Nunes1; CÂNDIDO, Wylliam Oliveira1; SOUZA, Pablo Cardoso De1; GABRICH, Lara Maia Silva2
1Discentes das FIPMOC , 2Docente das FIPMOC

Introdução: O devido processo legal é o princípio que asseverará que todas as fases de um processo sejam seguidas acertadamente, como forma de materialização das garantias constitucionais, podendo deste modo, torna-se nulo o processo, caso o devido processo legal não seja aplicado. Tal princípio é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 5°, incisos LIV e LV, bem como pelas demais Constituições dos Estados estrangeiros, tornando-se assim direitos e garantias fundamentais para todos aqueles que se encontram sobre sua égide. **Metodologia:** Para a realização da seguinte pesquisa empregou-se pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em doutrinas, artigos científicos, legislação e observação de audiências pertinentes ao tema. **Objetivo:** O estudo objetiva analisar a utilização e eficácia do devido processo legal na resolução dos conflitos, verificando se o princípio constitucional é observado nas audiências de conciliação e mediação, realizadas na cidade de Montes Claros/MG.. **Resultado:** Observou-se que o devido processo legal mostra-se de suma importância para o andamento do processo e para a equidade das conclusões chegadas nele, uma vez que observado esse, o processo Se Tornará justo para ambas as partes presentes, pois além do processo seguir todas as etapas previstas em lei, será também assegurado as partes os seus respectivos direitos fundamentais. É notório ressaltar do mesmo modo sobre o princípio do acesso à justiça, assegurado pela Constituição de 1988 em seu artigo 5° inciso XXXV e presente no princípio constitucional do devido processo legal, que tem como finalidade facilitar a necessidade de ser vir a juízo pleitear a tutela jurisdicional. Assim sendo, a conciliação e a mediação, vistos como meios alternativos para a resolução das lides, concretizam tal princípio, tendo como fundamentação o artigo 3° parágrafo 3° do Código de Processo Civil de 2015. Diante disso mesmo sendo proporcionado em todas as audiências acompanhadas, nem sempre o devido processo legal é utilizado com eficácia para ambas as partes, sendo que em muito dos casos, as próprias partes abrem mão dos direitos concedidos aos mesmos ou desconhecem tais direitos tendo como exemplo os meios alternativos, onde as partes são convidadas a resolução da lide, mas na maioria das vezes deixam de comparecer ou até mesmo desconhece do que se trata tais audiências. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto que, o devido processo legal é respeitado nas audiências de conciliação e mediação na comarca da cidade de Montes Claros, e mesmo sendo comum as próprias partes, renunciarem as garantias constitucionais assegurados, sendo eles o contraditório, ampla defesa, acesso à justiça, foi possível observar a resolução do processo ou da lide existente de forma justa para ambas as partes através do auxílio de um terceiro, tendo esses como incumbência não só auxiliar as partes na resolução da lide, como também fazer com que sejam restabelecidas a relações sociais passadas ou até mesmos futuros dos agentes litigantes, efetivando-se o acesso à justiça.

Palavras-chave: Conciliação. Mediação. Devido Processo Legal. Montes Claros/MG.

iltda

www.fip-moc.edu.br
(38) 3214-7100

Profª. Aída Mainartina Paraíso, 80
Ibituruna - Montes Claros - MG